



CULTURA
ACADÊMICA
Editora



**AUTOEDUCAÇÃO,
PRÁTICAS FORMATIVAS
E RELAÇÕES DE GÊNERO
NUMA COOPERATIVA DE
CATADORAS/ES DE
MATERIAIS RECICLÁVEIS**

Bruna Oliveira Martins

**Autoeducação, práticas formativas e relações de
gênero numa Cooperativa de Catadoras/es de
Materiais Recicláveis**

Bruna Oliveira Martins

Bruna Oliveira Martins

**Autoeducação, práticas formativas e relações de gênero
numa Cooperativa de Catadoras/es de Materiais
Recicláveis**



Marília/Oficina Universitária
São Paulo/Cultura Acadêmica
2024

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS – FFC
UNESP - campus de Marília

Diretora

Dra. Claudia Regina Mosca Giroto

Vice-Diretora

Dra. Ana Claudia Vieira Cardoso

Conselho Editorial

Mariângela Spotti Lopes Fujita (Presidente)

Célia Maria Giacheti

Cláudia Regina Mosca Giroto

Edvaldo Soares

Franciele Marques Redigolo

Marcelo Fernandes de Oliveira

Marcos Antonio Alves

Neusa Maria Dal Ri

Renato Geraldi (Assessor Técnico)

Rosane Michelli de Castro

*Conselho do Programa de Pós-Graduação em Educação -
UNESP/Marília*

Henrique Tahan Novaes

Aila Narene Dahwache Criado Rocha

Alonso Bezerra de Carvalho

Ana Clara Bortoleto Nery

Claudia da Mota Daros Parente

Cyntia Graziella Guizelim Simões Giroto

Daniela Nogueira de Moraes Garcia

Pedro Angelo Pagni

Auxílio N° 0039/2022, Processo N° 23038.001838/2022-11, Programa PROEX/CAPES

Parecerista: Aline Cristine Ferreira Braga do Carmo do Departamento de Ensino - IFMT - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Mato Grosso

Ficha catalográfica

Martins, Bruna Oliveira

M386a Autoeducação, práticas formativas e relações de gênero numa cooperativa de catadoras/es de materiais recicláveis / Bruna Oliveira Martins. – Marília : Oficina Universitária ; São Paulo : Cultura Acadêmica, 2024.

265 p. : il.

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5954-451-6 (Impresso)

ISBN 978-65-5954-452-3 (Digital)

DOI: <https://doi.org/10.36311/2024.978-65-5954-452-3>

1. Autoeducação. 2. Relações de gênero. 3. Cooperativas. 4. Catadores de lixo – Assis (SP). 5. Incubadoras de empresas – Assis (SP). 6. Economia solidária – Assis (SP).
I. Título.

CDD 334

Catálogo: André Sávio Craveiro Bueno – CRB 8/8211

Copyright © 2024, Faculdade de Filosofia e Ciências

Editora afiliada:



Associação Brasileira de
Editoras Universitárias

Cultura Acadêmica é selo editorial da Editora UNESP

Oficina Universitária é selo editorial da UNESP - Campus de Marília

O saco de papéis estava muito pesado e um operário ajudou-me erguê-lo. Esses dias eu carreguei tanto papel que o meu ombro esquerdo está ferido. Quando eu passava na Avenida Tiradentes, uns operário que saíam da fábrica, disse-me: - Carolina, já que gosta de escrever, instiga o povo para adotar outro regime. Um operário perguntou-me: - É verdade que você come o que encontra no lixo? - O custo de vida nos obriga a não ter nojo de nada. Temos que imitar os animaes.

Carolina Maria de Jesus, 2014, p. 95

Lista de Abreviaturas e Siglas

ABIHPEC - Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos

ARCOP - Associação Regional de Catadores do Oeste Paulista

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CBO - Classificação Brasileira de Ocupações

CEMPRE - Compromisso Empresarial para a Reciclagem

CFES - Centros de Formação em Economia Solidária

CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CONAES - Conferência Nacional de Economia Solidária

COOCASSIS - Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Assis e Região

COOPAMARE - Catadores de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis

COOPERCOC - Cooperativa de Trabalho de Materiais Recicláveis do Município de Otacílio Costa

COOPERCOP - Cooperativa de Trabalho de Produção Central e Regional de Catadores de Materiais Recicláveis do Oeste Paulista

COVID-19 - Coronavírus

EAs - Empresas e Cooperativas de Autogestão

EES - Empreendimento Econômico Solidário

EP - Educação Popular

EPIs - Equipamentos de Proteção Individual

ERTs - Empresas Recuperadas pelos Trabalhadores

ES - Economia Solidária

FAES - Fórum Assisense de Economia Solidária
FBB - Fundação Banco do Brasil
FBES - Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FCL - Faculdade de Ciências e Letras - Campus de Assis
FHC - Fernando Henrique Cardoso
FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos
FOCOPES - Fórum Oeste e Centro-Oeste Paulista de Economia Solidária
FSM - Fórum Social Mundial
FUNASA - Fundação Nacional de Saúde
FUNDUNESP - Fundação para o Desenvolvimento da Unesp
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
INCOP UNESP ASSIS - Incubadora de Cooperativas Populares da Unesp Assis
INSEA - Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável
ITCPs - Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares
ITCP/UNIPLAC - Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade do Planalto Catarinense
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social
MNCR - Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis
MCT - Ministério da Ciência e Tecnologia
MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MS - Ministério da Saúde
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTE - Ministério do Trabalho
NEPEM - Núcleo de Estudos e Pesquisas da Mulher
OAF - Organização de Auxílio Fraternal
OMS - Organização Mundial da Saúde
OTAs - Organizações de Trabalho Associado

PACS - Projetos Alternativos Comunitários
PET - Polietileno Tereftalato
PNES - Plenárias Nacionais de Economia Solidária
PNRS - Política Nacional de Resíduos Sólidos
PROEX - Pró-Reitoria de Extensão Universitária
PRONINC - Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares
PT - Partido dos Trabalhadores
REDE ITCPS - Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares
REDLACRE - Rede Latinoamericana e do Caribe de Catadores
SCA - Sistema Cooperativista dos Assentados
SCIELO - Scientific Electronic Library Online
SEMUC-SP - Secretaria Estadual de Mulheres Catadoras de Materiais Recicláveis
SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária
SIES - Sistema de Informação em Economia Solidária
TA - Trabalho Associado
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais
UNESP - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas
WIEGO - Women In Informal Employment Globalizing and Organizing

Sumário

| | |
|--|----|
| Prefácio <i>Henrique Taban Novaes</i> | 13 |
| Introdução..... | 19 |
| Capítulo 1: Trabalho e a catação de materiais recicláveis..... | 37 |
| O trabalho no capitalismo e no neoliberalismo | |
| Trabalho Associado e o movimento da Economia Solidária como lutas de resistência ao capitalismo | |
| O trabalho da catação de materiais recicláveis como alternativa de trabalho e renda no capitalismo neoliberal | |
| As organizações e o movimento social das/os catadoras/es: as lutas de resistência da categoria ao capitalismo neoliberal | |
| O funcionamento atual de trabalho na COOCASSIS | |
| Capítulo 2: Gênero, trabalho e as/os catadoras/es de materiais recicláveis..... | 97 |
| As relações de gênero e de trabalho no capitalismo e neoliberalismo | |
| As relações de gênero nas organizações de Trabalho Associado e de Economia Solidária: potencialidades e reprodução das relações capitalistas | |
| Gênero e as organizações das/os catadoras/es | |
| As relações de gênero na COOCASSIS | |

| | |
|--|-----|
| Capítulo 3: A autoeducação e o papel da universidade nas organizações de trabalho das/os catadoras/es..... | 141 |
| A autoeducação nas organizações de Trabalho Associado e da Economia Solidária: trabalho como princípio educativo | |
| A autoeducação nas organizações de catadoras/es | |
| O papel da universidade na autoeducação das/os trabalhadoras/es: a relação universidade-movimentos sociais | |
| Autoeducação, formação e gênero: a luta das/os catadoras/es de materiais recicláveis | |
| | |
| Capítulo 4: A autoeducação e as práticas formativas na COOCASSIS: modificação das relações de gênero?..... | 185 |
| A COOCASSIS e a Incop Unesp Assis: trilhando um caminho educativo | |
| A autoeducação e gênero das/os trabalhadoras/es na COOCASSIS: o trabalho, o movimento social e as práticas formativas como princípios educativos | |
| A modificação das relações de gênero a partir da autoeducação e das práticas formativas na COOCASSIS | |
| | |
| Conclusão..... | 231 |
| | |
| Referências..... | 239 |

Prefácio

O Mundo do Trabalho vem passando por profundas transformações desde os anos 1970. O que os gestores do capital chamam de “globalização” na verdade é uma nova etapa de uma longa mundialização do capital, iniciada em 1.500 por Portugal e Espanha. A reestruturação produtiva iniciada nos anos 1970 teve um impacto gigantesco no Brasil. Destruiu cadeias produtivas, levou ao nocaute a nossa indústria (que já não era lá essas coisas), criou trabalhadoras e trabalhadores terceirizados e quarteirizados, enfim, nos levou a uma reversão neocolonial.

O “colapso da modernização” brasileira pode ser visto nas estatísticas do que os economistas liberais chamaram de Belíndia, ou o que Eric Hobsbawm chamou de melhor exemplo de abismo social do neoliberalismo, este país chamado Brasil com seus condomínios de luxo e favelas se multiplicando, enorme concentração fundiária, riqueza e miséria convivendo lado a lado, extrema desigualdade educacional, enorme produção de produtos primários convivendo com a fome no campo e na cidade, destruição de alguns poucos serviços públicos, e por aí vai.

Muitas trabalhadoras e trabalhadores que foram lançados no mercado de trabalho nos anos 1960-70 perderam a sua fonte de trabalho com a crise do desemprego dos anos 1980-90 e não tiveram outra alternativa senão se juntar para fundar uma cooperativa ou associação de catadoras ou catadores de materiais recicláveis.

A dissertação de mestrado de Bruna Oliveira Martins, que tive a honra de orientar e agora fazer o prefácio, traz uma contribuição fundamental para uma melhor compreensão do que venho chamando de Mundo do Trabalho Associado e Embriões de educação para além do capital.

Este Mundo do Trabalho Associado foi ignorado e muitas vezes subestimado pela academia brasileira, que em grande medida só queria narrar os “frutos da industrialização” dos anos 1930-1970, do Brasil que “dava certo”, do Brasil que se modernizava e “alcançava” a tecnologia das nações centrais, como se todos os países do mundo estivessem no trilho da “modernidade” e como se não houvesse imperialismo ou desenvolvimento desigual e combinado.

O Mundo do Trabalho Associado latino-americano é complexo, dinâmico e contraditório. Para não ir mais longe, ele é filho da grave crise estrutural do capital na região, que não gera mais emprego com carteira assinada, que produz crimes ambientais de grande envergadura, e inviabiliza o futuro dos jovens e adultos da classe trabalhadora mais pauperizada.

Este Mundo do Trabalho Associado e da Educação para além do capital envolve um complexo leque de experiências criadas por uma parcela da classe trabalhadora que foi arreventada pelo neoliberalismo e passa a se organizar (mais pela dor do que pelo amor) em cooperativas, associações e outras formas de experiência coletiva. Este leque passa por fábricas recuperadas complexas e grandes do Rio Grande do Sul, costureiras no Rio de Janeiro, associações de produtores familiares no nordeste, cooperativas agroecológicas do MST, catadoras de materiais recicláveis, dentre inúmeras outras experiências de produção associada, consumo, assistência e educação em todas as partes da América Latina: escolas

autônomas zapatistas, escolas autogeridas do MST, ONGs que apoiam a chamada Economia Solidária, dentre outras.

É verdade que a crise estrutural empurrou esta parcela da classe trabalhadora para fora do “mercado de trabalho”, mas também é verdade que houve uma decisão consciente e pioneira, principalmente de certas lideranças, que criaram ações para a criação destas experiências e obrigaram o Estado brasileiro a criar as chamadas políticas públicas que favorecem o mundo do trabalho associado.

Dada a urgência ontológica da sobrevivência humana, não tiveram como ficar esperando a melhoria do “mercado de trabalho”, tiveram que lutar onde podiam e com as armas que tinham: as suas próprias mãos e a força do trabalho coletivo.

A dissertação de mestrado de Bruna Martins foi defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação (Unesp/Marília) em 2023. A pesquisa teve o objetivo de analisar como a autoeducação e as práticas formativas propiciadas pela Incop UNESP Assis modificaram as relações de gênero da Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Assis e Região (COOCASSIS).

Cabe destacar que a Incubadora de Cooperativas da UNESP de Assis é um ótimo exemplo de como grupos de ensino, pesquisa e extensão se curvaram a esta nova necessidade social: atender um público completamente ignorado pela universidade até então, as catadoras e catadores de materiais recicláveis, numa lógica distinta do assistencialismo e do pragmatismo.

Bruna Oliveira Martins observou que, apesar das contradições e dos limites existentes (conjuntura desfavorável em todas as suas dimensões: social, econômica e política das/os catadoras/es e da universidade), algumas positivities foram

encontradas dentro das negatividades do Mundo do Trabalho Associado e da Educação para além do capital.

Martins destaca que as mulheres catadoras: a) participaram do movimento social de catadores, o que por si só já é uma tarefa hercúlea, dada a dificuldade de organizar localmente, regionalmente e nacionalmente trabalhadoras/es numa atividade singular e complexa como a catação; b) discutiram sobre a temática de gênero no cotidiano, o que as levou a questionar e lutar contra a divisão sexual do trabalho e o trabalho reprodutivo na sociedade capitalista; c) assumiram cargos de liderança e funções nunca antes pensadas, ajudando a quebrar a separação patriarcal da “liderança” (onde os homens ocupam o papel estratégico) e a divisão do trabalho intelectual-manual e d) questionaram os catadores homens acerca do acúmulo de trabalho destinado a elas.

Se não bastasse tudo isso, Bruna Martins também destaca – de forma geral - a relação das universidades públicas com as catadoras – e de forma particular - a atuação decisiva da Incoop UNESP Assis junto a estas trabalhadoras e trabalhadores associados, em inúmeras atividades formativas que ajudaram trabalhadoras e trabalhadores associados a pensar a sua própria existência e as possibilidades e urgências da produção associada.

Os desafios e as contradições existentes no processo de construção da autogestão nas cooperativas de catadoras e catadores não são poucos, especialmente num contexto de turbocapitalismo, onde a naturalização do lucro, da acumulação, do individualismo e da competitividade atingem a “perfeição”, e principalmente, o controle da cadeia produtiva da reciclagem pelas grandes corporações transnacionais que agora dizem “cuidar do meio ambiente”.

No que se refere aos processos de formação política, Bruna Martins analisou como a autoeducação, isto é, o processo de autoeducação que ocorre “naturalmente” entre trabalhadoras e trabalhadores ao se associarem (e construir o conhecimento associado) e como as práticas formativas propiciadas pela Incop UNESP Assis modificaram as relações de gênero da Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Assis e Região (COOCASSIS).

Aqui cabe um parêntese, pois o marxismo do século XX, com honrosas exceções, tendeu a ignorar ou a subestimar as questões étnicas, ambientais e de gênero. A classe trabalhadora era explorada e ponto!, sem se observar (ou em grande medida subestimando) fenômenos como a dupla ou tripla exploração das mulheres, a reprodução social numa ampla jornada de trabalho que envolve desde a ida para o trabalho num meio de transporte desumano, a exploração do trabalho na fábrica, além de lavar roupa e educar os filhos/as, quando estão fora da escola.

Por sua vez, a questão ambiental foi tratada, mesmo na URSS, como uma questão secundária ou na melhor das hipóteses, uma questão que seria tratada depois da revolução. Neste aspecto o estudo de Bruna Martins traz uma contribuição decisiva para “desinvisibilizar” a realidade das trabalhadoras associadas, na sua complexa atividade produtiva e reprodutiva: a catação de materiais recicláveis.

Ademais, ao também colocar o dedo em outra ferida da sociedade capitalista, isto é, a produção destrutiva, a produção desenfreada visando a acumulação de capital, a autovalorização do capital e a obsolescência planejada de mercadorias supérfluas, será possível a leitora e ao leitor constatar que o maior “lixo” de todos é

o próprio modo de produção e reprodução capitalista, que deverá ser “descartado” com a maior brevidade possível pela humanidade nas próximas décadas. Poderemos reciclar este modo de produção? O que sobrará dele? O que poderemos catar e o que deverá ser jogado na lata de lixo da história?

Por ser uma dissertação de mestrado, não foi possível a pesquisadora desenvolver boa parte das dimensões do fenômeno estudado. Cabe lembrar também que as mestrandas e os mestrandos ainda se encontram num estágio intermediário da apropriação da totalidade dos fenômenos sociais e de sua formação política, que provavelmente se dará no seu doutorado e em outras lutas cotidianas travadas pelos pesquisadores/as. Mesmo assim, Bruna Martins se destaca ao conseguir relacionar as múltiplas determinações do fenômeno estudado, ao fazer uma ampla pesquisa bibliográfica, documental e empírica (especialmente através de entrevistas e pesquisa de campo). Não posso deixar de destacar sua atuação na Incubadora antes de vir fazer o mestrado, como intelectual militante e pesquisadora, atuando junto aos movimentos sociais de Assis. Esta experiência certamente contribui para que este livro ficasse tão bonito!

Cumprе sublinhar também que a pesquisa foi realizada em tempos de pandemia do Coronavírus (COVID-19), onde vivenciamos um aprofundamento das desigualdades sociais e econômicas. A pandemia criou muitas dificuldades para a realização da pesquisa, e mais do que isso, as cooperativas e associações de trabalhadores e trabalhadoras foram duramente atingidas pelas políticas destrutivas da vida levadas a cabo por Jair Bolsonaro.

Quer entender mais sobre a dura realidade das catadoras e suas vitórias ao criar cooperativas de trabalho? Quer saber mais sobre as relações de gênero na produção associada? Quer se formar politicamente sobre os conflitos de classe e as lutas travadas entre homens e mulheres no trabalho singular de separação e gestão de uma cooperativa? Quer entender como uma Incubadora de Cooperativas auxiliou a criação de uma cooperativa, atuando seja em questões “elementares” no campo jurídico, seja na ajuda a uma organização regional e nacional? Quer entender as questões ambientais, para além da aparência da mera “separação” de materiais recicláveis? Eis o belo livro de Bruna Oliveira Martins! Uma contribuição decisiva para a compreensão das contradições da produção livremente associada, das questões de gênero e da educação para além do capital.

Henrique Tahan Novaes

Marília, 26 de dezembro de 2023

Introdução

O trabalho apresentado neste livro decorre da minha dissertação de mestrado¹ defendida em 2023 no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC), Campus de Marília, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp).

O interesse pela temática da pesquisa teve origem no segundo ano de estágio que realizei em cooperativas de catadoras/es de materiais recicláveis na região do Oeste Paulista no ano de 2019 a 2021, por meio da Incubadora de Cooperativas Populares da Unesp Assis (Incop Unesp Assis), no curso de graduação de psicologia. No cotidiano do trabalho com os empreendimentos, a equipe da Incubadora e as/os trabalhadoras/es percorrem por diversas contradições no que tange à realidade em que estamos inseridas/os e à realidade que desejamos construir, na luta dentro do movimento da Economia Solidária (ES). Tais contradições me afetaram e me levaram ao desejo de compreender e de analisar uma especificidade que demanda mais atenção dentro da Economia Solidária e da categoria das/os catadoras/es de materiais recicláveis: as relações de gênero. Não é qualquer mulher que encontramos

¹ A pesquisa recebeu financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Código de Financiamento 001, e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), processo 161300/2021-9.

nesses locais, ela tem classe social e tem raça específicas: são negras e são pobres e precisam sustentar uma família.

Para a realização desta pesquisa, foi necessário o estabelecimento de categorias centrais: o Trabalho Associado, a Economia Solidária, as relações de gênero e a formação, sob os termos de autoeducação e práticas formativas. O estudo procurou focalizar as categorias centrais, de modo a cumprir com os objetivos traçados e a responder o problema de pesquisa. A escolha pelo recorte de gênero se deve à compreensão de que as desigualdades decorrentes do patriarcado não só são reajustadas no capitalismo, mas servem como elemento extremamente importante para sua perpetuação.

O trabalho ainda é uma questão complexa para muitas mulheres, inclusive para as mulheres catadoras. O capitalismo e as relações sociais e de trabalho capitalistas não permitem a inserção de todas as pessoas no mercado de trabalho. Ainda que o surgimento do capitalismo tenha inserido as mulheres trabalhadoras em trabalhos considerados “produtivos”, fora do ambiente doméstico, essa inserção foi realizada de forma precária, em trabalhos que já não eram mais tão valorizados pelos homens, e desde que elas continuassem a efetuar suas tarefas dentro de casa (SAFFIOTI, 2013).

O trabalho doméstico e o cuidado das/os filhas/os ainda são considerados socialmente como trabalho reprodutivo e não produtivo, atribuídos à mulher, por meio da reprodução de uma ideia de que as características de *cuidado* e da *delicadeza* são exclusivas das mulheres. O uso dessa ideia para justificar a tipificação e a hierarquização da posição da mulher no âmbito pessoal e profissional produz inúmeras consequências tanto para as mulheres quanto para os homens. Essa realidade se torna ainda mais drástica

a partir da ascensão do neoliberalismo, com o processo de flexibilização dos contratos trabalhistas, com a redução do poder de sindicatos e com a retirada de muitos dos direitos das/os trabalhadoras/es.

No neoliberalismo, os princípios e os valores do capitalismo, como a competitividade, individualismo, exploração e precarização são aprofundados. O desemprego estrutural e as formas desregulamentadas de trabalho são algumas das consequências das transformações implementadas pelo neoliberalismo (ANTUNES, 2009). Por representar uma possibilidade de trabalho para as pessoas excluídas do mercado de trabalho formal, inclusive para mulheres que não possuem disponibilidade de horário para exercer seu trabalho de forma integral, devido às incumbências que o trabalho doméstico e o cuidado das/os filhas/os requerem, o trabalho da catação de materiais recicláveis teve crescimento significativo na década de 1990.

Com o aumento do consumo e da geração de produtos que possuem pouca durabilidade, embrulhados em embalagens descartáveis, expandiu-se também a quantidade de resíduos sólidos (papel, vidro, metal, plásticos, etc) nos aterros e nos lixões, bem como o número de pessoas que catam esses materiais para vender e para, assim, sobreviver. A emergência de outra destinação para os materiais recicláveis se deu a partir da inviabilidade de alocar tantos resíduos nos aterros e lixões e do crescimento desse segmento de trabalho, que foi se desenvolvendo na medida que o processo de reciclagem foi sendo viabilizado. A reciclagem, enquanto nova destinação para os resíduos sólidos, só foi praticada em larga escala na economia brasileira com o barateamento da tarefa de coleta, por meio da desvalorização do trabalho das pessoas que realizam, em sua

maioria, as tarefas de coleta e de triagem, e dos baixos investimentos tecnológicos destinados ao setor (BOSI, 2008).

Entretanto, conforme crescia o número de catadoras/es de materiais recicláveis, crescia também a necessidade de melhorar suas condições de trabalho. Apesar de fundamental para a limpeza pública e para a mobilidade urbana, o trabalho dessas pessoas ainda encontra-se extremamente precarizado, uma vez que grande parte dessas/es trabalhadoras/es são informais e não possuem seus direitos assegurados. Além disso, diante dos princípios e valores do capitalismo, a preocupação ambiental e social não são prioridades, ao menos não mais do que o lucro que qualquer campo e/ou processo produtivo pode proporcionar para as camadas mais altas das classes sociais. Para Karl Marx (2002), no sistema capitalista, os/as donos/as do meio de produção vão, cada vez mais, receber o maior valor possível de excedentes para acumular, nem que para isso as classes trabalhadoras estejam sujeitas às piores condições trabalhistas e sociais possíveis.

A organização do trabalho da catação na forma coletiva, por meio da criação de associações e cooperativas populares pautadas nos princípios da Economia Social e Solidária, da Autogestão, do Trabalho Associado e/ou do cooperativismo das/os trabalhadoras/es, em articulação com o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), possibilitou o fortalecimento desta parcela das classes trabalhadoras e o movimento de resistência por melhores condições de trabalho (CARVALHO, 2008). Em contraposição aos valores de disputa e de individualismo pautados pelas relações capitalistas, o Trabalho Associado e a Economia Solidária emergem na América Latina como uma forma da classe trabalhadora lutar pela sobrevivência de um grande contingente da população e a favor do exercício de poder das classes trabalhadoras.

Quando organizado a partir da Economia Solidária, o trabalho pode promover um enfrentamento à precarização do trabalho, processo inerente ao sistema em que estamos inseridas/os e, principalmente, ao aprofundamento dele. No Brasil, a Economia Solidária surge na década de 1990, não só como uma alternativa de geração de trabalho e renda, mas como possibilidade de construir uma nova forma de produção por meio da posse coletiva dos bens e dos meios de produção e novas relações de trabalho pautadas pela igualdade, pela cooperação e pela solidariedade (SINGER, 2002). As organizações de trabalho pautadas pela Economia Solidária são denominadas de iniciativas, quando não formalizadas, e quando formalizadas, de Empreendimentos Econômicos Solidários (EESs). Essas organizações podem ter diversas frentes de trabalho, como por exemplo, de produção, de artesanato, reciclagem, agroecologia e etc. Ao decorrer dos capítulos, apesar de traçar um recorte a partir da frente da reciclagem, realizo algumas aproximações e/ou distinções entre as várias especificidades de trabalho dentro do Trabalho Associado e da Economia Solidária.

Pode-se afirmar, por exemplo, que uma aproximação entre esses diversos tipos de empreendimentos é a constituição dos grupos. A organização de uma cooperativa e/ou de uma associação popular, mesmo que pautadas pelo Trabalho Associado ou pela Economia Solidária, implica a inserção das/os trabalhadoras/es no sistema econômico e social vigente. As relações sociais e de produção na economia capitalista operam de acordo com uma diferenciação e de uma hierarquização das posições dos indivíduos a partir de uma estrutura de poder embasada na inferiorização do sujeito perante a classe social, o sexo e a raça (SAFFIOTI, 2013). Assim, inicialmente, as experiências autogestionárias eram lugares de homens, e só passaram a ser destinadas às mulheres quando abandonaram o

caráter de ameaça para o capitalismo e quando as lutas das classes trabalhadoras estavam enfraquecidas (WIRTH, 2010). No entanto, os estudos sobre as relações de gênero nessas experiências são escassos e é apenas nos últimos anos que esse tema está sendo olhado pelas/os pesquisadoras/es.

Para realizar as análises que decorrem dos dados desta pesquisa, foi necessário o estabelecimento de uma articulação entre a categoria do gênero e do trabalho no capitalismo, já que, é a partir do surgimento do capitalismo que novas desigualdades foram aparecendo, e antigas desigualdades, como a desigualdade de gênero, foram tomando novas formas (WIRTH, 2010).

Como dito anteriormente, é após o desenvolvimento das relações capitalistas que as mulheres são inseridas em massa (de forma precária) no processo produtivo, ainda que as mulheres negras e pobres já trabalhassem fora de casa anteriormente, o que revela também uma desigualdade de classe social e de raça. As dimensões da desigualdade de gênero e de raça são recentemente incorporadas no discurso dos movimentos sociais, especialmente no movimento da Economia Solidária e das/os catadoras/es de materiais recicláveis. Levando em consideração que as mulheres são a maioria nessas organizações, é necessária a inserção da dimensão de gênero como um princípio específico dos movimentos, a fim de desocultar a realidade das mulheres que vivem submetidas às condições de vida muito precárias (LEITE; SOUZA, 2010, HILLENKAMP; GUÉRIN; VERSCHUUR, 2014, GUÉRIN, 2005, SCHNEIDER, 2010).

Grande parte das catadoras de materiais recicláveis está inserida no trabalho como uma forma de gerar sobrevivência para elas mesmas e para suas famílias (SILVA; MENEGAT, 2016). Segundo o MNCR (2014), ao final de 2013, o Instituto de Pesquisas

Econômicas Aplicadas (IPEA) divulgou o resultado de uma pesquisa que demonstra que as mulheres são 70% da categoria das/os catadoras/es, “mulheres negras e chefes de família”. Para o movimento, no entanto, este número pode ser reavaliado porque algumas mulheres consideram o trabalho da catação como complementar, e entendem que o trabalho doméstico é o trabalho principal.

A partir da incubação, podemos entrar em contato com a realidade local dessas trabalhadoras e verificar as estatísticas nacionais. É possível afirmar que no Oeste Paulista, a partir de pesquisas (CARVALHO, 2008, CARVALHO; RONDINI, 2017, SILVA, 2014), que as mulheres são a maioria nessa frente de trabalho e que muitas delas são negras, pobres, possuem baixo nível de escolaridade e exercem o trabalho doméstico dentro de suas casas e nas casas de outras pessoas e o cuidado das/os filhas/os. O protagonismo das mulheres negras no trabalho da catação nos permite a reflexão sobre a importância do processo de formação que essas/es trabalhadoras/es precisam obter para lutar contra as diversas opressões que sofrem perante essa realidade.

O processo de formação para o trabalho coletivo, seja pautado pelo Trabalho Associado ou pela Economia Solidária, requer a construção de uma consciência crítica para a superação da alienação produzida pelo modo de organização capitalista, que promove consequências não só para as mulheres, mas para os homens de classes mais baixas, uma vez que, ao marginalizar as mulheres da mesma estrutura ocupacional, serve aos interesses das classes dominantes, que detêm o poder econômico (SAFFIOTI, 2013). A transformação do trabalho e a desalienação do trabalho devem ser amparadas pela construção de uma educação emancipatória, que incorpore discussões para além do capital, com

a finalidade de realmente permitir outro *modelo* de relações econômicas e sociais (NOVAES, 2015).

A formação pode compreender tanto processos de autoeducação – a partir de modos de aprender com o próprio processo do trabalho e com as experiências de troca na vivência coletiva (participação em assembleias, organização de comissões, participação em eventos e em movimentos sociais), como com práticas formativas propiciadas por entidades de apoio e fomento com os empreendimentos. A autoeducação (VIANA, 2018, LÖWY, 2014), diz respeito a um retorno ao significado real da categoria trabalho humano, como atividade necessária, satisfatória e educadora (MARX, 2002, NOVAES, 2018).

As práticas formativas que são proporcionadas tanto para organizações de trabalho quanto para movimentos sociais, em geral, são elaboradas por meio da metodologia da Educação Popular (EP), que tem Paulo Freire (1979) como precursor. Quando nos referimos à Economia Solidária, temos como principais entidades de apoio e de fomento o poder público, a Igreja Católica e as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs). As ITCPs surgem para promover e incentivar o trabalho coletivo a partir de, em sua maioria, atividades e projetos de extensão universitária responsáveis pelo apoio técnico e por ações de formação, compostas por alunas/os, professoras/es e funcionárias/os (SINGER, 2002). Por meio do desenvolvimento de tecnologias sociais e da aproximação das/os trabalhadoras/es com o poder público, as Incubadoras exercem um papel essencial para a inserção produtiva, para a construção de políticas públicas e para a formação de trabalhadoras/es para o trabalho coletivo.

A fim de fomentar uma aproximação da universidade com os movimentos sociais e com a comunidade, o presente estudo

possui o objetivo geral de, dado os desafios e as contradições existentes no processo de construção de autonomia, autogestão, igualdade e gestão democrática nos empreendimentos, frente aos princípios capitalistas de lucro, acumulação, individualismo e competitividade (CARVALHO, 2008), analisar se e como a autoeducação e as práticas formativas propiciadas pela Incop Unesp Assis modificam as relações de gênero da Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Assis e Região (COOCASSIS). Os objetivos específicos são: analisar as relações de gênero no empreendimento; analisar o processo de autoeducação das/os trabalhadoras/es; e analisar as práticas formativas realizadas pela Incop Unesp Assis no empreendimento.

Em tempos de pandemia da Coronavírus (COVID-19), vivenciamos um aprofundamento das desigualdades sociais e econômicas. Paralelo a isso, presenciamos um desmonte dos serviços públicos, especialmente da universidade, e uma precarização do acesso à educação, principalmente diante das orientações necessárias de distanciamento social: nem todas as pessoas e nem todos os empreendimentos possuem acesso à internet e os que possuem têm dificuldades no que tange à sua qualidade. Nesse cenário, é de grande relevância o problema de pesquisa que é levantado por meio desse estudo: o processo de autoeducação e as práticas formativas realizadas pela Incop Unesp Assis modificam as relações de gênero estabelecidas na COOCASSIS? Se sim, como?

Adotamos os procedimentos metodológicos da pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa empírica. A pesquisa bibliográfica compreendeu um levantamento por meio das palavras-chave: catadoras/es de materiais recicláveis; Trabalho Associado; Economia Solidária; gênero; autoeducação; incubadoras de cooperativas populares, seleção, leitura e análise dos dados coletados

dos principais livros, teses, capítulos de livro e artigos científicos no google acadêmico, na base de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e na Scientific Electronic Library Online (SciELO). Na pesquisa documental, utilizamos os principais documentos da Incop Unesp Assis e da Cooperativa, bem como os principais registros de preparação das práticas formativas realizadas com a Cooperativa. Para localizar esses documentos (como Estatuto Social, Regimento Interno, relatórios de atividades e da Pró-Reitoria de Extensão Universitária- PROEX, etc) utilizamos o arquivo físico da Cooperativa e o drive do e-mail da Incubadora. Também, investigamos os registros de preparação das principais oficinas, grupos de trabalho e dinâmicas realizadas com a Cooperativa nos cadernos de registro físicos e virtuais e nos sites da Cooperativa, Incubadora e MNCR.

A pesquisa empírica foi realizada por meio da observação e de entrevistas individuais semiestruturadas. A Cooperativa em questão foi escolhida de acordo com a sua grande relevância para a cidade e para a região onde está localizada e à relação duradoura de confiança que estabelece com a Incubadora. A Incop Unesp Assis teve origem em 2006 com o financiamento do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC) e por meio da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), do Ministério do Trabalho (MTE) e da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). Caracterizada como projeto de extensão universitária e também como núcleo de estágio profissionalizante do curso de psicologia, a Incop Unesp Assis é composta por docentes, estagiárias/os e extensionistas.

A Incop Unesp Assis busca, na atuação direta com as/os trabalhadoras/es da Economia Solidária, contribuir para a construção de uma consciência crítica da realidade, e consequentemente, para a promoção da igualdade (CARVALHO; LADEIA; FELÍCIO, 2017). Percebe-se que a presença de lideranças femininas nas cooperativas de catadoras/es e o trabalho de formação destas promovido pela Incubadora é uma realidade. A educação para a participação igualitária, transparência, cooperação, e outros princípios e valores da Economia Solidária representa uma luta contra as desigualdades vividas por uma parcela das classes trabalhadoras no âmbito social.

O objeto de estudo da pesquisa, a COOCASSIS, é um EES incubado pela Incop Unesp Assis, que surgiu e se desenvolveu por meio da interlocução da universidade-sociedade. Antes de se consolidar, em 2001, a Cooperativa era uma iniciativa de um grupo de trabalhadoras/es desempregadas/os que, juntamente à universidade, por meio de atividades de extensão, desenvolvia um trabalho composto por discussões a respeito da problemática do desemprego, tão relevante para a questão econômica, social e política brasileira, com o intuito de desenvolver espaços de reflexão acerca do fenômeno e das suas repercussões na vida deste grupo (CARVALHO, 2008).

Com o apoio do poder público, da Cáritas Diocesana de Assis e da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), campus de Assis, o grupo de trabalhadoras/es começou a aumentar e a construir o modo de organização do trabalho, até ser oficialmente formalizada em 2003, com a aprovação de Estatuto Social e com a eleição de seus Conselhos de Administração e Fiscal. Nos dias atuais, a Cooperativa possui mais de 100 trabalhadoras/es, que realizam a tarefa de coleta dos materiais recicláveis nas

residências, instituições e nas ruas, triagem, prensagem, enfardamento, armazenamento e comercialização.

A COOCASSIS é considerada uma referência para as cidades da região do Oeste Paulista devido a sua grande relevância, tanto para Assis quanto para municípios vizinhos. Funciona em quatro setores: na coleta seletiva nas ruas, no barracão (onde realizam a maior parte das funções do trabalho), na frente do lixo orgânico (que não nos aprofundaremos na presente pesquisa) e na coordenação do empreendimento (Conselho de Administração e Conselho Fiscal). Ao adotarem os princípios e valores da Economia Solidária no trabalho, com a participação da Incop Unesp Assis, as/os catadoras/es buscam colocar em prática a autogestão, gestão democrática, cooperação e solidariedade.

A COOCASSIS e a Incop Unesp Assis possuem um longo caminho em conjunto, cheio de desafios, dificuldades e potencialidades. O desenvolvimento das instituições se deu de forma mútua, na construção e no compartilhamento de saberes. Assim, trabalhadoras/es e universidade ampliam e fortalecem as lutas, articulando-as por meio de práticas que conciliam dois campos inseparáveis: educação e trabalho. Compreendemos que o recorte de gênero traz novos olhares sobre essas categorias. Ao desvelar relações entre gênero, catadoras/es, trabalho e educação, aprofundamos ainda mais as análises sobre o quão contraditórios o capitalismo e o neoliberalismo podem ser e o quanto afetam, de forma ainda mais intensa, as protagonistas desta pesquisa: as mulheres catadoras.

A observação foi realizada de acordo com a preparação de um cronograma e de um roteiro, que estabeleceu algumas pré-categorias a serem estudadas no empreendimento. Após apresentação da proposta e autorização da presidenta da Cooperativa para o desenvolvimento da pesquisa no local, negociamos um

cronograma que poderia ser viável tanto para nós quanto para as/os trabalhadoras/es. Durante o período de duas semanas e meia, observamos o trabalho no barracão da Cooperativa por duas manhãs, dois almoços e duas tardes. Ademais, acompanhamos dois caminhões da coleta seletiva por dois setores distintos, no período da manhã até a tarde, um caminhão dirigido por um homem e um caminhão dirigido por uma mulher.

Em cada período/dia, nos atentamos às seguintes pré-categorias: 1) funcionamento da Cooperativa: 1.1) processos e funções do trabalho; 1.2) instrumentos de trabalho; 1.3) gestão administrativa; 2) relações de gênero: 2.1) divisão sexual do trabalho na Cooperativa; 2.2) relações sociais estabelecidas pelas/os cooperadas/os e 3) autoeducação e processos formativos.

Tendo como base a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental, os roteiros de entrevistas foram elaborados, de acordo com a especificidade do sujeito: foram entrevistadas/os tanto trabalhadoras/es do empreendimento quanto membros da Incop Unesp Assis. Desenvolvemos, portanto, um roteiro específico para as/os catadoras/es e um para os membros da Incubadora, modificando tanto o teor de análise quanto a linguagem das perguntas. Como as entrevistas foram feitas de forma semiestruturada, foi possível, ao longo das entrevistas e após o processo da observação, desenvolver e aperfeiçoar algumas delas.

Inicialmente, as entrevistas seriam realizadas por meio de videochamadas na plataforma do Google Meets. No entanto, após a vacinação das três doses, foi possível analisar que o período da pandemia da COVID-19 estaria mais favorável à realização de entrevistas presenciais. Mediante apresentação e autorização das/os participantes por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), realizamos entrevistas presenciais de acordo

com as orientações do uso de máscaras e de distanciamento social. Foram providenciadas máscaras descartáveis para as/os trabalhadoras/es que não tinham.

Foram entrevistadas três mulheres catadoras e dois homens catadores, uma ex- integrante, uma coordenadora e um coordenador da Incop Unesp Assis que continham as informações necessárias para o andamento da pesquisa. No total, foram realizadas, portanto, oito entrevistas. As entrevistas foram transcritas e analisadas. É importante ressaltar que, devido a alguns fatores, apenas a entrevista com a ex-integrante da Incubadora foi realizada de forma virtual, pela plataforma do Google Meet, e foi gravada e armazenada no drive do email da pesquisadora.

A escolha das/os entrevistadas/os foi feita de forma estratégica, de modo a permitir a obtenção de diferentes perspectivas, diferentes lugares dentro da Cooperativa e dentro do viés de gênero. Foi entrevistada uma cooperada que ocupa o cargo de representação de presidenta do empreendimento, uma cooperada técnica de segurança do trabalho considerada uma das pessoas que mais representa a Cooperativa em outros espaços como nos fóruns e nos eventos dos movimentos sociais da categoria e da Economia Solidária e uma cooperada que não está e que não possui interesse nos postos de representação, apesar de já ter participado de alguns eventos e capacitações promovidos pelo movimento nacional e regional e pela Incubadora.

Foi entrevistado um cooperado que ocupa o cargo de representação de secretário no Conselho de Administração do local, e que já esteve bastante envolvido com as ações tanto do movimento nacional quanto do movimento regional da categoria e um cooperado mais distante dos postos de representação. Entrevistamos também a coordenadora, o coordenador e uma ex-integrante da

Incubadora que acompanhou o empreendimento durante o período de dois anos, o que produziu visões, ao mesmo tempo, diferentes e parecidas da realidade, o que proporcionou um rico conteúdo a ser analisado.

A forma de análise de dados é analítico-explicativa, baseada no registro, análise e interpretação do fenômeno em busca de identificar causas e efeitos. Buscamos demonstrar as tendências de seu desenvolvimento e as forças que o determinam. As principais categorias que utilizamos são: história, formação, gênero, conflito social e contradições. Partimos do movimento do real e, portanto, levando em consideração o processo contraditório da realidade, conforme suas particularidades.

Pretendemos, por meio desse estudo, contribuir para a área da educação e para a aproximação das universidades com o enfrentamento dos problemas sociais e econômicos perpetuados pelo modo de organização do trabalho e modelo societário vigente. Todas as/os entrevistadas/os construíram sua história, tanto na Incubadora quanto na Cooperativa, durante um longo período de tempo, umas e uns mais do que as/os outras/os, o que favoreceu uma construção histórica das duas instituições e conferiu à pesquisa uma produção de resgate a memória, aos afetos, às nostalgias e às dificuldades, de forma não romantizada, mas *real*. Perante os desmontes feitos nos governos passados (após o Golpe de 2016) e especialmente na gestão de Jair Bolsonaro (2018-2022), especialmente na vida desta parcela das classes trabalhadoras e das/os discentes, docentes e funcionárias/os empenhadas/os em projetos que vislumbram *outra* realidade possível, *recordar* é o primeiro passo para construir novas lutas.

Este livro está estruturado em quatro capítulos, de acordo com as principais categorias estudadas na pesquisa. No Capítulo 1,

Trabalho e a catação de materiais recicláveis, realizamos um apanhado teórico acerca da realidade socioeconômica do mundo do trabalho no sistema capitalista de produção, e buscamos compreender o desenvolvimento das organizações de trabalho das/os catadoras/es de materiais recicláveis em um contexto mais amplo, considerando o percurso histórico dos fenômenos do Trabalho Associado e da Economia Solidária como fundamentais para a luta de resistência das classes trabalhadoras. A partir da construção de novas relações sociais e de trabalho, as/os catadoras/es se articulam em organizações de trabalho, visando a transformação da realidade na qual estamos inseridas/os. Apresentamos o funcionamento atual de trabalho da COOCASSIS, a fim de analisar, posteriormente, o objeto de estudo.

No Capítulo 2, **Gênero, trabalho e as/os catadoras/es de materiais recicláveis**, refletimos acerca das articulações existentes entre as categorias gênero, trabalho e as organizações de trabalho coletivo, principalmente de catadoras/es de materiais recicláveis. A fim de, no próximo capítulo, identificar e analisar as potencialidades e as dificuldades da modificação das relações de gênero nas relações sociais e de trabalho a partir de projetos e processos de autoeducação praticados nos grupos, especialmente em EESs de catadoras/es de materiais recicláveis, procuramos, antes, investigar se e como as reproduções das relações de gênero estabelecidas no capitalismo acontecem nas organizações de Trabalho Associado e da Economia Solidária, bem como as transformações possibilitadas pela vivência associada/cooperativa e pelas ações coletivas. Consideramos a modificação das relações de gênero como um fator principal para a transformação social, visto que, para a construção de novas relações sociais e de trabalho pautadas na solidariedade, na igualdade e na democracia, é necessária a produção de relações de gênero mais

igualitárias. Analisamos as relações de gênero existentes na COOCASSIS e traçamos paralelos com outras organizações de catadoras/es.

No Capítulo 3, **A autoeducação e o papel da universidade nas organizações de trabalho das/os catadoras/es**, discorremos sobre o conceito de autoeducação e analisamos como os projetos e processos autoeducativos se efetivam no cotidiano em um empreendimento de Trabalho Associado e da Economia Solidária e no movimento social. Também, apresentamos o papel da universidade, por meio das ITCPs, em potencializar os processos de autoeducação das/os trabalhadoras/es, com base nas práticas formativas promovidas por essas entidades. Ao se articular com as organizações, buscando o diálogo e a construção de novos saberes com as/os trabalhadoras/es, as ITCPs cumprem a função social que a universidade deve desempenhar, por meio de, principalmente, atividades de extensão universitária. É a partir da autoeducação e da formação que ocorre entre os grupos, o movimento social e as ITCPs, que pode-se vislumbrar o debate acerca das relações de gênero, para, enfim, modificá-las. Exploramos, primeiramente, um cenário mais geral, a fim de aprofundarmos a análise da realidade das/os catadoras/es de materiais recicláveis.

Por fim, no Capítulo 4, **A autoeducação e as práticas formativas na COOCASSIS: modificação das relações de gênero?**, apresentamos a relação da COOCASSIS com a Incubadora e evidenciamos um histórico do caminho conjunto percorrido pelas duas instituições. Analisamos a localização da COOCASSIS no movimento social nacional, regional e local, e o papel do processo da autoeducação e das práticas formativas na formação das/os catadoras/es para exercer o trabalho coletivo e, posteriormente, suas funções na modificação das relações de gênero do empreendimento.

Capítulo 1

Trabalho e a catação de materiais recicláveis

Por meio do trabalho, os seres humanos produzem e se reproduzem. O trabalho, historicamente, conferiu sentido fundamental à existência humana, e é, portanto, uma das categorias mais importantes utilizadas para a análise da constituição e do modo de funcionamento das estruturas sociais. No decorrer da história, várias formas de trabalho foram surgindo — até a construção do trabalho como conhecemos hoje, a partir do surgimento do capitalismo e, posteriormente, do neoliberalismo.

O trabalho da catação de materiais recicláveis surge e é expandido a partir do capitalismo, e especificamente, no cenário neoliberal. A catação só se torna uma profissão, no entanto, quando as/os catadoras/es se unem em um movimento social, após o crescimento da produção de resíduos sólidos pelas indústrias, do consumo pela população e da quantidade de pessoas que exercem esse trabalho para garantir, minimamente, a sobrevivência. Neste capítulo, traçamos reflexões sobre algumas das categorias centrais estudadas na presente pesquisa: o trabalho da catação de materiais recicláveis, o Trabalho Associado e a Economia Solidária, as organizações de trabalho e o movimento das/os catadoras/es.

Para compreendermos essas categorias, precisamos, primeiramente, analisar algumas categorias periféricas que compõem

a realidade na qual estamos inseridas/os: o trabalho no capitalismo, as relações capitalistas, a ascensão do neoliberalismo e o cenário de precarização do trabalho que dele decorre. Diante da realidade neoliberal, a catação é uma alternativa precarizada de trabalho e renda para uma boa parte das pessoas, e, especialmente, as brasileiras. Aqui, tratamos mais das/os catadoras/es brasileiras/os, devido ao recorte da cooperativa estudada; no entanto, traçamos paralelos com realidades aproximadas de outros países, principalmente os países latino-americanos, nos quais as/os catadoras/es também são numerosas/os.

O trabalho no capitalismo e no neoliberalismo

Para Karl Marx (2002) e David Harvey (2013), a expansão do capitalismo é um processo em movimento, que possui a geração de excedentes cada vez maiores como principal objetivo. A partir da promoção de um esgotamento dos recursos naturais e de um esgotamento físico e psicológico das/os trabalhadoras/es, o capitalismo se constitui enquanto um sistema que reproduz a si próprio a partir de um crescimento infinito do mercado de trocas das mercadorias e da massa de trabalhadoras/es. Estas/es trabalhadoras/es, por sua vez, não possuem outra escolha a não ser realizar um trabalho compulsório, gerador de sofrimento, repetitivo e sem sentido para sobreviver e para garantir a sobrevivência de suas famílias, o que viabiliza uma alienação de si próprias/os e da realidade na qual estão inseridas/os.

A alienação é uma ferramenta utilizada no capitalismo para manter as/os trabalhadoras/es em um tipo específico de trabalho: o trabalho que aprisiona, degrada, explora e que é, conseqüentemente, esvaziado de sentido. Karl Marx (2002, p. 788), ao considerar a

relação da trabalhadora e do trabalhador com o trabalho, com o produto do trabalho, com as/os colegas de trabalho e com a natureza, descreve o processo de alienação das/os trabalhadoras/es no capitalismo, afirmando que a classe trabalhadora consome por meio de uma “reconversão dos meios de subsistência, alienados pelo capital em troca da força de trabalho, em nova força de trabalho a ser explorada pelo capital”.

No processo de alienação do trabalho, “o trabalhador só se sente junto a si fora do trabalho e fora de si no trabalho” (NOVAES, 2018, p. 17). Para David Harvey (2013), as relações capitalistas de trabalho possuem algumas limitações e contrastam com a ideia de que o trabalho é uma atividade de expressão da criatividade humana. A busca por excedentes cada vez maiores centraliza o capital como essencial para a continuidade de trabalho, e, em contrapartida, as condições sociais e trabalhistas de quem realmente é essencial para que o capitalismo gire ficam à espreita, ou seja, da trabalhadora e do trabalhador. As/os trabalhadoras/es, portanto, nunca recebem pelo tanto que trabalham e trabalham porque precisam sobreviver, de forma desgastante, porque precisam oferecer produtividade e promover lucro para permanecerem em seu trabalho.

Paul Singer (2002), que foi economista e sociólogo, ex-secretário Nacional de Economia Solidária (ES), do Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE), e também considerado pai da ES no Brasil, considera que o capitalismo tornou-se tão influente que tendemos a naturalizá-lo. Seus princípios e valores são tomados como características que estão presentes nos seres humanos desde que nascemos: a competitividade e a consequente polarização produzida pelo capital são dadas como uma mera consequência da vida, resultante das escolhas individuais ou até de alguma ordem

divina. Analisa que o capitalismo não é só produtor de desigualdade, mas utiliza-a como mecanismo de acumulação de capital.

[...] o capitalismo produz desigualdade crescente, verdadeira polarização entre ganhadores e perdedores. Enquanto os primeiros acumulam capitais, galgam posições e avançam nas carreiras, os últimos acumulam dívidas pelas quais devem pagar juros cada vez maiores, são despedidos ou ficam desempregados até que se tornam inempregáveis, o que significa que as derrotas os marcaram tanto que ninguém mais quer empregá-los. Vantagens e desvantagens são legadas de pais para filhos e para netos. Os descendentes dos que acumularam capitais ou prestígio profissional, artístico etc., entram na competição econômica com nítida vantagem em relação aos descendentes dos que se arruinaram, empobreceram e foram socialmente excluídos. O que acaba produzindo sociedades profundamente desiguais (SINGER, 2002, p. 9).

Tal processo fica evidente no campo da cadeia da reciclagem: com o aumento catastrófico da produção e do consumo de produtos com durabilidade cada vez menores, a geração de lixo também cresce. Ou seja, “tudo o que antes já ia para o lixo agora vai para o lixo muito mais rapidamente” (WIRTH, 2010, p. 95). No entanto, é a partir do momento que a reciclagem se torna vantajosa para o capital que começa a ser uma ferramenta empregada e estimulada pelos governos, porque passa a ser utilizada para a acumulação e, concomitantemente, para a precarização do trabalho da catadora e do catador de materiais recicláveis. Para naturalizar essas relações, no entanto, o capitalismo exerce a dominação das massas, que ficam alienadas do real objetivo por trás do discurso de que tal processo é *necessário* para a *promoção de mais oportunidades de trabalho*, ou que

atua como uma forma de compensação pelas tantas faltas que o capitalismo promove.

Mas o capitalismo não possui uma atuação de compensação. Carlos Loureiro (2007) analisa que o mercado capitalista não cumpre o papel de satisfazer as carências, de promover mais oportunidade para as/os trabalhadoras/es, pelo contrário, se direciona para uma superprodução e um superconsumo para a minoria e um subconsumo, exploração e expropriação para a maioria, sob um ideal de uso acelerado do que a natureza tem a oferecer para a “*conservação*” da vida humana. Marília Tozoni-Reis (2007, p. 193) analisa que o processo de alienação não se dá apenas nas classes trabalhadoras, mas também nas elites que, ao centralizarem o capital em suas vidas, vivem submetidas a ele:

A alienação transforma, portanto, as relações sociais entre pessoas em relação entre “coisas” – mercadoria. Este movimento, constituinte das relações sociais, transforma também os proprietários dos meios de produção que, ao se submeterem à lógica desse mercado, são também seres humanos alienados. O capital aparece para todos como “naturalmente” determinante das vidas das pessoas e das classes sociais. A alienação, que reifica as relações sociais, transformando pessoas em “coisas”, e o fetiche por ela gerados (Chauí, 1981), levam à compreensão das atividades humanas como alheias, independentes, autônomas, à vontade dos homens, gerando ideologias [...].

Algumas relações compreendidas como naturais socialmente jamais seriam humanamente aceitas caso fossem entendidas como sociais, e é na desalienação, justamente, que esse processo ocorre. A partir da desalienação, é possível encontrarmos as contradições presentes entre as dimensões econômicas, produtivas e sociais do

capitalismo. O encontro com essas contradições promove diversas crises e sérios conflitos sociais, o que impulsiona, no capitalismo, a necessidade da adoção de novas estratégias que deem conta de manter a alienação e de conduzir o capital ao seu objetivo último: acumular. Assumindo novas roupagens, mas partindo do mesmo pressuposto, o sistema capitalista se utiliza de alguns instrumentos para se esquivar das crises de superprodução e dos conflitos comerciais e sociais gerados devido às contradições encontradas na concorrência e na competitividade entre as empresas, nas injustiças, na pobreza, na opressão, na desigualdade e no desemprego.

No decorrer do tempo, a conservação desse modo de organização foi alicerçada em fundamentos liberais e, posteriormente, neoliberais. Reginaldo Moraes (2001) examina que a constituição do liberalismo representou uma estratégia de instituir a necessidade da concorrência de mercado no mundo com a finalidade de substituir e de negar o mercantilismo, sistema de valores capitalista anterior ao liberal. Em oposição ao sistema das hierarquias, os autores liberais defendem as possibilidades de ascensão da burguesia e a liberdade individual, a partir do incentivo à divisão social (sexual, racial e internacional) do trabalho, à dedicação plena e a recompensa pelo trabalho, à defesa da propriedade privada e à limitação do poder público pela lei.

A doutrina liberal é constituída, genericamente, por ideais que abarcam a busca pelo lucro e a motivação pelos interesses individuais. O liberalismo clássico pressupõe o incentivo à livre concorrência de mercado, à livre iniciativa, à desregulamentação e privatização das atividades econômicas e à redução do papel do Estado na economia. Para os pensadores desta doutrina, sem a intervenção do Estado nos interesses e nas necessidades individuais e privadas, a sociedade dividiria, “*naturalmente*”, o capital, de acordo

com o que a população deseja. A expansão do modelo liberal seria comprometida, portanto, pela intervenção do Estado, pelo socialismo e pelas políticas sociais (MORAES, 2001).

A expansão do liberalismo no mundo foi marcada pelas crises e pelos conflitos sociais. Na década de 1970, o mundo passa por uma *crise estrutural do capital*, compreendida como um período de queda significativa das taxas de lucro, de esgotamento das formas de acumulação de capital e de insatisfação social. A estratégia empregada para a superação desta crise foi aplicar uma modificação no modo de organização do trabalho e uma atualização do pensamento liberal, com a expansão do neoliberalismo (SANTOS; PAIXÃO, 2014). Para Ricardo Antunes (2008, p. 43), a crise dos fins da década de 1960 e início de 1970, fez com que o mundo produtivo passasse por um processo de reestruturação com a finalidade de realizar uma “recuperação do seu ciclo de expansão, e ao mesmo tempo, recompor seu projeto de dominação societal, que foi abalado pela confrontação do trabalho dos anos 60, que questionou alguns dos pilares da sociabilidade do capital”.

O capitalismo neoliberal, enquanto corrente de pensamento e processo de redirecionamento capitalista, compreende um aprofundamento da alienação e da exploração do trabalho (SANTOS; PAIXÃO, 2014). A fim de intensificar a produtividade, de aplacar as lutas sociais e de reconstruir a capacidade de acumulação do capitalismo, o projeto neoliberal orienta o mundo para uma *mundialização do capital*, que visa reforçar e expandir uma hegemonia de classe. O neoliberalismo implementa formas de *acumulação flexível*, a partir do modo toyotista ou japonês de produção, como o trabalho polivalente, multifuncional e qualificado e uma estrutura empresarial mais “*horizontalizada e integrada*”. As consequências dessas transformações acentuam o ataque aos direitos

sociais e ao papel de intervenção do Estado, aprofunda o livre comércio e reforça a ideia de que, para obter liberdade individual, é necessário que o Estado exerça um papel mínimo de preservação da ordem institucional básica (MORAES, 2001).

Segundo Sonia Draibe (1993, p. 86), o neoliberalismo “reproduz um conjunto heterogêneo de conceitos e argumentos, “reinventando” o liberalismo mas introduzindo formulações e propostas muito mais próximas do conservadorismo político”. As transformações colocadas como uma resposta à crise, para Ricardo Antunes (2008), intensificaram as configurações do trabalho já existentes, muito mais convenientes aos capitalistas do que às/aos trabalhadoras/es. Ou seja, o capital instala tanto elementos de continuidade do modelo produtivo anterior quanto elementos de descontinuidade, mas “retendo o caráter essencialmente capitalista do modo de produção vigente e de seus pilares fundamentais” (ANTUNES, 2008, p. 44).

Em um plano discursivo, o projeto neoliberal coloca um determinado “envolvimento participativo” de trabalhadoras/es, mesmo que, na prática, ataque as principais conquistas realizadas pelo movimento das/os trabalhadoras/es, ao privatizar serviços, desregular e terceirizar o trabalho, mercantilizar os campos da saúde, da educação, da seguridade social, etc, cortar direitos trabalhistas e colocar no sujeito a responsabilidade por si mesmo e pelo seu sucesso e/ou seu fracasso pessoal e profissional. Para Thayene Santos e Thaylla Paixão (2014), o sujeito, para o neoliberalismo, é “a-histórico”, determinado por meio de seus interesses individuais e deslocado da coletividade.

O indivíduo para o neoliberalismo é, portanto, o resultado da “sorte”, que determina as suas aptidões e capacidades naturais.

É fruto de uma medida arbitrária que estabelece o tipo de família, o meio cultural e as oportunidades que aparecem ao longo da vida sem a intervenção do outro (BIANCHETTI, 2005). É um sujeito “a-histórico” que se move por meio de seu interesse e dispensa a noção de totalidade [...] (SANTOS; PAIXÃO, 2014, p. 74).

A *mundialização do capital* eleva o processo de expansão do capital para outro nível, perante o surgimento de novos setores, de novas formas de fornecer serviços e de novos mercados. A conjuntura mundial, nesse período, se torna bastante instável, dispondo de um alto índice de desemprego estrutural e de uma marginalização dos países periféricos com relação a uma concorrência internacional intensa e produtora de grandes conflitos comerciais. A classe trabalhadora, diante da forma flexibilizada de acumulação capitalista embasada na *empresa enxuta* e na *reengenharia*, fragmentou-se e complexificou-se. Se, por um lado, em alguns setores, houve uma intelectualização do trabalho, de outro lado, muitos campos do trabalho foram desqualificados e precarizados. De todas/os as/os trabalhadoras/es, no entanto, seja em uma empresa principal ou em uma empresa terceirizada, exigem-se flexibilidade, eficiência e criatividade para sua conservação no trabalho.

Ricardo Antunes (2008, p. 48) analisa que “quanto mais se distancia das empresas principais, maior tende a ser a precarização do trabalho”. Quanto maior a precarização do trabalho, mais os processos de alienação e de exploração do trabalho se aprofundam. No neoliberalismo, o trabalho precarizado e alienado é, cada vez mais, externo ao trabalhador, na medida que degrada a vida e as condições de existência do sujeito (SANTOS; PAIXÃO, 2014). Assim, o sujeito só permanece em um trabalho tão degradante

porque não tem outra oportunidade, outra opção. Essa realidade é vivenciada por Rita (2022), uma catadora que trabalha na COOCASSIS há mais de dez anos: “a gente que é mais velho aqui na Cooperativa quer que os mais novos arrumem um trabalho melhor. A gente tá aqui porque não tem mais oportunidade lá fora, ainda mais pra quem é mais idoso”.

No Brasil, o neoliberalismo avança no contexto da década de 1980, a partir das reformas neoliberais implementadas pelo governo brasileiro, amplamente apoiadas pelos Estados Unidos (SCOLESO, 2017). O impacto das reformas neoliberais no Brasil se deu de forma acentuada porque promoveu, cada vez mais, a precarização da classe trabalhadora, num país em que os direitos sociais e trabalhistas já eram frágeis. A partir da promessa da *modernização*, o capitalismo neoliberal impulsionou, principalmente em países periféricos, o crescimento da pobreza, das dívidas, da inflação e da dependência aos países centrais.

Perante o ideário neoliberal, a precarização do trabalho no Brasil conduziu as classes trabalhadoras a um alto índice de desemprego, exploração, condições insalubres de trabalho, ausência de perspectivas de carreira e a um mercado de trabalho escasso e inconsistente. Segundo Fabiana Scoleso (2017, p. 203), as novas categorias de trabalho, que emergem em um cenário de flexibilização e desregulamentação, orientou as/os trabalhadoras/es a uma “fragmentação/individualização das suas relações de fabris que criaram grandes dificuldades para preservar os laços de solidariedade tão presentes em décadas anteriores no movimento operário e sindical”.

Henrique Novaes e Julio Okumura (2020) assinalam que a miséria e o desemprego cresceram significativamente, aproximadamente, na década de 1990. Foi, então, na gestão de Fernando

Henrique Cardoso (1995-2003) que o neoliberalismo se aprofundou, com a reforma do Estado e com as privatizações. A partir da intensificação do nível de desigualdade social, o país incorpora, de um lado, alguns poucos ricos que acumulam riquezas e constroem diversas mansões, e de outro, muitos pobres, que recebem um salário mínimo (ou, muitas vezes, não chega nem a um salário mínimo) trabalhando em bicos e/ou procurando por alguma alternativa de trabalho e renda. Tendo isso em vista, ponderam:

[...] a juventude periférica do norte ao sul do país, que estuda em escolas precárias, com famílias desestruturadas (onde pais e mães não encontram facilmente emprego com carteiras assinadas), não encontrará emprego e um posto no disputado mercado de trabalho. Nos anos 1990 multiplicam-se no país todas as formas de subemprego, trabalho informal e trabalho precário. O Estado passa a difundir as práticas do “empreendedorismo” e do cooperativismo (com viés bastante pragmático). São realizados inúmeros cursos de “reciclagem” para trabalhadores tentarem encontrar uma forma de sobrevivência, fora dos marcos da relação assalariada [...] (NOVAES; OKUMURA, 2020, p. 150).

O processo de fragmentação da classe trabalhadora impactou diretamente o movimento social das/os trabalhadoras/es. Entretanto, com a ascensão ao governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), do Partido dos Trabalhadores (PT), a estratégia de conciliar classes e conceder políticas de melhoria dos direitos das/os trabalhadoras/es foi colocada em prática, o que parecia ser uma esperança para as/os trabalhadoras/es. Esperança que se transformou em um cenário desanimador, quando o Brasil passa por um golpe em 2016, na gestão da presidenta Dilma Rousseff (2011-2016), que, ao se opor à gestão política conciliadora de Lula, sofreu um Golpe,

que estava sendo articulado desde 2013. Tal cenário culminou na eleição de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022) como principal figura, que busca exterminar de vez com qualquer possibilidade de conciliação ou de esperanças para as classes trabalhadoras (NOVAES; OKUMURA, 2020).

A construção de políticas que auxiliassem as alternativas de trabalho e renda, que garantiam a sobrevivência de muitas pessoas, foi, entre o governo de Lula e Dilma, necessário uma vez que não há trabalho no mercado formal no neoliberalismo para uma grande parte das/os trabalhadoras/es. Uma das alternativas de trabalho e renda encontrada pelas/os trabalhadoras/es foi o trabalho da catação de materiais recicláveis. Em sua maioria, as pessoas não são catadoras e catadores, mas *se tornam*. Zélia (2022), catadora que, nos dias atuais, é motorista de um dos caminhões da COOCASSIS afirma que não chegou no local interessada no trabalho porque “pensava que tinha que revirar o lixo, para encontrar os materiais recicláveis. Mas depois eu vi que era mais organizado, então eu fui me acostumando e fui ficando [...]”. Rodolfo, um dos fundadores da Cooperativa, revela que

[...] não era catador antes. Eu trabalhava em empresa, em fábrica. Mas fiquei desempregado e comecei a participar de um grupo que se reunia sempre lá na Unesp, para falar do desemprego, para arranjar emprego pra gente. No começo não tinha nada, eu cheguei a trabalhar 90 dias sem receber nada, foi muito difícil.

A união de trabalhadoras/es de alternativas de trabalho e renda em grupos e organizações de Trabalho Associado e/ou em iniciativas e Empreendimentos Econômicos Solidários por meio de articulações realizadas, principalmente, pelos movimentos sociais e

pela universidade, inclusive na especificidade da categoria das/os catadoras/es de materiais recicláveis, tem demonstrado ser possibilidades no que tange ao enfrentamento ao desemprego, uma vez que esses tipos de trabalhos, quando feito de forma individualizada, submete a trabalhadora e o trabalhador a relações de maior exploração, sem laços trabalhistas e ainda mais alienadas e instáveis. Pode-se pensar, no entanto, em uma política de destruição dessas organizações, movimentações e políticas na gestão de Bolsonaro, o que aprofundamos mais adiante.

Trabalho Associado e o movimento da Economia Solidária como lutas de resistência ao capitalismo

Como vimos anteriormente, a partir do neoliberalismo, o discurso da *falsa* existência de uma compensação entre os setores econômicos, sociais e políticos é expandido de forma mais perversa, com o propósito de precarizar ainda mais o trabalho, o que intensifica a exploração e a capacidade de acumulação de capital. Diante desse cenário, movimentos contrários se fazem emergentes, de modo que consigamos sonhar e construir uma reconstrução das estruturas, das relações e das práticas sociais, ainda que esse processo seja complexo e demorado. Neusa Dal Ri (2010, p. 7) afirma que “a história do capitalismo, desde o seu aparecimento, é também a história das lutas de resistência e crítica aos seus valores e práticas [...] é também a história do movimento operário popular”. Como lutas de resistência ao capitalismo, o Trabalho Associado (de viés democrático) surge na América Latina e a Economia Solidária emerge no Brasil.

O Trabalho Associado é um fenômeno que surge a partir do movimento de resistência das/os trabalhadoras/es, especialmente do

cooperativismo de trabalhadoras/es do início do século XIX. Na Europa, diante das consequências sociais geradas pela revolução industrial no século XIX, o associativismo emergiu como uma reação das/os operárias/os e camponesas/es, sob formas de organização e de gestão autônomas (GAIGER, 2009). O pensamento de Robert Owen foi a fundamentação das primeiras comunidades cooperativas e as teorias associativistas de Pierre Proudhon e Charles Fourier contribuíram para a fundação das primeiras cooperativas de trabalhadoras/es. Como teoria social, o associativismo possui como pressupostos fundamentais a busca por uma economia de mercado pautada por princípios não-capitalistas de cooperação e a defesa por formas de organizações pluralistas (DAL RI, 2010).

O Trabalho Associado, no entanto, surge na década de 2000. As Organizações de Trabalho Associado (OTAs), em princípio, se davam por meio das cooperativas de trabalho e, após um tempo, outras formas de organização foram aparecendo. Neusa Dal Ri (2010, p. 7) analisa que há, no capitalismo, “uma tendência estrutural à formação de organizações de trabalho associado”, e a expansão dessas organizações ocorre de forma diferente nas diversas épocas históricas, conforme o contexto social, econômico e político estabelecido. Em épocas de crises econômicas e conflitos sociais, períodos nos quais a insatisfação e o desequilíbrio provenientes das contradições vividas pelo povo no capitalismo gera oposição e resistência, o Trabalho Associado tende a se fortalecer.

Na Argentina, após a crise de 2001, o Trabalho Associado foi marcado pela recuperação e ocupação de fábricas, decorrentes do processo de falência e de fechamento das empresas. As/os trabalhadoras/es, em fábricas recuperadas e ocupadas, se negam a perder o posto de trabalho e começam a gerir a empresa coletivamente (WIRTH, 2010). Henrique Novaes (2018) analisa

que, no Brasil, com o aprofundamento do neoliberalismo conduzido pelo presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), as Organizações de Trabalho Associado também ganharam destaque a partir da estratégia de recuperação de fábricas. Para o pesquisador,

De forma geral, as experiências que surgiram desde os anos 1980 e, sobretudo, nos anos 1990 no Brasil, foram motivadas em grande medida pela crise profunda no mercado de trabalho, e procuravam evitar o fechamento das empresas e dos postos de trabalho envolvidos. Desde o início, não houve uma preocupação em constituir com as ERTs [Empresas Recuperadas pelos Trabalhadores] um modelo alternativo de organização do processo de produção que fosse além da geração de trabalho e renda e pudesse servir de parâmetro para novos tipos de luta nas demais empresas [...] (NOVAES, 2018, p. 124-125).

Para Neusa Dal Ri (2015), o Trabalho Associado surge com o crescimento do cooperativismo das/os trabalhadoras/es, da economia social, da Economia Solidária, dos empreendimentos de autogestão, e outras denominações que abrangem as formas de auto-organização das/os trabalhadoras/es. A partir da proliferação das Organizações de Trabalho Associado, pode-se analisar que elas nem sempre possuem a mesma origem e nem sempre adotam a mesma perspectiva e ideologia. Contudo, partilham de uma mesma característica: quando adotam um viés mais democrático de trabalho, podem ser considerados potenciais movimentos de resistência às relações capitalistas de produção (SCOLESO, 2017).

Ioli Wirth (2010) analisa que o Trabalho Associado no Brasil pode englobar diversas experiências e iniciativas de auto-organização das/os trabalhadoras/es: cooperativas populares, associações de trabalho agrícola ou urbano, empreendimentos informais e bancos populares, nos quais, a partir da posse coletiva dos meios de

produção, da prática da autogestão e da distribuição de rendimentos, exercem o trabalho. Para Neusa Dal Ri (2015, p. 117-118), as Organizações de Trabalho Associado são formadas, ou por meio de empresas falidas, ou por meio da decisão de um grupo, e são constituídas a partir da aprovação, formal ou informalmente, de uma regulamentação acerca das relações de trabalho da organização. Tanto em uma modalidade, quanto em outra,

[...] a elaboração desta constituição corporativa é realizada pela instância máxima de tomada de decisões que é a assembleia geral dos trabalhadores. Diferentemente do assalariado que pode ser demitido da empresa a qualquer momento, o trabalhador de uma OTA, uma vez admitido como associado, integra-se à comunidade de trabalho. [...] Em síntese, é mediante um ato de vontade política societária que os trabalhadores decidem constituir uma associação para organizar o seu próprio trabalho, estabelecendo as normas e procedimentos que definem parte significativa das relações sociais do empreendimento de trabalho associado [...]

As organizações democráticas de Trabalho Associado adotam características importantes para a luta das classes trabalhadoras, uma vez que, ao rejeitar a prática e a ideologia do trabalho assalariado, quando o excedente econômico do trabalho é concentrado em apenas um grupo ou um/a das/os socioproprietárias/os, no TA ele pode ser dividido entre todas/os as/os trabalhadoras/es em partes iguais.

Além disso, as decisões dentro das Organizações de Trabalho Associado são tomadas a partir de uma prática horizontalizada, das assembleias gerais, com órgãos responsáveis por debater e por criar propostas para a resolução de problemas. Nas OTAs em que o poder se dá de forma mais descentralizada, há um envolvimento do

coletivo de trabalhadoras/es que possibilita oportunidade de tanto homens quanto mulheres participarem das experiências administrativas e políticas de uma gestão. Para Neusa Dal Ri (2015), esse modo de organização do trabalho pode delinear relações de trabalho que se diferem das que são constituídas nas empresas capitalistas, nas quais as/os trabalhadoras/es não possuem nenhum poder.

No entanto, como o capitalismo e a estrutura da sociedade de classes promovem a desigualdade e se utilizam desta como ferramenta de acumulação de capital, a gestão em uma OTA pode reproduzir alguns princípios e valores capitalistas. Submetidas/os ao sistema capitalista, a luta das/os trabalhadoras/es pela igualdade se dá de forma complexa dentro de uma Organização de Trabalho Associado, uma vez que questões referentes à desigualdade podem nunca estar verdadeiramente solucionadas. Ainda que tentem potencializar e desenvolver políticas para a educação, igualdade de gênero e para preservação do ambiente, questões cada vez mais emergentes para a constituição de práticas democráticas e autogestionárias, que resistem ao trabalho assalariado e alienado, transformam os valores e as relações sociais e produzem conhecimento dentro do movimento das/os trabalhadoras/es, “o trabalho associado na vigência da dominação do capital encontra-se pressionado e o risco de involução democrática ou mesmo de extinção aceira cada OTA” (DAL RI, 2015, p. 117). Para Neusa Dal Ri (2015), as práticas de Trabalho Associado no capitalismo se constituem enquanto experiências contraditórias, e as relações democráticas que, em tese, podem ser construídas, e que são favoráveis às/aos trabalhadoras/es, estão submetidas a essas contradições.

O fenômeno da Economia Solidária também emerge como um movimento de resistência ao capitalismo, e engloba experiências e relações potentes, mas contraditórias em sua prática. É importante ressaltar, antes de detalharmos o fenômeno, que ele se diferencia teórica e epistemologicamente do Trabalho Associado, apesar de encontrarmos pontos em comum entre eles.

Dentro do próprio fenômeno da Economia Solidária, encontramos divergências no que se refere às perspectivas das/os pesquisadoras/es da área. Não existe, portanto, “qualquer tipo de unanimidade no que se refere ao conceito de Economia Solidária” (LEITE, 2009, p. 34). Aqui, tratamos a Economia Solidária como um movimento que emerge de forma mais consolidada posteriormente, na década de 1990, como uma possibilidade de geração de trabalho e renda e como outro modo de organização, diferenciado do modo capitalista. Se estrutura, portanto, como uma reação frente à *crise* no mercado de trabalho, como uma forma de inserir o contingente de trabalhadoras/es desempregadas/os na cadeia produtiva. Para Paul Singer (2002), a Economia Solidária pode ser considerada uma saída *não-capitalista* para o desemprego, enquanto a economia social não é estabelecida, cujos princípios principais são baseados na propriedade coletiva.

No Brasil, ao ganhar destaque na segunda metade da década de 1990, a Economia Solidária se consolida enquanto um movimento social com o auxílio de organizações não governamentais, ações governamentais, outros movimentos sociais, sociedade civil e instituições de ensino superior. É a partir dos Projetos Alternativos Comunitários (PACS) financiados pelas Cáritas Diocesana, de fábricas recuperadas pelas/os trabalhadoras/es, do Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) e dos grupos populares de produção incubados pelas Incubadoras Tecnológicas

de Cooperativas Populares (ITCPS) que a Economia Solidária se desenvolveu de forma mais intensa (SINGER, 2002).

No início, as experiências de Economia Solidária apareciam como iniciativas econômicas pautadas pela livre associação, pela cooperação e pela autogestão. Após sua expansão, possibilitada por diversas atrizes e atores sociais, as práticas se ampliaram, e atualmente, elas abarcam diferentes categorias sociais e modos de organização, como unidades informais de trabalho, associações de produtores e consumidores, empreendimentos recuperados pelas/os trabalhadoras/es, empreendimentos de várias frentes de trabalho, como artesanato, costura, agroecologia, reciclagem e etc (GAIGER; KUYVEN, 2019).

Nos dias atuais, as/os trabalhadoras/es podem se organizar formalmente a partir dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EESs). Os EESs são associações e/ou cooperativas populares formais que adotam os princípios da ES no modo de organizar e de realizar o trabalho. Para Aline dos Santos (2014, p. 196), os EESs “configuram formas coletivas de organização do trabalho em que a relação entre capital e trabalho não está posta da forma tradicional”. O desenvolvimento de um EES, para a pesquisadora, se dá a partir de um tipo de gestão que detém importante significado cultural e político, que pode oferecer condições para a superação da situação de privação das habilidades políticas e materiais das/os trabalhadoras/es, um ponto que podemos refletir que a Economia Solidária possui em comum com o Trabalho Associado.

A Economia Solidária, enquanto movimento social, possui não só o objetivo de possibilitar a posse coletiva dos bens e dos meios de produção, mas também o de “difundir no país (ou no mundo) um modo democrático e igualitário de organizar atividades econômicas” (SINGER, 2002, p. 16). A consolidação da Economia

Solidária enquanto um movimento social se intensifica a partir do primeiro Fórum Social Mundial (FSM)², em 2001. Nesse primeiro encontro, foi articulado um Grupo de Trabalho de Economia Solidária - GT Nacional, espaço pensado para a mobilização de iniciativas para caracterizar o movimento. Os representantes do GT Nacional desenvolveram debates regionais e estaduais antes do próximo fórum, a fim de reunir as perspectivas de todas/os as/os envolvidas/os com a temática, principalmente as/os trabalhadoras/es. Essa articulação fomentou a origem das Plenárias Nacionais de Economia Solidária (PNES). As plenárias, diante de tantas questões, levavam encaminhamentos ao poder público, na gestão do Lula, e em especial, a questão da formação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES (SANTOS, 2014).

Com as plenárias, construiu-se uma comissão encarregada de negociar, junto à gestão do Lula, a introdução das políticas públicas de Economia Solidária na agenda do governo. Tal mobilização deu origem à SENAES, alocada no Ministério do Trabalho e Emprego, em 2003. Após a posse de Paul Singer, como secretário nacional da Economia Solidária, o FBES foi criado. Quando o movimento começa a ganhar evidência, com o planejamento e efetivação de políticas públicas, os fóruns estaduais, regionais e municipais começaram também a aparecer, incentivados por processos estipulados pela SENAES e pelo FBES, como por exemplo por meio de grupos de trabalho. Em 2006, com a Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES), diretrizes para a política de Economia Solidária foram discutidas e deliberadas. Para Aline dos

² O Fórum Social Mundial (FSM) é um espaço de articulação entre as organizações da sociedade civil, os movimentos sociais, redes e ONGs, no qual o debate, a reflexão e a troca de experiências democráticas são aprofundadas, de modo a constituir uma luta contra as políticas neoliberais e ao capitalismo como um todo.

Santos (2014, p. 200), o evento “foi de suma importância para o movimento que constituiu bases para uma política de Estado, e não só de governo, e também porque aproximou o debate entre Estado e sociedade”. A CONAES deu base para a elaboração do Conselho Nacional de Economia Solidária.

A criação do FBES e de uma Plataforma da Economia Solidária se concretizam na terceira plenária, na mesma época em que a SENAES foi implementada. Para Gabriela Cunha e Aline dos Santos (2011), a constituição das instâncias da Economia Solidária no plano nacional acontece em um mesmo momento histórico, por meio de processos interligados. A quarta plenária representou um avanço importante do movimento, uma vez que as discussões giraram em torno das bandeiras levantadas pelo movimento. Dentre essas bandeiras, destaca-se a ideia de que o movimento da Economia Solidária é plural, constituído por uma diversidade de atrizes e atores sociais. Além das/os trabalhadoras/es organizadas/os em muitas frentes de trabalho, agentes do poder público, instituições e entidades de apoio e fomento vinculadas a outros movimentos sociais e às universidades também compõem o movimento.

Gabriel Kraychete (2021) analisa que, a partir da década de 2000, o termo da Economia Solidária é inserido nos estudos acadêmicos, no discurso dos movimentos sociais e nas discussões políticas em programas governamentais. Para o autor,

Em geral, por “economia solidária” entendem-se as diferentes iniciativas econômicas desenvolvidas de forma autogestionária pelos trabalhadores. Ou seja, abrange as diferentes modalidades de trabalho associativo para a produção, comercialização, prestação de serviços, trocas, crédito e consumo, tendo, entre os seus traços característicos, a gestão autônoma, participativa e democrática, a exemplo das associações e grupos de produtores;

cooperativas de agricultura familiar; de coleta e reciclagem; empresas recuperadas e assumidas pelos trabalhadores; redes de produção, comercialização e consumo; bancos comunitários; cooperativas de crédito e clubes de trocas, cujos sócios são trabalhadores urbanos e rurais, que realizam atividades de produção de bens ou serviços materiais ou simbólicos (KRAYCHETE, 2021, p. 58).

Para Ana Maria de Carvalho (2008, p. 38), a Economia Solidária, nos dias atuais, é constituída por algumas práticas, como, por exemplo, as “redes de troca ou de compra e de venda, o consumo solidário, o apoio mútuo, as cooperativas de crédito e as políticas públicas que viabilizam os empreendimentos populares”. As ideias e princípios que fundamentam a Economia Solidária decorrem da possibilidade do desenvolvimento de uma economia que se ampare no trabalho, e não no lucro. Assim, as experiências de trabalho na Economia Solidária, como nas experiências de Trabalho Associado, podem ser compreendidas como diferentes das experiências de trabalho hegemônica, o que significa novos hábitos, novas práticas, novos saberes orientados por uma outra estruturação do trabalho, da gestão e das relações sociais, na qual a trabalhadora e o trabalhador voltam a se relacionar diretamente com o produto do seu trabalho, uma vez que, em tese, a gestão é participativa, coletiva e democrática e as relações sociais são horizontais e não verticais.

As práticas de Economia Solidária também podem, no entanto, reproduzir os princípios e valores capitalistas, o que se constitui enquanto uma contradição a ser analisada. Apesar disso, as experiências da Economia Solidária estabelecem alguns processos de mudanças na categoria do trabalho e nas relações sociais, o que caracteriza “um contraponto significativo ao capital” (SANTOS,

2014, p. 198). Estas experiências revelam a necessidade de uma organização complexa, capaz de contestar a sociedade desigual e é de suma importância compreender como a união destas experiências faz da Economia Solidária um movimento social com perspectiva de luta.

Apesar da existência de uma pluralidade de experiências e de perspectivas dentro do próprio movimento brasileiro de Economia Solidária, o protagonismo das/os trabalhadoras/es é uma compreensão comum entre elas. O empreendimento e/ou a iniciativa de Economia Solidária são considerados como centrais para as relações solidárias, o que vai além da relação de produção, uma vez que a formação de sujeitos coletivos “capazes de contrapor-se ao capital não advém apenas do contraponto próprio do processo de produção, mas também de um processo de luta mais geral que vai além da relação de produção” (SANTOS, 2014, p. 197). As experiências de Economia Solidária tiveram grande destaque no cenário econômico, político e social brasileiro, de forma que, atualmente, mobilizam cerca de doze bilhões de reais por ano, com mais de 6,8 mil cooperativas cadastradas no país, responsáveis pela geração de aproximadamente 400 mil trabalhos (RBA, 2019).

As/os trabalhadoras/es da Economia Solidária constroem em conjunto com outras instituições, como a universidade, motivações, recursos e lutas (DEMOUSTIER, 2006). Os grupos e empreendimentos populares, da Economia Solidária e de Trabalho Associado, podem possibilitar o aprendizado mútuo e o estabelecimento de articulações, ao relacionar o poder de decisão à participação nas atividades do empreendimento e não à propriedade do capital. No entanto, isso não quer dizer que os empreendimentos, no contexto capitalista no qual estão inseridos, não enfrentam diversos desafios no que tange à tarefa de articular e conciliar as

lógicas econômicas, culturais, sociais e políticas, a vida individual e o engajamento coletivo. Muitas contradições são postas no cotidiano das/os trabalhadoras/es da Economia Solidária e do Trabalho Associado. Mas, ao procurarem realizar um trabalho coletivo com viés democrático a partir de relações mais horizontalizadas, o trabalho recupera seu potencial educativo, o que aprofundamos mais adiante sob o termo de *autoeducação*.

Segundo o último mapeamento realizado pela SENAES em 2013, existem 591 empreendimentos de Economia Solidária no Brasil atuando no campo da reciclagem (ATLAS, 2014). A maior parte dos grupos se encontra na informalidade, seguida pela forma de associação e de cooperativa. Além disso, a maior parte dos empreendimentos está localizada na região sudeste do país, com maior participação de mulheres sócias. Sendo assim, muitas/os trabalhadoras/es informais se organizam e atuam nos princípios da Economia Solidária, buscando se amparar na propriedade coletiva e/ou associada, pela distribuição de rendimentos de maneira mais igualitária e lutam pela solidariedade e pela atribuição de sentido ao trabalho e de atribuição de valor às trabalhadoras e aos trabalhadores (GAIGER, 2009). Como as/os trabalhadoras/es passam uma boa parte dos dias no ambiente de trabalho, o local, as relações ali construídas, e o próprio *fazer* do trabalho configuram novas relações, uma vez que a categoria do trabalho está diretamente relacionada à formação de identidade e ao sentimento de pertencimento do sujeito.

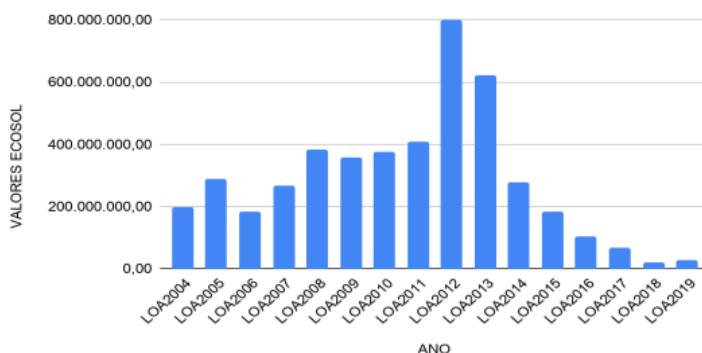
Paul Singer (2002) examina que a pesquisa é fundamental para a obtenção do conhecimento sobre a realidade da Economia Solidária no Brasil e em outros países, porque é por meio dela que podemos sistematizar as experiências e traçar análises sobre elas para a geração de conjecturas e orientações teóricas para tornar essas

economias mais efetivas. Pelas pesquisas, pode-se perceber que a situação atual da política de Economia Solidária no Brasil apresenta um grande retrocesso, visto que a política voltada para a Economia Solidária atualmente é gerenciada apenas por meio do acompanhamento de poucos projetos que foram contemplados em editais, elaborados na gestão anterior.

Além disso, com o desmonte da SENAES em 2017 e extinção em 2019, a Economia Solidária foi retirada como tema importante na agenda do governo. Com o MTE também extinto, a temática da Economia Solidária passa a ser então minimamente alocada no Ministério da Cidadania e na Secretaria de Inclusão Social e Produtiva Urbana. Nesse cenário, os trabalhos em Economia Solidária se transformam em políticas de assistência social e renda (CHIARELLO, 2020). A economia é dominada pelo capital e outras economias se constituem enquanto formas de sobrevivência, que vão sendo atacadas conforme as estratégias de dominação e tomando rumos complexos e difíceis.

Caio Chiarello (2020) assinala, a partir da análise de dados do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), que o orçamento destinado à Economia Solidária sofreu grande queda de 2013 a 2019, época em que o golpe já estava sendo articulado e executado. No gráfico a seguir, elaborado por Wagner Molina *et al.* (2020, p. 178), podemos visualizar tal retrocesso de forma mais nítida, que acompanha os demais retrocessos e desmontes implementados a partir do neoliberalismo nos campos da educação, saúde, assistência social e etc:

Gráfico N° 1: Orçamento destinado à Economia Solidária: Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2014 a 2019



Fonte: Chiariello (2020), a partir de dados do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG

Durante o período de crise sanitária decorrente da pandemia da COVID-19, políticas emergenciais foram adotadas pelos governos dos países como forma de enfrentar problemas financeiros e sociais. No entanto, especialmente no Brasil, no qual as políticas sociais já eram frágeis, elas têm sido poucas, insuficientes e incapazes de abranger todo o contingente de pessoas em situação de desemprego e/ou de vulnerabilidade. Para Wagner Molina *et al.* (2020), a pandemia deixa ainda mais exposta a lógica de produção das desigualdades brasileiras, na medida que a orientação de isolamento social, principal medida de proteção ao vírus, é impossível de ser colocada em prática pela maioria da população do país, o que gera uma sobrecarga dos serviços de saúde e um crescimento significativo do índice de mortes pela doença.

Mesmo antes da pandemia, as iniciativas e redes de Economia Solidária têm proporcionado a subsistência econômica e a inclusão socioprodutiva de uma boa parcela da população. A pandemia colocou em evidência a importância da promoção da Economia Solidária enquanto estratégia de redução das consequências e das desigualdades da atual conjuntura brasileira e

demonstrou as potencialidades da Economia Solidária em meio às crises: ainda que os vínculos e as condições de trabalho fossem dificultados, as estratégias elaboradas em rede para o enfrentamento desta conjuntura possibilitaram novos caminhos para essas/es trabalhadoras/es.

Wagner Molina *et al.* (2020) analisa algumas das estratégias adotadas por algumas ITCPs³ para o acompanhamento e andamento do trabalho nos empreendimentos de Economia Solidária, nas quais fizeram campanhas de arrecadação de produtos de higiene para as/os catadoras/es, devido à ausência da promoção de condições para essas/es trabalhadoras/es realizarem seu trabalho de forma mais segura, por parte do poder público, com quem as/os trabalhadoras/es tinham contrato. Assim, várias ITCPs e redes de Economia Solidária se juntaram para viabilizar doações, trocas, serviços, aquisição de produtos, cestas agroecológicas, o que auxiliou as/os trabalhadoras/es no enfrentamento das consequências drásticas que a pandemia da COVID-19 potencializou em suas vidas.

Para além de uma construção de alternativas de trabalho e renda para pessoas que não foram e não são inseridas no mercado de trabalho formal por diversas questões, o movimento da Economia Solidária tem demonstrado possibilidades no que tange à luta por um futuro diferente, por processos de trabalho não alienados e produtores de sentido à vida humana, ao buscar a constituição de redes, da produção responsável e respeitosa com os bens naturais, de uma economia que não perca de vista o social e que vislumbre a distribuição e não a concentração de riquezas.

A disseminação do coronavírus e as consequentes medidas de segurança promovidas pela Organização Mundial da Saúde

³ Veremos, no Capítulo 3, mais considerações sobre as ITCPs.

(OMS), principalmente em países periféricos, têm demonstrado a insuficiência das políticas neoliberais que vêm sendo implementadas. No cenário brasileiro, presencia-se uma necropolítica⁴ implementada pelo desgoverno que terminou em 2022, na qual, há uma dicotomia entre a vida e a economia, e quem morre, geralmente, é quem precisa lutar. Este processo, no entanto, segundo Wagner Molina *et al.* (2020), é escancarado com a pandemia, já que a gestão do governo Bolsonaro (2018-2022) operou um genocídio escancarado dos pobres, trabalhadoras/es, das/os catadoras/es de materiais recicláveis e de mulheres, especialmente mulheres negras. As políticas e os recursos voltados, por exemplo, para as/os trabalhadoras/es e para as entidades de apoio e de fomento à Economia Solidária se encontram enfraquecidas, em prol da promoção dos interesses da classe privilegiada, o que indica que “a crise econômica decorrente da irrupção da epidemia se sobrepõe a uma outra crise - econômica e política - deflagrada anteriormente e que não havia sido superada” (MOLINA *et al.*, 2020, p. 173).

Mas este processo não se deu sem resistência, ou seja, sem os movimentos populares e sem a sua articulação com a sociedade civil, que denuncia e cobra por políticas de garantia de direitos. Um desses movimentos é constituído pelas iniciativas de autogestão, de Trabalho Associado e de Economia Solidária, que ao resgatar o papel social da economia, enfrenta a classe hegemônica, as dificuldades e as injustiças.

Em uma pesquisa realizada por Adalberto Azevedo *et al.* (2022, p. 20) com organizações de catadoras/es de materiais recicláveis foram identificados diversos impactos da ausência de

⁴ Necropolítica é um termo cunhado por Achille Mbembe (2017) para explicar a política de morte implementada pelo Estado.

gestão da pandemia da COVID-19, em 32 cidades do estado de São Paulo. Ainda que muito expostas/os aos riscos de contaminação pelo vírus, “pouco foi feito pelos parceiros públicos e privados em termos de prevenção”. Grupos que contam com a parceria do poder público e de outras entidades conseguiram mais apoio financeiro durante o período, mas consistiu em uma assistência bastante precária e mal distribuída. Nas 32 cidades estudadas, o suporte fornecido às organizações pelo Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) e de redes de cooperativas foi extremamente importante para a continuidade dos empreendimentos.

A categoria das/os catadoras/es de materiais recicláveis tem se organizado, nos últimos anos, pela Autogestão, pelo Trabalho Associado e/ou pela Economia Solidária, como forma de obter melhores condições de vida e de trabalho. No Anuário da Reciclagem, foram encontradas e analisadas 1.850 organizações de catadoras/es distribuídas por todos os estados do país. É também a partir dos princípios do cooperativismo das/os trabalhadoras/es que a categoria tem trabalhado, que, para Marcio Magera (2003), podem ser definidos como: cooperação entre os grupos, preocupação com a comunidade, adesão livre e voluntária, controle democrático pelas/os sócias/os, participação econômica, autonomia e independência, educação, treinamento e informação. Portanto, em uma cooperativa popular de catadoras/es, as/os trabalhadoras/es “tomam as decisões em assembleias, realizando assim uma gestão democrática e participativa, contemplando as ideias e opiniões de todos os membros” (PEREIRA; SECCO; CARVALHO, 2014, 176).

O trabalho da catação de materiais recicláveis como alternativa de trabalho e renda no capitalismo neoliberal

Para Antônio Bosi (2008, p. 102), “a existência de pessoas que vivem do lixo não é recente no Brasil”. Quando Manuel Bandeira escreve o poema *O Bicho*, em 1947, revela a existência de pessoas que catam comida entre os resíduos nos lixos e anuncia a desigualdade econômica e social já vivida anteriormente no país. As/os catadoras/es de materiais recicláveis, no entanto, se expandem em um contexto diferenciado, no qual alguns materiais descartados pela sociedade e pelas instituições podem ser reutilizados e vendidos enquanto mercadorias. Alguns estudos revelam que as/os catadoras/es de materiais recicláveis já exerciam o trabalho desde o início do século vinte (LESSA, 2000). No Brasil, há estudos que constataam a presença das/os catadoras/es desde a década de 1950 (SILVA, 2006).

Contraditoriamente, é “o capitalismo que gera a matéria e que exclui estes trabalhadores” (MARTINS *et al.*, 2016, p. 88). Como já visto anteriormente, a partir da década de 1970, o mundo passa por diversas transformações no que tange à *crise do capital* e à expansão do neoliberalismo. Uma delas consiste na geração e na gestão dos resíduos sólidos, que eram destinados aos aterros sanitários e aos lixões, com o lixo orgânico. A emergência de outra destinação para os materiais recicláveis se torna uma questão ambiental pública preocupante uma vez que, com a urbanização e com as modificações do processo produtivo, o consumo exacerbado de embalagens recicláveis é acentuado de forma significativa, o que acelerou a poluição e o aquecimento global. Ademais, devido ao cenário de desemprego estrutural e de desregulamentação do trabalho, o trabalho da catação de materiais recicláveis se tornou

uma alternativa de trabalho e renda para uma parcela das classes trabalhadoras.

Para Ioli Wirth (2010), a geração intensa de resíduos sólidos demonstra a insustentabilidade da conservação do processo capitalista. É só a partir do momento que a reciclagem passa a ser um projeto viável para o capital que a temática se transforma em uma demanda pública. A reciclagem de resíduos sólidos revelou-se como uma necessidade na América Latina quando o segmento de trabalhadoras/es que vive do trabalho da catação de materiais recicláveis nos lixões e nas ruas começou a se expandir e a se consolidar enquanto categoria bastante numerosa no mundo do trabalho. No início, tal atividade era exercida apenas de forma individual, mas, nos últimos anos, a categoria tem trabalhado sob a forma de cooperativas e/ou associações de trabalho (WIRTH, 2010).

A gestão dos resíduos sólidos passa a ser, não só uma questão ambiental, mas uma séria questão social. A partir da segunda metade dos anos 1980, com a proliferação das associações e das cooperativas de catadoras/es nas capitais e em algumas cidades do interior e com o crescimento da quantidade de catadoras/es individuais é que a reciclagem em larga escala pôde ser viabilizada no Brasil. Com o barateamento da tarefa de coleta e da separação dos materiais e com a estipulação de uma remuneração para as/os catadoras/es que compensassem os investimentos tecnológicos empregados no setor, o projeto se mostrou lucrativo. Na cadeia produtiva da reciclagem, iniciada pelas indústrias por meio da produção de mercadorias, as/os catadoras/es realizam a maior e a mais precária parte do trabalho, que detém, no entanto, o menor valor agregado (BOSI, 2008). Ainda, pelo fato do país não reciclar tudo o que deveria, perdiam-se aproximadamente oito bilhões de reais todos os anos, o que é

lamentável quando nos deparamos com a renda mensal da catadora e do catador.

Fabiana Grecco (2016) pondera que se, por um lado, o processo da reciclagem reduz o impacto danoso da extração de matéria-prima das fontes naturais e o descarte impróprio dos produtos na última etapa do consumo, por outro, isenta a indústria que usa a matéria-prima reciclada e oferece a ela a simpatia das/os consumidoras/es *preocupadas/os* com a ‘sustentabilidade’ e diminui as despesas com os processos produtivos, ampliando, por sua vez, as taxas de lucro. Para Antonio Cezar Leal *et al.* (2002, p. 179), a reciclagem é considerada, hoje, como uma possibilidade de recuperar o lucro dos resíduos sólidos utilizados no ciclo de produção das mercadorias, o que pode indicar um interesse central do sistema produtivo na obtenção de lucro e não na preservação do meio ambiente, visto que há uma contradição muito grande: “como preservar e estimular o consumo ao mesmo tempo?”.

O funcionamento da cadeia da reciclagem promove, portanto, a falsa visão de que tal ação é essencialmente benéfica, que auxilia na preservação ambiental e na solução de um dos maiores problemas da humanidade nos dias atuais: a destinação do lixo. Entretanto, a reintrodução dos resíduos sólidos no ciclo produtivo não tem a preservação como objetivo fundamental, mas sim, a reprodução do capital:

Os resíduos recicláveis, que apesar de estarem abandonados e poderem ser coletados livremente pelos trabalhadores catadores, não brotam naturalmente aqui ou acolá feito erva daninha, são produtos do trabalho, uma matéria sob a qual incidu a energia e o potencial criativo humano que o transformou em um objeto, mercadoria, que mesmo depois de ter sido utilizado e descartado, ainda continua contendo em si

essa qualidade que o diferencia dos demais objetos sob os quais ainda não houve a incidência do trabalho humano (LEAL *et al.*, 2002, p. 183).

Esse cenário evidencia as condições precárias do trabalho da catação. Expandido enquanto alternativa de geração de trabalho e renda no contexto de *crise do capital* e de expansão do neoliberalismo, o trabalho da catação é uma forma de perpetuar a precarização do trabalho. O capital absorve um contingente de trabalhadoras/es excluídas/os e promove “*oportunidades*” de trabalho na cadeia da reciclagem como uma falsa solução para a problemática do desemprego, ao passo que essas/es trabalhadoras/es subsistem em meio a uma baixa remuneração, a elevados riscos de acidentes de trabalho, ao alto nível de periculosidade e, em alguns casos, de insalubridade e à ausência de direitos trabalhistas e de reconhecimento social pelo poder público e pela sociedade, ou seja, pelos próprios geradores de resíduos sólidos (GALON; MARZIALE, 2016).

Segundo Cheila Basso e Ivone Silva (2020), as/os catadoras/es, como trabalhadoras/es informais, não são amparadas/os pela legislação trabalhista ou organização sindical, precisando, muitas vezes, acatar as condições precárias de trabalho já que não possuem outras opções. Ao analisar como o trabalho desse segmento perpassa o corpo de uma parte das/os trabalhadoras/es, no município de Erechim, Rio Grande do Sul, as pesquisadoras observaram uma intensa mobilização do corpo no trabalho, como “os agachamentos frequentes que realizam para pegar e rasgar as sacolas plásticas nas quais chegam os materiais a serem reciclados” (BASSO; SILVA, 2020, p. 6).

As/os catadoras/es em questão relataram um grande desgaste físico, sem distinção de gênero e/ou faixa etária. Revelaram também uma adaptação à precariedade do trabalho e a outros riscos, chegando até mesmo a deixar de senti-los na mesma intensidade, como, por exemplo, riscos à pele e ao cheiro do local de trabalho. A adaptação a essa realidade representa o quão cruel é a inclusão da catadora e do catador no mundo do trabalho, cuja/o corpo “parece bem treinado para se adaptar à imprevisibilidade do cotidiano de quem sempre foi descartado pelo mercado de trabalho qualificado” (MACIEL; GRILLO, 2009, p. 242).

Por meio da presente pesquisa na COOCASSIS, foi possível observar reclamações e expressões de dores nas costas realizadas pelas/os cooperadas/os: carregam *bags*⁵ pesados, tambores e até mesmo eletrodomésticos. Realizam a maior parte do trabalho em pé, com posturas muitas vezes desconfortáveis e desfavoráveis à saúde, especialmente na esteira, onde as mulheres catadoras, em sua maioria de baixa estatura, precisam alcançar o material para efetuar a separação. Rita (2002) declara o quão difícil foi se acostumar com o cheiro do local, principalmente porque quando começou a trabalhar na Cooperativa, o lixo orgânico também era triado na esteira.

Quando eu vim pra cá, na realidade eu não me acostumava...por causa do cheiro do lixo, né?! Mas depois que eu me acostumei com o cheiro do lixo, e vi que o pessoal que era muito unido, sabe, então eu me acostumei mais aqui. Sempre trabalhei de costureira mesmo. Aí quando eu vim pra cá, aí me acostumei, aí tanto faz, ó, 14 anos! Bastante anos. Mas no começo eu queria sair, por causa do cheiro. Eu passava o dia sem pôr nada na minha boca, porque eu tinha nojo, sabe?

⁵ Os *bags* são sacos grandes que comportam os resíduos sólidos, para posteriormente serem enfardados e estocados.

Depois você vai se acostumando, e tá nem aí...você nem tá mais com o cheiro. É a mesma coisa como se não tivesse cheiro (RITA, 2022)

Além do costume aos desgastes físicos do trabalho, as/os catadoras/es também são colocadas/os em um lugar de adaptação a situações de humilhação, opressão e negligência, seja pelo poder público ou pela sociedade. Para Fabrício Maciel e André Grillo (2009), a invisibilidade social que a catadora e o catador sofrem, principalmente no cenário brasileiro e em outros países periféricos nos quais a desigualdade social e econômica é intensa, vai além de não perceber a presença física dessas/es trabalhadoras/es: as pessoas percebem, mas ainda assim, mesmo sem intencionar, ignoram-na totalmente, pronunciando uma irrelevância social.

Como mencionado, nem só para dormir na rua é preciso ser invisível. Afinal, quem quer ver a miséria estampada em sua paisagem cotidiana, quem quer encarar diariamente sua aversão (velada, ou não) pela sujeira e degradação? Assim, para um catador transitar pelos bairros dignos, mexer nos lixos burgueses, deve respeitar o acordo tácito da invisibilidade. Basta não buscar chamar a atenção que passará despercebido. Assim, o cidadão de classe média pode evitar seu incômodo, e o subcidadão que cata lixo pode evitar a humilhação. Ou melhor, deixá-la latente (MACIEL; GRILLO, 2009, p. 266-267).

Cláudia da Costa e Cláudia Pato (2016) afirmam que, ao sobreviver das sobras da sociedade consumidora, as/os catadoras/es são vistas/os também como *sobras*. A catadora e o catador, vivendo em uma situação de miséria extrema, muitas das vezes possuem sentimentos que se relacionam de forma paradoxal: “vergonha, quando sobrevive em condições desumanas e é comparado ao

produto que lhe gera renda e condições de sobrevivência”, mas “orgulho, quando descobre a sua importância como agente ambiental que contribui para as questões de preservação e conservação” (COSTA; PATO, 2016, p. 99).

Segundo Marcio Magera (2003) e Mauro Scarpinatti (2008) essas/es trabalhadoras/es chegam a carregar duzentos quilos de materiais em um único dia de trabalho, circulando aproximadamente 20 quilômetros e realizando jornadas intensas, de pelo menos dez horas por dia. Existe uma preponderância do trabalho individual da catadora e do catador, que, com seus carrinhos e sacos de lixo, andam pela cidade a procura de materiais descartados pela sociedade para comercializar com centros de processamento, *atravessadoras/es, sucateiras/os intermediárias/os*, pessoas e/ou instituições que geralmente possuem mais acesso aos bens de produção, exercem outras etapas da cadeia de reciclagem que não apenas a coleta e a triagem, e vendem os materiais diretamente para a indústria, e que, geralmente, dispõe de uma infraestrutura que as/os catadoras/es não possuem.

Quando exercem o trabalho de forma individual, acabam vendendo os recicláveis por preços mínimos, o que demarca uma relação mais profunda de exploração (PEREIRA; SECCO; CARVALHO, 2014). O trabalho das/os catadoras/es em outros países, como na Colômbia, chegou a ser proibido por lei, devido ao preconceito e às péssimas condições de trabalho; em algumas cidades brasileiras, inclusive, as/os catadoras/es já foram proibidas/os de circular com suas carroças e carrinhos (BORTOLI, 2013).

A lógica capitalista tende ainda a colocar a catadora e o catador como um sujeito inferior, que não possui conhecimento e nem capacidade para produzir saberes. Segundo Jean Alves *et al.* (2020), a sociedade capitalista atual não permite o reconhecimento

dos espaços e dos sujeitos marginalizados, atingidos pela miséria e excluídos do mercado de trabalho formal. No entanto, a organização das/os catadoras/es em empreendimentos de autogestão, Trabalho Associado e em Empreendimentos Econômicos Solidários, em articulação com a união da categoria em um movimento social, tem demonstrado enorme potencial no que tange à melhoria de condições sociais e de trabalho, à autoeducação, à formação e à organização política que ocorrem nesses locais.

Para Ana Magni e Wanda Günther (2014), a participação das/os catadoras/es em experiências de trabalho coletivo promove uma identificação política, além de relações sociais embasadas na solidariedade, tendo em vista um objetivo em comum: a oposição à exploração, opressão e o individualismo que são impostos nas rotinas das/os trabalhadoras/es a partir de princípios e de valores perpetuados pelo capitalismo. Paul Singer (2002) avalia que a formação de cooperativas populares de trabalho consiste em uma alternativa construtiva para as/os catadoras/es de materiais recicláveis, sendo necessária a união como defesa da exclusão propiciada pelo mercado de trabalho formal e pelo sistema capitalista como um todo. Logo, por meio de uma cooperativa de catadoras/es, “é possível dar visibilidade ao trabalho realizado, perante o poder público, firmando convênios, concorrendo a editais para aquisição de equipamentos” (PEREIRA; SECCO; CARVALHO, 2014, p. 176).

A união dessas/es trabalhadoras/es em organizações e em um movimento social possibilitou as lutas pelo reconhecimento da catadora e do catador no Brasil, o que viabilizou a identificação da profissão, em 2002, pelo Ministério de Trabalho, no número de 5192 na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Segundo essa classificação, as/os catadoras/es de materiais recicláveis são

responsáveis pela coleta, seleção, preparação e venda dos resíduos sólidos, manutenção do local e dos equipamentos de trabalho, divulgação do processo da reciclagem, e garantia da administração e da segurança do trabalho (BRASIL, 2002).

Cinthia (2022), presidenta da COOCASSIS, analisa mudanças sentidas pelas/os catadoras/es do local com as conquistas realizadas por meio da união e da luta pelo reconhecimento das/os catadoras/es enquanto trabalhadoras/es: “na rua, a gente era tratado que nem mendigo, catando lixo, lixeiro...hoje não, hoje a gente já é considerado como uma classe trabalhadora, porque a catação já é uma profissão”. Leonardo (2022), secretário do Conselho de Administração da COOCASSIS, declara que, nos últimos anos, devido a um maior reconhecimento da categoria e à união do segmento em um movimento social, não percebe a humilhação e a invisibilidade social por parte da comunidade ou do poder público da mesma forma que sentia no início do trabalho.

Antigamente, o pessoal humilhava bastante a gente aqui. Hoje, melhorou bastante, porque naquela época, quem conhecia a gente achava que a gente era mendigo, que a gente era lixeiro, que a gente era saco de lixo, falava um monte né, hoje não...hoje a gente é bem conhecido nas Cooperativas né, a gente é conhecido no mundo inteiro, né? Até fora do Brasil a gente é conhecido. Então a gente tem o movimento nosso assim tem bastante conhecimento, com um monte de gente, antes não, ficavam meio desfazendo da gente. Eu sentia um pouco de vergonha porque a gente era humilhado, né? A gente era excluído, a pessoa se desfazia da gente, você ia comprar uma coisa, aí o cara falava que que você...né...o cartão que a gente ia fazer, a gente falava que era catador de material reciclável, alguns não conheciam, então desfaziam da gente, aí a gente ficava meio sentido...hoje não, hoje qualquer lugar que você

vai, nossa, a gente é conhecido pra caramba. A catação hoje é conhecida no mundo inteiro.

Apesar das/os catadoras/es de materiais recicláveis exercerem o trabalho da catação de forma individual há mais de cinquenta anos no Brasil, houve uma indefinição do número delas/es por um longo período de tempo, até que as/os pesquisadoras/es se debruçassem sobre o tema. Segundo o perfil estatístico traçado pela Women In Informal Employment Globalizing and Organizing (WIEGO) (2021), mais de 281 mil são reconhecidas/os enquanto catadoras/es de materiais recicláveis informais no país. Nos últimos anos, o número absoluto de catadoras/es aumentou, mas a porcentagem da participação das/os catadoras/es na taxa de emprego total é de 0,1 e 0,4%. Outros estudos indicam que existem cerca de 400 a 600 mil catadoras/es no Brasil, e destes, apenas 10% estão organizadas/os formalmente em empreendimentos de trabalho (PAIVA, 2016).

Para Jean Alves *et al.* (2020, p. 125), “pouco se sabe sobre estas pessoas, mas sabe-se menos ainda sobre como elas se articulam em associações e movimentos sociais pautados pelas lógicas da chamada Economia Solidária”. Ainda hoje, o mapeamento dessas/es trabalhadoras/es é considerado uma tarefa complexa, tanto devido às condições precárias de vida que vivem as/os trabalhadoras/es que desempenham a catação de forma individual quanto à complexidade existente de formas de organização de catadoras/es. A seguir, vemos algumas dessas possibilidades.

As organizações e o movimento social das/os catadoras/es: as lutas de resistência da categoria ao capitalismo neoliberal

Quando unidas/os em um movimento social e em organizações de trabalho coletivo, as/os catadoras/es podem possuir alguns dos direitos garantidos, como o direito de recolhimento da previdência social, descanso anual e semanal remunerados, dentre outros, que modificam as condições de trabalho e de renda de forma significativa. Ademais, por meio do movimento social e das organizações de trabalho, as/os trabalhadoras/es podem negociar o material coletado em uma maior quantidade e melhor qualidade, e podem comercializar os produtos diretamente com as empresas e indústrias, sem passar por *atravessadoras/es* ou *intermediárias/os* e/ou *sucateiras/os* (PINHEL; ZANIN; MÔNACO, 2011).

Para Carlos Fé e Maurício Faria (2011), a realização do trabalho da catação em organizações de trabalho coletivo de catadoras e catadores é um fenômeno relativamente novo, que estabelece uma nova realidade para o trabalho, anteriormente exercido apenas de forma individualizada nas ruas e nos depósitos de lixo. Maria Santos *et al.* (2011) descreve a primeira cooperativa formada por catadoras/es que se tem registro no Brasil: a Cooperativa de Catadores de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis (Coopamare), fundada em 1989 na cidade de São Paulo, inicialmente enquanto associação. A Coopamare é conhecida como a primeira cooperativa a incorporar um programa de gestão compartilhada dos resíduos sólidos, estabelecido pela prefeitura municipal de São Paulo em 1990. No início, o empreendimento contava com apenas vinte catadoras/es associadas/os, advindas/os de projetos de apoio às/aos moradoras/es de rua da Organização de Auxílio Fraternal (OAF).

Diogo de Sant'Ana e Daniela Metello (2016) analisam que desde a década de 1960, muitas organizações não governamentais e experiências apoiadas pela Igreja Católica buscavam uma aproximação com o segmento das/os catadoras/es e da população de rua (de onde advém muitas/os das/os catadoras/es de materiais recicláveis), o que poderia apontar para a formação de um embrião do movimento da categoria. Mas foi a partir da formalização do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), em 2001, que a movimentação política desse grupo se desenvolveu, e a luta pelas políticas públicas relativas ao setor pôde ser intensificada.

A partir da organização de associações e cooperativas e de sua articulação em um movimento social, o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), os catadores têm se colocado como força política que influencia as políticas públicas para o segmento. Essas políticas estão concentradas principalmente em atividades de capacitação e para aquisição de máquinas e equipamentos que gerem melhorias nas condições de trabalho (WIRTH; FRAGA, 2012, p. 310).

O surgimento do MNCR se deu em um contexto de expansão de diversas organizações de Autogestão, Trabalho Associado e de Economia Solidária e dos movimentos sociais das/os catadoras/es por toda a América Latina. Na década de 1990 a 2000, com a intensificação da organização de grupos de diferentes níveis de complexidade, os movimentos sociais do segmento passaram a se mostrar necessários, e mais fortes se articulados. Por meio de encontros e congressos, os Movimentos Nacionais de Catadores de Materiais Recicláveis latinoamericanos se consolidaram com o objetivo de representar os interesses do segmento. A Rede

Latinoamericana e do Caribe de Catadores (RedLACRE) foi uma das organizações formadas por diversos Movimentos Nacionais de Catadores de Materiais Recicláveis que emergiu com o I Congresso Internacional de Recicladores na Colômbia. A Rede foi construída com o objetivo de fortalecer a categoria, atuar coletivamente e realizar uma articulação multissetorial. Atualmente, a Rede possui 17 países membros (REDLACRE, 2020).

O MNCR é um dos movimentos que compõem a RedLACRE. O MNCR surgiu no ano de 1999 com o 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel. Foi formalizado em junho de 2001 com o 1º Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis de Brasília, evento que reuniu mais de 1.700 catadoras/es. O movimento busca organizar as/os trabalhadoras/es pelo Brasil e região em prol da valorização da categoria, e visa colocar em prática seus principais princípios: a autogestão do trabalho, o combate à exploração e à precarização do trabalho, o controle da cadeia produtiva de reciclagem pelas/os catadoras/es e a solidariedade de classe (MNCR, 2008).

O MNCR pretende, portanto, garantir o protagonismo do segmento na cadeia da reciclagem, que é um ambiente de disputa e de ampla exploração da categoria das/os catadoras/es. Os grupos associados ao movimento, geralmente, pautam-se pela metodologia da Autogestão, mas alguns organizam o trabalho a partir da Economia Solidária. A estrutura organizativa do MNCR é composta por uma Equipe de Articulação Nacional, com cinco membros (um de cada região do país), por Coordenações Estaduais, Comitês Regionais e Bases, que são cooperativas e associações vinculadas ao movimento (MNCR, 2014). O MNCR é resultado de muita luta nas relações de espaço e de poder existentes e intensificadas pelo imperativo do capital. O movimento social e as primeiras

experiências de organização de catadoras/es se constituíram, portanto, como “experiências políticas, que visavam, mais do que ao simples reconhecimento da ocupação, ao exercício da cidadania” (BASOLI; COSTA, 2017, p. 136).

Foi por meio da luta das/os catadoras/es, em articulação com o MNCR e com outras entidades, que o Comitê Interministerial de Inclusão Social de Catadores de Materiais Recicláveis foi criado, no âmbito do governo federal, em 2003. Também, foi por meio do decreto 5.940, de 2006, que as repartições públicas da administração direta ou indireta começaram a precisar realizar a coleta seletiva e a doar os resíduos sólidos para as organizações de catadoras/es dos municípios brasileiros. Pela Lei 11.445/07, que prevê a alteração da Política Nacional de Saneamento, a contratação, com dispensa de licitação, das organizações de catadoras/es de materiais recicláveis pelas administrações públicas foi permitida. No Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), iniciaram-se ações de apoio às/aos catadoras/es, a fim de incluí-las/os em nível social e produtivo (PEREIRA; TEIXEIRA, 2011).

Os programas de apoio foram desenvolvidos com a participação do MNCR; antes de 2003, as/os catadoras/es recebiam apoio com ações isoladas da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), do Ministério da Saúde (MS) e da Fundação Banco do Brasil (FBB), em parceria com o Compromisso Empresarial para a Reciclagem (CEMPRE). Em 2003, a SENAES também começou a atuar junto ao setor e às Fundações; mas é a partir de 2008 que um programa específico para catadoras/es é criado e realizado: o Programa Cataforte, da SENAES e do FBB. Este Programa possuía o objetivo de fomentar “ações variadas de capacitação, assessoramento técnico para consolidação dos empreendimentos de catadores, bem como um plano de atuação em rede (SANT’ANA;

METELLO, 2016, p. 30). O Programa teve algumas edições como o Cataforte - Logística Solidária em 2010, para a capacitação e elaboração de planos de logística bem como para a doação de caminhões para redes de catadoras/es e o Cataforte 3 - Negócios Sustentáveis em Redes Solidárias, em 2013, com a capacitação, construção e reformas dos locais de trabalho, aquisição de bens de produção e assessoramento técnico.

As políticas públicas e os programas de apoio às/os catadoras/es foram criados e estimulados no período do governo do Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), e de sua sucessora, Dilma Rousseff (2011-2016). Tanto as/os catadoras/es quanto a população de rua adquiram algum reconhecimento pelo poder público, por meio dessas políticas, de programas e de normas. Tal realidade corroborou para a elaboração da Lei nº 12.035/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), a maior política brasileira no que se refere à gestão de resíduos sólidos, à corresponsabilização pelos materiais recicláveis, às condições de trabalho das/os catadoras/es, à promoção de reciclagem por meio de cooperativas de trabalhadoras/es e à consolidação do movimento da catadora e do catador enquanto figuras centrais e essenciais nas discussões acerca da temática da reciclagem e da questão ambiental (SANT'ANA; METELLO, 2016).

Ioli Wirth e Cristiano Oliveira (2016, p. 219) analisam que a PNRS “reconhece o trabalho das cooperativas e das associações de catadores, e define que elas sejam priorizadas na contratação para a execução dos serviços de limpeza urbana”. Entretanto, examinam que a implementação da lei ocorre num cenário em que “as práticas municipais de manejo dos resíduos sólidos estão contaminadas por interesses privados e em que o controle social sobre a prestação deste serviço público é quase inexistente”. Como a origem do manejo dos

resíduos sólidos no Brasil decorre da importação de modelos de gestão europeus e norte-americanos, a gestão brasileira dos resíduos sólidos se baseia fundamentalmente na relação entre o poder público e a iniciativa privada. A PNRS modifica este formato em teoria, mas sua prática depende de outros fatores: muitas/os catadoras/es ainda estão em lixões a céu aberto ou em aterros sanitários, já que eles não foram ainda erradicados, como estabelecido em lei.

A transformação das formas de gestão dos resíduos sólidos exige o reconhecimento da importância das/os catadoras/es. Este reconhecimento é e será resultado das lutas de resistência da categoria, tanto por meio da mobilização dentro das organizações de trabalho e grupos populares quanto pelo movimento social das/os catadoras/es. A implementação atual das políticas públicas relativas ao setor, principalmente a PNRS, determina de fato as condições de vida dessas/es trabalhadoras/es:

No entanto, é o formato da implementação da política que determinará se de fato estes sujeitos passarão a ocupar um lugar distinto que o de sua margem. À medida que cooperativas e associações são contratadas para a prestação do serviço de coleta seletiva, o trabalho da catação passa a assumir uma nova condição. Em vez de apêndices dos sistemas de limpeza urbana, conforme figuravam nos modelos anteriores, passam a ser a organização responsável pela execução deste serviço público. Nesse formato, o erário favorece a distribuição de renda e a construção de uma nova lógica de funcionamento em que os saberes, a experiência e os interesses dos trabalhadores associados podem constituir uma dinâmica que suplante o controle burocrático e o imperativo mercantil instaurados pelos modelos anteriores (WIRTH; OLIVEIRA, 2016, p. 226).

Segundo consultoria contratada Secretaria Geral da Presidência da República, as ações do governo federal apoiaram 1.017 EESs de catadoras/es de materiais recicláveis em 526 cidades brasileiras (SANT'ANA; METELLO, 2016). Dentre esses empreendimentos, estão 739 cooperativas, 828 associações, 191 grupos informais e 40 redes de cooperação. Foram contempladas/os 30.240 catadoras/es e 57% delas/es são mulheres (SILVA, 2014). A COOCASSIS foi uma das cooperativas apoiadas pelos programas de apoio e pelas políticas públicas de catadoras/es.

Atualmente, em 651 organizações constantes de catadoras/es cadastradas no Banco de Dados e analisadas a partir do Anuário da Reciclagem 2021, apenas 358 delas informaram o número de catadoras/es associadas/os e/ou cooperadas/os. O Anuário da Reciclagem de 2021 conseguiu integrar apenas 9.754 catadoras e catadores de materiais recicláveis espalhadas/os pelo Brasil. As organizações de catadoras/es se expandem a partir de algumas perspectivas teóricas e metodológicas diferentes, como a Economia Solidária, Economia Popular e Autogestão. Essas perspectivas, apesar de divergirem, possuem em comum o fato de se constituírem como força de resistência ao modo de organização capitalista, tendo em vista as condições sociais e financeiras desta parte da classe trabalhadora (WIRTH, 2010). Enquanto categoria, independente de qual perspectiva⁶ os grupos e empreendimentos dessas/es trabalhadoras/es se organizam, a luta se direciona no sentido contrário do capitalismo e do neoliberalismo.

A luta de resistência das/os catadoras/es aponta para uma construção de saberes e de conhecimentos diversos, que demonstram tanto potencialidades quanto contradições em seu desenvolvimento.

⁶ Aqui, tratamos apenas de perspectivas de viés democráticos.

Para Jean Alves *et al.* (2020, p. 127), “os saberes produzidos e os espaços vivenciados por atores sociais como as populações de rua e os catadores de materiais recicláveis são plurais”, e, seja por meio dos movimentos sociais, pelas formas de organização do trabalho ou pela relação com outras instituições, como por exemplo a universidade, os saberes construídos nesses espaços, tendo em vista o modo de organizar e realizar o trabalho no coletivo, são compartilhados pelas/os trabalhadoras/es por meio de uma autoeducação do trabalho, o que aprofundamos no capítulo 3. A autoeducação pode permitir que a trabalhadora e o trabalhador internalize e viva mudanças nas suas relações sociais e de trabalho, no desenvolvimento do seu trabalho e na sua identidade, enquanto catadora e catador.

A fala do catador Leonardo (2022), da COOCASSIS, pode evidenciar que a autoeducação a partir do trabalho realizado na Cooperativa estudada implica o desenvolvimento de mudanças nas relações sociais e de trabalho estabelecidas pelas/os trabalhadoras/es, quando comparamos com o trabalho assalariado capitalista, uma vez que as decisões são tomadas em grupo, por meio de assembleias, grupos de trabalho, comissões, eleições, etc. Ao adotar a Economia Solidária como perspectiva de trabalho, a COOCASSIS é formada e organizada a partir da construção de relações mais solidárias, igualitárias e democráticas, que colaboram para o desenvolvimento de autonomia:

Porque antigamente, você vê, você vai trabalhar pra fora, você tem um patrão. Um patrão que te manda. Se ele falar pra você vai varrer o chão, você tem que varrer. Agora, na Cooperativa não, você não tem patrão, o patrão é você mesmo, entendeu? Eu acho assim...da minha parte...o patrão da gente é a gente. A gente vai fazer isso, vai fazer aquilo, mas só que tem um grupo

pra decidir junto, entendeu? Mas bem legal a Cooperativa, é bem melhor do que trabalhar empregado.

Ainda que as relações sociais em organizações de trabalho das/os catadoras/es, especialmente as que adotam a Economia Solidária como perspectiva teórica e metodológica, sejam embasadas na solidariedade e na igualdade e que demonstram potencialidades no que tange a um maior grau de autonomia e de desalienação da trabalhadora e do trabalhador, as iniciativas e os empreendimentos estão inseridos no *sistema* capitalista, com todas as suas contradições, princípios e valores. Acontecem portanto, *reproduções* destes fundamentos no trabalho coletivo pautado por valores mais democráticos, uma vez que dentro e fora do trabalho, a trabalhadora e o trabalhador que atuam nessas experiências estão submetidas/os ao mesmo capitalismo que todos os outros setores da classe trabalhadora.

A situação se agrava diante da expansão do neoliberalismo nos países periféricos, principalmente no Brasil, e do cenário de pandemia da COVID-19. Para Elaine Araújo *et al.* (2021), na maioria dos países da América Latina, no decorrer da pandemia, a coleta seletiva foi suspensa pelos municípios, mas sem prover nenhum apoio financeiro às/aos catadoras/es de materiais recicláveis. As/os catadoras/es não conseguiam vender seus materiais, e quando conseguiam, vendiam por um preço irrisório. No Brasil, muitas/os catadoras/es continuaram com a coleta seletiva; no entanto, apenas a coleta continuou, mas as mobilizações e os meios de subsistência da categoria estagnaram. Muitas organizações de catadoras/es nas cidades brasileiras “tiveram suas prestações de serviço dispensadas pelas prefeituras, uma vez que eles recebem apenas pela produtividade” (ARAÚJO *et al.*, 2021, p. 108).

Na África do sul os catadores de materiais recicláveis estão vendendo seus sapatos para comprar pão. Quando tentam deixar suas casas para reciclar, são espancados pelo exercito ou pela polícia (Trust, 2020). Na ausência de apoio do governo, não poder trabalhar significa não ter dinheiro para comprar comida (Wiego, 2020). Diante do quadro de incerteza, grupos têm levantado à bandeira de que os catadores de materiais recicláveis devam retornar a coleta seletiva, de forma a garantir que os avanços alcançados relacionados à coleta seletiva na fonte geradora, até o momento, não seja perdido (Abrelpe, 2020). A ideia é de que se alguma autoridade interromper toda a coleta de reciclagem durante a crise, a mensagem para os cidadãos será de que a coleta seletiva não é importante. Promover a universalização da coleta seletiva após a pandemia, depois de anos buscando esse propósito, será difícil, se não impossível (Iswa, 2020). Nessa perspectiva, os representantes de catadores de materiais recicláveis de Cuiabá/MT enviaram uma carta aberta, ofício nº016/2020, solicitando apoio para garantir a permanência das cooperativas e associações que realizam o serviço de coleta seletiva (ARAÚJO *et al.*, 2021, p. 108-109).

Dada a realidade marcada por retrocessos e perda de direitos conquistados nas gestões anteriores, para além do cenário pandêmico, a PNRS “perde espaço cada vez mais na agenda governamental” (SILVA; MARTINS, 2022, p. 70), e as políticas públicas destinadas às/aos catadoras/es se tornam ausentes; o trabalho da catação fica cada vez mais ameaçado ao passo que os investimentos financeiros se direcionam para a incineração. Nesse sentido, o decreto 11.044, publicado pelo Governo Federal em 2022, colabora para “dificultar a implementação da logística reversa voltada as embalagens em geral, além de descaracterizar o papel central dos catadores e catadoras de materiais recicláveis” (MNCR, 2022).

Tal realidade não ameaça apenas o trabalho das/os catadoras/es, mas sua dignidade, sua integridade física e social, que elas/es tanto lutaram e lutam para construir. As ações coletivas e o movimento social são primordiais para possibilitar a luta de resistência contra esse cenário. Um exemplo disso pode ser o apoio que o MNCR e outras organizações da Economia Solidária realizaram nas eleições de 2022 para o candidato Lula. Essa articulação política demonstra a indignação e a força da mobilização social das/os catadoras/es, que desejam e lutam por outro quadro político, social e econômico (MNCR, 2022).

O início do trabalho na COOCASSIS contou com a participação do MNCR e de alguns sindicatos de trabalhadoras/es. A presença das/os catadoras/es nesses espaços políticos foi imprescindível para a consolidação e para o fortalecimento do empreendimento, tendo em vista o compromisso com o coletivo enquanto primordial para o bom andamento do trabalho, além da luta por melhores condições de trabalho e de bens e meios de produção. O trabalho atual na Cooperativa é fruto de muita luta das/os catadoras/es, em articulação com a universidade e com o poder público.

O funcionamento atual de trabalho na COOCASSIS

Atualmente, a Cooperativa possui mais de 100 trabalhadoras/es, que realizam a coleta seletiva dos materiais recicláveis nas residências, nas instituições e nas ruas, bem como a triagem, enfardamento, estocagem e comercialização.

As/os catadoras/es na COOCASSIS trabalham, basicamente, em quatro frentes: na coleta seletiva dos resíduos sólidos nas casas e instituições; nos processos de pesagem, triagem, prensagem,

enfardamento e armazenamento, que acontecem dentro do barracão (ou galpão, local onde a maioria das/os trabalhadoras/es desempenham o trabalho); coleta de lixo orgânico e na coordenação ou administração do empreendimento. Hoje, a COOCASSIS é composta por 118 cooperadas e cooperados e 70% delas/es são mulheres.

A maioria das/os catadoras/es são mais velhas/os, de forma que, as/os catadoras/es mais novas/os são estimuladas/os pelas/os próprias/os trabalhadoras/es do local a procurar outros tipos de trabalho (principalmente trabalhos de carteira assinada) e a completar os estudos, já que uma boa parte delas/es não tiveram essa oportunidade.

As catadoras/es da Cooperativa procuram realizar o trabalho de aproveitamento do máximo de resíduos que coletam a fim de obter uma maior retirada: papelão, garrafas PET, latinhas, papéis, vários tipos de plástico, etc. Buscam pautar o trabalho pelos princípios e valores da ES, e, portanto, a autogestão é um elemento muito importante e muito valorizado pelo grupo. Possuem um contrato com a prefeitura do município desde 2003, o que aprofundamos no item 4.4, quando traçamos um histórico a respeito da relação entre o empreendimento e a Incop Unesp Assis. Por ser formalizada desde esse período, a Cooperativa possui Regimento Interno e Estatuto Social, além de um Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). Com o crescimento da Cooperativa, as/os catadoras/es puderam realizar a contratação de serviços de terceiros, que são essenciais para a administração e para o bom funcionamento do empreendimento, como por exemplo um escritório de contabilidade, técnico administrativo para o auxílio na gestão do local e advogado, para representar os interesses das/os cooperadas/os perante a justiça e outras entidades e instituições.

Na coleta seletiva nas casas e instituições, as/os catadoras/es fazem o processo de catação com o caminhão, organização dos materiais dentro do caminhão⁷ e direção do caminhão; após a coleta, as/os catadoras/es levam os materiais para o barracão, onde realizam a pesagem dos resíduos a partir da pesagem do caminhão, a descarga dos materiais na talisca⁸, a triagem na esteira, a troca de *bags*, a prensagem e o enfardamento dos resíduos por meio das prensas e construção de fardos, o desmonte de peças eletroeletrônicas, o cuidado com as garrafas de Polietileno Tereftalato (PET) (as/os catadoras/es furam as garrafas devido à estratégia de retirar o vácuo, o que garante um maior peso no fardo), a fragmentação de papéis na máquina fragmentadora, o armazenamento por meio das empilhadeiras e a venda ou comercialização dos materiais.

A seguir, detalhamos cada frente de trabalho do empreendimento (coleta seletiva, barracão, coleta de lixo e coordenação) bem como cada função desempenhada dentro delas. Também, realizamos um fluxograma de destinação dos materiais recicláveis na Cooperativa. As/os catadoras/es que já estão há mais tempo no trabalho, em sua maioria, já realizaram a maior parte ou todas as funções do trabalho existentes; porém, atualmente, essas funções estão sob responsabilidade mais fixa de trabalhadoras/es, o que pode facilitar o processo de trabalho, mas o que pode também fragmentá-lo.

⁷ Os caminhões são de gaiola, portanto, não prensam o material. Além disso, alguns caminhões foram cedidos por meio de projetos com o BNDES, Banco do Brasil, Cataforte, e outros foram comprados pela Cooperativa posteriormente, após o seu crescimento.

⁸ A talisca aqui é um acessório de um tipo de esteira utilizada para a melhor elevação de materiais e otimização de tempo e de custos de transporte.

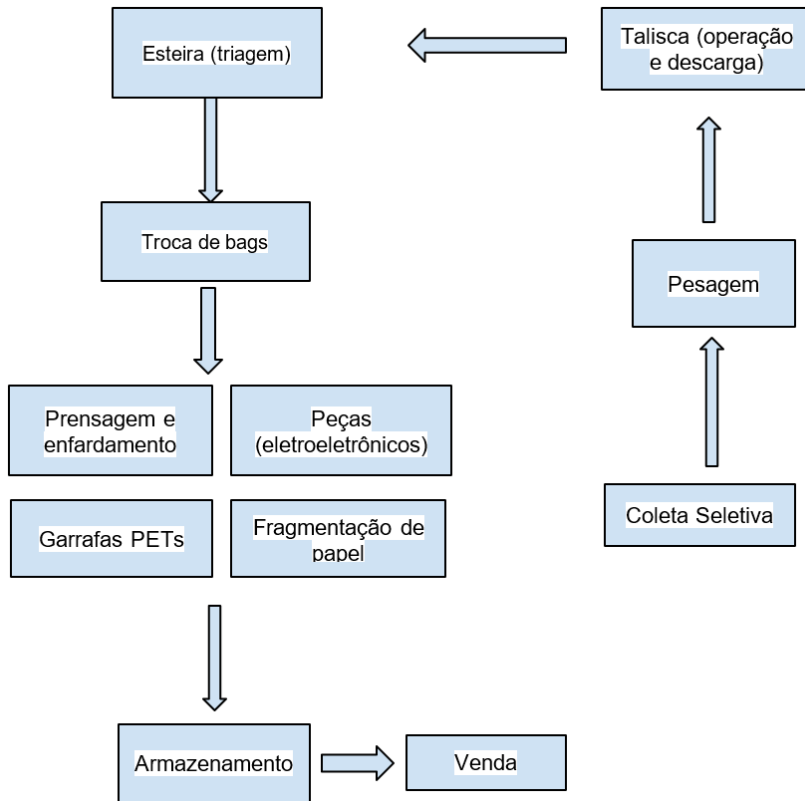


Figura 1: fluxograma de destinação dos materiais recicláveis na COOCASSIS

Coleta Seletiva

A coleta seletiva é dividida por setores de forma que, cada setor compõe alguns bairros da cidade. É realizada por meio de seis caminhões, que saem do barracão todos os dias para a realização da coleta nos diferentes setores. Possui a duração de cinco a dez horas por dia, a depender do tamanho do setor. Antes da pandemia, a coleta era realizada não só com caminhões, mas com carrinhos, elaborados por meio de uma parceria da Incubadora com alunas/os

do curso de engenharia da Unesp⁹. Durante o período da pandemia, as/os catadoras/es e as/os integrantes da Incubadora consideraram que a coleta deveria ser feita apenas com os caminhões: as/os moradoras/es deixam os materiais recicláveis na frente de suas casas e prédios, bem como as/os trabalhadoras/es de instituições, e assim, as/os catadoras/es não possuem tanto contato com as pessoas, e entram em contato com um menor nível de risco de contágio pela doença.

No início e ao decorrer do trabalho, com o desenvolvimento da Cooperativa, a realização de um processo denominado *abordagem* com a população da cidade foi essencial para a implementação da coleta seletiva na cidade. Nesse processo, as/os catadoras/es se apresentavam e explicavam, de porta em porta, como a coleta seletiva é feita e como as/os moradoras/es deveriam realizar a separação dos materiais recicláveis, junto a entrega de folhetos com todas as informações necessárias. Hoje, a Cooperativa realiza a coleta seletiva em uma boa parte da cidade, o que é resultado do trabalho de *abordagem* feito ao longo dos anos.

Para chamar a atenção e avisar as/os moradoras/es que a coleta seletiva está passando, inclusive das pessoas que, mesmo após a abordagem, não separam e não doam os resíduos sólidos para a Cooperativa, as/os catadoras/es colocam uma música do MNCR para tocar: as/os catadoras/es, junto a Incop Unesp Assis, escreveram um texto falado para incorporar na música e para facilitar e agilizar a coleta. A música toca durante todo o percurso da coleta e as/os catadoras/es devem ouvi-la o tempo todo, o que pode ser bem cansativo, mas que elas/es enunciam que estão acostumadas/os.

⁹ Os carrinhos disponíveis no mercado não são apropriados para as necessidades das/os catadoras/es, uma vez que exigem mais força física e não oferecem as condições de trabalho que poderiam oferecer, caso fossem adaptados para essas/es trabalhadoras/es.

A organização deste trabalho, atualmente, é realizada por duas/dois catadoras/es nas ruas, coletando os materiais de casa em casa, um/a catador/a no caminhão para organizar os materiais no caminhão e um/a catador/a dirigindo o caminhão. As/os cooperadas/os dividem o caminhão em duas ou três partes por meio da construção de paredes de papelão, com a finalidade de ordenar os materiais recicláveis, para comportá-los no caminhão e para não caírem na rua na medida que o caminhão realiza curvas mais acentuadas ou anda mais rápido.

Muitas/os moradoras/es fornecem para as/os catadoras/es um saco com os materiais recicláveis e pedem o saco de volta para reutilizarem nos próximos dias, o que acaba atrasando a coleta. As/os moradoras/es das casas que fornecem os materiais já são conhecidas/os pelas/os cooperadas/os, de modo que, as/os catadoras/es se dirigem especificamente para elas/es ou para o saco de coleta que já está alocado na frente das residências e instituições. As/os catadoras/es realizam algumas pausas para ir em banheiros específicos, como os de lugares públicos, estabelecimentos, ou casas. Algumas/alguns (poucas/os) moradoras/es oferecem água gelada, lanche e café para as/os cooperadas/os e algumas/alguns possuem uma boa relação com elas/es. Quando chove, as/os catadoras/es só não saem do barracão para a realização da coleta se a chuva estiver muito forte. Caso contrário, trabalham da mesma forma, e vestem capas de chuva.

Barracão

No barracão, os trabalhos realizados são a pesagem, a operação da talisca, a descarga dos materiais na talisca, a triagem na esteira, troca de bags, prensagem e enfardamento, desmonte de peças

eletroeletrônicas, o cuidado das garrafas PET, limpeza do local, cozinha, armazenamento dos materiais e comercialização. O barracão é composto majoritariamente por mulheres, e as/os catadoras/es ficam sempre em pé, com posturas muitas vezes desconfortáveis, carregam muito peso e expressam reclamações de dores no corpo.

A pesagem do caminhão, e portanto, dos materiais recicláveis, é feita por meio de uma balança com indicador digital e uma catadora mais velha é responsável por esta função¹⁰. A talisca compreende tanto a operação do equipamento quanto a descarga dos materiais, a fim de passarem pela esteira para serem separados; uma pessoa é encarregada da operação da talisca e quatro pessoas descarregam os resíduos dos caminhões, com o auxílio de vassouras e rodos. A esteira é elétrica, local onde é realizado o processo de triagem ou separação dos resíduos sólidos; aproximadamente vinte catadoras realizam o trabalho na esteira. A troca de *bags* é feita por quatro pessoas, na medida que as catadoras triam os materiais e colocam-os em *bags* diferentes, de acordo com o tipo de material. Esses *bags* vão enchendo, e a troca vai sendo feita, para que o trabalho na esteira não pare.

A Cooperativa possui três prensas¹¹, duas pequenas e uma grande, e em cada uma delas trabalham duas pessoas, realizando tanto a prensagem quanto o enfardamento. Uma pessoa trabalha no

¹⁰ As/os catadoras/es do local procuram não colocar as/os catadoras/es mais velhas/os para exercerem funções do trabalho que demandem muita força física, apesar de não existirem tantas funções neste tipo de trabalho que as/os trabalhadoras/es não precisem de força física para desempenhá-las.

¹¹ As prensas não possuem dispositivos de segurança, o que pode promover acidentes de trabalho. Ademais, ao prensar o plástico duro, as/os trabalhadoras/es podem se machucar com pedaços afiados do material.

desmonte de peças eletroeletrônicas para aproveitamento e venda e uma pessoa desempenha o trabalho de cuidado com as garrafas PET. Uma/duas catadoras ficam encarregadas de realizar a limpeza do empreendimento, e muitas vezes, exercem essa função junto a alguma outra durante a semana e o dia. Uma catadora fica responsável pela cozinha, ela prepara o café da manhã, alguns acompanhamentos para o almoço (as/os catadoras/es se organizam para comprar marmita, o que foi modificado ao longo do tempo devido ao tempo de trabalho e ao preço dos alimentos) e o lanche da tarde. O armazenamento dos materiais recicláveis é realizado durante o processo do trabalho, na medida que os fardos vão sendo produzidos, com o auxílio da empilhadeira.

As/os trabalhadoras/es realizam uma escala semanal de trabalho dentro do barracão. Nessa escala, as posições nas quais as/os trabalhadoras/es alternam são: esteira, troca de bags e limpeza. Uma catadora é técnica em segurança do trabalho e fica também responsável pela aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) para a Cooperativa.

Coleta de lixo

A coleta do lixo orgânico é uma frente de trabalho composta apenas por homens cooperados. Não nos aprofundamos na compreensão desta frente, uma vez que o foco da pesquisa é na catação de materiais recicláveis e, também, não conseguimos ter contato com os trabalhadores que estão nesta função. No entanto, foi possível observar que, atualmente, essa frente está mais distante de outras funções do trabalho da Cooperativa, já que os trabalhadores não estão tão presentes no barracão e na gestão de resíduos sólidos.

No período inicial do trabalho da COOCASSIS, o lixo orgânico também era coletado, mas era triado e alocado junto aos materiais recicláveis, dentro do barracão. Devido à insalubridade (ao cheiro, à mistura dos materiais e etc), o lixo parou de ser separado dentro do barracão da Cooperativa. Hoje em dia, ele é apenas pesado e levado para o aterro de outra cidade próxima, na região do Oeste Paulista.

Coordenação

A Coordenação da Cooperativa é dividida em cargos de representação no Conselho de Administração e no Conselho Fiscal. O Conselho de Administração é composto pelos cargos de presidenta/e, diretor/a administrativa/o, diretor/a secretária/o, e duas/dois suplentes. O Conselho Fiscal integra os cargos de coordenador/a, secretária/o, conselheira/o efetiva/o e três suplentes. As/os catadoras/es veem as/os integrantes do Conselho de Administração como as/os que realizam mais funções de coordenação. Os cargos de representação tanto do Conselho de Administração quanto do Conselho Fiscal são eleitos a partir da formação de chapas elaboradas pelas/os trabalhadoras/es e da votação de todas/os as/os trabalhadoras/es realizada em assembleia.

Dentre as atribuições das/os integrantes do Conselho de Administração, estão a deliberação da admissão e/ou exclusão das/os trabalhadoras/es e da convocação de assembleias e reuniões, elaboração de orçamento anual sobre as despesas, verificação do estado financeiro do empreendimento, contratação de funcionárias/os externas/os e, quando necessário, de serviços de auditoria e de assessoria técnica, realização de pesquisas sobre preços, representação da Cooperativa, etc. As/os representantes do Conselho

Fiscal são responsáveis por, dentre outras funções, conferir o saldo da Caixa da Cooperativa, verificar se os extratos bancários conferem com o estado financeiro emitido pelo Conselho de Administração, averiguar se existem reclamações das/os cooperadas/os acerca do funcionamento cooperativo bem como se existe algum conflito entre elas/es, informar ao Conselho de Administração se houver alguma irregularidade, e convocar uma assembleia geral caso observem ocorrências graves, etc.

A inserção das/os trabalhadoras/es em cargos de representação permite um maior exercício de liderança e uma necessidade de apreensão de diversos saberes e de informações, o que é essencial para a construção de autonomia das/os catadoras/es e do empreendimento perante as entidades e o poder público. Nos últimos anos, quem mais se interessou por esses cargos dentro da COOCASSIS, foram as mulheres, que possuem uma atuação significativa tanto dentro do local quanto no movimento social de catadoras/es. É possível analisar a existência de relações pautadas pelo gênero na Cooperativa, que em certa medida, reproduzem relações patriarcais e machistas, mas que produzem novas possibilidades no que tange às posições e aos papéis de gênero.

Para Bruna Vasconcellos (2017, p. 197), os estudos sobre as catadoras de materiais recicláveis demonstram potencialidades e limitações das suas lutas e do trabalho, principalmente do seu trabalho coletivo e diante do cenário político, social e econômico que estamos inseridas/os. Destacam, portanto, um processo de construção de autonomia “para tomar decisões sobre o funcionamento das cooperativas, mesmo que em constante processo de tensionamento entre as amarras capitalistas”. A articulação das iniciativas de Trabalho Associado e de Economia Solidária de catadoras/es é uma característica importante no que tange à

consolidação e à mobilização das lutas do movimento social. Entretanto, a construção tanto do movimento quanto das organizações possui contradições vividas na organização do trabalho, na elaboração das regras e na gestão do trabalho, diante de todo contexto analisado até agora (SILVA, 2014).

No primeiro capítulo pudemos compreender o surgimento e a expansão das organizações de catadoras/es de materiais recicláveis no contexto mais amplo do capitalismo neoliberal, para compreendermos a realidade da cooperativa estudada e em que lugar ela está localizada na história. No capítulo seguinte, buscamos traçar articulações entre o trabalho das/os catadoras/es e outra categoria central da pesquisa: gênero. A diferenciação e a hierarquização de gênero é um dos valores reproduzido em organizações de trabalho coletivo das/os catadoras/es. Para compreender como esse valor é reproduzido em experiências autogestionárias de catadoras/es e como ele é ainda aprofundado com o neoliberalismo, especialmente na gestão governamental brasileira que se encerrou em 2022, é necessário entendermos tanto como a desigualdade de gênero é posta no mercado de trabalho e no sistema em que vivemos, bem como apreender as características desse fenômeno no trabalho coletivo e autogestionário, em especial no trabalho das/os catadoras/es de materiais recicláveis.

Capítulo 2

Gênero, trabalho e as/os catadoras/es de materiais recicláveis

Para compreendermos a situação das mulheres no cenário do trabalho coletivo, é necessário traçarmos paralelos entre as categorias do patriarcado, divisão sexual do trabalho, da reprodução social e relações sociais pautadas no gênero. Tais categorias se fazem essenciais para analisarmos sob quais mecanismos o capitalismo se ancora para se reproduzir e se manter, ainda que criados antes de seu surgimento. Procuramos abordar algumas perspectivas dos feminismos marxistas, devido a nossa linha teórico-metodológica; no entanto, traçamos alguns paralelos entre algumas outras teorias feministas, a fim de realizar um apanhado histórico.

Nas organizações de trabalho, nos grupos que buscam colocar em prática a Economia Solidária e nas lutas populares de resistência, em geral, é apenas recentemente que as discussões e a pauta sobre as relações de gênero ganham visibilidade, enquanto um fator de suma importância para a análise e para a luta por melhores condições de vida e de trabalho das/os trabalhadoras/es. Na luta das/os catadoras/es, apesar das mulheres serem a maioria em organizações de base, os homens são quem as representam na instância nacional, o que começa a ser problematizado pelas catadoras nas associações, grupos e cooperativas e no movimento

social. A desigualdade dos papéis de gênero é então levantada, atualmente, como uma pauta da categoria.

O que buscamos evidenciar neste capítulo é que, buscar estabelecer relações mais democráticas e mais igualitárias de trabalho não faz sentido se não destacarmos a necessidade de olhar para os seres humanos como desiguais, mesmo dentro de uma organização ou de um grupo popular que agrupa perfis socioprofissionais semelhantes de pessoas: pobres, negras, mulheres, mães, com pouca escolaridade, etc. Dentro das organizações de Trabalho Associado e/ou de Economia Solidária as relações também são desiguais, embora procurem lutar contra a desigualdade: são relações que reproduzem o patriarcado e o capitalismo. As desigualdades de gênero precisam ser colocadas, portanto, no seu contexto histórico. As desigualdades de raça não foram aprofundadas nesta pesquisa, devido a uma necessidade de recorte e de maior apropriação sobre o tema. No entanto, consideramos a análise destas desigualdades, especialmente nas organizações de catadoras/es, também como fundamentais para a luta pela modificação das relações sociais: o capitalismo não só se ancora no patriarcado, como também em um sistema de diferenciação e de hierarquização de raça, criado antes de seu surgimento. Percebe-se que a própria branquitude da pesquisadora foi elemento limitante para pensar-se na inclusão da raça enquanto uma categoria de análise indissociável de gênero, ao considerar, especialmente, o presente objeto de estudo.

As relações de gênero e de trabalho no capitalismo e neoliberalismo

A massa de trabalhadoras/es não pode se perpetuar sem o trabalho reprodutivo historicamente destinado às mulheres. De

forma genérica, o capital e o Estado devem manter a capacidade biológica de produzir novas/os trabalhadoras/es para que a força de trabalho continue existindo para ser explorada. Para garantir a existência da força de trabalho, é necessário que o capitalismo crie e/ou mantenha estratégias de controle sobre a reprodução, a família, a educação das crianças, etc, o que conserva uma ordem de gênero estimulada por um sistema patriarcal.

O patriarcado¹², para Heleieth Saffioti (2015), socióloga considerada uma das pioneiras em articular o feminismo e o marxismo, se constitui enquanto um sistema de exploração/dominação anterior ao capitalismo, mas que se reconfigura perante às relações capitalistas e permanece enquanto elemento social constitutivo na cultura ocidental. Trata-se, portanto, de um sistema de poder no qual o homem explora/domina a mulher, que fica submetida a diversos tipos de consequências: violência, abuso, ausência de autonomia e atribuições sociais consideradas inferiores, direcionadas às mulheres com a justificativa de que a mulher teria um instinto natural para estas atividades, como por exemplo, o cuidado da casa e das/os filhas/os e as tarefas domésticas (trabalhos não remunerados e não reconhecidos socialmente), o que significou uma exclusividade da participação das mulheres nessas atividades. Este discurso opera até a atualidade: de que o cuidado é elemento exclusivo das mulheres.

A atribuição social do cuidado ao feminino limitou muitas mulheres a terem seus trabalhos reconhecidos. O trabalho que oferecia reconhecimento social, no entanto, era destinado aos homens, o que produzia a manutenção de uma ordem de gênero

¹² Patriarcado e gênero não são a mesma coisa: o primeiro se refere a um conceito que explica um sistema de poder e o segundo é uma categoria de análise das relações sociais (SAFFIOTI, 2015).

(SILVA; MENEGAT, 2016). Para Luana de Sousa e Dyeggo Guedes (2016), os homens eram tidos, então, enquanto *provedores* e as mulheres, como *cuidadoras*, com justificativas que excluem o homem da participação em algumas atividades e que só contribuem para a conservação do patriarcado. No sistema patriarcal, as mulheres trabalham e ainda assim são consideradas subjugadas ao trabalho do homem; isso porque, o trabalho da mulher não é igualmente valorizado. Heleieth Saffioti (2013, p. 62) analisa que uma parcela das mulheres, mesmo antes do capitalismo, “trabalhava nos campos e nas manufaturas, nas minas e nas lojas, nos mercados e nas oficinas, tecia e fiava, fermentava a cerveja e realizava outras tarefas domésticas”. A separação de atribuições de acordo com papéis de gênero, ou seja, a divisão e hierarquização de trabalhos diferentes para um ou outro gênero, são denominadas de *divisão sexual do trabalho*.

A divisão sexual do trabalho, enquanto um elemento patriarcal de organização do mundo do trabalho e da sociedade como um todo, é estruturada a partir das esferas produtiva e reprodutiva, não se referindo apenas à categoria do trabalho, mas às relações sociais estabelecidas entre homens e mulheres: relações de subordinação da segunda pela primeira. A esfera reprodutiva, destinada às mulheres, nesse sentido, é submetida à esfera produtiva, destinada aos homens, já que essa divisão não significa apenas a atribuição de um tipo de trabalho à mulher e outro tipo de trabalho ao homem, mas uma hierarquização desses tipos de trabalho, na qual o trabalho do homem é mais importante e mais respeitável e, portanto, mais valorizado (KERGOAT, 2002). Tal cenário favorece e possibilita um maior exercício de poder dos homens socialmente.

A divisão sexual do trabalho estabelece, portanto, uma relação assimétrica, que gera e que reproduz desigualdades perante o

funcionamento social. É, portanto, um dos “mecanismos de sustentação das relações sociais de sexo, ao estabelecer a designação prioritária das mulheres para a reprodução e a dos homens para a produção” (ÁVILA; FERREIRA, 2020, p. 117). Ao dividir os trabalhos de acordo não só com a tipificação mas com a hierarquização dos trabalhos da mulher e do homem, as relações sociais desiguais, de exploração e de opressão são perpetuadas (SOUSA; GUEDES, 2016). Estas relações são a base da organização social e da divisão do trabalho¹³.

Para Heleieth Saffioti (2013), entretanto, mesmo antes do surgimento do capitalismo, uma parcela das mulheres dividia seu tempo entre o trabalho reprodutivo e o trabalho produtivo. A mulher de camadas menos privilegiadas sempre possuiu a necessidade de complementar a renda da família, não sendo, portanto, limitada ao trabalho reprodutivo.

A tradição de submissão da mulher ao homem e a desigualdade de direitos entre os sexos não podem, contudo, ser vistas isoladamente. Sendo a família a unidade econômica por excelência nas sociedades pré-capitalistas, a atividade trabalho é também desempenhada pelas mulheres das camadas menos privilegiadas. Embora não se possa falar em independência econômica da mulher (esta é uma noção individualista que nasce com o capitalismo), pois o trabalho se desenvolvia no grupo familiar e para ele, o mundo econômico não era estranho

¹³Angela Davis (2016, p. 17) pontua que “proporcionalmente, as mulheres negras sempre trabalharam mais fora de casa do que suas irmãs brancas”. No sistema escravista, para o exercício do trabalho pesado, as mulheres negras eram “desprovidas de gênero”, uma vez que trabalhavam em tempo absoluto para os seus proprietários. Nesse sentido, essas mulheres não efetuavam trabalho apenas na esfera privada: eventualmente eram mães, donas de casa e esposas. O trabalho produtivo ocupa um espaço significativo na vida das mulheres negras desde o período da escravatura, no qual, não só as mulheres eram vistas como inferiores, mas como bens rentáveis e como objetos de prazer e opressão.

à mulher. Não se trata de indagar aqui se o papel econômico da mulher lhe tirava posição social compensatória de sua submissão ao de decisões da família: o homem. Trata-se, isto sim, indagar-se, não obstante sua incapacidade decisória, a mulher encontra via de integração nas sociedades pré-capitalistas [...] (SAFFIOTI, 2013, p. 63).

Para Neusa Dal Ri (2015, p. 122), “em todos os tipos de sociedade, desde as pretéritas e antigas até a capitalista, o volume de trabalho realizado pelas mulheres sempre foi imenso, o que mudou foi a forma desse trabalho”. Segundo Heleieth Saffioti (2013), o capitalismo trouxe uma dupla desvantagem à mulher: conforme o desenvolvimento das forças produtivas, a mulher era integrada de forma periférica, em funções menos prestigiosas, trabalhos mais precarizados e repetitivos¹⁴. A inserção da mulher no mercado de trabalho, no capitalismo, se deu como uma ferramenta de reconstruir a capacidade de acumulação capitalista, para abafar as contradições do sistema e enfrentar as *crises cíclicas* do capital. É a partir do capitalismo, portanto, que a mulher é separada da sua família e que deve se sacrificar, não só para garantir sua sobrevivência, mas em prol do capital.

Perante as transformações socioeconômicas e a busca pela melhoria das condições de trabalho da mulher, uma série de desvantagens é destinada a ela no que tange a sua atuação social e econômica (SOUSA; GUEDES, 2016). Karl Marx (2002) considera que, a partir do emprego da maquinaria, os donos do meio de

¹⁴ A força de trabalho livre (principalmente a da mulher) é parcialmente remunerada, o que cria o sobretrabalho, fonte da mais-valia, do instrumento fundamental da acumulação capitalista. Assim, funções de trabalho mais precarizadas criam ainda mais sobretrabalho, porque promovem mais exploração, por meio da má remuneração e do baixo oferecimento de condições mínimas de trabalho.

produção se empenharam em se beneficiar do trabalho das mulheres e das crianças, uma vez que a maquinaria possibilita a admissão de trabalhadoras/es *sem força muscular* ou com um “*aporte físico incompleto*”. A *falta* de força física da mulher para o exercício do trabalho sempre foi, de acordo com Neusa Dal Ri (2015, p. 123), “uma das justificações ideológicas para relegá-la a um *status* inferior na sociedade”. A *fraqueza física* da mulher, que em tese a distancia do trabalho produtivo, a aproxima do trabalho reprodutivo e de uma *fraqueza social*, a desigualdade de gênero.

Na década de 1970, em meio à *crise estrutural do capital*, a mulher passa a ser incorporada de forma mais intensa no mercado de trabalho. Junto às transformações do mundo do trabalho e do cenário socioeconômico, as revoluções culturais e os movimentos feministas trouxeram diferentes configurações de trabalho à mulher, o que enfraqueceu a divisão sexual do trabalho tida até então. Luana de Sousa e Dyeggo Guedes (2016, p. 123) realizam, no entanto, a importante análise de que a separação entre as esferas “público/privado que está associada ao trabalho remunerado/não remunerado e que contribui com a divisão sexual do trabalho é reconfigurada, mas sem mudança significativa, ou estrutural, em sua essência”.

Os homens continuaram, dessa forma, dispensados das atribuições domésticas e do cuidado com as/os filhas/os; essas atividades são, em grande parte, ainda delegadas às mulheres, uma vez que, desde sempre, a família deve ser encarada como objeto de devoção, deve ser controlada, e a negação da identidade da mulher trabalhadora serviria, também, para negar o processo de reconfiguração da estrutura familiar, de destituição dos valores tradicionais. Para Luana de Sousa e Dyeggo Guedes (2016), quanto maior a desnaturalização da atribuição social do cuidado à figura

feminina, maior tende a ser a introdução das mulheres no mercado de trabalho formal. Analisam, portanto, que apesar da mulher ser incorporada de forma mais acentuada no mercado de trabalho, essa inserção é mais precária, com trabalhos mais informais, com jornadas de trabalho parciais e remunerações inferiores.

A partir do movimento de massa das mulheres trabalhadoras, o lugar exclusivo do cuidado da casa e das/os filhas/os atribuído a elas foi questionado, de modo a ser tratado como uma circunstância negativa e injusta (ANDRADE, 2015). Com as teorias feministas socialistas, as mulheres trabalhadoras puderam “teorizar o trabalho doméstico como parte integrante do modo de produção capitalista” (FERGUSON; MCNALLY, 2017, p. 28).

O estudo e a elaboração da categoria *gênero* também foi muito importante para a compreensão das articulações existentes entre a diferenciação e a hierarquização da mulher no trabalho. Evidenciado em 1970, o termo “gênero” caracteriza a construção social do que é “ser homem” e “ser mulher” (WIRTH, 2010). Pode-se compreender o gênero, portanto, como uma disposição social das diferenças entre os sexos, que estabelece um significado para elas. Ioli Wirth (2010, p. 56) analisa que “à medida que o conceito de gênero aponta para a construção social da hierarquização masculino-feminino, contribui para desestabilizar um dos pilares fundamentais do poder”, ou seja, contribui para a desnaturalização de mitos (como por exemplo de que a mulher tem um talento ou um dom natural para o cuidado) criados a partir do patriarcado e conservados no capitalismo, a fim de controlar a massa de trabalhadoras/es e de manter uma ordem, utilizando a desigualdade de papéis de gênero como uma ferramenta de exploração e de acumulação de capital.

O gênero, nesse sentido, pode ser compreendido como o saber que indica os significados que as diferenças corporais entre os

seres humanos assumem social e historicamente. A conceituação de gênero possui um papel relevante no que concerne à compreensão das diferenças sociais, econômicas e políticas construídas entre os sexos e à luta para desvelar e desnaturalizar as hierarquias que são produzidas com base nelas. Investigar as relações de gênero representa também examinar as relações de poder que são instituídas baseadas nos sexos¹⁵ (WIRTH, 2010). A igualdade de gênero pode ser compreendida, portanto, não apenas como a equivalência entre elementos masculinos e os femininos, mas como uma busca pela “igualdade substantiva na vida social, na qual mulheres e homens de diferentes raças/etnias, orientação sexual e identidade de gênero, possam vivenciar sua diversidade sem opressão” (OLIVEIRA; SANTOS, 2010, p. 13).

Helena Hirata e Daniele Kergoat (1994) analisam que as relações de gênero e as relações de classe são estruturantes e essenciais na sociedade, visto que permeiam todos os sujeitos. Não há homogeneidade entre as classes e entre o gênero das pessoas, mas todas as relações de classe são sexuadas e todas as relações de gênero são classistas. Essa análise indica a existência de relações desiguais socialmente construídas, que coexistem, se sobrepõem e se superpõem. Mirla Cisne e Silvana Santos (2018) indicam que a categoria do trabalho, na sociedade capitalista, possui algumas divisões estruturais: a divisão social embasada nas relações estabelecidas entre as classes sociais; a divisão racial, justificada pelas relações sociais de raça e a divisão sexual, existente entre as relações sociais de sexo. Essas relações, segundo as autoras, são “mediadas por antagonismos e hierarquias que processam a produção e a

¹⁵ Heleieth Saffioti (2015, p. 31) afirma que “na ordem patriarcal de gênero, o branco encontra sua segunda vantagem. Caso seja rico, encontra sua terceira vantagem, o que mostra que o poder é macho, branco e, de preferência, heterossexual”.

reprodução sociais, permeadas pela exploração da força de trabalho e pelas opressões a elas vinculadas” (CISNE; SANTOS, 2018, p. 25).

As relações sociais e de trabalho construídas a partir da categoria do gênero demonstram ainda mais a alienação, o estranhamento e a precarização, na medida em que funções que são extremamente importantes para a conservação da existência humana são desvalorizadas e perpetuadas por meio do sobretrabalho de mulheres (especialmente as mulheres negras) que, cada vez mais, aumentam suas responsabilidades, ao passo que o Estado diminui as dele (NOBRE, 2003). Para Alexa Coelho *et al.* (2018, p. 7), quando observamos a realidade dos homens brancos e das mulheres negras, “existe um abismo entre as ocupações e rendimentos de ambos, permanecendo a mulher negra em situações de evidente desvantagem”.

A situação é invertida quando se comparam mulheres brancas e homens negros: o que revela uma diferenciação no que tange às relações sociais olhadas pela perspectiva da divisão racial. Dados esses aspectos, pode-se analisar que as possibilidades de acesso a recursos tanto financeiros quanto intelectuais, estão vinculadas ao gênero, à raça e à interação entre essas categorias dentro e fora do mercado de trabalho.

O trabalho da catação, atualmente, pode ser considerado um trabalho no qual há uma presença majoritária e significativa de mulheres negras (SEMUC-SP, 2017). Tal realidade pode ser explicada pela verificação de que em todas as regiões do país, as mulheres negras apresentam as maiores taxas de desemprego, além de uma maior inserção nos subempregos, postos de trabalho mais precários e atividades consideradas não qualificadas. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020), a taxa

de desemprego é maior entre as mulheres e entre os homens pretos e pardos. Ainda que exerçam a mesma função, as mulheres brancas, pretas e pardas possuem rendimento menor que homens da mesma cor. Entre pretas/os e pardas/os, no entanto, essa diferença é menor devido à inserção em trabalhos que oferecem rendimentos mais baixos, embasados no valor mínimo (IBGE, 2018). Para Ana Maria de Carvalho (2022), coordenadora da Incop Unesp Assis, a questão de gênero e de raça nos empreendimentos de catadoras/es e, inclusive, na COOCASSIS, é emergente, uma vez que em sua visão, “são muitas mulheres negras nos empreendimentos”.

Mesmo ingressando de forma maciça no mundo econômico produtivo, as mulheres ainda vivem as desvantagens do patriarcado e da divisão sexual do trabalho. De acordo com uma pesquisa divulgada pelo Observatório Brasil da Igualdade de Gênero (2015, p. 1), o Brasil é o país que apresenta uma das maiores taxas de disparidade salarial. Nesse sentido, os homens recebem mais que as mulheres em todas as faixas etárias, tipo de empresa ou de trabalho, níveis de instrução, etc. A pesquisa que é realizada anualmente pela Catho (2021) indicou que, em fevereiro de 2021, ainda que ocupando os mesmos cargos e realizando as mesmas funções, as mulheres chegavam a receber 34% a menos que os homens.

As conquistas das mulheres representam uma revolução inacabada, porque, em sua maioria, as mulheres ainda assumem as tarefas referentes ao espaço privados sozinhas, o que marca limites no que diz respeito à quantidade e à qualidade de tempo que se dedicam ao trabalho produtivo. Se a qualificação ocupacional da mulher, portanto, interfere na sua posição social e ocupacional, a sociedade de classes intervém para manter o seu próprio equilíbrio (SAFFIOTI, 2013).

O ingresso das mulheres no mundo econômico não equilibra as funções atribuídas aos sexos, ao contrário, reforça as desvantagens vividas pelas mulheres que atualmente compartilham com os homens, de forma equânime ou não, a provisão financeira da família juntamente com a responsabilidade da esfera reprodutiva. A saída do lar e as conquistas cada vez mais visíveis no âmbito público representaram uma revolução incompleta, uma vez que as mulheres ainda assumem praticamente sozinhas as atividades do espaço privado, o que perpetua uma desigual e desfavorável divisão sexual do trabalho para elas (SOUSA; GUEDES, 2016, p. 125).

Nesse sentido, a inserção parcial da mulher no mercado de trabalho apresenta relações profundas com a insuficiência de recursos de conciliação entre o trabalho e a família para a maioria das mulheres, especialmente aquelas mais pobres que não conseguem delegar as tarefas domésticas para outras pessoas ou para instituições privadas de provisão de cuidados. Na visão da catadora Rita (2022), a mulher é “muita coisa. É dona do lar e trabalha fora. A mulher é muito importante”. As mulheres catadoras, em sua maioria, advêm da classe baixa; na COOCASSIS, as mulheres se apresentam, em geral, como chefes de família, dotando a responsabilidade pelo cuidado e sustento das/os filhas/os. Muitas delas são separadas e poucas delas foram ou são casadas formalmente.

Elis (2022), catadora e técnica de segurança do trabalho da COOCASSIS, revela que se separou do seu marido para continuar na Cooperativa. Diz que “trabalhava de segunda a segunda” e que tomou a decisão de se dedicar mais ao empreendimento. É possível identificar que, nas organizações de Trabalho Associado e/ou de Economia Solidária, as relações desiguais de gênero são também perpetuadas, porém com algumas modificações e potencialidades.

As relações de gênero nas organizações de Trabalho Associado e de Economia Solidária: potencialidades e reprodução das relações capitalistas

A participação das mulheres em experiências autogestionárias dependeu do grau de ameaça conferido a esse trabalho para o capitalismo e na medida que esses trabalhos deixaram de ser essenciais aos homens (NOBRE, 2003). No entanto, embora restrito e não devidamente registrado, o trabalho das mulheres em organizações de trabalho sempre foi uma realidade. A necessidade sentida pela mulher de classe mais baixa de complementar a renda familiar promovia uma demanda por algum tipo de inserção dela no mundo do trabalho produtivo; foi a partir da sua atuação em cooperativas, associações e grupos populares que muitas mulheres trabalhadoras adentraram ao trabalho produtivo, quando o cooperativismo de trabalhadoras/es já não ameaçava o capital, no século XIX. Nesse período, as cooperativas de consumo femininas começaram a se expandir, o que ocasionou a redução de custos na obtenção de alimentos (NOBRE, 2003).

Com a expansão das Organizações de Trabalho Associado na América Latina, a inserção das mulheres em postos de trabalho nesses locais foi intensificada. Bruna de Vasconcellos (2017, p. 166) analisa que “os registros sobre a atuação das mulheres populares na América Latina refletem o papel socialmente constituído delas como cuidadoras.” A organização de mulheres populares também denotou uma união frente às crises, em prol da garantia da sobrevivência: diversos grupos populares de mulheres “em algum momento de sua existência se empenharam em gerar renda, nem que fosse apenas para garantirem o funcionamento do próprio grupo” (NOBRE,

2003, p. 2). Inclusive, diversos grupos foram formados a partir de uma intensa presença de mulheres, mas, na medida em que cresceram, alcançaram uma geração de renda e conseguiram mais recursos com doações ou empréstimos, foram se masculinizando.

Para Miriam Nobre (2003), o cooperativismo das/os trabalhadoras/es como um todo ressurgiu como um enfrentamento ao capitalismo, mas não leva em consideração a questão da desigualdade de gênero. Entretanto, logo no início, as relações sociais pautadas no patriarcado e a divisão sexual do trabalho foram também colocadas aos grupos, às organizações de trabalhadoras/es e às primeiras cooperativas de trabalho. Carla de Avila (2019, p. 87) analisa que “a articulação de classe, raça e gênero, está obtendo recente visibilidade no cenário atual de produção sobre as desigualdades sociais”. Na área das ciências sociais, é apenas recentemente que se considera relevante o que há muito tempo as intelectuais negras já defendiam: que as dimensões de raça e de gênero são fundamentais para a compreensão dos processos de produção tanto das desigualdades quanto das lutas e organizações sociais das/os trabalhadoras/es.

O crescimento da participação de mulheres nessas organizações não significou mudanças nas estruturas sociais. As inovações tecnológicas, por exemplo, não representaram uma modificação de papéis e atribuições sociais destinados às mulheres e aos homens: reforçaram uma divisão sexual do trabalho já conhecida anteriormente. A tecnologia aparece hierarquizada com relação ao recorte de gênero, tanto em empresas capitalistas como nas cooperativas de trabalho, nas quais as modificações técnicas “ratificam a divisão sexual do trabalho previamente estabelecida, valorizando funções masculinizadas e de algum modo precarizando as funções feminizadas” (VASCONCELLOS, 2017, p. 208).

Há, portanto, na auto-organização de trabalhadoras/es, uma exploração de trabalhos feminizados. Reforça-se, assim, uma naturalização da diferenciação e da hierarquização do trabalho, ancorando o trabalho tecnológico “às características físicas e à demanda de força física pontual e justificando construtos sociais de gênero através de atributos biológicos” (VASCONCELLOS, 2017, p. 209). É possível afirmar que a construção do processo histórico, o modo de organizar o trabalho e as relações de trabalho dentro de Organizações de Trabalho Associado, apesar de tender a se diferenciar das empresas capitalistas, encontram-se dentro de uma cultura social dominante, capitalista e machista — ou seja, muitas das normas sociais estão presentes na rotina dos coletivos de trabalhadoras/es. Para Neusa Dal Ri (2015, p. 121),

[...] um marco de diferenciação profissional entre os gêneros encontra-se na distribuição dos/as trabalhadores/as pelos diversos ramos da economia. Verificamos que nas EAs [Empresas de Autogestão] as mulheres encontram-se concentradas naqueles ramos tradicionalmente vistos como femininos, tais como confecção, têxtil e preparação de alimentos. Em outros ramos, como, por exemplo, metal-mecânica, mineração, dentre outros, a participação das mulheres ou é muito pequena ou inexistente.

Apesar de observar uma reprodução da cultura social machista dominante, Neusa Dal Ri (2015) assinala que, embora apresente contradições, as/os associadas/os nas OTAs, ao construir configurações coletivas, um local de trabalho menos burocrático com menos cargos e funções menos rígidas e menos hierárquicas, constroem e exercitam o poder ao indicar e eleger suas e seus representantes, o que indica uma liberdade na expressão de ideias e

de discussão. Assim, percebe a promoção de uma constituição de relações sociais mais próximas, baseadas na democracia e na equidade. Analisa, no entanto, um comportamento de subordinação das mulheres em relação aos homens, ainda que nada as proíba de adotarem uma atitude mais independente.

As Organizações de Trabalho Associado podem, portanto, possibilitar relações de gênero mais igualitárias, uma vez que as diferenciações entre homens e mulheres podem ser diminuídas. Em teoria, a gestão e a administração do local de trabalho são coletivas e pertencem a todas e todos as/os que ali trabalham. Mesmo que, na prática, as/os trabalhadoras/es encontrem dificuldades no que tange a essa modalidade de gestão, ela “permite às mulheres ascenderem a funções de responsabilidade e a cargos de direção em proporções maiores do que as encontradas usualmente” (DAL RI, 2015, p. 125). Ao investigar as transformações nas relações sociais e de trabalho em OTAs, especialmente referentes às questões de gênero, ações educacionais e participação política das mulheres, Neusa Dal Ri (2015, p. 131) conclui:

A análise da realidade das OTAs mostra que a ideologia patriarcal não se encontra suprimida nos empreendimentos autogestionários e nem nos movimentos sociais estudados, aparecendo sob diversas manifestações. Esse fato é coerente com a situação socialmente excêntrica dessas organizações, com condição de propriedade privada dos meios de produção e produtoras de mercadorias e, ademais, com o fato de que seguem vivendo sob a hegemonia social, econômica, ideológica e cultural do capitalismo. Ao mesmo tempo, constatamos que elementos de igualdade política em geral, e de gênero em particular, foram adotados por essas organizações, o que beneficia as trabalhadoras das OTAs. Esses elementos ficam mais claros quando a situação de trabalho e de inserção política

das associadas às OTAs é comparada com a situação da mulher no mercado de trabalho assalariado.

Os principais elementos de igualdade entre os gêneros nas OTAs estudadas foram destacados pela pesquisadora:

1) direitos juridicamente iguais aos dos homens no que diz respeito à condição de associadas; 2) igualdade quanto às remunerações percebidas pelo mesmo trabalho realizado; 3) oportunidades expressivamente maiores do que as existentes nas empresas tradicionais para o exercício de funções de responsabilidade e cargos de direção; 4) subsistência de uma atmosfera de relações de trabalho que destoa dos valores socialmente predominantes, na medida em que se busca valorizar a igualdade, a cooperação e a solidariedade entre os trabalhadores; 5) reeducação imanente derivada das práticas de relações de trabalho democráticas, as quais se manifestam em posturas e intervenções que revelam um crescimento da autonomia e da autoconfiança femininas; 6) disposição em elaborar políticas específicas para a igualdade de gênero (DAL RI, 2015, p. 131-132).

Nas organizações, nas políticas e no movimento da Economia Solidária, há também uma ausência de introdução das dimensões de gênero e raça enquanto categorias de análise das lutas e dos grupos (LEITE; SOUZA, 2010). É muito comum que as pessoas que participam do movimento pensem que, por traçar a igualdade, a solidariedade e a democracia como princípio, a Economia Solidária automaticamente já englobe a pauta de gênero. No entanto, apesar de a Economia Solidária ter a solidariedade e a igualdade como princípios e valores pelos quais os grupos populares procuram se orientar, existe um limite de garantia da igualdade entre

os diferentes grupos de pessoas, dada as relações capitalistas que ainda os permeiam (FLEURI, 2003).

Isabelle Hillenkamp, Isabelle Guérin e Christine Verschuur (2016, p. 2) analisam que poucos estudos trabalharam a intersecção entre as categorias de gênero, teorias feministas e Economia Solidária. No geral, para as autoras, os estudos da área consideram que o campo trabalha “necessariamente a favor das mulheres”, o que torna as relações entre estas categorias invisíveis, inviabilizando a luta por demandas específicas de mulheres nos EESs e contribuindo para que as/os trabalhadoras/es não entrem em contato com as reproduções decorrentes da parceria que o capitalismo realiza com o patriarcado, que acontecem também dentro dos empreendimentos.

Para Marcia Leite e Silvana de Souza (2010), os dados de gênero disponíveis no Sistema de Informação em Economia Solidária (SIES) sinalizam uma situação muito desfavorável para as mulheres nos empreendimentos. Pelo levantamento realizado em 2007, é possível aferir que as mulheres estão localizadas em frentes de trabalho similares ao trabalho doméstico, como observado também no mercado de trabalho assalariado. Nesse sentido, as mulheres se concentram nos setores de costura, alimentação, calçados e reciclagem; existe uma presença maior de mulheres nas frentes de costura e alimentação, já que há uma presença masculina também acentuada nos setores de reciclagem e de calçados. A expressiva presença de homens nas fábricas recuperadas e em empreendimentos de profissionais qualificados e a precariedade das organizações dos setores de costura, calçados, alimentação e reciclagem, revelam a conjuntura das mulheres na Economia Solidária.

Segundo o mapeamento nacional de EESs feito pela SENAES em 2013, podemos aferir que em cerca de 20 mil EESs no

país, mais de 600 mil pessoas são mulheres e mais de 800 mil são homens. Mais de 80 mil são as mulheres que ocupam cargos de coordenação e/ou direção do empreendimento, enquanto que mais de 60 mil são os homens nessas funções. A maior parte das/os trabalhadoras/es se autodeclara parda (ATLAS, 2014). Estes números podem ser reavaliados nos dias atuais, já que o último mapeamento foi concluído há algum tempo e, para serem mapeados, os empreendimentos devem seguir alguns requisitos.

Os setores onde as mulheres são a maioria ou estão inseridas de forma parcial revelam uma preponderância de grupos informais como forma de organização, além de se constituírem enquanto grupos menores e com tipos de infraestrutura inferiores, em sua maioria com instalações temporárias cedidas por terceiros. Em empresas recuperadas e nos empreendimentos de profissionais qualificados, há maior predominância das formas de organização cooperativas, o que significa uma maior formalização e um grupo maior de associadas/os. Segundo Marcia Leite e Silvana de Souza (2010), os rendimentos entre esses empreendimentos também são diferentes: em setores onde predominam ou inserem-se parcialmente mulheres, os rendimentos são inferiores ao salário mínimo, muito baixos ou até inexistentes. Dessa forma, ponderam:

Essas constatações indicam as dificuldades para que as trabalhadoras e os trabalhadores se fixem nesses empreendimentos, o que ocasiona instabilidade e pouca probabilidade de consolidação e de sobrevivência a longo prazo. Cabe ressaltar que, nesse contexto, as empresas recuperadas e os empreendimentos dos profissionais qualificados estão em melhor situação seja quanto ao patamar da remuneração de seus associados (em cerca de 20% desses empreendimentos, os rendimentos são maiores do que dois salários mínimos), seja quanto ao acesso a certos direitos trabalhistas, parecendo

indicar maior consolidação, bem como melhor adaptação dessas organizações às condições de mercado (LEITE; SOUZA, 2010, p. 210).

As mulheres são maioria em várias iniciativas e grupos de Economia Solidária (HILLENKAMP; GUÉRIN; VERSCHUUR, 2014). As organizações de Economia Solidária e o movimento como um todo são atravessados por relações de gênero, e cabe às/aos pesquisadoras/es investigar até que ponto as mulheres encontram meios para a emancipação a partir da Economia Solidária ou, ao contrário, acabam reproduzindo as estruturas da exploração. Podemos pensar que essas contradições também fazem parte das lutas pela emancipação das/os trabalhadoras/es.

Élen Schneider (2010, p. 15) analisa que a presença significativa de mulheres nas iniciativas e em empreendimentos de Economia Solidária pode ter origem na conciliação quase impossível entre a vida familiar e a vida profissional, das responsabilidades múltiplas que são direcionadas às mulheres e da dificuldade de acesso tanto à propriedade quanto ao crédito. Nesse sentido, avalia que são “as primeiras a se auto-organizarem ou receberem incentivos para organização nas comunidades em que vivem”. As mulheres entrevistadas pela pesquisadora na quarta Plenária Nacional de Economia Solidária relatam uma preocupação na

forma que desenvolvem suas atividades. Demonstram desejar que os espaços de trabalho sejam lugares nos quais possam “exercer seus direitos”, que tenham “tempo” de cuidar da saúde e também de sua família – um pensamento ainda muito presente: a responsabilidade pelo cuidado da família – e principalmente que possam trabalhar sem abrir mão do seu “desenvolvimento humano”. Nos empreendimentos, segundo as lideranças, embala-se um ideal de (re)significação da noção

de trabalho. Nos depoimentos a definição está aliada à reflexão de que “o trabalho precisa ser diferente do que na economia vigente”. “Alternativo”, “mais humano”, “sem escravidão”, “onde se é dono(a), patrão(a)”. Mas percebe-se, também, a percepção de que este carece de oferecer direitos e garantias, que por enquanto parecem “improvisados” pelos grupos, na medida em que vai havendo a necessidade das pessoas participantes (SCHNEIDER, 2010, p. 18).

Na Economia Solidária, em cargos de representação, na movimentação e mobilização social é possível aferir que as mulheres podem aperfeiçoar e se afirmar enquanto sujeito que possui ideias, que pode participar e reivindicar os seus direitos, uma vez que no cotidiano do trabalho, a abertura para o diálogo é maior do que em empresas capitalistas, a depender do nível de autogestão e de democracia do empreendimento. Podem-se observar possibilidades no que tange ao debate sobre as desigualdades de gênero ali existentes (SCHNEIDER, 2010).

Ioli Wirth (2013, p. 133) afirma que “com a Economia Solidária, as mulheres passam a poder ocupar um lugar de maior reconhecimento e de dar um caráter político a essas funções em vez de entendê-las como femininas e naturalizadas.” Identificar e analisar as reproduções das desigualdades nas relações de gênero em locais essencialmente cooperativos nos mostra como elas operam, e como podem ser modificadas: podemos analisar que não são relações naturais, e sim, sociais.

Para Isabelle Guérin (2005), a participação das mulheres na Economia Solidária pode sim significar uma possibilidade da conquista de autonomia, levando em consideração a geração de renda, a atuação em movimentos sociais e populares, as ações coletivas, sociais e comunitárias das mulheres trabalhadoras, etc. O

trabalho que as mulheres realizam dentro das associações e das cooperativas de trabalho, quando não integrais e sem a priorização de rendimento financeiro para a valorização do trabalho, mistifica o quão precários são os processos de trabalho nessas organizações. Esse cenário reproduz e auxilia a expansão do sistema capitalista.

Há, portanto, dentro da Economia Solidária, uma contradição muito grande devido ao, por um lado, oferecimento de uma alternativa de trabalho e renda para as mulheres, principalmente para as mais pobres, e, por outro, a uma reprodução da lógica de que a mulher é a única responsável pelo trabalho doméstico e pelo cuidado no ambiente familiar, já que estão dentro das iniciativas e empreendimentos de Economia Solidária para terem maior disponibilidade para conciliar as duas jornadas de trabalho.

A Economia Solidária pode traçar um diálogo com a Economia Feminista na medida que a segunda procura demonstrar como o trabalho reprodutivo sustenta o trabalho produtivo, apesar de não ser valorizado pela economia. Tanto a Economia Solidária quanto a Economia Feminista atuam no sentido de construir outro sentido para o trabalho e para a economia. Para Ioli Wirth (2010, p. 64), “a ampliação da noção de trabalho é uma questão chave para possibilitar a articulação entre trabalho e gênero”; a categoria do trabalho, portanto, deve ser recuperada enquanto atividade de produção da vida, e partir das condições que a natureza fornece, baseada não em uma relação de exploração, mas em uma relação de troca.

Ao se inserir nas organizações de Trabalho Associado e/ou de Economia Solidária e em movimentos sociais, ou ao lutar por uma Economia Feminista, as mulheres desafiam e se contrapõem ao capitalismo e às destruições que dele decorrem. Assim, as mulheres dessas organizações estão

construindo novas formas de existência que rejeitam a lógica de mercado e as políticas mais recentes sobre a reprodução da vida cotidiana, canalizando o poder das relações afetivas que tradicionalmente caracterizaram a esfera doméstica na produção da solidariedade social. Seus esforços redefinem aquilo que entendemos por “política” e “democratização” e recodificam o feminismo, transformando o trabalho cotidiano, social e reprodutivo em ação coletiva que converte os bairros em comunidades de resistência à exploração capitalista (FEDERICI; VALIO, 2020, p. 3).

As mulheres de organizações populares podem refletir sobre questões de gênero por meio da autoeducação. Podem levantar acontecimentos do trabalho, discutir sobre a desvalorização do trabalho que realizam, buscam retomar o controle de seus corpos e podem resistir às várias violências que sofrem dentro e fora dos empreendimentos. Ao viver as contradições em seus cotidianos e nas organizações, podem reconhecer as consequências do patriarcado e do capitalismo.

Ao pesquisar sobre a realidade das mulheres catadoras, Camila Paiva (2016) analisa que há uma relação direta entre o crescimento do número de mulheres dentro das cooperativas e associações de catadoras/es e a precarização do trabalho. Essa relação pode ser justificada tanto pelo nível de escolaridade e pela ausência de oportunidades no mercado de trabalho formal quanto pela flexibilidade que as organizações de catadoras/es possibilitam para as mulheres no que tange ao estabelecimento de regras de trabalho, o que promove uma melhor conciliação da mulher entre o trabalho produtivo e o trabalho reprodutivo. As mulheres catadoras começaram recentemente a se mobilizar e levantar suas pautas, no que diz respeito à desigualdade de gênero existente nos grupos e no movimento social da categoria.

Gênero e as organizações das/os catadoras/es

As mulheres catadoras estão inseridas em um contexto de vulnerabilidade econômica, social e trabalhista. Como vimos anteriormente, em sua maioria, as catadoras estão submetidas a um sobretabalho devido às responsabilidades domésticas a elas destinadas em casa (e por vezes, trabalham como empregadas domésticas nas casas de outras pessoas), além de estarem sujeitas a uma ocupação precária, informal e arriscada. As trajetórias de vida dessas mulheres, geralmente, revelam marcas do desemprego, do trabalho infantil, do casamento, de poucas oportunidades de escolarização e da maternidade como limitações para a vida profissional (COELHO *et al.*, 2018). Muitas delas foram mães na adolescência, foram ou são vítimas de violência doméstica e possuem dependência de álcool e/ou drogas (QUEIRÓS; LEAL; FUZZI, 2020).

Ainda que a necessidade de um maior emprego de força física no trabalho da catação apareça também como uma justificativa para inserir os homens catadores nesses postos de trabalho, muitas mulheres catadoras se sentem equiparadas aos homens, negando uma diferenciação de habilidades e de capacidades (COELHO *et al.*, 2018). Tanto as mulheres quanto os homens reestruturam sua identidade pessoal e profissional por meio da organização da categoria e é possível considerar que algumas características da divisão sexual do trabalho e das relações sociais, analisadas pela perspectiva de gênero, são modificadas nessas organizações. No entanto, ainda que as mulheres possuam forte liderança nos grupos populares de catadoras e catadores, as desigualdades e o estabelecimento de relações assimétricas entre homens e mulheres a

partir de uma hierarquização de gênero e de raça podem ser encontrados em empreendimentos de catadoras/es.

Fabiana Grecco (2016) analisa que quanto menor for a iniciativa ou o empreendimento, maior será a participação das mulheres, ou seja, quanto maior for a precarização do trabalho no local, maior será a participação das mulheres trabalhadoras. Para as/os técnicas/os do IPEA (2013), a renda média dos homens catadores chega a ser R\$611,10, enquanto a renda média das mulheres chega a ser 32% menor, aproximadamente R\$460,54. Não só os homens recebem maiores remunerações que as mulheres no trabalho da catação, o que infere um maior prestígio ao trabalho realizado por eles, como há uma divisão entre as funções realizadas por homens e as que são realizadas por mulheres dentro das associações e das cooperativas de reciclagem. Em geral, as mulheres estão inseridas em funções que exigem maior atenção, cuidado e delicadeza, como por exemplo a separação dos materiais recicláveis. O trabalho na esteira, advindo dos moldes fordistas-tayloristas de produção, onde existem então divisão de funções e uma rotinização de movimentos e gestos, demonstram ser ou um espaço distribuído entre homens e mulheres, e ou lugar exclusivo das mulheres (GRECCO, 2016).

Segundo o Anuário da Reciclagem (2021), a participação das mulheres na catação é majoritária em quatro das cinco regiões brasileiras. Em 358 organizações estudadas, o percentual de mulheres é maior na região Sudeste: são 2088 mulheres distribuídas nas organizações de catadoras/es. A maioria das/os trabalhadoras//es se autodeclararam pardas/os (44,2%) e pretas/os (31,9%) e possuem o ensino fundamental incompleto (48%), o que indica um recorte de gênero, raça e de nível de escolaridade no trabalho. A renda mensal das/os catadoras/es é maior no sul (R\$1.256) e menor no

norte do país (R\$975); pode-se perceber, portanto, que nessa amostra de catadoras/es, o rendimento é mais alto que no mapeamento realizado pelo IPEA em 2013.

Esses dados indicam que há uma relação entre as categorias da feminização e da precarização no trabalho da catação de materiais recicláveis. O trabalho das mulheres catadoras decorre, de forma mais acentuada, do cenário de desemprego e da falta de oportunidades no mercado formal de trabalho. A ausência de perspectivas de carreira e de qualificação profissional e a necessidade de conciliar o trabalho da catação com outros trabalhos estão, portanto, atreladas à destinação de uma alternativa de geração de trabalho e renda precarizada, mal remunerada e pouco reconhecida às mulheres, especialmente às mulheres negras.

A tendência à feminização do trabalho e a sua acentuada precarização continuou a se manter atuante no Brasil durante esse século. Nesse cenário, a atividade das mulheres catadoras surgiu como alternativa frente ao estado de desemprego e a falta de opções de ingresso no mercado de trabalho formal, conforme atestam os relatos das entrevistadas durante esta pesquisa. Esse fato corrobora com a ideia de que a falta de perspectivas e qualificação profissional têm proporcionado o direcionamento de homens e, sobretudo de mulheres para as atividades de manuseio de resíduos sólidos, como forma de gerir sobrevivência para si e para seus familiares (SILVA; MENEGAT, 2016, p. 271).

Alexa Coelho *et al.* (2018, p. 7) apontam um “conjunto de condições que culminaram na restrição das oportunidades e no sofrimento das trabalhadoras ao longo de sua vida”. A pesquisa realizada pelas/os autoras/es sobre o trabalho e a saúde de mulheres catadoras em uma cooperativa em uma cidade do Rio Grande do

Sul, identificou que as relações desiguais de gênero existentes nesse ambiente de trabalho estão correlacionadas a diversas vivências de insatisfação das mulheres, inclusive a uma sobrecarga de trabalho, o que indica circunstâncias de adoecimento das trabalhadoras.

Fabiana Grecco (2016) considera que, nas organizações pautadas pela perspectiva da Economia Solidária, estão presentes uma rígida jornada de trabalho, uma hierarquia de remunerações e de funções do trabalho, divisão de tarefas, adequação e seleção de um perfil específico de trabalhadoras/es e de investimentos em qualificação técnica, mecanização de movimentos, etc. A pesquisadora considera que, perante esse contexto, pode-se reiterar que o “capital opera funcionalmente utilizando formas de trabalho ‘primitivas’ e atualizadas, combinando-as socialmente para expandir suas taxas de lucro” (GRECCO, 2016, p. 42).

No estudo de caso com duas cooperativas populares de reciclagem do município de Campinas/SP, Ioli Wirth (2010) analisou uma “nítida divisão sexual do trabalho”. Nas duas cooperativas pesquisadas, as funções consideradas pesadas e que demandam força física intensa, como a prensagem, o carregamento do caminhão e o manejo de fardos eram direcionadas aos homens. As funções determinadas como femininas eram distintas para os dois empreendimentos: em uma das cooperativas, a triagem era tarefa das mulheres; na outra, as mulheres eram responsáveis pela limpeza, pela cozinha e pela administração do empreendimento. Também, em uma delas, durante o primeiro ano de pesquisa, a tipificação dos trabalhos determinava uma implementação de sistema de retiradas desigual entre homens e mulheres.

Ao observar a divisão das funções do trabalho dentro das cooperativas de catadoras e de catadores no Distrito Federal, Ingrid Martins *et al.* (2016) salienta que as mulheres ocupam, em geral, as

funções de coleta e de triagem, enquanto os homens desempenham a tarefa de prensar o material. A presença maior de mulheres nas cooperativas foi uma questão evidenciada pelas/os pesquisadoras/es, bem como o fato de que muitas mulheres ocupam cargos de representação e de liderança dentro dos empreendimentos. Relatam se sentir como *mães* no local, visto que se importam e cuidam das/os colegas de trabalho, e não estão preocupadas apenas com o *fazer* do trabalho. Na visão delas, quando a presidência do empreendimento é realizada por homens, eles não se atentam para as questões que envolvem o *cuidado* e a *integração* das/os trabalhadoras/es no coletivo.

Ao estudar duas Cooperativas de catadoras/es da Argentina, Verónica Puricelli e Sofía Ardaya (2018) também analisaram as relações de gênero ali estabelecidas, e encontraram resultados parecidos com os anteriormente apresentados: a mulher é vista como quem deve cuidar e ensinar as/os colegas de trabalho. As mulheres catadoras cuidam e tomam decisões nas cooperativas desde que continuem a desempenhar suas tarefas em casa, como mães, como domésticas e como cuidadoras do lar, o que demonstra o elo entre a precarização do trabalho e a categoria gênero.

Fabiana Grecco (2016) considera que a descrição da divisão de tarefas e dos processos deste trabalho se mostra relevante, uma vez que pode desvelar a reprodução dos moldes fordistas-tayloristas de produção e da separação e hierarquização das funções realizadas por homens e por mulheres, que repercutem a divisão sexual do trabalho intrínseca às sociedades capitalistas. Dessa forma, analisa:

Se, por um lado, a chamada Economia Solidária se caracteriza pela organização dos processos de trabalho via “solidarismo”, que se oporia ao “competitivo” por meio da propriedade coletiva dos meios de produção (Laville, 1994; Singer, 2001 e

2002), por outro, o que se verifica no processo de trabalho no interior das associações ou cooperativas é a reprodução dos moldes fordista-taylorista de produção e precárias condições de trabalho e vida das trabalhadoras e trabalhadores. Da mesma forma, se os chamados “trabalhos de proximidade” seriam aqueles realizados por “afeição” ou por “senso de responsabilidade” e, além disso, na realização dessas atividades, a retribuição financeira não seria algo imediatamente esperado (Folbre, 1997; Laville, 1994), o trabalho das mulheres no interior dessas associações ou cooperativas, ao contrário, reflete as mesmas condições da exploração do trabalho das mulheres em condições tipicamente capitalistas (GRECCO, 2016, p. 47).

A divisão sexual do trabalho nas cooperativas de reciclagem também colabora para a construção das representações sociais sobre a masculinidade (VASCONCELLOS, 2017). Os homens escolhem o trabalho caso este seja compatível com o que lhes é imposto como masculino: caso esteja ligado mais à produção do que à reprodução social, ou seja, se interessam pelo controle do maquinário, mas não se interessam, por exemplo, pela limpeza ou cuidado dos empreendimentos. Tal compreensão é também reproduzida pelas mulheres, que demonstram o mesmo pensamento: os homens devem ficar em trabalhos que exigem força física intensa e uso de tecnologia.

Por outro lado, sob a perspectiva das vidas individuais, as organizações de trabalho das/os catadoras/es possibilitam um nível de autonomia e de autoconfiança para as mulheres. Para Camila Paiva (2016), as mulheres catadoras, a partir do trabalho em organizações de catadoras/es, ressignificam a posição social que ocupam e se articulam politicamente. Muitas dessas organizações possuem presidentas mulheres, principalmente nas cidades menores,

tendo muitas responsabilidades nos empreendimentos, o que acarreta uma rotina bem estressante. A participação política das mulheres nas organizações e no movimento social da categoria permite que elas construam uma maior autonomia, se sentem mais valorizadas apesar das inúmeras dificuldades que enfrentam. Fazem campanhas, protestos, se posicionam, representam o grupo e subvertem o papel social da mulher, enquanto alguém *passiva e submissa*.

mulheres que procuraram a cooperativa devido ao desemprego e à falta de oportunidade no mercado formal ou que estiveram desde criança na atividade de catação. Mulheres com baixa escolaridade e qualificação profissional. Mães e chefes de família que enfrentam dificuldades em conciliar o tempo entre o trabalho (produtivo) e o cuidado dos filhos. Mulheres catadoras que entenderam a cooperativa como um espaço de trabalho em que é possível conversar e ter seus problemas validados. Mulheres que assumiram a coordenação da cooperativa e que se utilizam de “pulso firme” para organizar o trabalho. Mulheres que voltaram a estudar, que recebem formação política e que aprendem a importância da comunicação (PAIVA, 2016, p. 169)

Bruna Vasconcellos (2017, p. 209) traça a reflexão de que, ainda que os processos de construção de alternativas de trabalho possam reproduzir as experiências capitalistas, de masculinização do trabalho técnico, também geram “possibilidades para os trabalhos feminizados”. Assim, ao analisar uma cooperativa de reciclagem de Campinas, observa que, na ausência dos homens, as mulheres assumem todas as funções, o que tanto pode significar uma presença majoritária de mulheres, um acúmulo de trabalho destinado a elas

e/ou uma responsabilização maior pelo empreendimento, pelo grupo de trabalhadoras/es e pela causa.

Para Fabiana Grecco (2016, p. 47), “o ponto de vista individual não pode mistificar a exploração capitalista que é verificada, por exemplo, nas péssimas condições de trabalho dessas mulheres trabalhadoras”. Para que haja uma inclusão socioeconômica das catadoras, portanto, é preciso que “se atente para a possibilidade de apropriação do cooperativismo pelo capitalismo. Este mantém as hierarquias de gênero e raça no seu funcionamento para explorar” (MARTINS *et al.*, 2016, p. 96).

A luta pelas modificações das relações de gênero pode e é construída a partir do movimento social do segmento. A inserção da temática nas pautas do movimento é recente e possui tanto potencialidades quanto insuficiências: a luta das mulheres catadoras é uma força a ser ampliada e consolidada, para a valorização da mulher, especialmente a mulher negra, enquanto catadora. Na COOCASSIS, percebemos uma evidente divisão social do trabalho e uma luta a ser traçada pela modificação das relações de gênero.

As relações de gênero na COOCASSIS

Atualmente na COOCASSIS, observamos os trabalhos classificados como “masculinos” pelas/os catadoras/es da Cooperativa são compostos pela operação da talisca, pela direção do caminhão, descarga dos materiais na talisca, manuseio da empilhadeira, troca e carregamento dos *bags*, desmonte de peças eletro eletrônicas e pela prensagem (apenas na prensa maior).

A separação (triagem) dos materiais recicláveis é tarefa exclusivamente feminina, bem como a limpeza do empreendimento, a cozinha, a fragmentação de papéis e a pesagem dos materiais

recicláveis nos caminhões. A atividade de furar as garrafas PET já foi exclusivamente destinada aos homens anteriormente no empreendimento, devido ao risco que ela promove, mas, atualmente, é um trabalho direcionado às mulheres; a coordenação do empreendimento, a prensagem nas prensas menores e a catação dos materiais recicláveis nas ruas são realizadas, em sua maioria, por mulheres.

A coleta de lixo orgânico é uma frente de trabalho destinada exclusivamente aos homens e as/os catadoras/es justificam essa realidade pelo fato de que é uma função específica do trabalho, onde os trabalhadores carregam sacos muito pesados. Devido a esse fator, no entanto, eles dificilmente possuem uma participação ativa no coletivo, em assembleias, reuniões, grupos de trabalho, e convivência com o grupo. Em geral, esses catadores não frequentam o barracão todos os dias.

A construção social das diferenças acerca das relações de gênero é exposta pelas/os catadoras/es quando afirmam a posição da mulher e a posição do homem na Cooperativa, e como elas/es se comportam de acordo com a perspectiva de gênero: “mulheres são mais atentas, esforçadas, cuidadosas”; “homens devem pegar o trabalho mais pesado”, não se interessam e não participam de atividades nas quais possam expressar sentimentos, são preguiçosos e preferem não conviver com todo o grupo. Observamos que dentro do empreendimento, os homens realizam suas atividades de forma mais automática e independente, de forma a não precisar, muitas vezes, ter o conhecimento e a prática de todas as funções e do funcionamento de todo o processo de trabalho.

As mulheres, por outro lado, em sua maioria, possuem experiência em quase todas as funções desempenhadas, e trabalham de forma mais colaborativa: o trabalho de uma depende, muitas

vezes, diretamente do trabalho da outra, como por exemplo na função da esteira, na qual cada uma é responsável por triar um tipo específico de material, e procuram deixar para trás um número mínimo de materiais possível. Além disso, o trabalho das mulheres nessa função é controlado pela tecnologia e por quem a alimenta: as catadoras da COOCASSIS demandam por um ritmo de trabalho mais desacelerado, devido ao cansaço que a repetição de movimentos promove nesta função, o que deixa os catadores muito bravos, porque almejam o aumento e o controle da produtividade.

Cinthia (2022) traça uma concepção de que a mulher não aguenta realizar alguns serviços sozinha, como os homens, devido às suas diferenças físicas, o que reforça o lugar da mulher enquanto delicada e o do homem enquanto encarregado do que é “mais pesado”, ainda que as mulheres também sejam. Essa realidade também está presente e advém do trabalho operário, nas fábricas capitalistas: ao estudar as relações de gênero nessa modalidade de trabalho, Lapa (2020, p. 200) observa que há, no trabalho da montagem, um duplo argumento de que a mulher é delicada e que o homem é bruto para funções do trabalho que exigem cuidado e o manuseio, porque para as/os trabalhadoras/es, as mulheres são mais cuidadosas e dedicadas, e portanto, possuem mais facilidade nessas frentes de trabalho. Para um dos trabalhadores da pesquisa, existe uma fragilidade feminina que faz com que as mulheres trabalhem sentadas, ainda que a maioria das mulheres realizassem o trabalho em pé dentro das empresas. A pesquisadora relata que este trabalhador realiza uma reflexão sobre sua própria fala devido a presença de uma mulher na sua equipe de trabalho que era

alta (“cavalona”) e para ela poderia ser melhor trabalhar de pé. Sem perceber, seu argumento fundado no sexo desaparece,

dando lugar a pensar na altura adequada para o posto. Em sua própria reflexão ele (nas entrelinhas) “matou a charada”: não era preciso ter o sexo masculino para operar as máquinas de testes dos celulares.

Com algumas diferenças, é notória, na COOCASSIS, uma divisão sexual do trabalho semelhante com a que Ioli Wirth (2010, p. 179) encontrou em sua análise acerca da divisão sexual das funções de trabalho em duas cooperativas de Campinas/SP:

Os trabalhos considerados pesados, que demandam grande força física concentrada e nos quais se utiliza maquinário, como a alimentação das mesas de triagem, a prensagem, o manejo dos fardos no estoque e o carregamento de caminhão, são considerados masculinos nos dois empreendimentos. O trabalho da triagem, descrito como uma função que demanda atenção, capricho, habilidades manuais finas como tato e agilidade é, e sempre foi, majoritariamente feminino nas duas cooperativas.

Para Camila Paiva (2016, p. 160), “nas cooperativas de catadores observa-se uma divisão entre o trabalho masculino, ligado à operação de maquinário e à utilização de força física, e o trabalho feminino, que envolve habilidade, agilidade e atenção”. Observamos, na COOCASSIS, que o trabalho do homem tende a ser mais relacionado ao emprego da tecnologia, e portanto, mais mecanizado e controlado. A esteira é controlada por um homem, o que significa que é ele quem acaba ditando o ritmo de trabalho das mulheres na triagem (VASCONCELLOS, 2017).

Ingrid Martins *et al.* (2016, p. 95) encontra resultados parecidos em sua pesquisa sobre as relações de gênero, a divisão sexual do trabalho em cooperativas de catadoras e de catadores e o

papel de lideranças femininas na política pública de resíduos sólidos no Distrito Federal: as falas de uma entrevistada demonstraram que o trabalho dos homens segue “uma lógica individualista e alinhada aos padrões de masculinidade hegemônica, isto é, associado às funções de carregar peso e não participar de trabalhos como os de triagem de materiais”. Para a entrevistada, são as mulheres que lideram os empreendimentos de base, mesmo que o presidente seja um homem. Na COOCASSIS, em cargos de representação, as mulheres são a maioria e os homens, em geral, não assumem cargos de liderança e não se envolvem com questões burocráticas e políticas do trabalho.

Para Keicy dos Reis (2022) e para a catadora Laura (2022), os catadores homens costumam não permanecer na COOCASSIS, não tanto quanto as mulheres. Keicy dos Reis (2022) pondera que, para os homens, o trabalho cooperado é mais difícil do que para as mulheres, uma vez que uma boa parte dos homens possuem dificuldades com o uso de substâncias e com a participação em atividades do grupo, ao dividir o poder com as mulheres. O dividir, tanto o peso quanto o poder, com as mulheres, pode significar socialmente que os homens “não estão aguentando” ou que não são homens o suficiente para aguentar, o que é também problemático para esses trabalhadores.

A observação das/os trabalhadoras/es e das/os integrantes da Incubadora acerca da facilidade que a mulher catadora possui (ao menos, mais que os homens) de trabalharem em grupo pode apreender a diferença de posições dos homens e das mulheres na relação de exploração/dominação decorrente da vinculação do patriarcado com o capitalismo. Dividir as funções e o trabalho por igual significa uma diminuição dessas dimensões, que produzem desigualdades; o homem, no entanto, ao permanecer em uma

posição mais individualista, reproduz o patriarcado e os mecanismos de exploração do trabalho, ou seja, também se mantém explorado, já que, como vimos anteriormente, as relações sociais são pautadas pela diferenciação e hierarquização de gênero, de classe e de raça, e não estão em lados opostos da exploração capitalista (ÁVILA; FERREIRA, 2020).

Na COOCASSIS, observa-se que, com a justificativa de uma menor promoção de sobrecarga destinada às mulheres, as/os trabalhadoras/es procuram sempre colocar pelo menos um homem em uma função considerada “pesada”, como por exemplo o carregamento de *bags*. Entretanto, as mulheres são maioria no empreendimento e estão a todo tempo necessitando de muita força física para desempenharem o trabalho, uma vez que muitas funções do trabalho da Cooperativa exigem esse tipo de força. Ana Maria (2022) analisa que, ao mesmo tempo em que os homens estão presentes em trabalhos ditos “pesados”, como a descarga de caminhão, muitas mulheres catadoras estão em condições e inclusive realizam esses tipos de trabalho.

A maioria das/os trabalhadoras/es responsáveis pela coleta seletiva são as mulheres, que “andam nos estribos dos caminhões”, carregam tambores pesados, eletrodomésticos, etc. Além disso, duas das catadoras são motoristas de caminhões, e as/os representantes da coordenação da Cooperativa observam que as mulheres, em geral, “são mais atentas à condução, se envolvem em menor número com acidentes, cuidam melhor do veículo e são mais cuidadosas com a equipe que tá trabalhando junto”. Ou seja, as mulheres mantêm um papel de *cuidado* e de *responsabilidade*, que é direcionado a elas de forma naturalizada, socialmente.

No entanto, o homem, em geral, não *se submete* ao trabalho que, usualmente, a mulher exerce, como o trabalho na esteira, na

limpeza e na fragmentação de papéis¹⁶. Para Ana Maria (2022), o homem, quando explica seus motivos para a não realização desse trabalho, revela um sentimento de vergonha por não desejar realizar trabalhos tão parados e sem estímulos. Preferencialmente, querem realizar trabalhos com equipamentos: “querem operar lá em cima a talisca, que é onde você tem um certo poder, porque você controla o que vai ou não de lixo para a esteira”. Pode-se dizer que os homens precisam “se sentir homens” em seu trabalho, e para se sentirem como tal, precisam responder às construções sociais do que é “ser homem”: de carregar o fardo pesado, de não expressar dor ou qualquer sentimento de fraqueza ou de vulnerabilidade, pois, ao contrário, poderá ser taxado de “mulherzinha”, o que revela uma inferiorização das funções ditas femininas.

A necessidade de cumprir, para além da função, um estereótipo de masculinidade que ao homem é destinada, faz com que as/os trabalhadoras/es naturalizem a visão de que ele suporta e aguenta mais peso e que possui até uma responsabilidade de proteger e de “tutelar” as catadoras, no sentido de não sobrecarregá-las com uma função dita “pesada”. Elis (2022) analisa que, em um evento realizado pela Secretaria das Mulheres, no qual as catadoras falavam sobre o machismo e sobre o papel do homem na família e no ambiente de trabalho, refletiram sobre um papel de “defesa” e de proteção que alguns catadores passaram a ter diante das mulheres na COOCASSIS: “eles não gostam que mulher pega peso, eles correm pra pegar o peso e falam desse jeito: mulher tem útero, nós não”.

¹⁶ Anteriormente na Cooperativa, a tarefa de fragmentação de papéis também era direcionada aos homens devido ao risco de acidentes de trabalho que ela oferece. No entanto, com o tempo, com a mecanização do trabalho e com a inserção de mais mulheres catadoras na Cooperativa, esta função passou a ser destinada a uma mulher.

Ao escrever sobre a realização de uma oficina acerca da temática de gênero em uma cooperativa de reciclagem em Campinas/SP, Ioli Wirth (2011, p. 137) pondera como é a construção social e cultural da força física masculina e como ela também é prejudicial para as/os catadoras/es:

O homem tem uma capacidade física maior, mas ele também é educado para ter um corpo mais forte, sobe em árvores desde pequeno, joga a bola, enquanto as meninas brincam mais no âmbito doméstico. Essa construção cultural da imagem do homem forte também faz com que o homem tente responder a essa imagem, suportando muitas vezes cargas maiores do que poderia, prejudicando a sua saúde.

Por outro lado, as mulheres transitam bem mais em suas funções dentro da COOCASSIS, o que pode indicar que a mulher pode ocupar qualquer posto apenas *por ser mulher*: por sentir que não pode escolher pelo trabalho que deseja realizar, por mais que, no trabalho pautado pela Economia Solidária, exercitem o direito à voz e ao voto. Dessa forma, ficam nos postos de trabalho que sobram, que não são escolhidos pelos homens: e tal postura é essencial para que a Cooperativa gire, uma vez que todas as funções devem ser realizadas para alcançarem o resultado final, a comercialização dos resíduos sólidos. Em pesquisa realizada pelo Instituto Pólis e pela Sempreviva Organização Feminista (GRINBERG; SILVEIRA, 2012), as catadoras foram consideradas como multi-tarefas e os catadores, como trabalhadores que desejam se especializar em uma função do trabalho, o que também foi observado na COOCASSIS. Nessa mesma pesquisa, foi observado que há uma maior pressão psíquica e física para as catadoras mulheres, quando analisamos o nível de adoecimento perante o

acúmulo de muitas funções. Entretanto, os homens também apresentam inúmeras doenças, apesar de se queixarem menos devido ao papel social de que devem cumprir: “aguentar o peso” e não “reclamar”.

Laura (2022) considera que, no começo, não queria dirigir o caminhão da Cooperativa, mas que, como ela era uma das poucas pessoas que possuía a carta de motorista, a ela foi pedida esta função, que para a catadora, exige muita responsabilidade: “o Leonardo pegou pra me mostrar os setores por uma semana, e aí eu fui perdendo o medo...mas aqui cansa também, viu?! Precisa prestar atenção e é bem entediante”. O fato das mulheres também ocuparem funções ditas masculinas pode não corresponder a uma “ascensão”, mas a uma ocupação de todas as funções do trabalho. Sabe-se que, socialmente, com a divisão sexual do trabalho, as funções ditas femininas não possuem o mesmo valor que as funções ditas masculinas; a diferenciação e a hierarquização dessas funções promovem um acúmulo de tarefas destinado às mulheres, como uma forma de “compensar” o peso e a valorização das tarefas consideradas masculinas. Tal pensamento, no entanto, às vezes, não é colocado em prática pelas mulheres, porque Laura (2022), além de realizar uma função dita masculina, chega no barracão após a coleta, e continua seu trabalho na esteira, ou “onde estiver precisando”.

Leonardo (2022), ao enunciar a frase “agora as mulheres querem pegar nosso trabalho”, expõe a ideia de que, a esfera pública é um lugar dos homens e as mulheres, que anteriormente pertenciam apenas à esfera privada, estão ocupando esse lugar, o que pode significar uma ameaça ao lugar do homem. Ainda que as mulheres executem todas as funções, inclusive os cargos de liderança, é no controle e na condução de equipamentos, ou seja, da tecnologia, e “na representação social desse lugar como masculinizado que vivem

as raízes do processo de construção da divisão sexual do trabalho nas cooperativas” (VASCONCELLOS, 2017, p. 203-204). O catador entrevistado revela, em contrapartida, um apoio e uma cooperação com as colegas de trabalho, além de uma aceitação desse novo lugar ao ensinar outras cooperadas mulheres a dirigir os caminhões:

Aqui, os trabalhos mais pesados é pros homens, os mais leves pra mulherada... Mas aqui a gente pode fazer de tudo. Eu ensinei a Laura a dirigir o caminhão...ela tinha carta mas ela tinha medo pra ir pra rua, aí eu falei, senta aqui do meu lado que eu vou te ensinar. Levei ela no caminhão, ela foi aprendendo os bairros, os setores...aí agora ela já tá craque...agora tô ensinando a Patrícia também, a Patrícia é do meu setor. Ela quer tirar a carta, aí eu falei, vai lá, tira e vem aqui que eu vou te ensinando. Esses dias eu falei pra ela: olha você já sabe dirigir carro! Daí eu coloquei ela no caminhão, soltei ela em umas ruas pra ela aprender a fazer coleta.

Para Ingrid Martins *et al.* (2016, p. 87), “aceitar que mulheres desempenhem o trabalho essencialmente masculino é de suma importância para conceber homens e mulheres como iguais no mercado de trabalho e em outras esferas sociais”. Como há, na Cooperativa, um alto índice de rotatividade de trabalhadoras/es e uma presença significativa de mulheres, os trabalhos ditos masculinos acabaram sendo efetuados pelas trabalhadoras, quando na ausência de homens trabalhadores que se manteriam no serviço. A inserção feminina no trabalho é refletida também por Alexandre (2022), com certo estranhamento mas também com um nível de aceitação, até se colocando em uma construção social diferente da usual:

Hoje em dia tem mulher que dirige ônibus, caminhão, carreta...tem outros vários tipos de emprego que a mulher também encara, eu já vi mulher pedreira, servente, aí que tá o problema! Pensa numa mulher que trabalha de pedreira? É a profissão que ela quis exercer, **não é que ela precisa daquele trabalho, mas é assim que funciona lá fora agora. A mulher tanto faz como o homem, é a mesma coisa.** Se eu sou um pedreiro e a mulher quer ser pedreira também, então vai ser também! Entendeu? Como eu moro sozinho, graças a Deus, minha mãe me ensinou a lavar, passar e cozinhar muito bem, então eu não tenho problema com isso. Porque em casa eu sou os dois, faço todo o trabalho. Eu me viro sozinho.

Da mesma forma que Alexandre (2022) elucida que, como mora sozinho, realiza o trabalho doméstico em sua casa, as mulheres catadoras possuem a especificidade de serem também provedoras do lar, que além de exercerem o trabalho doméstico e o cuidado das/os filhas/os, trabalham fora a fim de garantir a sobrevivência da família. Tais relações demonstram uma inversão dos papéis de gênero tradicionais. No entanto, apesar do homem não desempenhar o papel social a ele atribuído de provedor da família, a mulher, quando desempenha esse papel, não deixa de realizar o seu papel dentro do lar, no trabalho doméstico e no cuidado das/os filhas/os. A mulher, portanto, assume uma tripla jornada de trabalho (WIRTH, 2011).

Zélia da Silva (2014, p. 22) escreve, a partir da construção de um memorial das/os catadoras/es da COOCASSIS, que as mulheres da COOCASSIS se apresentam como chefes de família “com a responsabilidade de sustento de seus filhos. Mesmo assim, indicam que são solteiras, muito embora tenham filhos, alguns adolescentes e outros já casados e com filhos. Porém, não se trata de relações fortuitas”. Em geral, quando ocorre a separação entre as catadoras e seus maridos, o sustento e a educação das/os filhas/os

ficam sob suas responsabilidades; o pai acaba se mostrando ausente e desinteressado no que tange ao futuro das/os filhas/os.

A presença de muitas mulheres na Cooperativa cria, para Ana Maria (2022), um apoio mútuo entre elas, porque, “parece que se constrói uma cumplicidade de apoio às competências e aos desafios que as mulheres podem enfrentar no cotidiano de trabalho”. Podemos chamar esse apoio de *sororidade*, o que também foi analisado na pesquisa de Camila Sopko (2019, p. 148) sobre as relações de gênero e a divisão sexual do trabalho nas associações de catadoras e de catadores na cidade de Ponta Grossa/PR:

a sororidade acaba por ser um fator importante nessa pesquisa, uma vez que as mulheres acabam por compreender e ajudar uma a outra, esse aspecto fortalece o trabalho das mulheres dentro da associação e conseqüentemente ajuda na permanência das mulheres no trabalho, pois compreende-se a grande rotatividade que há nas associações de catadores pelo fato que homens e mulheres acabam por considerar melhor um emprego formal com direitos trabalhistas garantidos do que o trabalho dentro das associações de catadores. Sendo assim, a sororidade que acontece na relação entre mulheres e mulheres acaba por torna-se um fator de fortalecimento das associações.

Para Ingrid Martins *et al.* (2016, p. 87), o crescimento do número de mulheres na catação de materiais recicláveis, de forma geral, está relacionado a uma desvalorização deste trabalho pelos homens: “como resultado, porém, ocorre equivocadamente a desvalorização da mulher perante a sociedade, por ocupar os lugares ‘rejeitados’ pelos homens”. Observamos que essa problemática, apesar de decorrer da estrutura social e não, especificamente, do local de trabalho, aparece na Cooperativa mas de forma diferenciada das empresas capitalistas, o que analisamos de forma mais aprofundada

no último subcapítulo. Um exemplo de como essa problemática surge na Cooperativa de forma diferente, é que a remuneração de todas as funções exercidas na Cooperativa é realizada de forma igual, a não ser nas funções do caminhão (onde ficam mais homens, apesar das mulheres também estarem passando a ocupar esse lugar) e nas funções de coordenação do empreendimento (onde concentram-se mais mulheres).

Em pesquisa realizada pelo Instituto Pólis e pela Sempreviva Organização Feminista (GRINBERG; SILVEIRA, 2012), as mulheres catadoras apontam que, em geral, tomam mais atitude de resolução de problemas, e assim, se interessam mais pelos cargos de representação dos empreendimentos. Quando pensamos nos cargos de coordenação ou representação das organizações, questionamos qual poder as/os catadoras/es revelam ter dentro e fora dos locais de trabalho, na movimentação política da categoria. Nos empreendimentos de base, como na COOCASSIS, as mulheres ocupam essas funções; no entanto, sempre colocam pelo menos um homem em cada Conselho de representação, assim como fazem nos trabalhos ditos mais “pesados”, como a troca e carregamento de *bags*. No entanto, a articulação política das/os catadoras/es dentro e fora do empreendimento, no movimento social, também demonstram ser instrumentos de fortalecimento e de apoio às mulheres catadoras da COOCASSIS.

Neste capítulo, buscamos analisar as relações de gênero existentes nas organizações de catadoras/es de materiais recicláveis a partir da compreensão de como elas são embasadas nas relações de gênero construídas no casamento entre patriarcado e capitalismo, como são reproduzidas socialmente nas organizações e como podem ser modificadas. Também, apresentamos como as relações de gênero

aparecem na COOCASSIS, traçando paralelos com outras organizações de catadoras/es.

Como lideranças nas organizações de catadoras/es, o percurso das trabalhadoras representa uma luta de resistência não só ao capitalismo, mas a parceria que esse sistema consolida com o patriarcado e com outros sistemas de poder existentes mesmo antes do seu surgimento. É a partir da constituição de um processo de luta, de auto-organização e autoeducação, que as mulheres e homens catadoras/es podem tomar consciência dessas relações e modificá-las.

Capítulo 3

A autoeducação e o papel da universidade nas organizações de trabalho das/os catadoras/es

Não há transformação social sem educação. Paulo Freire (1979) escreve que é só a partir da educação que os seres humanos conseguem se transformar, para transformar o mundo. Não há transformação sem a reflexão e sem a construção de uma dose de criticidade sobre o mundo em que habitamos. E não há construção de igualdade sem a transformação social: não há igualdade de gênero sem a modificação de como os sujeitos se veem e se colocam no mundo.

O exercício de poder das classes trabalhadoras nas organizações de trabalho coletivo possibilita a construção e a prática de projetos e processos de autoeducação, que podem levá-los a implementar modificações de papéis, funções, pensamentos, relações sociais e etc no cotidiano. Esses processos são estimulados e intensificados por meio da articulação das/os trabalhadoras/es em movimentos sociais e com as universidades, que promovem atividades de extensão universitárias especificamente vinculadas às Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs).

A autoeducação pode proporcionar para as classes trabalhadoras o resgate do trabalho enquanto um princípio educativo, uma categoria que não só promove melhores condições

de vida, mas também que, a partir dela, o sujeito se educa e se modifica. A partir da autoeducação, trabalhadoras/es podem transformar as relações entre si, inclusive as relações entre os gêneros.

A autoeducação nas organizações de Trabalho Associado e da Economia Solidária: trabalho como princípio educativo

Para Naira Franzoi e Maria Fischer (2015), o campo da educação abrange não apenas os processos educativos que acontecem nas instituições de ensino, mas também processos que decorrem da convivência humana, do trabalho e dos movimentos sociais. Maria Gohn (2016) analisa que, para além da Educação Formal, desenvolvida dentro das escolas, os seres humanos também aprendem por meio da Educação Informal, ou seja, no decorrer do processo da socialização, ao conviver com a família, colegas de trabalho e amigos por meio da internalização da cultura e dos valores, e da Educação Não Formal, a partir do compartilhamento de vivências, principalmente nas ações coletivas organizadas por uma temática ou categoria de pessoas específicas. Os processos que abrangem a Educação Não Formal, segundo Maria Gohn (2016), não são vistos socialmente como educação, por não se tratarem de processos escolarizáveis. No entanto, a Educação Não Formal possui diversas características, e incorpora diversos elementos de aprendizagem humana:

A educação não formal designa um processo com várias dimensões, tais como: a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades; a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se

organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos; a aprendizagem de conteúdos que possibilitem que os indivíduos façam uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor; a educação desenvolvida na mídia e pela mídia, em especial a eletrônica etc. São processos de autoaprendizagem e aprendizagem coletiva adquiridas a partir da experiência em ações coletivas, organizadas segundo eixos temáticos: questões étnico-raciais, gênero, geracionais e de idade etc [...] (GOHN, 2016, p. 60-61).

O campo da Educação Não Formal traz a constituição de um caráter educativo do próprio trabalho, quando, por meio dele ou para realizá-lo, produzimos conhecimento. O trabalho, aqui, pode ser considerado como “o princípio primeiro para se entender a sociedade e, portanto, a educação” (FRANZOI; FISCHER, 2015, p. 151). É por meio do trabalho que realizamos tanto a reprodução quanto a transformação dos constructos sociais, já que grande parte das pessoas passa uma boa parte do tempo trabalhando.

Reinaldo Tillmann (2019) analisa que o capitalismo, enquanto produtor de alienação do trabalho, produz também trabalhadoras/es que não se educam pelo trabalho, uma vez que o mundo do trabalho capitalista gera seres humanos funcionais, que existem e que trabalham para sobreviver e para manter o *status-quo* vigente. A emancipação das classes trabalhadoras poderia ser uma consequência de um processo autogestionário, no qual o trabalho gera um ser humano integral, que existe e que se forma por meio de seu trabalho, com o objetivo de transformar o *status-quo*. Para o autor, “emancipar é articular as forças individuais dentro de um contexto coletivo de produção” (TILLMANN, 2019, p. 74).

Henrique Novaes (2018) analisa que o Trabalho Associado de viés democrático pode ter um grande potencial educativo para

as/os trabalhadoras/es: ao colocar em prática a autogestão e a auto-organização do trabalho, ou seja, ao assumir coletivamente a gestão da produção e ao se colocar como contrárias/os à divisão social capitalista do trabalho, as/os trabalhadoras/es podem vivenciar a construção de novas formas de trabalho e de novas relações sociais mais igualitárias, democráticas e transparentes, a partir de projetos e processos de autoeducação. As organizações de Trabalho Associado e da Economia Solidária podem ser locais de construção de inúmeros aprendizados, a partir de relações que permitem a troca, a desalienação e a tomada de consciência.

A autogestão aqui é compreendida não apenas como um modo de organização do trabalho, mas sim como uma forma das/os trabalhadoras/es resistirem ao desemprego e de enfrentarem o capitalismo. Para que a autogestão aconteça, as/os trabalhadoras/es precisam participar e se inteirar do que ocorre no local de trabalho, e das possibilidades no que se refere à solução dos problemas. Portanto, exige um esforço adicional da trabalhadora e do trabalhador que, além de ser encarregada/o de sua função principal, deve se atentar aos arredores de onde trabalha: exige que as/os trabalhadoras/es coloquem em prática projetos e processos autoeducativos.

O conceito de autoeducação é trabalhado por Nildo Viana (2018) que, ao analisar as relações entre o marxismo e a cultura, desenvolve que ele consiste em um processo cultural que produz concepções revolucionárias e reproduz concepções conservadoras, mas não em mesmo grau: na medida em que o sujeito se autoeduca, tende a rejeitar os elementos conservadores presentes na cultura e passa a aderir conceitos mais revolucionários. Para o autor, a luta do proletariado, em geral, é um processo de autoeducação e de autoformação.

Pode-se dizer que a autoeducação é possibilitada pela *experiência da ação coletiva*. A organização, a conscientização e o combate são elementos da autoeducação. A luta, portanto, é cotidiana e é contra a ordem estabelecida: para a luta do proletariado, é necessária educação política, consciência de classe e organização, e é na escola da luta e na luta política em si que esse processo acontece. Michael Löwi (2014, p. 35), a partir dos escritos de Rosa Luxemburgo, examina que “sem liberdades democráticas é impossível a práxis revolucionária das massas, a autoeducação popular pela experiência prática, a autoemancipação revolucionária dos oprimidos”, ou seja, o exercício de poder das classes proletárias.

Patrícia Adriano (2010, p. 131) considera que a utilização de práticas autogestionárias no ambiente de trabalho é "um processo educativo, tanto quanto a elaboração de documentos e instrumentos de gestão, como o estatuto social, as normas internas, o regimento interno". Praticar a autogestão é um desafio para as/os trabalhadoras/es e se constitui enquanto um processo de construção de autonomia da trabalhadora e do trabalhador, um processo educativo que apresenta potencialidades e contradições. Assim como as pessoas não sabem naturalmente praticar a autogestão, elas foram ensinadas a vida inteira a praticar a heterogestão (SINGER, 2002). A prática autogestionária, por sua vez, pode direcionar as classes trabalhadoras às lutas emancipatórias, uma vez que a união das forças individuais representa uma união de processos de autoeducação individuais, longos e difíceis, dotados de um potencial facilitador de condições objetivas da auto emancipação da trabalhadora e do trabalhador. Cada trabalhadora e cada trabalhador, no entanto, possui o seu tempo e o seu próprio processo autoeducativo.

As experiências de autoeducação em organizações de Trabalho Associado e de Economia Solidária dizem respeito a

trabalhadoras/es populares que, a partir do trabalho coletivo, de ações e de mobilização social, em articulação com algumas instituições, como as universidades, constroem seus próprios projetos e processos de autoeducação. Os processos de autoeducação em um EES, por exemplo, compreendem modos de aprender com a vida e com as experiências de troca na vivência coletiva — no cotidiano de uma EES, são (re)criados métodos e instrumentos em diversas frentes, como artesanato, reciclagem, agroecologia, alimentação e etc (ADAMS *et al.*, 2011). O espaço da organização coletiva possibilita uma experiência de aprendizagem conjunta e obrigatória, visto que as perspectivas de futuro dos EES são viabilizadas pela mobilização e pela resistência dos grupos perante um sistema opressivo. A necessidade de apreensão das atribuições políticas sobre a condição de legalização do empreendimento, do controle das despesas e da organização de reuniões internas e de assembleias gerais evidencia a importância do domínio de novos conhecimentos.

Os principais movimentos sociais das classes trabalhadoras desempenham projetos de autoeducação que englobam atividades e experiências decorrentes dos princípios de autogestão e de implantação de lógicas contra-hegemônicas. Segundo Roseli Caldart (2001), o movimento social possui um enorme potencial educativo, pois a sua atuação se constitui enquanto processo de formação humana. O Movimento Zapatista no México e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil são os maiores exemplos de experiências autogestionárias que colocam em prática processos de autoeducação. Ao abordar a trajetória do MST, Roseli Caldart (2001, p. 212) afirma:

[...] este processo também pode ser interpretado como um processo de formação humana, e mesmo como a materialização de um determinado modo de produção da formação humana, cuja matriz é o próprio Movimento como sujeito e princípio educativo. Isto porque, se fazemos o esforço de buscar compreender o sentido mais profundo da experiência humana de ser Sem Terra, ou ser do MST, nos encontramos com um movimento pedagógico de formação de sujeitos sociais e de seres humanos, que nos remete às questões de origem da própria reflexão pedagógica, ou da reflexão da educação como formação humana: como nos humanizamos, ou nos formamos como humanos? Como se educa uma pessoa para que se desenvolva em sua condição humana? Quais os valores que movem nossa intencionalidade educativa? Para que postura diante da sociedade nossa prática tem educado? [...]

Existem práticas educacionais e pedagógicas próprias aos movimentos das classes trabalhadoras que são viabilizadas a partir de uma formação política do trabalho, por meio da união e da atuação das/os trabalhadoras/es para alcançar objetivos em comum. A organização e o movimento das/os trabalhadoras/es podem, nesse sentido, ser um instrumento político e educativo, visto que a união dos sujeitos por interesses em comum desenvolve o pensamento coletivo das necessidades e das possibilidades de fortalecimento do grupo, e promove inquietações, construção de autonomia, diálogo e responsabilidade coletiva (PEGORARO, 2015). Para Nildo Viana (2018, p. 21), “o próprio processo de luta constitui um momento de autoeducação e autoformação que permite avançar no desenvolvimento de consciência”.

As ações e as lutas sociais, incorporadas nos movimentos, segundo Roseli Caldart (2001), produzem processos de aprendizagem uma vez que, ao visar a reconquista do direito ao

trabalho e à dignidade, o sujeito que luta ensina e aprende algo mais sobre o desenvolvimento da transformação social. Os movimentos sociais, para a autora, estão se constituindo enquanto espaços de organização das lutas e de formação dos sujeitos porque “existe uma pedagogia que se constitui no movimento de uma luta social” e “uma luta social é mais educativa, ou tem um peso formador maior, à medida que seus sujeitos conseguem entranhá-la no movimento da história” (CALDART, 2001, p. 213).

Roseli Caldart (2001) considera que os sujeitos da luta pela reforma agrária se educam ao participar, direta e indiretamente das ações da luta pela terra, bem como de outras lutas sociais que foram, aos poucos, sendo incorporadas na agenda do MST. O sujeito que luta se educa ao experienciar dois processos: o de humanizar-se, frente à exclusão a que foi submetido durante sua vida, e o de refazer-se a partir dos movimentos sociais. As lutas sociais podem promover transformações históricas por meio da formação de sujeitos capazes de consolidá-las, que reconstroem a identidade:

Quando, nos assentamentos, os Sem Terra buscam construir novas relações sociais de trabalho, e novos formatos para a vida em comunidades do campo, afirmam uma cultura centrada no bem-estar da coletividade, e se contrapõem, portanto, à absolutização do indivíduo, que é característica dominante da sociedade capitalista. Quem visita um assentamento, ou mesmo um acampamento de Sem Terra, sai com a impressão, e talvez a reflexão, de que há outras possibilidades de como viver, e que há questões, saberes, afetos e relações de outra ordem, acontecendo não muito longe de um tipo de vida que consideravam como o único possível (CALDART, 2001, p. 216).

Ao colocar o processo histórico de formação dos Sem Terra do MST como facilitador de uma específica *matriz pedagógica*, na qual um *modo de produção da formação humana* possui o movimento social como princípio educativo, Roseli Caldart (2001) pondera que o processo educativo está no próprio movimento, no transformar-se e transformar o sujeito, a história, a pedagogia, etc. Ainda que não consciente, o sujeito que luta é pedagógico porque em suas ações, apresenta intencionalidade e um projeto educativo que auxilia o grupo a construir recursos para se tornar capaz de assumir o próprio destino histórico e social. A Pedagogia do Movimento Social, portanto, não inventa uma nova pedagogia, mas a coloca em movimento, uma vez que incorpora em suas práticas muitas *matrizes pedagógicas*.

É o movimento das práticas, diversas, por vezes mesmo contraditórias entre si, o que educa sujeitos, humaniza. Ativar este movimento, desencadear processos que combinem diferentes práticas pedagógicas, e refletir para que constituam um movimento educativo coerente, no sentido de que desenvolvido em torno de valores e de princípios comuns, eis a grande tarefa dos educadores e das educadoras. Tanto mais daqueles comprometidos com a formação dos sujeitos das transformações sociais, e do combate pela dignidade humana, para todos. Exatamente porque em nosso tempo, como em outros, o princípio da inércia pedagógica geralmente se realiza nas práticas sociais como politicamente conservador e, até mesmo, reacionário (CALDART, 2001, p. 219).

As atividades autogestionadas, introduzidas no trabalho pautado pela autogestão, auto-organização e por relações mais democráticas e nos espaços de mobilização social, podem compor ações coletivas desempenhadas por meio do método da produção de

aprendizagens decorrentes do diálogo — de rodas de conversa, debate de ideias, atividades culturais, troca de informações, oficinas, e pelo próprio *fazer* do trabalho. Sérgio Haddad (2020) argumenta que as práticas autogestionárias são fundamentais para reunir o dia a dia das lutas individuais e coletivas e as vivências das/os trabalhadoras/es em dimensão local, regional, nacional ou internacional. Para o autor, a convergência entre essas práticas poderia possibilitar “o avanço das lutas sociais, num processo permanente de diálogo para construção de novas reflexões e estratégias, uma das dimensões da educação popular” (HADDAD, 2020, p. 9).

Ao visar a transformação social, compreender a realidade é tarefa necessária do campo da educação e da pedagogia, ainda mais quando ela se revela de forma tão complexa quanto agora. Participar ativamente de uma coletividade pode gerar um sentimento de pertencimento ao ser humano, que pode experienciar o *enraizamento*. Enraizamento, para Simone Weil, é uma necessidade que o sujeito possui de ter laços que possibilitam visualizar tanto o passado como o futuro (BOSI, 1996). A luta dos movimentos sociais e das organizações de trabalho, portanto, não podem continuar sem um projeto de futuro, bem como sem raízes. O Trabalho Associado e a Economia Solidária são lutas pelo trabalho e pela educação — pelo trabalho enquanto um princípio educativo. As novas relações de trabalho construídas nas OTAs, por exemplo, na medida em que são vivenciadas, podem ressignificar os valores, as práticas e as concepções das/os trabalhadoras/es (DAL RI, 2015).

Há, enfim, um caráter político e educativo nas organizações de Trabalho Associado e da Economia Solidária, pois, nelas, encontramos lutas que atravessam não só o sujeito, mas os espaços em movimento, de Educação Informal e Não Formal. Nas

organizações de catadoras/es, encontramos processos específicos de autoeducação, que abrangem tanto elementos comuns a outras frentes de organizações de trabalho quanto elementos diferenciados, próprios da categoria.

A autoeducação nas organizações de catadoras/es

Questionamentos, denúncias e reflexões são produzidos no dia a dia de grupos e empreendimentos populares de catadoras/es. A autoeducação da catadora e do catador pode significar uma “autorreflexão que as levará ao aprofundamento consequente de sua tomada de consciência e de que resultará sua inserção na História, não mais como espectadoras, mas como figurantes e autoras” (FREIRE, 1967, p. 36). Para se tornarem protagonistas da luta e do seu trabalho, as/os catadoras/es precisam não só de capacitação técnica para aprenderem a como executar o trabalho e administrar um empreendimento, mas também de formação para o trabalho coletivo.

Ao apresentar algumas trajetórias de luta das catadoras de uma associação de reciclagem do Rio Grande do Sul, Nadia Scariot e Cassiane da Costa (2019) demonstram a relevância da vivência do cotidiano das catadoras e as trocas de experiências por elas estabelecidas — aprendem a coletar nas ruas, a triar nas esteiras, a comercializar os produtos, a negociar com a gestão pública e a gerir o empreendimento umas com as outras. A gestão de uma organização de trabalho, no caso de um grupo de catadoras/es de materiais recicláveis, demanda conhecimentos específicos e diversificados: são diversas etapas de trabalho que precisam ser realizadas no local, como a coleta, transporte, triagem, beneficia-

mento, prensagem, armazenamento, comercialização dos materiais, administração do empreendimento e organização interna.

A vivência coletiva pode modificar as relações sociais estabelecidas pelas/os trabalhadoras/es. Para Ana Maria de Carvalho (2022), a convivência coletiva na COOCASSIS pode causar alguns impactos positivos e negativos nas/os trabalhadoras/es que ali estão. Dentre os vários depoimentos relatados, o cotidiano da Cooperativa demonstra que as relações sociais são construídas com base no respeito, no afeto e na amizade. No entanto, alguns relatos demonstram que o trabalho cooperado pode significar um processo autoeducativo difícil, por colocar em prática outros princípios.

Nós temos muitas pessoas que entram na Cooperativa e saem dizendo que é insuportável trabalhar lá. Que tem muita fofoca, tem muita gente mandando, que é uma bagunça, que não dá pra conviver e que precisa ter um chefe que manda lá dentro. A gente conviveu com várias situações desse tipo e sabe disso. Mas a grande maioria tem essa relação que eu diria que transforma o sujeito, que ele fica tocado pelo trabalho coletivo, pela condição de autonomia, pela cooperação, pela solidariedade. Não sai um sujeito democrático e justo, mas bem tocado pela convivência com esse coletivo (ANA MARIA, 2022).

A articulação da categoria em um movimento social auxilia e potencializa os processos de autoeducação das/os trabalhadoras/es, que, a partir da autorreflexão e tomada de consciência, passam a procurar exercer a solidariedade de classe e a intercooperação entre catadoras/es de diversas cidades e regiões. Ao compartilhar experiências tais como as possibilidades de contratação do local pelo poder público, a organização das etapas da cadeia da reciclagem, as relações de poder e a forma como a administração é realizada no grupo e/ou no empreendimento, as/os catadoras/es podem

experienciar diversos momentos formativos. Adriana Alves (2016, p. 39), ao analisar a contribuição da/o pedagoga/o para o fortalecimento da luta das/os catadoras/es de materiais recicláveis, traça a seguinte reflexão:

Considerar a relação entre educação e movimentos sociais em seu conjunto de experiências e em seus formatos pedagógicos, nos permite reconhecer o caráter educativo do MNCR. O movimento tem participado e proposto experiências pedagógicas, sobretudo, no campo da educação informal e popular. Essas experiências tem estreita relação com o trabalho que os catadores desenvolvem, com o modo de produção e consumo dos resíduos, com as medidas tomadas por agentes externos e, também, com as iniciativas e bandeiras de lutas que o próprio movimento levanta [...].

São desenvolvidos, portanto, para além do compartilhamento de experiências, projetos culturais, recreativos e educacionais no movimento da categoria, que, para Jean Alves *et al.* (2020), permitem a identificação de demandas. Uma das principais demandas educativas levantadas pelo movimento nos dias atuais tem sido “o resgate do papel das mulheres catadoras, que são maioria nas associações e cooperativas” (ALVES *et al.*, 2020, p. 129). Práticas formativas específicas são desempenhadas, voltadas para a formação profissional e educacional dessas catadoras, bem como para a participação ativa delas na luta. Tais práticas fortalecem e intensificam os projetos e processos autoeducativos.

O MNCR possui uma frente de projetos educativos pautados pela metodologia intitulada “de catador para catador”. Nesta metodologia, são as/os catadoras/es que formam umas/uns às/aos outras/os: após se formarem enquanto lideranças pelo mesmo processo, formam novas/os catadoras/es. O movimento disponibi-

liza diversas cartilhas para a utilização na formação da catadora e do catador para sua auto-organização. As cartilhas abordam o histórico do movimento e fornecem instrumentos pedagógicos e políticos para a organização de uma cooperativa, associação e/ou grupo não formalizado de base, para a realização de uma reunião, gritos de luta, planejamento de ações, conceitos básicos para a análise da realidade, etc.

É na busca pela autonomia e pela autoeducação das/os catadoras/es que o movimento social busca, a partir dessa metodologia, instrumentar as/os catadoras/es para que elas/es possam gerir um empreendimento e compreender a realidade social em que estão inseridas/os bem como a função política da categoria, enquanto *agentes ambientais* e enquanto sujeitos que pensam e que tomam decisões. As cartilhas de formação são direcionadas para as/os militantes que formam e que articulam o movimento nas bases e três delas estão disponíveis no site do movimento: uma edição de 2005, uma de 2009 e uma edição especial sobre os direitos humanos e as/os catadoras/es de materiais recicláveis. Também está disponível um caderno de formação com atividades que concentram dois módulos: um sobre a memória histórica do movimento e outro sobre o ciclo da cadeia produtiva de materiais recicláveis.



cartilha de formação



SUMÁRIO



| | |
|--|--------|
| Apresentação da cartilha | pág 04 |
| Princípios e objetivos do MNCR | pág 06 |
| Bases de acordo nacional | pág 10 |
| Organogramadomovimento | pág 16 |
| Um pouco de nossa história | pág 18 |
| • A invasão | pág 18 |
| • A resistência indígena | pág 19 |
| • Escravidão luta negra e palmares | pág 20 |
| • Colônia e Inconfidência | pág 22 |
| • Revoltas e revoluções regionais | pág 23 |
| • Império, abolição e republica | pág 24 |
| • Canudos e contestado | pág 25 |
| • Desenvolvimento industrial e resistência operária | pág 26 |
| • Coronelismo e canção | pág 29 |
| • Populismo e lutas camponesas | pág 30 |
| • Ditadura militar, estudantes e guerrilheiros | pág 32 |
| • Democracia burguesa e Movimentos populares | pág 34 |
| A história que fazemos todos os dias | pág 37 |
| Os tempos em que vivemos | pág 38 |
| Proposta de trabalho | pág 47 |
| Ciclo da cadeia produtiva e CBO | pág 49 |
| Conceitos básicos para análise das estruturas de dominação e da realidade | pág 54 |
| • Quadro para análise da realidade, acontecimentos e conjuntura | pág 63 |
| • Quadro para planejamento das ações táticas | pág 64 |
| Método básico para organização de reunião | pág 68 |
| Gritos de luta do MNCR | pág 71 |

Cartilha de Formação Nacional do MNCR - 2005



SUMÁRIO



| | |
|--|--------|
| Apresentação | pág 06 |
| A história de um povo é o próprio povo quem a faz | pág 08 |
| MNCR: história feita por muitas mãos e mentes que sonham | pág 10 |
| Declaração de princípios e objetivos do MNCR | pág 17 |
| Bases de acordo do MNCR | pág 26 |
| Como nos organizar? | pág 31 |
| - A base orgânica | pág 32 |
| - o Comitê Regional de Catadores | pág 33 |
| - A Coordenação Estadual de Catadores | pág 34 |
| - A Comissão Nacional do MNCR | pág 35 |
| Organograma do MNCR | pág 36 |
| As sete tarefas do Comitê Regional | pág 38 |
| Como se faz uma reunião básica | pág 45 |
| Concluindo.... Fazer avançar a luta! | pág 48 |
| Mártires da luta popular | pág 50 |

Cartilha de Formação Nacional do MNCR - 2009

Os Direitos Humanos e os Catadores de Materiais Recicláveis



Cartilha de Formação

Cartilha de Formação do MNCR: Projeto Direitos Humanos dos Catadores de Materiais Recicláveis

MÓDULO I

Memória Histórica

2. Atividades:

Etapa 1 - História de vida e do Brasil



Estimular cada participante a relembrar sua trajetória de vida, socializá-la com o grupo e identificar pontos em comuns entre a luta dos catadores e dos demais trabalhadores da história do Brasil.

Serão apresentados 5 (cinco) fases da história de luta e resistência da classe trabalhadora no Brasil, quais sejam:

1. Colonização – Chegada dos Portugueses no Brasil e resistência indígena
2. Escravatura e Resistência negra
3. Migração e Luta Camponesa
4. Desenvolvimento Industrial e Resistência Operária
5. Golpe Militar e Luta contra a ditadura

Como fazer?

1º. Distribuir os participantes em pequenos grupos para que cada catador tenha a oportunidade de contar sua história/trajetória aos demais membros do grupo.

O quadro abaixo apresenta questões que podem nortear o relato da história.

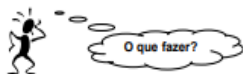
- Qual o seu nome?
- Onde você nasceu?
- O que você sabe sobre seus antepassados (pais, avós)?
- Que lembranças você tem do seu tempo de infância?



MÓDULO II

Ciclo da Cadeia Produtiva de Materiais Recicláveis

Atividade:



Estimular cada participante a expor para o grupo, a compreensão de sua prática sobre o trabalho de catação.

Como fazer?

1º. Distribuir os participantes em pequenos grupos(10 a 15). Cada grupo deverá ter um membro capacitado para coordenar as discussões.

2º. Montar, de forma participativa, o ciclo da cadeia produtiva dos catadores, a partir da realidade de cada membro do grupo.

As questões abaixo podem nortear a montagem do ciclo.



- Como começa o seu processo de trabalho?
- De onde vem o material que você trabalha?
- O que acontece depois?

Veja um exemplo na página 27 – Ciclo de trabalho dos Catadores (na cartilha de formação na pg. (49 à 52).

3º. Fazer uma análise crítica em torno do papel e da responsabilidade da fonte geradora dos materiais recicláveis na cadeia produtiva.

4º. Discutir com o grupo, os papéis desempenhados em cada etapa da cadeia produtiva.

Caderno de Formação Nacional do MNCR - Módulo 1 e 2

As cartilhas e o caderno de formação são bem organizados e estruturados. Possuem fácil acesso e os principais pontos para as demandas da luta das/os catadoras/es. São didáticos, cheios de imagens, músicas, ilustrações, textos, atividades e curiosidades sobre a categoria. Abordam tanto a história da classe trabalhadora em geral, quanto sua articulação com o segmento das/os catadoras/es, discutindo os aspectos, princípios e objetivos do movimento. Os materiais precisam, no entanto, ser apoiados na metodologia do movimento, ou seja, precisam ser facilitados por catadoras/es militantes formadoras/es, já que, muitas vezes, as/os catadoras/es não sabem ler e/ou podem ter dificuldades no processo de apreensão de tantas informações. Ademais, a partir da troca entre as/os

catadoras/es, esses materiais pedagógicos ficam mais vivos e podem fazer mais sentido.

Os cadernos de formação nacional possuem, a partir do sumário, alguns tópicos muito interessantes, que não necessariamente englobam apenas a categoria, mas um cenário mais amplo do mundo do trabalho, o que pode auxiliar as/os catadoras/es em seus processos autoeducativos; ao construir uma totalidade de forma crítica, a luta das/os catadoras/es pode se fortalecer e abranger ainda mais temáticas que atravessam sua história e o cotidiano.

Para o MNCR (2005, p. 5), é por meio da formação de militantes engajados no movimento que a categoria pode se comprometer coletivamente, para construir a compreensão de que “criar a cultura do diálogo, debater, estudar, nos formar individual e coletivamente é dever de todos(as), para que entre nós não haja mais coitados nem doutores, mas protagonistas, lutadores”. A catadora e o catador não apenas exercem o seu trabalho, mas se formam pelo seu trabalho, formam a população para a preservação do meio ambiente, mobilizam-se em direção à transformação social (BASOLI; COSTA, 2017).

Para Keicy dos Reis (2022), ex integrante da Incop Unesp Assis, as/os catadoras/es da COOCASSIS possuem uma participação ativa no movimento social da categoria e, na sua visão, essa participação

[...] contribui muito né, a participação nos eventos, jogar o corpo pro movimento, sair do trabalho, é uma outra forma de você vivenciar isso, que não é ali fazendo a atividade, desenvolvendo, porque às vezes você não consegue ter a dimensão de que você faz parte de algo muito maior, que você só vai ter dimensão quando você vai pros eventos. Porque eu acho que os eventos dão esse tom de que “*eu não tô sozinho*”,

tem mais gente, e tem mais gente na mesma situação que eu lutando pela mesma coisa. Eu acho que os diálogos que iam acontecendo, as amizades, os vínculos, os contatos de fornecedores, as conversas pra ver como que é em cada empreendimento para verificar se contribui de alguma forma, como são as relações interpessoais, esses diálogos são os diálogos mais enriquecedores. E eles voltam com muita potência depois de vivenciar isso.

Por meio da educação as/os catadoras/es se organizam e organizam outras/os catadoras/es. A metodologia educativa utilizada pelo movimento para que a luta aconteça cria deslocamentos, e se constitui enquanto uma proposta e um projeto político. Na aprendizagem e no compartilhamento de saberes, as/os catadoras/es reconstróem a identidade, assumem funções e estimulam as/os colegas de trabalho a lutarem junto. As entidades de apoio e fomento às organizações de catadoras/es, especialmente as ITCPs, contribuem para a autoeducação da catadora e do catador, na medida que, junto a elas/es, constroem novos saberes e potencializam a luta.

O papel da universidade na autoeducação das/os trabalhadoras/es: a relação universidade-movimentos sociais

A formação do trabalho coletivo, seja pautado pela Economia Solidária ou pelo Trabalho Associado, visa uma transformação da noção da categoria do trabalho. A desalienação do trabalho assalariado capitalista, que distancia as/os trabalhadoras/es de si mesmas/os, do próprio trabalho e da realidade, pode acontecer por meio de uma educação emancipatória que incorpora reflexões para *além do capital*, que possibilitem a construção de um outro

modelo de relações econômicas e sociais (NOVAES, 2015). Para Eunice Trein (2007), uma formação crítica, voltada à superação da alienação produzida no sistema capitalista, pode desvelar as contradições a que as/os trabalhadoras/es estão submetidas/os.

O processo de formação de uma consciência crítica para a superação da alienação produzida pelo modo de produção capitalista pressupõe a apreensão da realidade histórica como construção de uma totalidade, em que as partes se articulam dialeticamente, deixando para trás sua aparência, revelando assim suas contradições. A consciência crítica desvela no capitalismo a alienação a que estão submetidos os trabalhadores, que se dá não apenas em relação aos meios de produção e do próprio ato de produzir. Esta condição se estende também aos resultados da produção e à própria liberdade de criar bens de uso, que respondam efetivamente às necessidades históricas dos sujeitos sociais. A alienação, como observa Marx, transcende o ato produtivo e se concretiza ao longo de todo o processo de realização do capital (TREIN, 2007, p. 120).

Os espaços de formação das/os trabalhadoras/es para o trabalho coletivo são construções contínuas visto que trabalhar a partir da autogestão e da autoeducação é uma realidade nova para muitas trabalhadoras e muitos trabalhadores. Somos incentivadas/os a naturalizar as características do trabalho assalariado capitalista, no qual a submissão, a fragmentação das atividades, a alienação do trabalho e a ausência de voz nas decisões políticas são pré-requisitos para nossa manutenção no trabalho. Ao adotarem a autogestão como princípio de trabalho, as/os trabalhadoras/es de organizações de Trabalho Associado e/ou de Economia Solidária partem de um outro pressuposto, oposto a todas essas características.

Segundo Adriane Ferrarini e Telmo Adams (2015), com a multiplicação dos EESs brasileiros nas três últimas décadas, as/os trabalhadoras/es começaram a demonstrar demandas crescentes no que tange à formação política, pedagógica e técnica. Tendo isso em vista, a criação da Plataforma da Economia Solidária e do FBES representou a importância da formação, inserida posteriormente na agenda política do movimento. Essa inserção precisou de uma construção, iniciada na primeira Plenária Nacional de Economia Solidária na década de 2000. No ano de 2006, após a realização do primeiro CONAES, a SENAES iniciou a elaboração de Centros de Formação em Economia Solidária (CFES), uma estratégia para implementar a Política Nacional de Formação em Economia Solidária, criada com a participação de muitas/os atrizes e atores sociais, inclusive, as/os que integram a universidade.

A universidade, para Ana Maria de Carvalho *et al.* (2017), serve muito mais aos interesses da classe dominante do que das classes populares. Portanto, contribui para a manutenção do *status quo* e, conseqüentemente, para a continuidade da exclusão de uma boa parcela das pessoas, o que favorece o crescimento das desigualdades sociais. Mas, a partir da sua relação com os movimentos sociais, a universidade pode cumprir sua função social e se posicionar como contrária a essa dinâmica; a potencialização da autoeducação das/os trabalhadoras/es por meio de práticas formativas e de auxílio à auto-organização e autogestão dos grupos e empreendimentos populares é um dos exemplos da relação existente entre universidade e movimentos sociais.

A formação para o trabalho coletivo pautado pela Economia Solidária se ancora em princípios da Educação Popular (EP), enquanto construção de conhecimento que viabiliza a multidisciplinaridade de saberes de forma democrática. O movimento da

Educação Popular, segundo Paulo Freire (1979), foi uma das muitas mobilizações de massas no Brasil que consolidou muitos procedimentos políticos, sociais e culturais para a organização popular e para a conscientização, buscava a superação da exclusão, dominação, desigualdade e opressão e o encontro de caminhos para a emancipação e para o fortalecimento do sujeito e do coletivo.

A Educação Popular abarca tanto a politização de práticas educativas quanto a pedagogização da política: “o compromisso da educação popular para com os excluídos em sua luta cotidiana pela subsistência a levou a valorizar a dimensão produtiva da vida, reconhecendo o trabalho como via de libertação” (FERRARINI; ADAMS, 2015, p. 214). As organizações de trabalho em grupos e empreendimentos coletivos pautados pela lógica da Economia Solidária são exemplos da sua complementaridade com a Educação Popular.

A educação popular encontrou na economia solidária um novo e peculiar espaço de potencialização do trabalho como princípio educativo para a vida e para a cidadania. A economia solidária, por sua vez, devido à sua perspectiva autogestionária e emancipatória, não poderia se coadunar com concepções educativas tradicionais e verticalizadas, encontrando ressonância e respostas nos métodos e ações da educação popular (FERRARINI; ADAMS, 2015, p. 214).

Nadia Scariot e Cassiane da Costa (2019, p. 90) analisam que “a educação popular entende que é necessário criar a contradição no sujeito (desacomodá-lo) para que haja a mudança, a emergência de autonomia”. As atividades de extensão universitária, realizadas com trabalhadoras/es da Economia Solidária e/ou do Trabalho Associado são extremamente relevantes para potencializar os

processos de autoeducação das/os trabalhadoras/es, por meio das trocas entre os saberes “acadêmicos” e os saberes “populares”. Essas atividades se tornaram contínuas a partir do surgimento das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs).

As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) são consideradas uma ação inovadora para o combate ao desemprego e para promover espaços formativos que aspiram à autonomia do sujeito e da organização de trabalho. Segundo Lais Fraga (2012, p. 125), as principais características das ITCPs nos levam à compreensão de que a incubação é “uma relação educativa, fundamentada nas ideias de Paulo Freire, entre universidade e grupos populares que almejam a geração de trabalho e renda e que tem, a longo prazo, o objetivo de superar as desigualdades e injustiças no país”.

As Incubadoras surgem, em sua maioria, como projetos de extensão universitária para promover e incentivar os espaços de formação nas iniciativas e organizações de trabalho coletivo a partir de metodologias ativas e participativas, embasadas na EP, que auxiliam o desenvolvimento de tecnologias sociais e a aquisição de recursos para a capacitação técnica das/os trabalhadoras/es. Também possuem o intuito de aproximar as trabalhadoras e trabalhadores da gestão pública, o que também as/os permite maior compreensão do papel do Estado no capitalismo e uma possível viabilização das políticas públicas para diversas categorias de trabalhadoras/es.

As ITCPs desempenham importante papel com relação às políticas públicas setoriais voltadas para segmentos mais atingidos pelas iniquidades sociais, como catadores de materiais recicláveis, artesãos, usuários de saúde mental, egressos do sistema penitenciário, agricultores familiares, pescadores, comunidades tradicionais. Elas têm colaborado para o

desenvolvimento de tais políticas, por meio da elaboração e execução de projetos com esses trabalhadores: acesso aos bens e meios de produção, desenvolvimento de tecnologias sociais, inserção produtiva, formação e capacitação técnica na perspectiva da Economia Solidária. Dessa forma, oferece uma contribuição visando sempre ao protagonismo dos trabalhadores e sua organização coletiva (CARVALHO; LADEIA; FELÍCIO, 2017, p. 17).

A origem das ITCPs é, de alguma forma, similar a das incubadoras de cooperativas mercantis: as principais diferenças entre elas são os fundamentos e propósitos, o público atendido (as empresas capitalistas vs os grupos populares) e a metodologia de trabalho adotada. A relação estabelecida pelas incubadoras de empresas capitalistas seria a relação universidade-empresa enquanto a relação instituída pelas incubadoras de cooperativas populares seria a relação universidade-movimentos sociais. As ITCPs se expandiram de forma rápida nas universidades brasileiras, principalmente com o apoio do PRONINC. Até o ano de 2010, eram mais de 100 incubadoras distribuídas no país, organizadas pela Unitrabalho e pela Rede Universitária de ITCPs (FRAGA, 2012). Atualmente, são mais de 40 ITCPs que integram a Rede Universitária (INCOP-UFOP, 2020).

Aline dos Santos (2014, p. 202) analisa que “os agentes externos tiveram um papel muito importante na constituição da economia solidária no Brasil, uma vez que estiveram efetivamente presentes no fomento e formação das iniciativas de economia solidária”. Os dados apresentados pelo SIES demonstram que 72,7% dos empreendimentos estudados conseguiram apoio ou assessoria externa: 40,6% de órgãos governamentais, 22,9% de ONGs, Igrejas ou associações, 20,4% do “sistema S”, etc. Para Luiz

Gaiger (2009, p. 576), os "EESs beneficiados com algum apoio apresentam um grau de desempenho global mais positivo do que os demais, exceto no caso de EES apoiados unicamente por órgãos governamentais”.

O diálogo universidade-grupos populares pode aproximar a comunidade dos ambientes acadêmicos. A criação do PRONINC teve como objetivo a inclusão das/os trabalhadoras/es no mercado de trabalho por meio da formação, qualificação e assessoria na forma de projetos que utilizam recursos e o conhecimento acadêmico para o apoio às atividades autogestionárias (GUIMARÃES, 2003). O papel da extensão universitária e, conseqüentemente, das ITCPs, na formação para o trabalho coletivo das/os trabalhadoras/es consiste na realização de debates teóricos e práticos que podem englobar tecnologias sociais, desenvolvimento local, finanças solidárias, modas sociais, comunidades tradicionais e etc (COSTA, 2013).

Para Sonia Kruppa e Fabio José Sanchez (2001), a incubação possui uma variedade de formas de atuação, tendo como reflexo as áreas de conhecimento e das especificidades de cada região e empreendimento. São elaboradas, portanto, diferentes abordagens e possibilidades de acompanhamento dos grupos populares, mas sempre focalizando seu fortalecimento. Rosana Kirsch (2007) analisa que a parceria entre as incubadoras e o poder público local é um caminho que facilita o acesso, tanto dos indivíduos para as capacitações quanto das incubadoras para os grupos existentes.

Em um levantamento realizado pelo FBES, em 34 atividades de ITCPs, os conteúdos e as metodologias utilizados partiam das demandas e emergências dos grupos. Os conteúdos eram compostos por necessidades técnicas, como questões administrativas, contábeis e jurídicas e os temas de Economia Solidária, associativismo, cooperativismo das/os trabalhadoras/es e

autogestão. No entanto, “na descrição das experiências, há dados precários sobre a profundidade e a forma de abordagem destes assuntos” (KIRSCH, 2007, p. 48).

Pode-se pontuar uma construção de dependência dos empreendimentos em relação às entidades de apoio e de fomento, principalmente às ITCPs, já que o aprofundamento de algumas temáticas requer uma dedicação de tempo que a maioria das/os trabalhadoras/es não possuem, por não conseguirem deixar suas atividades econômicas e por, muitas vezes, não considerarem os debates como parte do trabalho. Para Keicy dos Reis (2022), muitas vezes,

o próprio trabalho consome as/os trabalhadoras/es, que não têm tempo, tem uma questão do poder, de quem tem informação, ter uma posição de poder e ter medo de socializar o conhecimento, às vezes o próprio grupo não entende essa parte como processo formativo, como trabalho também, como uma forma de se capacitar. A equipe da Incubadora também não tem pernas pra isso, porque é preciso uma dedicação.

Para Marcia Leite e Silvana de Souza (2010), o apoio das ITCPs e de outras entidades de apoio e fomento, como o poder público, entidades sindicais e não governamentais (ONGs), projetos da Igreja Católica, podem minimizar a precariedade do trabalho dos grupos e podem ser decisivos na constituição de uma grande parte dos empreendimentos. Por outro lado, não parece ser suficiente para a melhora das condições de vida das/os trabalhadoras/es e para a garantia da sobrevivência e da evolução dos grupos.

Na atualidade, pode-se dizer que essa afirmação é ainda mais emergente. Nos últimos anos, as ITCPs têm vivenciado as consequências do desmonte de políticas públicas e da crise que

atravessa as universidades públicas, diante das políticas neoliberais que as acometem. Com a pandemia da COVID-19, a situação se agravou ainda mais, o que levou a elaboração de uma série de estratégias para dar andamento aos trabalhos minimamente realizados. Para Wagner Molina *et al.* (2020, p. 179),

A grande maioria da incubadoras encontra-se sem financiamento público que viabilize a manutenção de técnicos nas equipes e a realização de despesas necessárias ao desenvolvimento de suas atividades. Neste sentido, a crise advinda da Pandemia, com as novas determinações, sobrepõe-se às dificuldades já enfrentadas. Com as recomendações para o Isolamento Social, algumas inclusive por determinação expressa da Universidade, com suspensão das atividades de campo, em geral, as equipes buscaram construir estratégias que viabilizassem, em certa medida, o acompanhamento aos empreendimentos de economia solidária e de outras iniciativas. Especialmente por meio de ferramentas de comunicação à distância, relatam terem estabelecido contatos com as lideranças visando mapear a situação, compreender os impactos iniciais da Pandemia, bem como construir alternativas que pudessem contribuir para a redução das ameaças às quais estavam todos submetidos. A despeito das limitações de acesso à comunicação virtual que muitos empreendimentos ou trabalhadores têm, podem ser destacadas estratégias de capacitação por meio de cursos on line ou de lives, sobre a Economia Solidária, a Pandemia da COVID -19 e outras temáticas transversais, inclusive sobre ferramentas de tecnologias digitais. Outras estratégias adotadas pelas equipes das ITCPs visaram a articulação de redes territoriais de solidariedade e as campanhas de solidariedade junto à comunidade, conjuntamente com outros atores.

Nas organizações de catadoras/es de materiais recicláveis, as ITCPs estudadas realizaram ações de aquisição de máscaras,

produtos de higiene e luvas e atividades de conscientização sobre a importância da realização de uma separação correta dos materiais, por conta do alto risco de contágio pelo vírus. Como houve uma queda na coleta de resíduos sólidos em função, de forma geral, de uma diminuição do consumo por parte da população e do fechamento do comércio, as ITCPs também realizaram ações voltadas para a construção de estratégias para criar novas redes na cadeia da reciclagem, em busca da atenuação das/os *atravessadoras/es, sucateiras/os* ou *intermediárias/os* (MOLINA *et al.*, 2020).

Equipes de diferentes Incubadoras relatam o quão amedrontadas/os e inseguras/os as/os trabalhadoras/es ficaram durante a pandemia, devido à falta de informações que tinham sobre o vírus, pela orientação de distanciamento social e pelas ameaças financeiras que a circunstância representava. Foram identificados impactos na saúde mental dessas/es trabalhadoras/es por meio de expressões de angústia, ansiedade, tristeza e negação ao se depararem com os efeitos da própria doença e da necessidade de uma manutenção das atividades, ainda que caracterizassem situações de risco.

É possível analisar que tanto as/os catadoras/es da COOCASSIS, quanto as/os integrantes da Incop Unesp Assis compartilham da percepção de que a pandemia foi um fator de grande distanciamento entre a universidade e os grupos populares. Entretanto, observam que, antes da pandemia, algumas práticas formativas já não estavam sendo feitas, como por exemplo as rodas de conversa e as oficinas sobre temáticas diversas. Ademais, avaliam que a união e a cooperação dentro da Cooperativa diminuíram, e as/os trabalhadoras/es estavam, cada vez mais, reproduzindo princípios capitalistas individualistas dentro do ambiente de trabalho:

Antes o povo da Unesp vinha mais aqui, a gente ia na Unesp, tinha mais encontro de catador, tinha até teatro aqui e foi por causa disso que eu gosto tanto de teatro....a gente aprendia bastante coisa com o pessoal da Unesp viu, eles ensinavam todo mundo mas pararam de vir aqui (RITA, 2022).

Antigamente a necessidade era maior, a carência era maior mas a união era maior também. O grupo era mais unido, acho que devido à necessidade, devido à situação que cada um vivia, de não ter dinheiro. Hoje a gente sente uma desunião, sabe. E não foi nem a pandemia, foi antes mesmo. Acabou aquilo de se preocupar com o outro. Antigamente, a gente trazia marmita e se ela azedava, a gente se juntava e dava um pouco pra cada um. Hoje ninguém não tá nem aí se a pessoa comeu se não comeu, você comendo...tá bom. Mudou bastante o grupo, as pessoas mudaram. Tem muita falta de interesse um pelo outro, falta de preocupar um com o outro, de diálogo, de mais roda de conversa. Porque as formações também ajudam a unir, é um momento em que você se expressa, tipo assim, vamos fazer uma roda de conversa, vamos falar sobre direitos humanos por exemplo, vamos falar da sua situação, da situação dela, da minha, então eu que vou expor a minha vida, você vai escutar e eu vou te escutar. Então, vai um pegar um pedacinho da vida do outro, não é só aquele momento: trabalhar e ir embora (CINTHIA, 2022).

Gaudencio Frigotto (2021, p. 18) analisa que se deve tomar um cuidado ao evidenciar a pandemia da COVID-19, uma vez que as consequências desta não são as causas e que tal situação está envolta em um contexto amplo, em uma lógica capitalista dominante que determina relações sociais e de trabalho, natureza do ser humano, conhecimento e educação. Afirma, portanto, que “o Brasil pauta-se por uma política econômica, social, e educacional

conservadora que aprofunda estas determinações e suas consequências sociais”, e dentre essas consequências estão a desigualdade social e a degradação ambiental.

As pandemias têm sua origem em uma dupla perspectiva destrutiva do “sociometabolismo do sistema capitalista que gera a ampliação do desemprego estrutural, o aumento permanente e crescente da pobreza no mundo, a fome, guerras e destruição da natureza da qual somos parte” (FRIGOTTO, 2021, p. 19). Este sociometabolismo destrutivo é sustentado por uma visão de natureza humana, de educação e de conhecimento que reforçam e reproduzem o capital, as relações sociais capitalistas e a propriedade privada. Essa visão possui um pressuposto de não historicidade do sujeito, não relacionando o crescimento da desigualdade, a crise ambiental, o aumento da pobreza e o surgimento das pandemias como a da COVID-19 às consequências do sistema em que a humanidade está inserida.

Desvelar essa realidade e esses fenômenos implica observar e analisar uma disputa mais ampla, que não é neutra e que não objetiva a harmonia e o bem-estar dos povos. E essa disputa é reproduzida em toda esfera social, inclusive no campo educacional e formativo. A escola é feita para as crianças e jovens que possuem tempo para estudar e para se preparar para o futuro, enquanto que a classe trabalhadora necessita rapidamente o ingresso no mundo do trabalho para complementar a renda da família (FRIGOTTO, 2021). A partir dos dados empíricos, pode-se analisar que, dentro da COOCASSIS, muitas/os trabalhadoras/es, inclusive as/os mais novas/os, precisaram optar pelo trabalho devido a um contexto familiar mais pobre. Muitas catadoras e catadores – por inúmeras razões – tiveram que abandonar a escola, e por isso possuem baixa escolarização. No entanto, se antes abandonavam a escola com 10

ou 11 anos para trabalhar, hoje, ou realizam ambas atividades ou terminam a escolarização para adentrar imediatamente à Cooperativa.

O aumento da escolaridade tem sido parcialmente enfrentado pelas ITCPs e por políticas de Educação de Jovens e Adultos para esta parcela da classe trabalhadora (CARVALHO, 2008). Zélia (2022) revela a realidade da baixa escolarização do segmento de catadoras/es de materiais recicláveis, que observa na COOCASSIS:

Entrei na Cooperativa um ano depois que me separei do meu ex-marido, antes eu era trabalhadora doméstica. Deixei a escola na 4ª série e depois eu fiz o CEJA...fazem 16 anos que trabalho aqui. Já fui presidenta, secretária, e agora dirijo o caminhão da Cooperativa.

Leonardo (2022) também declara: “eu não tenho muito estudo, não. Estudei até a quarta pra quinta série...porque fui trabalhar. Eu comecei a trabalhar com 10 ou 11 anos com o meu pai, ele era pedreiro. Mas eu tenho uma inteligência, de pensar mais lá pra frente”.

Para Zélia da Silva (2014, p. 24), na COOCASSIS, a entrada precoce no mercado de trabalho “é explicada como uma decorrência das dificuldades financeiras da família ou em razão dos constantes deslocamentos dos pais, situações apontadas para o abandono da escola na infância”. Esse abandono pode ser justificado por uma pouca valorização da educação pelos pais, pela pouca escolarização das garotas que deviam se concentrar na aprendizagem dos serviços domésticos (cozinhar, lavar, passar roupa, etc).

O engajamento, ainda na adolescência, em alguma atividade remunerada, direciona as suas “escolhas” profissionais para os serviços domésticos, ou aqueles associados a tais predicados, como atividade de babá ou equivalente. Essa situação projeta-se para a idade adulta, na qual, em virtude da baixa escolaridade, as “opções” de inserção no mercado de trabalho ficam cada vez mais restritas. O resultado desse processo é a sua entrada no mercado de trabalho em condições extremamente desfavoráveis, sempre executando trabalhos domésticos ou trabalhando em atividades pesadas na roça, como o corte de cana, coleta de soja, corte de arroz ou na cidade, como a varredura de rua etc (SILVA, 2014, p. 24).

As práticas formativas realizadas pelas Incubadoras com os grupos e empreendimentos populares buscam fortalecer a autonomia e os processos educativos das/os trabalhadoras/es a partir de metodologias que “partem do pressuposto de que as trocas entre trabalhadores e universidade sejam a base para a construção de uma ação educativa coletivizante” (CARVALHO *et al.*, 2017, p. 103). O encontro dos saberes populares e dos saberes acadêmicos pode possibilitar a criação de novos conhecimentos direcionados para a transformação social; assim, os processos coletivos são valorizados, bem como a implicação do sujeito no coletivo.

É só a partir do desenvolvimento de novas relações sociais entre as pessoas que a autonomia é também construída. A partir da responsabilidade, da discussão e da tomada de decisão, o sujeito experiencia uma gestão democrática, planejando, organizando, coordenando as ações do grupo, e criando, aos poucos, uma independência de agentes externos. Pautada em uma lógica para *além do capital*, os empreendimentos e as incubadoras podem se relacionar e construir seus projetos vislumbrando a negação do trabalho alienado e uma vida marcada pela autogestão. A autonomia

das/os trabalhadoras/es é bastante valorizada pelo movimento da Economia Solidária por, justamente, pressupor o

direito ao trabalho, a não subordinação às estruturas hierarquizadas ou a agentes externos e, ainda, a renda digna para as pessoas, condições capazes de romper com a lógica do assistencialismo, quer do Estado, quer de agentes privados sobre os pobres, fundamentada em uma concepção moralizante do trabalho, a qual reforça a exploração e promove o controle dessa população. Muitas associações constituídas para a geração de trabalho e renda ainda são vinculadas a programas e projetos da assistência social dos municípios ou a entidades filantrópicas e religiosas, que não têm por objetivo final a concessão dos direitos à livre organização econômica que garanta a superação definitiva de uma condição histórica de precarização em relação ao trabalho e à miséria social (CARVALHO *et al.*, 2017, p. 107).

Entretanto, a naturalização do trabalho assalariado e dos princípios e valores capitalistas, a realidade material e social de muitas/os trabalhadoras/es e, especificamente, do segmento das catadoras e catadores, e o contexto atual de calamidade pública e sanitária da pandemia da COVID-19 evidenciam alguns limites da repercussão das práticas formativas na vida das/os catadoras/es. Os conflitos interpessoais e de poder, a não contratação dos empreendimentos pela gestão pública, a necessidade do comprometimento na gerência do local e a assunção do papel de associada/o e/ou cooperada/o são algumas das dificuldades encontradas, que podem ser e que são trabalhadas no processo de incubação e de formação.

Para Sandro Silva (2017), sem a formação e capacitação e sem, portanto, um incentivo ao conhecimento dos princípios

cooperativistas, grande parte de associadas/os teriam e possuem mais dificuldades em diferenciar a condição de associada/o e de assalariada/o, de modo a não participar dos processos decisórios no empreendimento, o que pode indicar uma descaracterização do grupo enquanto autogestionário. Por meio das práticas formativas e da autoeducação, as/os trabalhadoras/es, e especificamente as/os catadoras/es, podem apreender a realidade histórica, construir uma totalidade e entrar em contato com as contradições a que estão submetidas/os.

Uma dessas contradições é o lugar da mulher no trabalho, que também desvela seu papel na sociedade, como um todo. Como vimos, nas organizações de catadoras/es, as relações e contradições combinadas entre o patriarcado e o capitalismo aparecem, de modo que, a partir da autoeducação e da formação, articulada com as entidades de apoio e fomento, principalmente as ITCPs, as/os catadoras/es podem tomar consciência coletivamente das relações de gênero existentes dentro e fora do local de trabalho, e lutar para modificá-las.

Autoeducação, formação e gênero: a luta das/os catadoras/es de materiais recicláveis

Ao pesquisar e sistematizar as práticas discursivas do MNCR que se referem às relações de trabalho e de gênero, Teresinha de Mescouto (2020) analisa o *site* do movimento, e encontra elementos históricos, sociais e discursivos complexos. Para ela, o MNCR é um movimento recente, “cujos sujeitos, por meio da organização, constroem uma identidade enquanto trabalhadores, levando a sociedade a repensar os valores sobre os quais se estruturam as relações sociais de trabalho e de gênero” (MESCOUTO, 2020, p.

73). Os discursos encontrados permitiram a análise da pesquisadora de que o movimento coloca em evidência a constituição da categoria por homens e mulheres *catadores e catadoras* e princípios e objetivos de *apoio mútuo* e *unidade de classe*, o que pode indicar uma abertura para o discurso de igualdade nas relações de gênero.

Entretanto, existem diversos mecanismos discursivos nos principais documentos do movimento que desvelam uma prática sexista, na qual os homens aparecem como principais sujeitos da categoria, e as mulheres são invisibilizadas. Um exemplo dessa prática é o uso de imagens no folder institucional e nos materiais mais antigos do movimento que reforçam a figura do catador homem: as mulheres aparecem mais juntas aos catadores homens, de forma geral. Nos materiais mais recentes, entretanto, percebe-se uma presença maior de imagens com a centralização de mulheres catadoras. Na primeira cartilha de formação do movimento, as ações

apontam uma prática predominantemente masculina, fundada nas contradições históricas citadas por Cisne (2012), Álvaro (2013), Saffioti (2004), Souza-Lobo (2011), e Cabral e Diaz (1998), referente ao lugar do homem e da mulher nos espaços da produção e da reprodução, no espaço público e privado. Na maioria das atividades, o trabalho do catador é visibilizado e o da catadora invisibilizado, principalmente nas atividades relacionadas à organização política e à produção (MESCOUTO, 2020, p. 64).

As notícias da categoria presentes no site do MNCR revelam um desafio no que diz respeito à promoção de debates sobre as relações de gênero e à existência da divisão sexual do trabalho no movimento. No entanto, ao analisar as ações e notícias mais recentes, Teresinha de Mescouto (2020) nota um grande avanço perante algumas iniciativas que evidenciam a construção de um

discurso feminista nas práticas discursivas do MNCR, como por exemplo uma nota de repúdio contra a misoginia sofrida pela ex-presidenta Dilma Rousseff:

É com muito pesar que nós catadoras, trabalhadoras, mães e chefes de família, nos deparamos com a intolerância e falta de valores políticos democráticos retratados em adesivos de carros, que demonstram um país machista, violando a figura não só da Presidente da República Federativa do Brasil, mas muito mais, da mulher que venceu as eleições de forma legítima e representa, queiram ou os opositores, o Brasil.

Não se trata de debate político, mas sim de gênero, de atos lesivos aos direitos e garantias das mulheres. Jamais na história desse país, por maiores as atrocidades cometidas pelos chefes do poder executivo, a honra e a imagem de um presidente foi denegrida, com argumentos sexistas e covardes como os que estão sendo dirigidos a Presidente Dilma Rousseff, personagem importante na reconquista da democracia do país, na qualidade de militante pela liberdade.

É por isso, por não admitir violência de qualquer natureza ou debate político sexista, machista ou covarde que tornamos público o nosso REPÚDIO às imagens que vem sendo divulgadas em veículos particulares pelo país (MNCR, 2015).

De acordo com a publicação do MNCR (2014), a questão da igualdade de gênero vem sendo aprofundada pelo movimento ao longo dos últimos anos. Dentro do movimento surge, no estado de São Paulo, a Secretaria Estadual de Mulheres Catadoras de Materiais Recicláveis (SEMUC-SP). Constituída em 2014 no primeiro Congresso Estadual, realizado na cidade de Ourinhos, a SEMUC-SP surgiu com a finalidade de dar visibilidade para as mulheres no segmento por meio da articulação de comitês regionais do estado de

São Paulo. Por meio dessa mobilização das mulheres catadoras, a eleição de assessoras das diferentes cidades para compor a Secretaria foi possibilitada. Atualmente a Secretaria é considerada um braço do movimento que direciona a categoria para a luta pelas necessidades e pelo *empoderamento* das mulheres nas associações e nas cooperativas de base, em suas cidades e no movimento como um todo.

No ano de 2015, a Secretaria organizou o I Encontro Estadual de Mulheres Catadoras na cidade de Osasco. Nele foram realizadas formações que abordaram alguns temas relacionados às mulheres, como mulheres negras, sexualidade, violência doméstica, feminicídio, violência psicológica contra a mulher, gordofobia, organização das mulheres, Economia Solidária, trabalho doméstico, genocídio da juventude negra, redução da maioridade penal e as mulheres na política. Essas práticas são consideradas, pelas mulheres catadoras e pelas entidades, como essenciais para o processo educativo e para a luta das/os catadoras/es de materiais recicláveis. O acesso às temáticas que abrangem as vivências dessas mulheres traz o poder de ter a informação e de uma indignação que é revolucionária, porque pode transformar a forma como elas veem e analisam suas próprias experiências dentro e fora do ambiente de trabalho. O texto do panfleto para divulgação do evento foi realizado em parceria com a Unesp, com a Incop Unesp Assis, Unicamp, dentre outras entidades.

Em 2017, foi realizado o II Congresso Estadual na cidade de Campinas. Desde sua composição, a Secretaria pretendeu contribuir no processo pedagógico das catadoras, em especial por meio de debates das leis e dos direitos das mulheres catadoras e das desigualdades de gênero, “mostrando o machismo existente nas cooperativas, nas famílias, na política e na sociedade como um todo”

(SEMUC-SP, 2017, p. 1). O evento de 2017 contou com a presença de Caravanas do Estado de São Paulo, com oficinas temáticas sobre 1) Mulher negra e racismo; 2) Saúde da mulher; 3) Mulher na política e na Economia Solidária; 5) Mulher e cárcere: combate ao genocídio da população negra; 6) Mulher e diversidade sexual; 7) Organização de mulheres e feminismo, com uma passeata, debates e eleição da SEMUC.

Em pesquisa feita pela SEMUC em 2015 chegamos a conclusão que a maioria das catadoras são negras, somando 73% do total. Além disso, a maioria das catadoras se situa numa faixa etária entre 36 e 45 anos. Outro dado importante é que a maioria das catadoras, antes de trabalhar nas cooperativas e associações estavam vinculadas ao trabalho doméstico e ao trabalho rural. Nós catadoras também representamos um número grande de chefes de família, ou seja, somos a principal responsável pelo sustento das nossas casas apenas com a renda que obtêm do trabalho na catação. Dessas mulheres, 75% são negras. [...] Nossa luta é pela contratação, contra o machismo, e também contra o racismo, contra o genocídio da população negra. Fazemos parte de um contingente da população que foi marginalizado e excluído de muitos direitos humanos e sociais básicos para a sobrevivência. É por isso que hoje temos prioridade nos programas sociais do governo federal, no acesso à moradia e as creches por exemplo. [...] Nossa profissão como catadora já é reconhecida e deve ser lembrada e valorizada! (SEMUC-SP, 2017, p. 2).

O MNCR também possui, além da SEMUC-SP, outras Secretarias de Mulheres, como por exemplo a Secretaria de Gênero da Unicatadores. Em 2017, com o apoio desta Secretaria, as mulheres do MNCR iniciaram uma mobilização para a formação de núcleos de gênero nos empreendimentos de base; a proposta dos núcleos surgiu para as/os catadoras/es levantarem questões de

violência contra a mulher, saúde e *empoderamento* feminino e para fortalecer os Comitês Regionais do movimento (MNCR, 2017). Além disso, até o ano de 2018, pode-se ressaltar a promoção de alguns encontros e congressos de catadoras/es direcionados especificamente para a temática das mulheres catadoras e outros eventos nos quais essas mulheres passaram a exigir um momento para a reflexão sobre esse braço do movimento.

Para Camila Paiva (2016), as mulheres catadoras, ainda que sejam a ampla maioria do segmento, não possuem e não alcançam equidade política dentro do movimento nacional, e apresentam intensa dificuldade na assunção dos cargos de representação nesta instância, de maior poder de deliberação e de ação. Ao constituírem a Secretaria, no entanto, rompem a estrutura do movimento, porque levantam a necessidade de abrir o debate sobre questões específicas da vida das mulheres catadoras e das suas condições de saúde e de trabalho. São as mulheres as mais atingidas pelo desemprego e/ou pelo trabalho informal e precário e, como visto anteriormente, a participação nos espaços de decisão pode ser essencial para a construção da autonomia das mulheres.

Por meio da organização das mulheres em Secretarias de gênero, as catadoras se autoeducam, se formam e formam seus colegas homens politicamente. A autoeducação faz-se assim necessária tanto para a tomada de consciência das relações de gênero nos grupos e empreendimentos como no próprio movimento social da categoria. É, portanto, a partir da práxis que ela acontece: a partir da imprescindível relação entre a teoria e a luta que as/os catadoras/es podem se conscientizar das relações de gênero, para assim, modificá-las, dentro da realidade de cada grupo, da categoria como um todo, e da sociedade.

Quando olhamos para a formação sob a perspectiva de gênero, percebemos que o movimento também utiliza a metodologia de catadora/catador para catadora/catador: na COOCASSIS, Elis (2022) enuncia essa realidade quando diz que a Cooperativa recebeu diversas mulheres assessoras da Secretaria das Mulheres para a realização de reuniões e trocas de experiências acerca de temáticas relacionadas à autonomia das mulheres e à transformação das suas relações com os homens, tanto dentro do empreendimento como nas suas famílias e nas ruas. Ou seja, é também, *de catadora/catador para catadora/catador*, em um processo autoeducativo, que a conscientização e a modificação das relações de gênero pode ser possível, na interação e na intercooperação entre as/os catadoras/es e os grupos.

A universidade se apresenta como uma importante instituição que auxilia as/os trabalhadoras/es a construírem seus processos de autoeducação, que as/os ajudam na implicação e engajamento em suas lutas. Além de participar ativamente do cotidiano das/os trabalhadoras/es nas organizações, a universidade também se envolve no movimento das/os catadoras/es em articulação nacional e regional. Pode-se dizer, por exemplo, que as/os integrantes da Incop Unesp Assis incentivaram e contribuíram para a articulação das reuniões e para a inserção de uma catadora da COOCASSIS na assessoria na SEMUC-SP.

A participação da universidade no movimento de mulheres catadoras de materiais recicláveis também aparece em outras regiões: em parceria com a Red LACRE, a Women In Informal Employment Globalizing and Organizing (WIEGO), o MNCR, o Núcleo de Estudos e Pesquisas da Mulher (NEPEM), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e o Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável (INSEA), realizaram em 2012 um

projeto piloto para inserir a temática de gênero na formação das/os catadoras/es, na América Latina. Esse projeto foi composto por oficinas com catadoras em regiões do estado de Minas Gerais, nas quais discutiram as temáticas de masculinidades e feminilidades, desafios enfrentados no processo de construção de autonomia das mulheres e sugestões para o enfrentamento da realidade.

Como resultado deste projeto, foi elaborada uma cartilha para as/os catadoras/es (disponível no site do MNCR) que aborda alguns tópicos como: as diferenças entre os homens e mulheres; a situação da mulher atualmente; autonomia da mulher catadora; violência de gênero; machismo e discriminação; envolvimento dos homens na luta das mulheres catadoras e etc. Ainda, ao fim da cartilha, são disponibilizados diversos materiais para auxiliar outras catadoras e outros catadores a implementarem um programa de formação de gênero em suas cooperativas, redes e movimentos. A cartilha possui várias figuras e desenhos e é de fácil compreensão, o que possibilita que mais catadoras/es tenham acesso a ela.

As ITCPs possuem também um papel importante na divulgação e no compartilhamento desses materiais com as/os trabalhadoras/es. Durante o período da pandemia, essa articulação ficou dificultada, dado o desafio do cenário social e econômico das cooperativas e/ou associações diante de uma atuação permitida apenas por meio da tecnologia digital. Yuri Amaral (2021) traça reflexões sobre o percurso da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade do Planalto Catarinense (ITCP/UNIPLAC) junto à Cooperativa de Trabalho de Materiais Recicláveis do Município de Otacílio Costa (COOPERCO), que nesse período, continuaram juntas, apesar de muitas dificuldades:

A COOPERCO, segue sua atividade inclusive no período da pandemia do coronavírus com a participação da ITCP/UNIPLAC por meio da utilização de tecnologia digital, tendo por desafio, o cenário eminente a ser enfrentado pela cooperativa, ou seja, atuação na Central de Gerenciamento dos resíduos sólidos. Nesta prática, ainda recente, identificamos descritores que apontam para o desenvolvimento territorial de base local, isto é, localizado, integrado, endógeno e participativo. Tem o protagonismo de sujeitos nativos; ecológico, pois se trata do serviço da coleta seletiva, na qual os associados da cooperativa realizam ações educativas junto aos moradores e nas escolas sobre o manejo dos resíduos; social e culturalmente, busca o bem estar de toda a população; inclusivo pois a base social da cooperativa é de sujeitos empobrecidos, com **participação ativa de mulheres, uma delas ocupa a direção administrativa da cooperativa gerando visibilidade nas relações de gênero**. Desafia o estado local na responsabilidade de ser o indutor do desenvolvimento (AMARAL, 2021, p. 52).

As ITCPs podem e promovem práticas de diálogo, como rodas de conversa e reuniões, para auxiliar as/os trabalhadoras/es a refletir sobre a temática de gênero e a validar seus conhecimentos, suas experiências e seu trabalho. Realizam a capacitação de lideranças, inclusive lideranças mulheres. Procuram estimular a articulação das organizações com os movimentos sociais, o que é extremamente importante para a mobilização da categoria das/os catadoras/es uma vez que é também pelo movimento social que elas/es aprendem e que se formam politicamente.

No Capítulo 3, procuramos apresentar o conceito de autoeducação e demonstrar como os processos autoeducativos acontecem nas organizações de trabalho coletivo, especialmente nas organizações de catadoras/es. Analisamos o papel das ITCPs e das práticas formativas propiciadas por elas nas organizações e

articulamos as categorias centrais: autoeducação, formação e gênero, a fim de analisar a luta das catadoras/es de materiais recicláveis pela modificação das relações de gênero no movimento social e nos grupos populares. A seguir, veremos como a autoeducação das/os catadoras/es da COOCASSIS e as práticas formativas desempenhadas pela Incop Unesp Assis com a Cooperativa podem contribuir para a modificação das relações de gênero neste grupo.

Capítulo 4

A autoeducação e as práticas formativas na COOCASSIS: modificação das relações de gênero?

Para Auro Mendes *et al.* (2014), a Unesp tem percorrido uma trajetória significativa no campo da Economia Solidária. Por meio de ações de extensão universitária, docentes, servidoras/es técnica/o-administrativas/os e discentes constroem, junto a outras instituições e comunidade, alternativas de geração de trabalho e renda, a fim de promover a inclusão produtiva e social de trabalhadoras/es em condição de vulnerabilidade econômica e social. Essas ações, geralmente, são constituídas pelo auxílio na organização de associações e cooperativas de trabalhadoras/es a partir de algumas frentes de trabalho, como por exemplo costura, artesanato, assentamentos rurais, horta comunitária, feira de trocas solidárias, materiais recicláveis, etc.

A extensão universitária da Unesp no movimento da Economia Solidária se desenvolveu por meio de um projeto intitulado “Programa de Cooperativas Populares da Unesp” em sete unidades: Araraquara, Assis, Bauru, Franca, Ilha Solteira, Ourinhos e Presidente Prudente.¹⁷Amelia de Araujo e Loriza de Almeida

¹⁷ Outros projetos também foram apoiados pela PROEX, via editais, ao longo dos últimos anos.

(2012) assinalam que o Projeto Cooperativas possuía o objetivo de auxiliar o desenvolvimento de iniciativas e empreendimentos de trabalho por meio da incubação de grupos populares, o que poderia vir a contribuir para a conquista de autonomia das/os trabalhadoras/es. As experiências em cada unidade eram “multifacetadas e plurais, o que demonstra as potencialidades existentes em cada território e suas singularidades” (MENDES *et al.*, 2014, p. 23). Pela tríade ensino-pesquisa-extensão, pode-se observar que a Unesp tem atuado em conjunto com a comunidade, e feito parte do movimento da Economia Solidária.

A unidade de Assis iniciou seu trabalho em 2001 na Faculdade de Ciências e Letras (FCL). No início, as atividades extensionistas eram realizadas a partir da temática da geração de trabalho e renda por meio de um projeto de estágio dentro do curso de psicologia e, com o tempo, foi se constituindo também enquanto projeto de extensão universitária. O trabalho era voltado para a organização e constituição de associações e cooperativas de catadoras/es de materiais recicláveis e da implementação de programas de coleta seletiva solidária nas cidades de Assis, Palmital e Maracáí. Em 2006, foi oficializada formalmente a primeira Incubadora de Cooperativas da Unesp, com sede administrativa em Assis e núcleos nas unidades de Bauru, Ourinhos e Presidente Prudente, financiado pela FINEP, com o apoio do PRONINC e por meio de um convênio com a Fundação para o Desenvolvimento da Unesp (FUNDUNESP), desempenhado pela FCL-Assis.

Foi a partir da relação estabelecida com a COOCASSIS, ainda enquanto grupo de trabalhadoras/es, que tudo começou. A COOCASSIS é um EES que surgiu em 2001 como iniciativa de um grupo de trabalhadoras/es desempregadas/os que, juntamente à universidade, desenvolvia um trabalho composto por discussões e

debates críticos acerca da problemática social, econômica e política do desemprego. Com o objetivo de desenvolver espaços de reflexão crítica acerca do fenômeno e das suas repercussões na vida deste grupo (CARVALHO, 2008), apoiado pelo poder público, pela Cáritas Diocesana¹⁸ e pela Unesp, o grupo de trabalhadoras/es começou a se desenvolver e a se constituir enquanto um empreendimento, sendo oficialmente formalizado como Cooperativa em 2003.

Tanto na administração do empreendimento quanto em práticas formativas proporcionadas pela Incop Unesp Assis e eventos organizados a partir das temáticas da catação de materiais recicláveis, de Economia Solidária e Cooperativismo Popular, observa-se uma expressiva atuação das mulheres. Por meio do movimento nacional, regional e local, as/os trabalhadoras/es se autoeducam, refletem sobre pautas e demandas da categoria, e colocam-nas, em articulação com outras instituições, como emergentes para a continuidade do trabalho da catação. Junto à Incop Unesp Assis, as/os catadoras/es trilham um caminho educativo: aprendem e colocam lutas de resistência em prática.

A COOCASSIS e a Incop Unesp Assis: trilhando um caminho educativo

Para analisarmos as relações atuais entre a COOCASSIS e a Incop Unesp Assis, é preciso historicizarmos essa relação, a fim de encontrarmos, nas suas conquistas e contradições, elementos que

¹⁸ A Cáritas Diocesana é uma organização social da Igreja Católica cuja atuação se dá a partir da defesa dos direitos humanos e do desenvolvimento sustentável solidário. Em parceria com os movimentos sociais e com outras instituições, essa organização trabalha junto às categorias que sofrem de vulnerabilidade social e econômica.

explicam e indicam quais caminhos podemos seguir no futuro. A trajetória da COOCASSIS e da Incop Unesp Assis se inicia em um mesmo ponto: no projeto Grupos de Discussão com Trabalhadores Desempregados. É a partir dos diálogos e das trocas realizadas nesses grupos que uma pergunta abre espaço para a construção de um caminho, longo e dificultoso: “...mas vai ter trabalho?”, que para Ana Maria de Carvalho *et al.* (2013, p. 291) “indicava que discutir a condição e os determinantes do desemprego com aqueles grupos só teria sentido se fosse possível vislumbrar alternativas de trabalho e renda”. Para viabilizar essa alternativa, a equipe de estágio responsável se articulou com a Cáritas Diocesana, que apresentou o projeto de mobilização nacional “Luxo do Lixo”, cuja finalidade era apoiar a organização das/os catadoras/es de materiais recicláveis.

Como o projeto que a Cáritas realizava estava suspenso na cidade, a equipe responsável pelos grupos foi convidada a retomá-lo; a organização da Igreja Católica disponibilizou uma infraestrutura (galpão, balança, prensas, carrinhos para a coleta seletiva, dentre outros equipamentos), e serviços de um funcionário experiente com materiais recicláveis. No mesmo ano, articulavam-se também as mobilizações do MNCR, e, após o 1º Congresso Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis em Brasília, a força do movimento chegou ao Oeste Paulista, e trouxe ao grupo popular de Assis “as bases políticas que fortaleceriam o processo local de organização do trabalho cooperativista” (CARVALHO *et al.*, 2013, p. 292).

O grupo de Assis formalizou-se enquanto Cooperativa em 2003, na época com 47 cooperadas/os, e recebiam, a cada mês, novas pessoas desempregadas interessadas pelo trabalho. A formalização do empreendimento foi resultado do comprometimento de diversas/os atrizes e atores sociais, que compareceram no ato inaugural, na

Câmara Municipal de Assis: as/os catadoras/es, as/os professoras/es do curso de psicologia da Unesp (Ana Maria Rodrigues de Carvalho e Carlos Ladeia), o responsável pela Cáritas Diocesana (Roberto Carlos Santos) e o prefeito da época, Carlos Nóbile (SILVA, 2014).

Ainda em 2003, a Cooperativa firmou seu primeiro convênio com a Prefeitura Municipal, que transferiu o comando da manipulação dos materiais recicláveis (antes realizado na Usina de Reciclagem de Assis) para as/os catadoras/es da Cooperativa, que iniciaram as atividades de triagem no Parque de Reciclagem. Segundo Zélia da Silva (2014), o apoio técnico, a operação e a manutenção das máquinas de trabalho eram responsabilidades de funcionárias/os da prefeitura, o que prenunciou avanços nas negociações entre as duas instituições e nos benefícios para a cidade.

Em 2005, com a renovação do contrato, foi implantado um programa de coleta seletiva solidária na cidade, com vários pontos de entrega em locais estratégicos: escolas do município, condomínios e algumas praças. A abordagem com as/os moradoras/es da cidade era feita pelas/os catadoras/es em parceria com a Vigilância Sanitária, e eram realizados cursos de capacitação para a coleta seletiva na Unesp Assis.

Ao mesmo tempo, dava-se contorno também a Incop Unesp Assis. A Incubadora se formalizou em 2006 com o financiamento do PRONINC e por meio da SENAES, do Ministério do Trabalho (MTE) e da FINEP, do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). Com os objetivos de realizar uma integração entre as tríades teoria, prática e reflexão e ensino, pesquisa e extensão e de apoiar a organização e a consolidação dos grupos populares de geração de trabalho e renda, a Incop Unesp Assis busca, na atuação direta com as iniciativas de Economia Solidária e com os EESs, em um primeiro momento, de catadoras e catadores de materiais recicláveis, e com o

tempo em outras frentes de trabalho, como EESs de agricultoras/es familiares e de usuárias/os de saúde mental localizadas/os no Oeste e Centro Oeste Paulista, contribuir para a construção de uma consciência crítica da realidade (CARVALHO; LADEIA; FELÍCIO, 2017).

Após um tempo, a demanda pela implementação da coleta seletiva pelas/os gestoras/es públicos de outras cidades da região aumentou significativamente, e também, pela constituição de grupos populares no segmento da agricultura familiar. A Incubadora foi crescendo na medida que alunas/os e docentes de outras áreas começaram a participar do projeto e as/os integrantes começaram a se articular com outras incubadoras brasileiras, por meio da Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede ITCPs).

Nos anos subsequentes, aumentou significativamente a demanda de gestores públicos à Incubadora para organização de novos grupos de catadores em outros municípios (em Cândido Mota, Paraguaçu Paulista, Quatá e Rancharia), e também no segmento da Agricultura Familiar (no município de João Ramalho). Considerando-se que a Economia Solidária pressupõe uma integração de conhecimento de diversas áreas, a Incubadora passou a contar com a participação de alunos e docentes das demais áreas, inclusive de outras instituições de ensino superior. O fortalecimento da articulação com outras incubadoras universitárias brasileiras decorreu de sua filiação junto à Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – Rede ITCPs, já em 2006 (MENDES *et al.*, 2014, p. 23).

Foi por meio da relação educativa entre integrantes da Incubadora e catadoras/es que ambas/os se desenvolveram:

aprendiam e construíram juntas/os alternativas para administrar a Cooperativa financeiramente, gerir os dados e as informações das/os catadoras/es e dos diferentes tipos de materiais recicláveis, entregar os comprovantes de venda dos resíduos, controlar as comercializações, etc. A situação das/os trabalhadoras/es colocava as/os integrantes da equipe de incubação em uma demanda contínua de aprendizagem:

Embora muito desgastante, essa atividade burocrática, vista como distante do fazer esperado para psicólogos, familiarizava-nos com aqueles dados e nos permitia pautar discussões com os cooperados, visando a compreendê-los e construir estratégias de superação, quando a situação requeria. Em reuniões semanais, a partir dos quadros demonstrativos que construíamos, os cooperados se apropriavam das evoluções das comercializações, das entradas e saídas de materiais e recursos da Cooperativa. Assim, era construído um canal de comunicação aberto, garantindo a transparência e a socialização das informações, base para o estabelecimento das relações democráticas pretendidas para um grupo em processo coletivo (CARVALHO, 2008, p. 86-87).

A imersão no cotidiano das trabalhadoras e trabalhadores é uma ferramenta utilizada pela Incop Unesp Assis como forma de acompanhar o grupo, estreitar laços e captar as principais demandas. Segundo Felizardo Costa (2020, p. 86), o estreitamento de laços entre os grupos e a equipe de incubação dos empreendimentos do Oeste e Centro Oeste Paulista “ transforma-se em confiança, permitindo que a incubadora participe muitas vezes como única mediadora nas negociações entre os grupos que acompanham e os organismos (empresas locais, bancos e prefeitura)”. As atividades desenvolvidas são compostas por práticas formativas, como oficinas,

dinâmicas, reuniões e rodas de conversa, que possibilitam a reflexão crítica sobre o trabalho, e visam, dentre outras coisas, a independência financeira e administrativa e a formação de lideranças no local.

Para Ana Maria de Carvalho *et al.* (2013), o trabalho de uma ITCP requer uma integração entre os interesses da universidade e as demandas das/os trabalhadoras/es. Na Incop Unesp Assis, os objetivos do trabalho são tanto acadêmicos quanto econômicos e sociopolíticos: os objetivos acadêmicos consistem na articulação entre a teoria, a prática e a reflexão, na socialização do conhecimento da realidade concreta das/os trabalhadoras/es e estimular a criatividade de discentes para a resolução de problemas sociais, formando um comprometimento com a transformação da realidade brasileira. Os objetivos econômicos são os de produzir conhecimentos sobre e com os grupos populares de geração de trabalho e renda a fim de apoiar sua organização, incentivando o desenvolvimento da autogestão e da formação de redes entre os grupos ao auxiliar na elaboração de convênios, contratos e projetos para a obtenção de recursos financeiros para os empreendimentos e iniciativas. Os objetivos sociopolíticos se relacionam com a busca de construção de uma consciência crítica da realidade, como a compreensão de conceitos como os da solidariedade, autogestão e democracia, colaborar para a formação de lideranças e de cidadãos, estimular a participação das/os trabalhadoras/es e de discentes em espaços políticos e em movimentos sociais e apoiar a criação e o acesso às políticas públicas que se referem à inclusão social e econômica das iniciativas e empreendimentos.

O trabalho que a Incop Unesp Assis realiza com os empreendimentos e iniciativas é apoiado nos referenciais teórico-metodológicos da Educação Popular, Economia Solidária e

Psicologia Sócio-Histórica, que adotam o pressuposto de que o ser humano é um sujeito social, histórico e, portanto, ativo. Desse modo, considera-se que o conhecimento acadêmico é complementar aos conhecimentos populares, e é apenas no encontro desses conhecimentos que é possível produzir saberes que possam superar contradições históricas e transformar a realidade imposta. Por meio de visitas e de reuniões semanais, oficinas temáticas, eventos, rodas de conversa e etc, a Incubadora acompanha os grupos populares, procurando construir intervenções que os desenvolvam, que construam relações com o poder público e com outras instituições e que auxiliem a organizá-los politicamente. Essas relações aproximam as/os trabalhadoras/es da elaboração e da implementação de políticas públicas de inclusão produtiva e social e também de atividades relacionadas ao movimento da Economia Solidária, em instância regional e estadual (MENDES *et al.*, 2014).

Para Zélia da Silva (2014, p. 199), o apoio da Unesp, por meio da elaboração de projetos elaborados pela Incubadora com as/os catadoras/es, consolidam “as condições para que a cooperativa e seus integrantes possam desenvolver o trabalho de reciclagem do município em condições dignas”. É a partir desses projetos que convênios firmados com o BNDES e com a FBB asseguraram condições de infraestrutura, como a obtenção de caminhões, carrinhos e equipamentos e a constituição do Centro Regional de Processamento, Transformação e Comercialização de Materiais Recicláveis de Assis. É, também, a partir de atividades de formação de diferentes tipos com essas/es trabalhadoras/es que o trabalho pôde melhor se desenvolver ao longo do tempo, como palestras sobre diversos temas, atividades de letramento, cursos específicos, círculos de cultura, atividades políticas como o incentivo à participação em

encontros e congressos da categoria e de Economia Solidária, oficinas, etc.

O apoio da Incop Unesp Assis para o acesso aos editais contribuiu para mudanças significativas nos empreendimentos e nos grupos, uma vez que possibilitam melhorias nas condições de trabalho das pessoas, das/os catadoras/es. Assim, a infraestrutura, a produção e a renda delas/es puderam obter um desenvolvimento expressivo. Além dos editais da FBB, BNDES, FUNASA, Cataforte 2 e 3, a parceria com a iniciativa privada também foi firmada, como a Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (ABIHPEC), que financiou os projetos para a implementação da PNRS na cidade (CARVALHO; LADEIA; ZOIA, 2010).

O trabalho da incubação, diante do cenário político, social e econômico contemporâneo, encontra possibilidades, dificuldades e desafios a serem enfrentados. A naturalização do trabalho assalariado, a realidade material e social do segmento das catadoras e catadores, e o contexto atual de calamidade pública e sanitária da pandemia da COVID-19 evidenciam alguns limites da repercussão das práticas formativas na vida das/os catadoras/es. Os conflitos interpessoais e de poder, a necessidade do comprometimento na gerência do local e a assunção do papel de associada/o e/ou cooperada/o são algumas das dificuldades encontradas no trabalho, que podem ser e que são trabalhadas no processo de incubação (CARVALHO, 2008).

Hoje, pode-se perceber que a COOCASSIS é um empreendimento considerado uma referência regional, com uma boa infraestrutura e relativamente grande comparado com as associações e/ou cooperativas de catadoras/es da região do Oeste Paulista. Uma parte das/os catadoras/es do local estão na

Cooperativa já há algum tempo ou, até mesmo, desde o início do trabalho. Muitas/os catadoras/es apresentam falas nostálgicas de como o grupo era unido anteriormente, quando tinham uma maior necessidade e quando a Incubadora estava presente de forma mais emergencial e mais ativa no empreendimento.

Algumas/alguns catadoras/es, entretanto, são novas/os na Cooperativa, e compreendem o local de trabalho como uma empresa capitalista e não como um EES. Ainda que as/os catadoras/es mais antigas/os procurem compartilhar o conhecimento adquirido durante tantos anos de trabalho e de aprendizagem em conjunto, com a participação da Incubadora, possuem algumas dificuldades no que tange à inserção de um contingente de catadoras/es que, em parte, não ficam por tanto tempo no trabalho, principalmente quando mais novas/os e quando são homens, porque eles costumam desejar e procurar por outro tipo de trabalho, geralmente com carteira assinada.

Ainda que a Incubadora, em 2018 e 2019, tenha tentado resgatar algumas das práticas realizadas nos anos anteriores com a COOCASSIS, como por exemplo as rodas de conversa e as oficinas, nota-se uma descontinuidade de formação para a Economia Solidária, autogestão e para o trabalho cooperativo. A Incubadora, após tanto tempo de apoio ativo, se concentrou em um local de acompanhamento emergencial, burocrático e administrativo do trabalho, no qual observava-se muitas dificuldades das/os cooperadas/os, a ponto de, caso não focassem neste aspecto, a Cooperativa poderia ter consequências drásticas no que diz respeito a sua continuidade, o que realmente indica um caráter de urgência.

A relação estabelecida entre a COOCASSIS e a Incop Unesp Assis é de longa duração e revela potencialidades e contradições em seu desenvolvimento. A partir das demandas das/os

trabalhadoras/es, procura-se, por meio de um processo educativo, potencializar e fortalecer as/os catadoras/es no cotidiano do trabalho e na sua articulação política, em suas lutas. Atualmente, a Cooperativa e a Incubadora demonstram um crescimento significativo, e apresentam, para além de conquistas, desafios e dificuldades no que tange ao cenário social, político e econômico do país. A união das duas instituições e as construções realizadas indicam a potência da relação universidade-movimentos sociais, que, para além de suprir carências intensificadas pelo capitalismo e neoliberalismo, planejam e colocam em prática projetos e processos de autoeducação. Entretanto, o futuro parece ser tortuoso quando pensamos em recursos, tempo, investimentos, e disponibilidade para dar continuidade e abrir novas perspectivas para o trabalho, principalmente quando nos deparamos com outras temáticas emergentes no local, como a de gênero.

A autoeducação e gênero das/os trabalhadoras/es na COOCASSIS: o trabalho, o movimento social e as práticas formativas como princípios educativos

Na COOCASSIS, o trabalho é transmitido de uma/um para outra/o, de forma que as/os próprias/os cooperadas/os desempenham o papel de ensinar umas/uns às/aos outras/os: aprendem a coletar, a triar, a pensar e até mesmo, a dirigir os caminhões. Para Keicy dos Reis (2022), a inserção de cooperadas/os novas/os no empreendimento é realizada a partir de um processo educativo e colaborativo, sendo necessário que as/os cooperadas/os antigas/os tenham uma atenção redobrada na realização do seu trabalho, uma vez que, além de realizá-lo, deve ensiná-lo a outra

pessoa, muitas vezes parando o seu trabalho para explicar e tirar dúvidas:

Acho que tem esse cuidado deles também né, que não é só colocar alguém na esteira e falar: olha aí e se vira. É poder ter alguém ali pra poder contribuir com esse processo, acho que eles fazem bem isso, de fazer com que a pessoa passe por alguns setores, para que ela não fique em um setor só, pra poder também compreender como que é o funcionamento da Cooperativa, e também ver onde é que ela se desenvolve, pode ser que ela não consiga ficar na esteira, seja por uma questão física ou porque ela não se identificou com aquele espaço, não rolou, não fluiu, então ela pode ir pra um outro lugar.

O crescimento e desenvolvimento do trabalho na COOCASSIS, com o auxílio da Incubadora e de outras entidades, foi alicerçado na conquista das políticas públicas para o setor, a partir do movimento de catadoras/es. A aquisição de condições materiais mínimas de trabalho possibilita vislumbrarmos transformações das/os catadoras/es e de suas vidas; o aumento da infraestrutura é essencial para a continuidade do trabalho e para a autoeducação das/os catadoras/es, que ao desempenharem seu trabalho da melhor forma possível, se aproximam, melhoram a produtividade e os resultados.

Elis (2022) elucida que, antigamente, além disso, devido ao fato de ela ser uma das únicas pessoas que realizou um curso superior na Cooperativa, ensinava aos colegas a ler e escrever: “muita gente aprendeu a ler e a escrever comigo. Eu tô aqui pra ensinar pra eles o letramento, ensinar de graça”. Elis (2022) e Leonardo (2022) trazem, em suas vivências, a metodologia “de catador para catador”, utilizada como instrumento de formação para a autogestão no trabalho cooperado do MNCR: é por meio tanto das trocas entre

as/os cooperadas/os no próprio empreendimento, para ensinar o que elas/es sabem sobre o trabalho e sobre a vida da catadora e do catador quanto de visitas em outras cooperativas da região e eventos promovidos pelo movimento, que as/os catadoras/es compartilhavam e auxiliavam outras/os catadoras/es, com a participação de outras entidades e pessoas.

Elis (2022) relembra, com muita nostalgia e com muito afeto, da participação das/os catadoras/es da COOCASSIS em um evento do MNCR:

Quando chegava no fim do ano, olha pra você ver que coisa mais linda que era, chega até a me arrepiar quando eu lembro das coisas. A gente reunia o Comitê, reunia todos os catadores da região inteira, e todo ano tem a **ExpoCatador**. A ExpoCatador é um evento muito grande. Tem catador do mundo inteiro, vem gente do mundo inteiro, tudo que se fala de meio ambiente vem: promotor, advogado, ambientalista. E lá, eles fazem oficinas pra você entender de lei, outra oficina de reciclagem, é muito bom, você fica uns 4 dias lá, sabe? Por conta do MNCR. Cada ano era numa região: São Paulo, Rio de Janeiro, e a gente fazia aquela caravana pra ir.

Camila Paiva (2016, p. 170) analisa que é a partir da criação de laços de afetividade e de reciprocidade, por meio do trabalho em grupo, da convivência com mulheres catadoras de outras cidades que vivem realidades diferentes e parecidas ao mesmo tempo, que as catadoras, em geral, se sentem mais capazes e mais fortes para conhecer e lutar pelos seus direitos. Muitas mulheres, por meio do trabalho, se sentem motivadas a participar de congressos, encontros, cursos, a voltar a estudar e se formar politicamente. E é por meio dessas formações que elas podem entender “o que é disputa de gênero dentro das organizações de que participam, percebem a

violência doméstica, a discriminação racial e a exclusão social a que são submetidas. Reconhecem o machismo, a falta de oportunidades”. Ao se organizarem no trabalho coletivo, portanto, as mulheres podem ter mais acesso aos postos de trabalho, aos cargos de representação, às articulações políticas, e assim, podem dar outro sentido ao seu papel social e às suas vidas.

Na região do Oeste Paulista, as/os catadoras/es de materiais recicláveis que estão organizadas/os em cooperativas/associações populares se articulam politicamente desde 2003 a fim de conseguirem melhorar suas condições de vida e de trabalho. Como visto anteriormente, desde o princípio, as/os catadoras/es da COOCASSIS tiveram a participação do MNCR em sua organização; a organização regional dessas/es trabalhadoras/es se deu a partir de uma rede da categoria: um Comitê e, posteriormente, uma associação e uma cooperativa de segundo grau (que agrupava algumas associações/cooperativas de catadoras/es da região) e um movimento regional e local de Economia Solidária, sob a forma de encontros e fóruns, como o Fórum Oeste e Centro-Oeste Paulista de Economia Solidária (FOCOPES) e o Fórum Assisense de Economia Solidária (FAES).

O Comitê Regional de Catadores do Oeste Paulista, formado em 2003 e organizado a partir de três cidades polos (polo de Ourinhos, polo de Assis e polo de Presidente Epitácio), sistematizava reuniões gerais com grupos de catadoras/es, gestoras/es públicos e entidades de apoio e fomento, a fim de debater sobre as demandas do segmento, trocar experiências e construir estratégias de luta, como por exemplo políticas públicas para catadoras/es. A equipe da Incop Unesp Assis participava das ações articuladas pelo Comitê desde o princípio, principalmente oferecendo assessoria e

acompanhamento das organizações de catadoras/es na região de Assis, uma das três cidades polos.

Vinculado ao MNCR, o Comitê era composto por diversas associações e cooperativas de base nos três polos. Assim, um empreendimento com maior experiência e melhor infraestrutura auxiliava outro grupo popular na sua constituição, orientando, emprestando equipamentos, auxiliando nas comercializações, ou seja, realizando a intercooperação a partir da metodologia de formação “de catador para catador” — aqui considerada como um processo autoeducativo. Pode-se afirmar que essa metodologia fortalece as relações das/os catadoras/es e estimula a solidariedade entre elas/es, uma vez que promove o interesse do grupo pelo crescimento da categoria e não de um ou de outro empreendimento, de forma individual.

Ao pesquisar sobre o perfil socioprofissional de catadoras/es que compõe o Comitê, Ana Maria de Carvalho e Carina Rondini (2017) levantaram que, em 19 empreendimentos (10 associações e 9 cooperativas), 71,9% das/os trabalhadoras/es são mulheres. Por meio da realização de rodas de conversa sobre, especialmente, a presença significativa de mulheres nos empreendimentos, as pesquisadoras analisaram que as/os catadoras/es participantes da pesquisa possuem, em geral, baixa escolaridade, renda abaixo de um salário mínimo, sendo que 68,8% das famílias com uma exclusiva fonte de renda provém de mulheres catadoras. A presença significativa de mulheres nas associações e cooperativas do Oeste Paulista pode decorrer, portanto, da “pouca perspectiva de inserção no mercado de trabalho formal, considerando a baixa escolaridade e a restrita qualificação que a maioria delas possui” (CARVALHO; RONDINI, 2017, p. 9).

Ainda que a organização das/os catadoras/es em associações e cooperativas populares pautadas pela Economia Solidária não garantam a superação da precarização do trabalho, pode promover uma outra experiência de trabalho diferenciada do trabalho assalariado capitalista: de responsabilidade pelo coletivo, que, para Ana Maria de Carvalho (2022), é muito valorizado pelas trabalhadoras mulheres da COOCASSIS.

O Comitê, após um período de tempo, se formalizou e se constituiu enquanto Associação Regional de Catadores do Oeste Paulista (ARCOP); a organização em rede de associações e cooperativas de catadoras/es na região sempre foi articulada e estimulada pela Incop Unesp Assis. Em 2011, também foi constituída a Rede Cataoeste, formada por associações e cooperativas das cidades de Assis, Maracaí, Cândido Mota, Palmital, Paraguaçu Paulista e Quatá. A Rede participou de alguns editais, como por exemplo o edital do Projeto Cataforte, o que auxiliou as/os catadoras/es na aquisição de bens de produção necessários para garantir melhores condições de trabalho (FUZZI, 2016).

A Rede Cataoeste foi fundamental para a realização de capacitações para as/os cooperadas/os e associadas/os, que transformam as relações de trabalho e as vidas dessas pessoas. A Rede, junto a Rede Cata-recicla, constituída por outras associações e cooperativas na região de Ourinhos, realizavam a comercialização dos resíduos sólidos por meio da Cooperativa de Trabalho de Produção Central e Regional de Catadores de Materiais Recicláveis do Oeste Paulista (COOPERCOP). A COOPERCOP é uma cooperativa de segundo grau que visa a troca de experiências, o apoio mútuo e a comercialização dos materiais entre as cooperativas; a COOCASSIS foi bem atuante na formação da Rede e da COOPERCOP, mas, hoje em dia, as/os catadoras/es do

empreendimento percebem um desvio político no que tange às ações articuladas pelas lideranças dessas entidades.

Observamos que as relações de intercooperação estão se enfraquecendo atualmente, e um dos motivos levantados pelas/os catadoras/es e integrantes da Incubadora, é que algumas práticas formativas também estão enfraquecidas, tanto por conta de um cenário econômico, social e político mais amplo quanto pelos limites encontrados pelas/os trabalhadoras/es diante das consequências dos conflitos gerados pela priorização de interesses individuais de lideranças perante as relações de poder existentes na movimentação política, em instância nacional e regional.

Carlos Ladeia (2022) analisa uma repetição feita pelas lideranças regionais de problemáticas que elas mesmas apontam no MNCR, como por exemplo, o abuso do poder e a diminuição da intercooperação e da solidariedade de classe em prol do benefício próprio ou de um grupo mais próximo de colegas de trabalho. Para Elis (2022), a atuação da COOCASSIS nos movimentos foi mudando com o tempo e hoje em dia, considera que as/os trabalhadoras/es pensam que trabalhar em cooperativa é “coisa do passado”: a catadora percebe que o desvio nas representações dos movimentos da categoria também está presente dentro do empreendimento, o que caracteriza uma contradição inerente à ocupação de uma posição de poder e a uma modificação das ações e de atitudes perante o coletivo, em prol do individualismo, e não do cooperativismo das/os trabalhadoras/es.

A percepção das/os catadoras/es de que os encontros e o movimento, em geral, estão mais paralisados também denota um enfraquecimento dos movimentos sociais e das lutas sociais contra-hegemônicas das/os trabalhadoras/es como um todo. O cenário neoliberal, composto majoritariamente por trabalhos terceirizados e

informais, muitas vezes mais individuais e mais fragmentados, enfraqueceu os laços sindicais e diminuiu a união das/os trabalhadoras/es pela mobilização social, uma vez que a individualização no trabalho se constitui enquanto uma força contrária aos princípios dos movimentos sociais (DRUCK, 2011).

Pode-se analisar que há, no segmento de catadoras/es, uma dificuldade no que tange a atualização dos movimentos, como por exemplo no MNCR, em suas representações e reivindicações. A SEMUC-SP foi constituída enquanto um órgão para defender e exigir a participação de mulheres na representação não só em instâncias locais e regionais, mas também na instância nacional, o que caracteriza um avanço e uma atualização importante do movimento e, principalmente, das mulheres catadoras, que ao questionar suas condições dentro do movimento, dos empreendimentos e da família, questionam também o lugar dos homens nesses mesmos locais, o que pode sinalizar um grande passo na ruptura das relações de gênero estabelecidas e reproduzidas do laço estreito realizado entre o capitalismo e o patriarcado, no trabalho coletivo, em organizações de catadoras/es.

A COOCASSIS foi uma das cooperativas que participou dos eventos de mulheres catadoras promovidos pela SEMUC-SP e, inclusive, uma das catadoras foi representante na assessoria da Secretaria. Cinthia (2022) relata que sua participação na Secretaria era constante e não só nos encontros de mulheres como nos encontros de catadoras/es em geral; a catadora percebe que o movimento está “mais parado. Acabou cada um indo pro seu lado, perdendo o foco. Como tinha bastante capacitação, o movimento ajudava bastante a gente”.

Elis (2022), ao se lembrar de uma formação que as catadoras da COOCASSIS participaram sobre o machismo realizada pela

SEMUC-SP no empreendimento, relata que as mulheres assessoras da Secretaria faziam visitas nas cooperativas de base para conversar sobre a desigualdade presente nas relações de gênero, dentro e fora da Cooperativa. Conta que as formações feitas pela SEMUC-SP modificaram os pensamentos e as ideias que as/os catadoras/es tinham anteriormente, e revela que “o homem também tem que ajudar a mulher em casa, tem que levar um filho na creche, tem que ajudar a dar banho num filho, tem que lavar a roupa”. Demonstra que passaram por um processo autoeducativo nessas reuniões e diz, de forma bem nostálgica, que “foi uma capacitação tão linda que muitos casais que estavam ali naquele impasse de separação por conta do acúmulo de trabalho em um e em outro não, foi abrindo a cabeça desses catadores, entendeu? Pena que acabou”.

As mulheres catadoras emergem, na atuação na COOCASSIS e no movimento social, como sujeitos políticos. Para Ana Maria (2022), a ocupação de um cargo de representação das/os catadoras/es do empreendimento no MNCR sempre foi um desejo das lideranças locais e regionais (que, em geral, principalmente no Oeste Paulista, são mulheres), mas observam que esse lugar é um “espaço de destaque para os homens”. Consideram, ao analisar as relações de poder entre instâncias locais, regionais e nacional, que quem sempre teve visibilidade no movimento, quem delibera e dá a última palavra, são os homens. Ana Maria (2022) relembra que no primeiro Congresso realizado pela SEMUC-SP, a pauta era “a denúncia da primazia dos homens à frente da liderança do movimento”.

Elas diziam: nós não somos aquelas que vão ficar anotando recado. Nós queremos estar à frente do movimento. E esses homens sempre negavam isso, eles diziam que isso era **invenção** delas. O MNCR tem à frente hoje a mesma pessoa de quando

nós encontramos os catadores no ano de 2000. Então, não é pouca coisa, são duas décadas. Ainda que a gente tenha identificado a *ascensão* de mulheres na liderança, a denúncia delas sempre foi essa. É interessante que essa leitura que elas fazem **só é possível porque elas se sentiam empoderadas pra poder fazer a denúncia e enfrentar**, e a situação foi de fato de enfrentamento porque os homens entenderam que esse Congresso era um enfrentamento. A situação foi bastante problematizada.

A maioria dos empreendimentos do Oeste Paulista possui presidentas mulheres; a possibilidade de ocupar esse lugar de representação, na COOCASSIS, pode ser explicada tanto pela presença expressiva de mulheres nas cooperativas e associações de catadoras/es quanto pela força e autonomia que as catadoras passaram a ter. A autoeducação e práticas formativas foram instrumentos essenciais para auxiliar as/os trabalhadoras/es a se fortalecerem e a construir um novo lugar e um novo papel, dentro e fora da Cooperativa. Ana Maria (2022), no entanto, observa que as mulheres tentam colocar pelo menos um homem nos cargos de representação da COOCASSIS, o que pode significar tanto uma insegurança das mulheres ao exercer o poder quanto uma necessidade de incluir o homem nesse posto, já que, na Cooperativa, atualmente, os catadores são considerados mais alheios às questões políticas e burocráticas locais do trabalho.

Izaque Ribeiro, Henrique Nardi e Paula Machado (2012), em sua pesquisa sobre as/os catadoras/es de materiais recicláveis e as articulações sobre trabalho precário e gênero em uma cidade de Porto Alegre, sinalizam que, apesar de encontrar uma ampla participação das mulheres na direção e na liderança dos empreendimentos no contexto estudado, observaram que esta liderança tinha muito mais reconhecimento no local de trabalho do

que nos espaços de discussão e de participação do MNCR. Assim, em momentos de debate político do movimento nacional, a presença feminina era evidenciada em número, mas não em termos de participação em encaminhamentos e discussões, e, nessa situação, as/os pesquisadoras/es analisam: “observávamos nas instâncias do movimento que a mulher continuava “administrando a casa” (galpão), enquanto os homens praticamente tomavam conta das atividades relacionadas ao “público” - fora do galpão” (RIBEIRO; NARDI; MACHADO, 2012, p. 251).

As catadoras/es da COOCASSIS, especialmente as mulheres catadoras, também se fazem presentes no movimento regional e local de Economia Solidária, principalmente em encontros, nas feiras e nos fóruns. A participação ativa no FOCOPES e FAES proporcionou às/aos trabalhadoras/es a inserção em espaços de formação e de decisão, o que pode promover uma maior compreensão crítica sobre o trabalho e as articulações possíveis entre a universidade, a categoria das/os catadoras/es e o poder público. O FOCOPES foi constituído em 2012 enquanto espaço para discussão, debates e ações para a consolidação da Economia Solidária como política pública na região; nesse sentido, reúne iniciativas de Economia Solidária, EESs, entidades de apoio e fomento e gestoras/es públicos. Os municípios que englobam o fórum são Assis, Cândido Mota, Ourinhos, Martinópolis, Maracáí, Palmital, Paraguaçu Paulista, Rancharia, Marília e João Ramalho. O FAES, por sua vez, emergiu no ano de 2019, para mapear as demandas específicas da cidade de Assis, e realizar ações mais focadas, a fim de levá-las para o debate no fórum regional.

A participação das mulheres em espaços públicos e políticos pode promover muitas modificações em suas vidas. Segundo Bruna Vasconcellos (2017, p. 169), “a própria participação política das

mulheres já é uma forma de romper com os padrões”, pois, ao se envolver com as ações coletivas, mobilizações, reuniões de organização, protestos, entram em contato com outras possibilidades de se colocar no mundo, e não apenas no trabalho doméstico, no qual suas vozes não podem ser ouvidas. Cria-se um local de produção de questionamentos referentes ao seu papel no trabalho e na família, o que rompe com o funcionamento tanto do empreendimento quanto da sua vida pessoal.

A relação da Incubadora com a Cooperativa, e a aproximação que procuram realizar entre com os movimentos sociais, com outras entidades e com o poder público, são de extrema importância para os processos autoeducativos das/os catadoras/es, e para a modificação das posições que as catadoras e catadores ocupam. A seguir, indicamos algumas das práticas formativas desempenhadas pela Incubadora durante os anos anteriores e durante o período de 2020-2021:

Tabela 1: Principais práticas formativas realizadas nos anos anteriores

| Práticas formativas | Temas | Ano |
|----------------------------|--|------------|
| Rodas de conversa | <ul style="list-style-type: none"> - Trabalho cooperado na perspectiva da Economia Solidária e da Educação Popular; - Diferenças entre o trabalho; assalariado e o trabalho cooperado; - Importância e significado da gestão democrática; - Economia e diferenças entre a economia capitalista e a Economia Solidária; | diversos |

| | | |
|-----------------------|---|--|
| Capacitações técnicas | - Capacitação de lideranças (Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Coordenadoras/es); | 2012 |
| Oficinas | - Planejamento do trabalho (Conselho de Administração, Conselho Fiscal e representantes do restante do grupo); | diversos |
| Reuniões | - Idas semanais ao empreendimento para a captação de demandas; | diversos |
| Cursos | - Introdução à Economia Solidária (várias turmas, anos diversos); | diversos |
| Dinâmicas | - Dinâmica da teia - Maquete - Linhas de sentido | diversos |
| Outras práticas | - Teatro (ensaio e apresentação); - Círculo de cultura; - EJA - Educação de Jovens e Adultos (MOVA Brasil); - Avaliação do trabalho na Cooperativa - Planejamento estratégico | 2017 2010/11 2012 diversos diversos |

Tabela 2: Principais práticas formativas realizadas nos anos de 2020-2021

| Prática formativa | Temas |
|--------------------------|---|
| Rodas de conversa | Importância da emissão de parecer do Conselho Fiscal da Cooperativa |
| Capacitações técnicas | Análise da documentação contábil e das ações de natureza financeira |
| Oficinas | - Atribuições dos Conselhos Administrativo e Fiscal |

| | |
|----------|--|
| | - Elaboração do parecer do Conselho Fiscal referente a prestação de contas |
| Reuniões | Leitura do novo Regimento Interno da Cooperativa |

Quando olhamos para a temática de gênero, no entanto, percebemos que a Incop Unesp Assis não promoveu e não promove práticas formativas voltadas para o tema de forma específica. O tema surge de forma espontânea, em rodas de conversa, em eventos e em oficinas sobre outros temas, como por exemplo, sobre Economia Solidária, desemprego, Cooperativismo Popular, Trabalho Associado, etc.

Pode-se observar que durante o período em que os movimentos sociais regionais e nacionais estavam mais atuantes, e quando as/os trabalhadoras/es dependiam mais da relação com a Incubadora para a aquisição de instrumentos e de meios de trabalho, algumas práticas formativas eram mais frequentes, de modo que, o tema de gênero repercutiu ainda mais no grupo em um período anterior ao Golpe. Ana Maria de Carvalho (2022) relembra algumas rodas de conversa que o tema gênero foi debatido pelo grupo. Uma delas decorria especificamente da pesquisa que a professora, junto a Carina Rondini (2015) realizaram no local, nas quais a temática compreendia como as catadoras enxergavam seu trabalho e como se viam na Cooperativa. Ao perguntar o motivo pelo qual as catadoras percebiam uma presença significativa de mulheres na COOCASSIS, as trabalhadoras disseram que “possuem coragem e devem sustentar uma família, portanto, trabalham em qualquer lugar e não têm medo de nenhum trabalho.” Disseram que os homens possuem medo de alguns trabalhos, que querem escolher trabalho e que querem folgar. As mulheres catadoras se reconhecem enquanto sujeitos que

possuem muita força, que para Ana Maria de Carvalho (2022, grifo nosso) chega até a assustar, uma vez que a necessidade de tanta força, sobrecarrega as mulheres.

Eu fiz uma outra provocação naquele momento da roda de conversa, que tinha esse propósito formativo, eu disse assim: “você nunca pensaram que tem menos homens aqui do que mulheres porque os homens querem outro tipo de trabalho?”, pairou um silêncio. Um silêncio. E logo eu disse assim: **É verdade, eles querem trabalhar nas indústrias, né? Eles querem trabalhar com carteira assinada, né? Eles querem trabalho que o povo reconheça mais, né?** Mas aí o grupo ficou muito incomodado, porque eu dei corda pra essa interpretação porque eu queria que elas compreendessem a estrutura social, né? **Porque qual é a vantagem dali estar sendo um espaço de muitas mulheres? O que as mulheres ganham com isso?**

Os homens não participaram dessas rodas de conversa e, para Ana Maria de Carvalho (2022), a oportunidade de dialogar sobre o tema com eles foi mais restrita, tanto devido a uma indisponibilidade das pesquisadoras quanto dos trabalhadores. Keicy dos Reis (2022) recorda de algumas rodas de conversa que sua equipe de incubação fez com as/os catadoras/es, na tentativa de voltar a essa prática, em 2019, uma vez que no período em que incubou o empreendimento, as rodas de conversa eram práticas formativas que já não estavam sendo feitas diariamente. Quando o tema gênero aparecia, as/os integrantes da Incubadora realizavam provocações e escutavam as/os trabalhadoras/es, que, muitas vezes, traziam vivências de seus trabalhos anteriores. Diz que considera que a temática no empreendimento era transversal, ela aparecia “porque faz parte da realidade deles. Não acho que a gente tenha trabalhado esse tema de

forma mais, como pauta única, mais direcionada. Todas as vezes que aparecia a gente puxava pra discutir.”

Na visão de Keicy dos Reis (2022), os homens cooperados, nas rodas de conversa, demonstravam uma dificuldade em lidar com a hierarquia em trabalhos anteriores, de ter um patrão, alguém mandando neles. Reflete que, dentro da Cooperativa, poderia existir uma dificuldade dos homens com a vivência cooperativa, ao dividir o poder, as funções do trabalho e até ao realizar práticas formativas.

É importante ressaltarmos que, não só a COOCASSIS, mas os empreendimentos de catadoras/es de materiais recicláveis no Oeste Paulista, em geral, demandam, muitas vezes, e demonstram mais interesse pelo apoio técnico do que por outras práticas (como rodas de conversa, oficinas, reuniões, etc), uma vez que muitas/os delas/es consideram essas práticas como um desperdício de tempo, e não como parte do trabalho.

Para Ana Carolina Pereira, Letícia Dal Secco e Ana Maria de Carvalho (2014, p. 180-181), as dificuldades das/os catadoras/es organizadas/os em considerar práticas formativas como parte do trabalho, podem estar relacionadas à “representação de um modelo de escolarização elitista formal, vivenciado por estes trabalhadores que não considera a realidade dos alunos, ou educandos”. Em geral, essas pessoas foram rotuladas como “inadequadas”, “incapazes” e tiveram sua personalidade criticada e julgada por uma escola que *despotencializa* o sujeito. O acesso a uma educação que não limita o conhecimento a uma linguagem inacessível e que assume a realidade da/o educanda/o como parte da construção do conhecimento, se faz necessário para essas/es catadoras/es, porque pode promover a mudança dessa visão e da identidade da catadora e do catador. Ana Carolina Pereira, Letícia Dal Secco e Ana Maria de Carvalho (2014, p. 180-181) relatam a construção de um espaço de educação popular

na COOCASSIS, enquanto uma conquista e também um desafio, por meio dos cursos de letramento e no exercício de problematização sobre temas que atravessam o cotidiano do trabalho.

A COOCASSIS, incentivada pelo MNCR, vivenciou a experiência do projeto de educação popular MOVA – Brasil, desenvolvido pelo Instituto Paulo Freire e financiado pela Petrobrás e Federação Única dos Petroleiros (FUP) no período de outubro de 2006 a junho de 2007. Com este espaço de educação popular na cooperativa, o MNCR contribuiu para que o catador se apropriasse de ferramentas para romper com as organizações tradicionais de trabalho, que os alienavam, e discutir o significado da catação, dos materiais, bem como a cadeia produtiva dos mesmos.

Zélia da Silva (2014, p. 25-26) escreve que nos relatos feitos pelas/os catadoras/es da COOCASSIS, são assinaladas experiências das/os catadoras/es com cursos de capacitação desde o início da constituição da Cooperativa, em diferentes níveis. Ressalta “sua importância para o desenvolvimento pessoal no que se refere à aquisição de conhecimentos e de autoestima”. Na formação da Cooperativa, a realização do trabalho em grupo foi amparada por treinamento e por cursos técnicos para a operação da esteira e de máquinas, bem como cursos de formação de lideranças e outras práticas sobre a convivência grupal, todas promovidas e/ou estimuladas pela Incubadora. Assim, é por meio dos aprendizados articulados com e pela Incop Unesp Assis que as/os catadoras/es começam a participar e a assumir várias funções dentro do empreendimento, como por exemplo se inserir em um cargo de representação, onde administram e de avaliam o trabalho.

Laura (2022) declara que aprendeu muita coisa na Cooperativa, mas que “agora não tem mais muita formação e

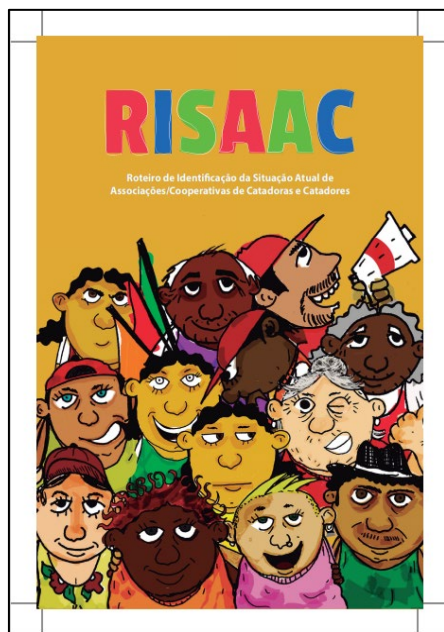
capacitação que nem tinha antes. Mas a gente tinha círculo de cultura, oficinas...é educação popular que chama né?!”. Rita (2022) revela que a participação da Incubadora no processo de desenvolvimento da Cooperativa foi e é fundamental para a construção e compartilhamento, não só de conhecimento, mas de afetos e companheirismo.

Eu, quando entrei aqui, nunca tinha ouvido nem falar em lixo, que podia passar o lixo menina...eu sempre trabalhei de costureira. Aí eu vim pra cá porque eu tava precisando, aprendi, aprende fácil, é fácil aprender. Um vai ensinando o outro, antes era assim, sabe? Ensinava muito quando você entrava, eles ficavam ali perto de você, te ensinando, sabe? Você aprendia rapidinho. Eu acho que muita coisa assim que a gente não sabe né, o pessoal da Unesp ajuda a gente. Sempre tô falando pra você, que quando as meninas vinham, era tão gostoso. Tinha teatro, um monte de coisa. Era muito bom, precisava de ver que gostoso. Os meninos [da Unesp] iam pra rua com a gente.

Algumas práticas formativas também aconteceram durante a aplicação feita na COOCASSIS e em outros empreendimentos do Oeste Paulista de uma tecnologia social criada pela equipe da Incubadora, nomeada Roteiro de Identificação da Situação Atual de Associações e Cooperativas (RISAAC), na qual se pretende fazer um diagnóstico participativo e um plano de trabalho a partir dos resultados obtidos nos EESs de catadoras/es. A estrutura do Roteiro foi formada a partir da captação, pela Incubadora, de aspectos relevantes para a construção e desenvolvimento dos empreendimentos, a partir do seu envolvimento com a rotina das/os catadoras/es, de discussões com lideranças da ARCOP e do Comitê Regional. Alguns desses tópicos levantam a formação/capacitação das/os associadas/os e/ou cooperadas/os e o relacionamento entre

elas/es como demandas essenciais (CARVALHO; LADEIA; BASOLI, 2017). Destaca-se a importância de pautar a temática de gênero de forma mais direta neste tipo de tecnologia social, que poderia englobar mais fatores do trabalho das/os catadoras/es, para uma modificação das relações sociais.

Por meio das avaliações e resultados do diagnóstico, as/os trabalhadoras/es e a equipe puderam compartilhar questionamentos, em uma oficina ampliada, e até mesmo alterar algumas práticas; entretanto, apesar de reconhecerem o valor das trocas e da avaliação do trabalho, ressaltam o quanto precisam se esforçar para debater e para fazer uma análise do cotidiano: não é uma prática que estão habituadas/os. O RISAAC também está em forma de cartilha e disponível para as/os catadoras/es, com uma linguagem mais acessível e com figuras e imagens, o que a deixa mais interessante.



| ÍNDICE | |
|--|--|
| 05 | O que é o Rotelro? |
| 05 | Para que serve? |
| 08 | Tema: Gestão do Processo Produtivo |
| 09 | Tema: Gestão Administrativa Democrática |
| 10 | Tema: Relação Externa |
| 12 | Preparando o trabalho com o RISAAC |
| Vamos ao trabalho com o RISAAC | |
| Gestão do Processo Produtivo | |
| 15 | Parte 1: Comercialização e Renda |
| 18 | Parte 2: Meios de Produção |
| Gestão Administrativa e Democrática | |
| 21 | Parte 1: Gestão Administrativa e Legalidade |
| 24 | Parte 2: Gestão Democrática e Participativa |
| Relação Externa | |
| 27 | Parte 1: Comunidade Local e Poder Público |
| 33 | Parte 2: Movimento dos Catadores e Economia Solidária |
| 36 | Vamos ao Plano de Trabalho |
| 37 | Anexos |

Cartilha do RISAAC

A aplicação do RISAAC na COOCASSIS demonstra uma dificuldade de socialização do conhecimento com o grupo, já que nem sempre todas/os podem participar de práticas formativas, tanto com a Incop como no movimento social. No entanto, a criação de um espaço para discutir acontecimentos do cotidiano e a realização de mais rodas de conversa é uma demanda da Cooperativa, apesar de não serem consideradas tão emergentes quanto outras questões.

Na análise da cartilha, alguns pontos chamaram a atenção, como por exemplo no eixo temático da Formação e Capacitação: “membros do grupo participaram de alguma atividade de formação ou capacitação, nos últimos 12 meses?”. Dentre as temáticas, as que se destacam são: d) Gênero; e) Liderança; e h) Formação política. No eixo de Relacionamento entre membros do grupo, destaca-se o

questionamento: “existe disposição para mudanças?” (CARVALHO *et al.*, 2016, p. 26).

Keicy dos Reis (2022) define a relação entre a Incop Unesp Assis e a COOCASSIS como de muitos altos e baixos mas sempre de parceria. Analisa que essa relação também se deve aos contextos de altos e baixos tanto do empreendimento quanto da universidade, que estão submetidos a uma conjuntura socioeconômica e política. Compreende que a importância dada às práticas formativas, principalmente as que abrangem temáticas diversas e não só burocráticas do trabalho, foi se perdendo ao longo dos anos, na medida em que a Cooperativa ia crescendo e ganhando infraestrutura. Keicy dos Reis (2022) observa que as/os catadoras/es, ainda que realizem a inserção de trabalhadoras/es novas/os de forma colaborativa, possuem dificuldades no que tange ao compartilhamento de saberes aprendidos tanto pelo processo da autoeducação quanto pelas práticas formativas, que atualmente, ficam centralizadas nos cargos representativos. Desse modo, afirma:

eu acho que também tem uma questão do medo, porque **informação é poder**. Então, não compartilhar te deixa nessa posição de poder também, você tem a reprodução aí das outras relações que são estabelecidas não só dentro do empreendimento como fora também. Não tem mais formações com o grupão, tem formações com pessoas que ocupam espaços específicos, que já são espaços de poder. E essas pessoas acabam ganhando mais poder, porque tão ali, têm acesso a todas as informações, coisa que quem tá no empreendimento, no coletivo, às vezes não tem.

Pode-se dizer que, com a pandemia, houve uma quebra na relação das práticas formativas da Incubadora com o empreendimento. Essas práticas foram alicerçadas a um cenário

emergencial, no qual o medo rondava as/os catadoras/es: tanto do vírus quanto da possível diminuição da quantidade dos materiais recicláveis e da conseqüente remuneração pelo trabalho. O caráter perverso do capitalismo transparece nessa equação: as/os catadoras/es, unidas/os, necessitam do consumo das embalagens recicláveis para dar continuidade ao seu trabalho e para garantir a sobrevivência. Nesse sentido, ainda que a luta se volte na direção contrária ao capitalismo, é dessa cadeia que essas/es trabalhadoras/es dependem.

Com a pandemia, os valores disseminados pelo neoliberalismo exerceram uma pressão ainda mais intensa nas catadoras/es da COOCASSIS. As/os trabalhadoras/es relatam que o individualismo foi intensificado e que a necessidade de dar continuidade ao trabalho, mesmo em meio aos riscos de contaminação, fez com que as/os catadoras/es olhassem apenas para o próprio grupo, preocupadas/os com o futuro do empreendimento; a categoria foi afetada de tal forma que não pôde parar de trabalhar e cumprir as orientações de distanciamento social, porque não puderam se assegurar e garantir a sobrevivência sem dar andamento ao trabalho. Até mesmo o contato das/os catadoras/es com as/os moradores/as foi afetado, uma vez que elas/es o evitavam, devido ao vírus.

Percebemos a partir da Tabela 1 e 2 as diferenças entre as práticas formativas realizadas pela Incubadora no empreendimento nos anos anteriores e nos anos da pandemia. No ano de 2018, a equipe de incubação responsável pela COOCASSIS, com o auxílio da coordenadora e do coordenador da Incop, mapearam alguns temas que surgiam nas rodas de conversa a serem trabalhados. Dentre eles, os temas de gênero, relações de poder, relações sociais na rotina de trabalho, Regimento Interno, catadoras/es

autônomas/os, cenário político e ameaças aos direitos das/os trabalhadoras/es e histórico da Cooperativa (como era/como é) emergiram. Ainda que nos anos anteriores a prática de roda de conversa havia parado (principalmente nos anos posteriores ao Golpe), pode-se dizer que a Incubadora e as/os trabalhadoras/es começaram, no ano de 2018, a tentar retornar a mobilização e a discussão acerca de outras pautas, que já não estavam sendo trabalhadas há um tempo.

Nos anos de 2020-2021, essas práticas foram diminuídas. O cenário emergencial da pandemia afetou demasiadamente as/os trabalhadoras/es da catação e a universidade. Com as orientações da OMS, as práticas formativas foram feitas por meio virtual, o que acabou impedindo ainda mais que todo o grupo participasse. Anteriormente, as práticas já eram mais voltadas aos representantes dos Conselhos e algumas pessoas do grupo, devido à quantidade de trabalho a ser realizada pela Cooperativa e também a uma falta de interesse em participar de algumas/alguns cooperadas/os. As equipes responsáveis pela incubação do empreendimento nesse período (2020-2021) ressaltam uma baixa adesão das/os trabalhadoras/es às práticas formativas acerca de temáticas como os princípios e valores da Economia Solidária.

No ano de 2022, a Incubadora sofreu diversas consequências no que tange ao corte de docentes efetivos na universidade e a uma baixa adesão de discentes para dar andamento ao projeto. A Incop Unesp Assis segue realizando um mapeamento acerca da quantidade, das condições e do perfil socioprofissional das/os catadoras/es nos empreendimentos do Oeste Paulista, por meio da Rede Realssam, uma rede temática de extensão em Resíduos Sólidos, Soberania Alimentar e Sustentabilidade Socioambiental da Unesp. Ademais, a coordenadora e o coordenador do projeto continuam realizando

visitas e reuniões pontuais na COOCASSIS, como por exemplo a reunião de apresentação do novo Regimento Interno da Cooperativa.

Nos anos de trabalho, pode-se perceber que, apesar dos limites e contradições, a autoeducação e as práticas formativas promovidas pela Incubadora com a COOCASSIS possibilitaram algumas modificações na forma como as/os catadoras/es se relacionam, sob a perspectiva de gênero. Podemos observar que o processo de transformação das relações sociais das/os catadoras/es não ocorre apenas devido a uma capacidade das/os catadoras/es de vivenciar o trabalho pautado pela Economia Solidária, mas também de uma articulação com entidades externas, com a Incubadora e com o movimento social.

A modificação das relações de gênero a partir da autoeducação e das práticas formativas na COOCASSIS

As catadoras/es da COOCASSIS, ao buscar colocar a autogestão em prática, constituem um espaço que favorece a realização de debates, de trocas e de discussão, o que gera aprendizados críticos sobre a realidade. Assim, as relações de gênero, para além de poderem ser percebidas pelas catadoras/es, podem ser analisadas de forma crítica, por meio da autoeducação e das práticas formativas realizadas pela Incubadora.

É perceptível que, apesar da diferenciação e hierarquização das funções do trabalho ditas femininas e masculinas não serem eliminadas na Cooperativa estudada e da temática de gênero não ser explorada diretamente de forma contínua, as/os cooperadas/os demonstram uma compreensão acerca das relações de gênero ali existentes e apresentam novas características, diferenciadas das que

observamos nos papéis de gênero tradicionais. As relações de gênero sempre foram vividas pelas/os trabalhadoras/es, mas é apenas recentemente que passam a ser consideradas como um fator relevante a ser olhado e debatido, tanto pelas/os catadoras/es da COOCASSIS e do MNCR como pelas/os integrantes da Incubadora. A partir da pesquisa foi possível olhar para essa temática e refletir sobre as relações de gênero que ali se estabelecem e que se modificam, dentro e fora do empreendimento.

Como dito anteriormente, o capitalismo se materializa na expropriação e na desigualdade, que já existiam mesmo antes do seu surgimento. A divisão sexual do trabalho, e, principalmente, a atribuição do trabalho reprodutivo às mulheres, são ferramentas para manter as trabalhadoras em uma posição de submissão e de vulnerabilidade; o capitalismo engendra um mecanismo de naturalização da condição de subordinação das mulheres uma vez que divide o trabalho produtivo e o trabalho reprodutivo e coloca o segundo embaixo do primeiro. Para Nancy Fraser e Rahel Jaeggi (2020, p. 46),

o trabalhador assalariado não poderia existir nem ser explorado na ausência do trabalho doméstico, da criação das crianças, da formação escolar, do cuidado afetivo e de um conjunto de outras atividades que produzem novas gerações de trabalhadores, repõem as gerações existentes e mantêm vínculos sociais e compreensões compartilhadas.

É possível observar que a divisão sexual do trabalho na COOCASSIS se dá a partir dessa concepção: as mulheres, em sua maioria, trabalham em postos relacionados ao cuidado, à formação das/os trabalhadoras/es e ao trabalho doméstico, como por exemplo a limpeza, a coordenação do empreendimento e a separação dos

materiais recicláveis. Os homens realizam trabalhos mais associados à tecnologia: a condução de equipamentos e o carregamento de fardos.

No entanto, algo de novo aparece na Cooperativa: mulheres se unem em prol de ocuparem lugares que anteriormente eram apenas destinados aos homens, inclusive aos homens que não fazem parte da Cooperativa. Keicy dos Reis (2022) revela que houve um período no qual as/os catadoras/es da COOCASSIS contratavam motoristas de caminhão homens porque raramente as/os cooperadas/os possuíam a carta necessária para dirigi-lo. As/os trabalhadoras/es que estavam em cargos de representação no Conselho de Administração do período, por meio de reuniões e assembleias, decidiram investir para que algumas mulheres e alguns homens deste órgão social adquirissem a carta, para que elas/es também pudessem exercer e tomar posse dessa função do trabalho, o que demonstra resultados de um processo de fortalecimento e de desalienação: as/os catadoras/es precisaram olhar para essa realidade com criticidade e se sentirem capazes para assumirem esse tipo de conduta, que está em uma direção contrária a da submissão e da passividade.

Podemos olhar para o crescimento do número de mulheres no empreendimento e, inclusive, assumindo funções antes destinadas apenas aos homens, como uma possibilidade de desconstrução do lugar da mulher catadora, como se ela não pudesse escolher trabalho e tivesse que assumir postos específicos do trabalho, relacionados ao cuidado e à delicadeza. Entretanto, podemos refletir que a feminização da COOCASSIS pode também significar uma continuidade da precarização dos trabalhos de mulheres, já que as mulheres catadoras não estão lá por opção: em sua maioria, estão lá por inúmeros motivos que não englobam o

interesse genuíno pelo trabalho da catação. É um espaço que, por meio da autoeducação e das práticas formativas, as/os trabalhadoras/es podem desenvolver habilidades e modificar suas relações sociais e com o trabalho, mas, é também espaço último, precarizado, por mais que possa ser ressignificado.

Para Ana Maria de Carvalho (2022), a COOCASSIS é um local onde as mulheres se reconhecem enquanto trabalhadoras potentes, fortes, que podem e que possuem capacidade de fazer todo o trabalho, inclusive para liderar e para administrar o empreendimento. A possibilidade de participação política no trabalho para as mulheres catadoras da COOCASSIS significa uma modificação das relações de gênero, uma vez que elas podem experimentar uma posição de poder nunca vivenciada anteriormente em outros postos de trabalho e nas outras relações sociais que estabelecem com outras pessoas, fora do ambiente de trabalho. Questionamos, contudo, até que ponto, dentro da COOCASSIS, os cargos de representação passam a ser ocupados pelas mulheres porque são funções do trabalho que os homens descartam e não consideram, muitas vezes, como importantes. Ou seja, indagamos se elas estão inseridas nessas funções porque ninguém as faz e porque os homens as rejeitam: as mulheres catadoras estariam nas “sobras do trabalho dos homens”, nas posições que os catadores descartam.

Nos estudos dos empreendimentos de reciclagem no Brasil, dificilmente encontramos pesquisas nas quais apontam que as mulheres catadoras dirigem os caminhões, função dita masculina, e, privilegiada, uma vez que não é qualquer pessoa que possui a carteira de motorista compatível com esse tipo de veículo. Existe, na COOCASSIS, uma quebra com o papel tradicionalmente atribuído às mulheres catadoras, principalmente quando olhamos sob a perspectiva de um discurso muito propagado socialmente de que as

mulheres são péssimas condutoras de automóveis, que andam devagar e que não possuem o conhecimento necessário para o controle das máquinas e da tecnologia. Para Bruna Vasconcellos (2017, p. 211), os lugares ditos masculinos, que são assumidos pelas mulheres nos empreendimentos de reciclagem, “geram deslocamentos e abrem brechas dentro de estruturas muito bem estabelecidas”, o que coloca algumas compreensões hegemônicas em processo de modificação e tensiona, de alguma forma e em algum grau, as estruturas de dominação e de exploração.

O reconhecimento da identidade da mulher enquanto catadora pode produzir, para Laura Basoli e Felizardo Costa (2017, p. 122) o efeito da “afirmação de um sujeito, uma cidadã de direitos e uma trabalhadora”. Como visto anteriormente, muitas catadoras consideram que o trabalho da catação é complementar às funções que exercem dentro de suas casas e nas casas de outras pessoas, como domésticas. A luta pela identidade da catadora é fundamental para a promoção de um sentimento de pertencimento da sua classe, principalmente porque elas são protagonistas nos empreendimentos. É a partir dos aprendizados e das trocas feitas no cotidiano do trabalho e fora dele que a mobilização das/os catadoras/es acontece: (re)constroem suas identidades e que se reconhecem, o que quebra o estigma de serem invisíveis socialmente.

Por meio de vivências, histórias, relações sociais e da luta que as/os catadoras/es criam novos elementos de identidade da catadora e do catador. O movimento social e as redes produzem força política, o que também favorece a composição de uma identidade coletiva, ao mesmo tempo que singular. A desconstrução e a modificação das relações de gênero são necessárias para que as mulheres catadoras estejam lutando pela sua representação na esfera pública, até mesmo

no MNCR, para que elas se sintam aptas a exercer os mais altos níveis de poder.

As mulheres catadoras, portanto, não apenas buscam realizar seu trabalho porque ele significa uma melhor forma de conciliar o trabalho profissional e doméstico, e reconstruem a identificação que sentem com a catação de materiais recicláveis. Por trás da conciliação entre o trabalho produtivo e reprodutivo, está toda a exploração que o sistema patriarcal e capitalista promove, e quando a luta das mulheres não é antipatriarcal, antirracista e anticapitalista, “suas reivindicações não apenas invisibilizam a maioria das mulheres, mas também são incorporadas as custas dessa maioria, ampliando a exploração sobre elas” (MORENO, 2020, p. 193-194).

A dificuldade de inserção da temática de gênero na formação das/os catadoras/es da COOCASSIS pode ser explicada pela emergência de outras questões do trabalho, que aparecem como mais importantes para serem solucionadas e pela problemática que este tema representa frente a uma necessidade de manutenção das relações de gênero patriarcais e desiguais, não só na COOCASSIS, mas no capitalismo, ainda mais no panorama de governo de Bolsonaro no qual enfrentamos diversos desmontes e retrocessos, principalmente no que tange aos direitos das/os trabalhadoras/es.

Há, ainda, uma negação da importância da temática de gênero: ainda que presente no coletivo, nos movimentos e na relação que a COOCASSIS estabelece com a Incubadora, a naturalização de discursos e de formas de vida muito antigas, que focalizam o comportamento individual e não o sentido político das relações sociais coletivas, produzem um apagamento do tema, como se não houvesse uma necessidade de nos aprofundarmos nessa pauta, como se ela já tivesse sido resolvida. No entanto, as relações desiguais de gênero contribuem com a exploração da catadora e do catador,

porque elas são mais uma ferramenta utilizada pelo sistema capitalista exatamente para esta finalidade. Pelo contrário, parece que a invisibilização do tema dificulta a vida da catadora e do catador, que poderiam se organizar de forma mais solidária e igualitária se pudessem observar o modo como enxergam e dividem as funções do trabalho e como se relacionam entre si.

Pode-se pensar que toda transformação social tem seu ponto de partida, e que para ocorrerem mudanças nas estruturas sociais que perpetuam as desigualdades de gênero, o movimento deve ser ainda maior, e englobar mais atrizes e atores sociais. Pautar o tema gênero está para além da realização de eventos de mulheres: essa formação deve ser continuada e conduzida por ações que compreendam não só mulheres, mas também homens, já que as relações de gênero não podem ser modificadas apenas pelas mulheres. No entanto, elaborar e implementar programas de formação de gênero significa realizar quebras nos empreendimentos, transformações nas/os trabalhadoras/es e na universidade, modificações nas organizações de ambas as instituições, e até mesmo um enfrentamento, necessário mas assustador, ao governo e ao sistema vigente. Para Keicy dos Reis (2022), falta formação na COOCASSIS

de modo geral, não só em relação a essa pauta, mas em relação a muitas pautas. Acho que todas as vezes que a gente traz, que a gente fala sobre, é um pouquinho, né. E é um pouquinho que pode ser que não seja significativo pra um mas que pode ser significativo para outras pessoas. Pode ser importante, pode fazer a diferença pra outras pessoas.

Pode-se observar que uma parte dos trabalhadores da frente da coleta de lixo possuem a visão de que as/os catadoras/es que trabalham na frente dos materiais recicláveis não trabalham tanto

quanto eles, que o trabalho é muito parado e que elas/es deveriam ganhar menos por conta disso. Visualizam este cenário como algo injusto, o que demonstra uma desvalorização de algumas funções do trabalho da catação, principalmente as funções desempenhadas pelas mulheres, uma vez que, na frente dos materiais recicláveis, há uma expressiva participação de mulheres. Entretanto, tanto os trabalhos realizados dentro como fora do empreendimento, de forma geral, são igualmente remunerados, o que pode caracterizar que a maioria das/os cooperadas/os não concorda com essa visão, que permeia o mundo do trabalho capitalista, no qual as funções femininas ou funções nas quais as mulheres estão desempenhando são menos valorizadas e, portanto, são remuneradas de forma desigual.

As mulheres catadoras, no entanto, expressam que seus trabalhos também são pesados, repetitivos e cansativos e que os homens não se interessam pelas funções que elas realizam porque eles “não aguentariam”. Izaque Ribeiro, Henrique Nardi e Paula Machado (2012, p. 250), ao analisarem as articulações entre o trabalho precário e as relações de gênero em Porto Alegre, relatam a fala de uma catadora, que quando questionada sobre os motivos de existirem tantas mulheres nos trabalhos da triagem e na catação dos materiais, afirma não saber a resposta ao certo, mas que “não tem homem que aguente trabalhar aqui. É um serviço muito pesado!”. Lidiane (2022), catadora da COOCASSIS, manifesta uma visão parecida quando diz que “as mulheres trabalham bem mais! Os homens não trabalham nada, eles gostam é de falar!”. Laura (2022) revela que

Os homens querem receber mas não querem trabalhar pesado. Na Cooperativa, é bem rotativo, mas é mais rotativo para os homens: quando cai o primeiro salário, eles já vão embora atrás de outra coisa, porque o salário não é igual todo mês, vai

dependem da coleta. Os homens ficam mais lá em cima... não ficam na esteira, lá é trabalho pesado, cansativo. Tem alguns que dirigem o caminhão e exigem salário de motorista. Mas é que aqui a gente é cooperado, não é motorista. Se alguém me perguntar qual é a minha ocupação, eu vou falar que sou catadora, não motorista. Chegando na Cooperativa eu ainda vou trabalhar na esteira, na prensa, fico onde precisa.

Esses relatos das/os catadoras/es explicitam a figura de uma mulher esforçada e de um homem preguiçoso, que elas/es observam dentro da Cooperativa. Cinthia (2022) revela que quando os homens procuram pelo trabalho na COOCASSIS e identificam que o quadro de trabalhadoras/es é maior de mulheres do que de homens, parece que “eles fazem mais corpo mole”. Alexandre (2022) reflete que a única diferença que observa entre homens e mulheres na Cooperativa é que “as mulheres trabalham mais que os homens”; considera que, apesar de dividirem as funções do trabalho de acordo com a perspectiva de gênero, as mulheres também possuem capacidade e habilidade para exercer a função que é dita masculina, por exemplo. Pondera, no entanto, que a presença significativa de mulheres na Cooperativa se deve à existência do trabalho na esteira, que não é realizado pelos homens.

Para as/os catadoras/es da COOCASSIS, o trabalho na esteira já foi um trabalho destinado aos homens quando o lixo orgânico era também triado junto aos materiais, e portanto, o peso dos sacos era maior. Mas hoje, que apenas o material reciclável é triado na esteira, eles não se interessam mais por esta função. Para Elis (2022), as funções dentro do trabalho em uma cooperativa devem girar e, portanto, todas/os devem ter o conhecimento de todo o processo de trabalho e funcionamento do empreendimento. Tal pensamento denota um posicionamento crítico à divisão social e

sexual do trabalho existentes na COOCASSIS, que remete ao trabalho assalariado capitalista, no qual a trabalhadora e o trabalhador executam apenas uma função do trabalho, sem necessariamente ter o conhecimento de todas as funções fundamentais para o exercício do trabalho. Nesse sentido, a catadora relata que, na COOCASSIS, as/os trabalhadoras/es deveriam “aprender a ser um pouco homem e um pouco mulher”. Questiona o fato dos homens não subirem em uma esteira e fazer o trabalho que é dito como sendo da mulher.

A consciência que as mulheres catadoras da COOCASSIS possuem da importância do seu trabalho e o questionamento que fazem sobre os lugares ocupados por elas e pelos catadores, demonstra um olhar crítico sobre essas relações e uma apropriação do próprio trabalho, que podem afetar nas decisões do coletivo. Pode-se dizer que o movimento que as/os catadoras/es fazem, com a participação da Incubadora, cria uma força de pensamento, na medida que, não só observam sua realidade, como questionam, se colocam como contrárias/os às desigualdades ali presentes, mostram inquietações, que são extremamente importantes para a construção de aprendizados. A criticidade, para além da relação construída com a universidade, pode advir da autoeducação que acontece no trabalho pautado por princípios da autogestão, democracia, e gestão democrática, na qual as/os trabalhadoras/es observam, a partir da realidade, que é na sua organização que podem transformar a percepção tanto delas/es enquanto sujeitos como de quem as/os percebe socialmente.

Ainda que as práticas formativas realizadas pela Incubadora não pautaram o tema gênero de forma direta, pode-se afirmar que, apesar de insuficiente para uma formação de trabalhadoras/es que tenha a transformação das relações de gênero como objetivo,

algumas estruturas são modificadas dentro do empreendimento. A capacitação de lideranças mulheres, o planejamento e avaliação de trabalho, as rodas de conversa, oficinas e etc, implicam mudanças de atitude das mulheres para com os homens e dos homens para com as mulheres: as/os catadoras/es passam a tratar umas/uns as/aos outras/os com mais respeito e começam a pensar na coletividade de forma mais solidária. Para Alexandre (2022), as/os catadoras/es da COOCASSIS trabalham “de igual pra igual, um tem que ajudar o outro [...] se todo mundo trabalhar de igual pra igual, ninguém vai sofrer”. Essa lógica verbalizada pelo catador é contrária à lógica do capital, na qual a desigualdade é uma ferramenta utilizada para sua reprodução e para a manutenção de uma ordem de gênero. O catador, se colocando na posição de colaborador e cooperado, também se coloca em uma posição de igual para igual, quando reconhece e admira o trabalho das mulheres catadoras, e observam-nas como igualmente habilidosas e capazes.

As catadoras emergem como mulheres que questionam suas posições e as posições dos homens no movimento social, na COOCASSIS e na família; ao questionar a diferenciação e a hierarquização dessas posições, as mulheres catadoras procuram lutar por condições igualitárias de vida e de trabalho, a começar pelas diferenças existentes entre as/os catadoras/es na divisão das funções do trabalho. Alterar as funções não leva a um estabelecimento de igualdade nas relações de gênero, mas sim, pode auxiliar as/os catadoras/es a valorizar todas as funções do trabalho, principalmente quando estas são imprescindíveis para todo o processo, como a triagem dos resíduos sólidos.

Assim, as catadoras da COOCASSIS compartilham sentimentos de confiança, autoestima e de independência; ao lutar por outro lugar dentro e fora da Cooperativa, afirmam que “o lugar

de uma mulher é onde ela quiser”. Sentem orgulho pelo trabalho que desempenham, lideram o empreendimento, a família e o movimento regional, lutam por uma inserção no MNCR, organizam e cuidam do coletivo com respeito e afetividade. Essas mudanças nos papéis tradicionais das mulheres no trabalho são essenciais e são modelos tanto para outras mulheres catadoras como para outras trabalhadoras e trabalhadores. Porém, algumas dessas mudanças, como por exemplo como é realizada a divisão sexual do trabalho, como ela foi modificada com o tempo e a presença significativa de mulheres na Cooperativa, indicam aspectos negativos e contradições a serem problematizadas e enfrentadas, não só pelas/os catadoras/es, mas pelas/os integrantes da Incubadora.

Conclusão

Buscamos, por meio do estabelecimento das categorias centrais: Trabalho Associado, a Economia Solidária, as relações de gênero e a formação, sob os termos de autoeducação e práticas formativas, da pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa empírica, alcançar o objetivo principal de analisar se o processo de autoeducação e as práticas formativas modificam as relações de gênero da COOCASSIS e os objetivos específicos de analisar as relações de gênero na COOCASSIS; analisar o processo de autoeducação das/os catadoras/es e analisar as práticas formativas propiciadas pela Incop Unesp Assis no empreendimento. Buscou responder ao problema de pesquisa: o processo de autoeducação e as práticas formativas realizadas pela Incop Unesp Assis modificam as relações de gênero estabelecidas na COOCASSIS? Se sim, como?

É possível analisar que as/os catadoras/es da COOCASSIS aprendem o trabalho umas/uns com as/os outras/os, de modo que, atualmente, as/os próprias/os catadoras/es realizam todas as funções do trabalho dentro da Cooperativa, desde a coleta dos materiais recicláveis até a comercialização. Ainda que possuam dificuldades no que tange ao compartilhamento de saberes, principalmente aos conhecimentos técnicos e referentes ao funcionamento cooperativo, que, em sua maioria, são melhor construídos com a participação da Incop Unesp Assis e com as/os trabalhadoras/es que estão em cargos de representação, as/os catadoras/es se desenvolvem e desenvolvem

as/os colegas de trabalho, em prol da coletividade e do bom andamento do local de trabalho.

Percebemos que a divisão sexual do trabalho é evidenciada a partir de concepções já vistas e já analisadas em pesquisas anteriores nos grupos e empreendimentos de catadoras/es (GRECCO, 2016, MARTINS, 2016, PAIVA, 2016, SOPKO, 2019, WIRTH, 2010): as mulheres, em geral, realizam funções relacionadas ao cuidado e à delicadeza, à formação das/os trabalhadoras/es e ao trabalho doméstico, como por exemplo, a limpeza, a cozinha e a coordenação do empreendimento, a catação e a separação dos materiais recicláveis. Os homens, por sua vez, desempenham funções que demandam um maior emprego de força física e conhecimentos tecnológicos específicos, como a condução dos equipamentos (caminhão, empilhadeira, prensa, talisca, etc) e o carregamento de *bags* e fardos.

As mulheres catadoras são maioria na COOCASSIS e são descritas como figuras mais atentas, esforçadas e cuidadosas. Já os homens são caracterizados, tanto pelas entrevistadas como pelos entrevistados, como mais preguiçosos e manhosos, que desejam receber, mas que não querem “colocar a mão na massa”. As cooperadas, portanto, revelam estar mais dispostas e aptas para ocupar todas as funções do trabalho, inclusive aquelas que são consideradas como masculinas no empreendimento. É perceptível que os homens, dentro da COOCASSIS, conseguem “escolher trabalho”, e, assim, não se dispõem e não estão aptos para realizar todas as funções.

A realidade descrita demonstra uma desigualdade de papéis de gênero e um acúmulo de funções do trabalho destinadas às mulheres catadoras. Ademais, observamos que por meio de uma reprodução de atribuições e de papéis sociais com base no gênero, as

mulheres se sentem mais responsabilizadas pelo local e pelas/os colegas de trabalho, e, em contrapartida, os homens se vêem mais concentrados em realizar sua tarefa específica, e obrigados a carregar os fardos mais pesados, o que reforça um papel materno das mulheres com relação às/aos colegas de trabalho e ao local e uma naturalização de justificativas traçadas pela combinação entre o patriarcado e o capitalismo, de que as mulheres nasceram para o cuidado, e que os homens nasceram para carregar o peso e para prover calados.

Analisamos a existência de algumas falas das/os catadoras/es que reproduzem uma ideia de que as mulheres possuem “mais facilidade” com determinadas funções, devido a uma certa naturalização de um talento das mulheres voltado para o cuidado ou para tarefas que exigem maior delicadeza. Por outro lado, para elas/es, os homens, por possuírem uma estrutura física biologicamente mais desenvolvida, estão naturalmente mais aptos para o carregamento de fardos mais pesados. As/os trabalhadoras/es e as/os integrantes da Incubadora revelam que os homens demonstram ser menos cuidadosos com os equipamentos, se envolvem em um maior número de acidentes e permanecem por menos tempo na Cooperativa do que as mulheres. As/os entrevistadas/os também relatam que a tipificação das funções se alteram ao longo do tempo, mas que ela sempre existiu e que afeta o cotidiano do empreendimento.

Por meio da autoeducação e das práticas formativas, as/os catadoras/es conseguem refletir sobre as relações sociais pautadas pelo gênero. A relação que estabelecem com a Incubadora e com outras/os catadoras/es de outras organizações potencializam o processo de autoeducação das/os catadoras/es da COOCASSIS. A partir de rodas de conversa sobre outros temas, como por exemplo

sobre a Economia Solidária, cooperativismo das/os trabalhadoras/es, autogestão, etc, de reuniões e oficinas em eventos promovidos pelo movimento social, a equipe da Incubadora e as/os catadoras/es da Cooperativa conseguiram construir aprendizados sobre as problemáticas referentes ao lugar da mulher tanto no empreendimento quanto no MNCR, bem como sobre as dificuldades que os catadores possuem de experienciar o funcionamento cooperativo.

As catadoras da Cooperativa, por terem participado, por exemplo, de alguns eventos acerca da temática e, inclusive, de cargos de representação dentro da Secretaria das Mulheres do MNCR, descrevem um sentimento de pertencimento e de alívio ao se darem conta de que não estão sozinhas. A troca de experiências com outras catadoras as auxilia a entrarem em contato com o tema a partir do cotidiano, de vivências que trazem sentido para elas. Uma das catadoras revela que, por meio de uma prática formativa feita pela Secretaria das Mulheres na Cooperativa, as/os catadoras/es puderam “abrir a mente sobre o acúmulo de trabalho nas mulheres”, dentro e fora do empreendimento.

As/os catadoras/es da COOCASSIS tomam consciência das relações de gênero estabelecidas no local e podem modificá-las por meio da autoeducação que acontece no ambiente de trabalho, de práticas formativas realizadas pela Incubadora e por meio do movimento social; repensam as posições que ocupam dentro e fora do empreendimento. Percebemos modificações nas relações de gênero quando observamos que as catadoras conseguem se colocar e se posicionar frente às questões do trabalho, classificam seus trabalhos na esteira como igualmente pesado, repetitivo e cansativo, se unem em prol de se formar e de formar o seu grupo politicamente, afirmam possuir tanta capacidade quanto habilidade para realizar o mesmo trabalho que um homem faz na Cooperativa uma vez que

também dirigem caminhões, carregam fardos pesados e lideram o local.

Ao se apropriarem do seu trabalho e se depararem com relações de gênero desiguais, as/os catadoras/es da COOCASSIS modificam decisões a serem tomadas pelo coletivo e pela categoria como um todo, no movimento social. Ainda que o tema de gênero foi recentemente pautado pelo MNCR e que não seja trabalhado de forma direta e contínua pela Incubadora na COOCASSIS, algumas estruturas podem ser mudadas dentro e fora da Cooperativa, já que as mulheres se reconhecem como trabalhadoras fortes e aptas, e os homens passam a ser questionados e começam a pensar sobre as relações de gênero. A capacitação de lideranças mulheres, o planejamento e a avaliação do trabalho, as rodas de conversa, as oficinas, os debates e a troca de ideias implicam uma construção contínua de aprendizados na medida que, a partir de um processo autoeducativo, as/os trabalhadoras/es observam sua realidade, se questionam, questionam as/os colegas de trabalho, demonstram inquietações e se colocam como contrárias/os às desigualdades ali presentes.

Assim, o processo de autoeducação e as práticas formativas realizadas pela Incubadora na Cooperativa implicam modificações de atitudes das mulheres para com os homens e dos homens para com as mulheres: podemos observar que as/os catadoras/es tratam umas/uns às/aos outras/os com respeito e buscam exercer a solidariedade, ao assumir a responsabilidade pelo coletivo. No entanto, encontramos diversos limites e contradições existentes nas possibilidades de formação sob a perspectiva de gênero na COOCASSIS, uma vez que há uma insuficiência de práticas formativas contínuas tanto desenvolvidas pela Incubadora quanto pelas/os catadoras/es. As/os trabalhadoras/es do empreendimento

relatam que possuem questões consideradas mais emergentes no empreendimento, como por exemplo a formação dos Conselhos para coordenar a Cooperativa e dar andamento ao trabalho administrativo. A priorização de questões a serem solucionadas e trabalhadas nos empreendimentos de trabalho coletivo de catadoras/es necessita ser realizada devido a um cenário já precário da categoria desde o seu surgimento e expansão e, principalmente, a uma atualidade marcada pelos ataques neoliberais às classes trabalhadoras: no Brasil, as/os catadoras/es estão vivenciando os desmontes do governo Bolsonaro direcionados às classes populares, à universidade pública, às mulheres, e às demais minorias sociais.

Podemos indicar que, ainda que presente no coletivo da COOCASSIS, as relações desiguais de gênero estão naturalizadas e são encaradas pelas/os catadoras/es como individuais, e não como políticas, como mais uma ferramenta de exploração, não só da catadora, mas também do catador. O debate e o engajamento das/os catadoras/es acerca da temática na COOCASSIS não nos direcionam para uma modificação significativa dessas relações, principalmente porque, na medida que o neoliberalismo e o conservadorismo chega ao seu ápice com o desgoverno estabelecido a partir do Golpe da gestão da Dilma em 2016, avançando para uma circunstância ainda pior na gestão do presidente Bolsonaro, hoje observamos um baixo oferecimento de condições materiais para a criação de uma formação contínua sobre o tema.

Consideramos que há uma necessidade de continuarmos investigando sobre o tema gênero, tanto na COOCASSIS quanto em outras organizações de catadoras/es; para uma próxima pesquisa, seria fundamental a análise de raça, devido a uma presença bastante significativa de mulheres negras, na categoria e no local. A solidariedade, cooperação e igualdade que se propõe a Economia

Solidária, a autogestão e a gestão democrática do Trabalho Associado, não questionam algumas raízes do sistema capitalista, especialmente os laços que estabelece com o patriarcado e com a questão racial. Dessa forma, uma parte fundamental da exploração capitalista para com as/os catadoras/es se torna invisível: quem elas/es (não) são e o que as/os caracteriza enquanto seres (não) humanos na sociedade.

Podemos vislumbrar novas perspectivas para a categoria com a eleição do presidente Lula em 2023. Presenciamos um momento simbólico de muita alegria quando uma catadora, mulher e negra, representante da Comissão Nacional do MNCR, passa a faixa para o presidente na cerimônia de posse (MNCR, 2023). Em fevereiro de 2023, o Governo recria o programa Pró-catador e modifica o decreto da reciclagem, ao instituir novas ferramentas no modelo atual de logística reversa e de economia circular (BRASIL, 2023).

Concluimos que, com algumas modificações possibilitadas pela autoeducação e pelas práticas formativas promovidas pela Incop Unesp Assis na COOCASSIS, as catadoras continuam sendo direcionadas a funções específicas do trabalho, e, portanto, a um oferecimento de cuidado e assunção de uma posição de responsabilidade para com as outras pessoas, principalmente com relação às/aos filhas/os e aos colegas de trabalho. Com a pesquisa, notamos que abordar o gênero na formação das/os catadoras/es possui mais importância do que usualmente pensamos, e, analisando as organizações de catadoras/es e de autogestão, podemos visualizar as desigualdades de gênero ali presentes, para modificá-las e, assim, avançar para o estabelecimento de relações mais igualitárias nos empreendimentos.

Referências

ADAMS, Telmo *et al.* Tecnologia Social e Economia Solidária: desafios educativos. **Revista Diálogo**, Canoas, nº 18, p. 13-35, jan./jun. 2011.

ADRIANO, Patrícia Leança. Educar para a autogestão: uma nova metodologia e seus desafios. In: DAL RI, N. M. (org.). **Trabalho associado, Economia solidária e Mudança Social na América latina**. Marília: Cultura Acadêmica, 2010. p. 119-135.

ALVES, Adriana Silva. **Formação “De catador para catador”**: o Movimento Nacional dos Catadores na construção de sua autonomia político pedagógica. 2016. 140f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2016.

ALVES, Jean Carlos Machado et al. Economia Solidária e a dimensão cognitiva da experiência dos catadores. **Interações**, Campo Grande, MS, v. 21, n. 1, p. 125-140, jan./mar. 2020.

AMARAL, Yuri Lourenço. O desenvolvimento territorial de base local e a economia solidária a partir de ações da ITCP/UNIPLAC no Planalto Catarinense. **Revista das ITCPs**, v. 1, n. 1, p. 46-54, jul./dez. 2021.

ANDRADE, Joana El-Jaick. O feminismo marxista e a demanda pela socialização do trabalho doméstico e do cuidado com as crianças. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 18, p. 265-300, set./dez. 2015.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo. O trabalho e seus sentidos. **Confluências - Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito**, v. 10, n.1, p. 43-61, 2008.

ARAÚJO, Elaine Cristina dos Santos *et al.* Diagnóstico da situação dos catadores de materiais recicláveis em diferentes países durante a pandemia do COVID-19. **GeoGraphos**, v. 11, n. 136, p. 96-120, mai. 2021.

ARAÚJO, Maria Amélia Máximo de.; ALMEIDA, Loriza Lacerda de (org.). **Incubadora de cooperativas populares**: as experiências da UNESP. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS CATADORES E CATADORAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. **Anuário da Reciclagem**. Brasília. 2021. 58p.

ATLAS. **Atlas Digital da Economia Solidária**. 2014. Disponível em: <http://atlas.sies.org.br/>. Acesso em: 10 out. 2021.

AVILA, Carla Silva de. Gênero, raça e classe: um debate necessário junto aos empreendimentos de Economia Solidária no sul do Rio Grande do Sul. In: VECHIA, R. S. D.; SANTOS, A. M.; NUNES, T. G. (org.). **Autogestão e Extensão Universitária**: 20 anos de história. Marília: Lutas Anticapital, 2019. p. 77-92.

ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica. Feminismo e Marxismo: uma relação dialética. In: MARSTUSCELLI, D. E. (org.). **Os desafios do feminismo na atualidade**. Chapecó: Coleção marxismo21, 2020. p. 111-127.

AZEVEDO, Adalberto Mantovani Martiniano de *et al.* Impactos da Covid-19 sobre catadores de materiais recicláveis organizados

no Estado de São Paulo. **Ambiente & Sociedade**, v. 25, p. 1-23, 2022.

BASOLI, Laura Pampana; COSTA, Felizardo Tchiengo Bartolomeu. Os sentidos da articulação política na luta das catadoras e catadores. In: CARVALHO, A. M. R.; LADEIA, C. R. (org.). **Metodologia de incubação e de diagnóstico participativo: estratégia de trabalho com grupos populares**. São Paulo: Cultura Acadêmica/Bauru: Canal 6, 2017. p. 121-156.

BASSO, Cheila; SILVA, Ivone Maria Mendes. 'Já me acostumei': interfaces entre trabalho, corpo e saúde de catadores de materiais recicláveis. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 18, n. 3, p. 1-14, 2020.

BORTOLI, Mari Aparecida. Processos de organização de catadores de materiais recicláveis: lutas e conformações. **Katál**, v. 16, n. 2, p. 248-257, jul./dez. 2013.

BOSI. Antônio de Pádua. organização capitalista do trabalho informal: o caso dos catadores de recicláveis. São Paulo: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 67, p. 101-116, jun. 2008. BOSI, Ecléa (org.). **Simone Weil: a condição operária e outros estudos sobre a opressão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

BRASIL. Meio Ambiente e Clima. **Governo recria Pró-Catador e aprimora decreto da reciclagem**. Brasil, 2023, v.1. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/meio-ambiente-e-clima/2023/02/governo-recria-pro-catador-e-aprimora-decreto-da-reciclagem>. Acesso em: 14. mar. 2023.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Portaria nº 397, de 09 de outubro de 2002. Aprova a Classificação Brasileira de Ocupações - CBO/2002, para uso em todo território nacional.

Portal do Trabalho e Emprego. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 09 out. 2022. Disponível em: <http://www.mteco.gov.br/cbsite/pages/legislacao.jsf>. Acesso em: 12 nov. 2022.

CALDART, Roseli Salete. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, p. 207-224, 2001.

CARVALHO, Ana Maria Rodrigues de. **Cooperativa de Materiais Recicláveis de Assis – COOCASSIS**: espaço de trabalho e de sociabilidade e seus desdobramentos na consciência. 2008. 310f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

CARVALHO, Ana Maria Rodrigues de. *et al.* Metodologias participativas: estratégias para o fortalecimento de grupos populares. In: CARVALHO, A. M. R.; LADEIA, C. R. (org.). **Metodologia de incubação e de diagnóstico participativo**: estratégia de trabalho com grupos populares. São Paulo: Cultura Acadêmica/Bauru: Canal 6, 2017. p. 91-120.

CARVALHO, Ana Maria Rodrigues de. *et al.* Relato de experiências em processos produtivos em empreendimentos de catadores. In: COSTA, R. P. (org.). **Articulando**: sistematização de experiências de incubadoras universitárias de cooperativas populares. São Paulo: ITCP-USP, FINEP, 2013. p. 287-344.

CARVALHO, Ana Maria Rodrigues de. *et al.* (org.). **RISAAC** - Roteiro de Identificação da Situação Atual de Associações/Cooperativas de Catadoras e Catadores de materiais recicláveis. Assis: UNESP - Campus de Assis, 2016.

CARVALHO, Ana Maria Rodrigues de.; LADEIA, Carlos Rodrigues.; FELÍCIO, Rafael Gorni. Incubadora de Cooperativas Populares da Unesp Assis: percurso de uma experiência em extensão universitária. In: CARVALHO, A. M. R.; LADEIA, C. R. (org.). **Metodologia de incubação e de diagnóstico participativo**: estratégia de trabalho com grupos populares. São Paulo: Cultura Acadêmica/Bauru: Canal 6, 2017. p. 11-26.

CARVALHO, Ana Maria Rodrigues de; LADEIA, Carlos Rodrigues; BASOLI, Laura Pampana. Sistematização de uma metodologia de incubação fortalecedora do desenvolvimento e da autonomia de grupos populares. In: CARVALHO, A. M. R.; LADEIA, C. R. (org.). **Metodologia de incubação e de diagnóstico participativo**: estratégia de trabalho com grupos populares. São Paulo: Cultura Acadêmica/Bauru: Canal 6, 2017. p. 27-48.

CARVALHO, Ana Maria Rodrigues de; LADEIA, Carlos Rodrigues; ZÓIA, Anelise Bárbara. Extensão universitária, Economia Solidária, e Políticas públicas. In: CONGRESSO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DA UNESP, 8, 2015, Assis. **Anais do 8º Congresso de extensão universitária da UNESP “Diálogos da Extensão: do saber acadêmico à prática social”**. Assis: PROEX, 2015.

CARVALHO, Ana Maria Rodrigues de; RONDINI, Carina. Perfil Sócio-Profissional de catadores em associações e cooperativas do Oeste Paulista. In: SOUZA, A. R.; ZANIN, M. (org.). **Economia Solidária e os desafios globais do trabalho**. São Carlos: EDUFScar, 2017. p. 251-261.

CATHO ONLINE LTDA. **Desigualdade de gênero no mercado de trabalho**: mulheres ainda ganham menos que os homens. 2021. Disponível em: <https://www.catho.com.br/carreira->

sucesso/carreira/comportamento-3/desigualdade-de-genero-no-mercado-de-trabalho-mulheres-ainda-ganham-menos-que-os-homens/#:-:text=Os%20dados%20revelam%20que%20mulheres%20ganham%20menos&text=Segundo%20pesquisa%20salarial%20realizada%20pela,que%20os%20homens%2C%20por%20exemplo. Acesso em: 16 set. 2022

CHIARELLO, Caio Luis. A trajetória da SENAES em prosa e números: consolidação e réquiem de uma agenda pública para a economia solidária. **ORG & DEMO**, Marília, v. 21, n. 2, p. 97-116, jul./dez. 2020.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Maria Morais. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.

COELHO, Alexa Pupiara Flores *et al.* Trabalho feminino e saúde na voz de catadoras de materiais recicláveis. **Texto Contexto Enferm**, v. 27, n. 1, p. 1-10, 2018.

COSTA, Cláudia Moraes da; PATO, Cláudia. A constituição de catadores de material reciclável: a identidade estigmatizada pela exclusão e a construção da emancipação como forma de transcendência. In: PEREIRA, Bruna Cristina Jaquette; GOES, Fernanda Lira (org.). **Catadores de Materiais Recicláveis: Um encontro nacional**. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. p. 99-121.

COSTA, Felizardo Tchiengo Bartolomeu. As incubadoras e a extensão universitária. **Revista Angolana de Extensão Universitária**, v. 2, n. 1, p. 85-98, jan./jun. 2020.

COSTA, Bianca Aparecida Lima. Economia Solidária e o papel das incubadoras tecnológicas no Brasil: a experiência de extensão universitária da ITCP-UFV. **Revista ELO-Diálogos em Extensão**, v. 2, n. 2, p. 17-34, dez. 2013.

CUNHA, Gabriela Cavalcanti; SANTOS, Aline Mendonça dos. Economia solidária e pesquisa em ciências sociais: Desafios epistemológicos e metodológicos. In: HESPANHA, Pedro; SANTOS, Aline Mendonça (org.). **Economia Solidária**. Questões Teóricas e Epistemológicas. Coimbra: Almedina, 2011. p. 15-56.

DAL RI, Neusa Maria (org.). **Trabalho associado, Economia solidária e Mudança Social na América latina**. Marília: Cultura Acadêmica, 2010.

DAL RI, Neusa Maria. Trabalho associado, gênero, educação e participação política nas empresas de autogestão e nos movimentos sociais. **ORG & DEMO**, Marília, v. 16, edição especial, p. 115-134, 2015.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo, Boitempo, 2016.

DEMOUSTIER, Danièle. **A Economia Social e Solidária**. São Paulo: Loyola, 2006.

DRAIBE, Sonia Miriam. As políticas sociais e o neoliberalismo: reflexões suscitadas pelas experiências latino-americanas. **Revista USP**, v. 17, p. 86-101, 1993.

DRUCK, Graça. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. spe01, p. 37-57, 2011.

FÉ, Carlos Frederico Cerqueira de Moura; FARIA, Maurício Sardá de. Catadores de resíduos recicláveis: autogestão, economia solidária e tecnologias sociais. In: ZANIN, Maria; GUTIERREZ, Rafaela Francisconi (org.). **Cooperativas de catadores**. São Carlos: Claraluz, 2011. p. 15-36.

FEDERICI, Sílvia; VALIO, Luciana Benetti Marques. Na luta para mudar o mundo: mulheres, reprodução e resistência na América Latina. Tradução: **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 2, p. 1-12, 2020.

FERGUSON, Susan; MCNALLY, David. Capital, força de trabalho e relações de gênero. **Revista Outubro**, n. 29, p. 23-59, nov. 2017.

FERRARINI, Adriane Vieira; ADAMS, Telmo. A educação popular na formação de trabalhadores da economia solidária: avanços políticos e desafios pedagógicos. **Ciências Sociais Unisinos**, v.51, n. 2, p. 2012-221, maio/ago. 2015.

FLEURI, Reinaldo Matias. Educação intercultural, gênero e movimentos sociais no Brasil. **Educar**, Curitiba, Especial, p. 121-136, 2003.

FRAGA, Lais Silveira. **Extensão e transferência de conhecimento: as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares**. 2012. 244f. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

FRANZOI, Naira Lisboa; FISCHER, Maria Clara Bueno. Saberes do trabalho: situando o tema no campo trabalho-educação. **Revista Trabalho Necessário**, v. 13, n. 20, p. 147-172, jun. 2015.

FRASER, Nancy; JAEGGI, Rahel. **Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica.** São Paulo: Boitempo, 2020.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire.** São Paulo, Cortez & Moraes, 1979.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FRIGOTTO, Gaudencio. A gênese das pandemias e a interpelação à concepção dominante de natureza humana, de conhecimento e educação. **ORG & DEMO**, Marília, v. 22, n. 2, p. 17-36, jul./dez. 2021.

FUZZI, Fernanda Regina. **Organização de cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis em rede: um estudo de caso da Rede Cataoeste com polo em Assis - São Paulo - Brasil.** 2016. 257f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Campus Presidente Prudente, Presidente Prudente, 2016.

GAIGER, Luiz Inácio. Antecedentes e expressões atuais da economia solidária. **Revista Crítica de Ciências Sociais [Online]**, v. 84, p. 81-99, mar. 2009.

GAIGER, Luiz Inácio; KUYVEN, Patrícia Sorgatto. Dimensões e tendências da economia solidária no Brasil. **Revista Sociedade e Estado**, v. 34, n. 3, p. 811-834, set./dez. 2019.

GAIGER, Luiz Inácio.; KUYVEN, Patrícia Sorgatto. Economia Solidária e trajetórias de trabalho: uma visão retrospectiva a partir de dados nacionais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 35, n. 103, p. 1-18, 2020.

GALON, Tanyse; MARZIALE, Maria Helena Palucci. Condições de trabalho e saúde de catadores de materiais recicláveis na América latina: uma revisão de escopo. In: PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto; GOES, Fernanda Lira (org.). **Catadores de Materiais Recicláveis: Um encontro nacional**. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. p. 169-199.

GOHN, Maria da Glória. Educação Não Formal nas Instituições Sociais. **Revista Pedagógica**, v. 18, n. 39, p. 59-75, set./dez. 2016.

GRECCO, Fabiana Sanches. Uma crítica à Economia Solidária e Feminista: a extenuante divisão sexual do trabalho das mulheres catadoras de materiais recicláveis. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 20, n. 36, p. 38-50, jan./jun. 2016.

GRINBERG, Elisabeth; SILVEIRA, Maria Lucia da. **Dimensões de gênero no manejo de resíduos domésticos em São Paulo**. São Paulo: INSTITUTO POLIS; SOF, 2012 44 p. (Texto científico, fase III).

GUÉRIN, Isabelle. **As mulheres e a economia solidária**. São Paulo: Ed. Loyola, 2005.

GUIMARÃES, Gonçalo. Incubadoras de Cooperativas Populares: contribuição para um modelo alternativo de geração de trabalho e renda. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo (org.) **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 111-122.

HADDAD, Sérgio. O Fórum Social Mundial como um espaço educador. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 41, p. 1-15, 2020.

HARVEY, David. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

HILLENKAMP, Isabelle; GUÉRIN, Isabelle; VERSCHUUR, Christine. A economia solidária e as teorias feministas: possíveis caminhos para uma convergência necessária. **Revista de Economia Solidária**, Ponta Delgada, n. 7, p. 5-43, out. 2014.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. A classe operária tem dois sexos. **Estudos Feministas**, v. 2, n. 3, p. 93-100, 1994.

INCUBADORA DE EMPREENDIMENTOS SOCIAIS E SOLIDÁRIOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO. **A Rede Universitária de ITCPs**. 2 jun. 2020. Disponível em: <https://incop.ufop.br/news/rede-de-itcps>. Acesso em: 30 jun. 2022

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Desemprego chega a 14,6% no terceiro trimestre, com alta em 10 estados**. Brasil, 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/29520-desemprego-chega-a-14-6-no-terceiro-trimestre-com-alta-em-10-estados>. Acesso em: 21 set. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Divulgação Especial. Mulheres no Mercado de Trabalho. Brasil. 2018. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Estudos_especiais/Mulhe

res_no_Mercado_de_Trabalho_2018.pdf. Acesso em: 21 set. 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA.
Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável. Brasília. 2013. 68 p.

JESUS, Carolina Maria de. Quarto de despejo: diário de uma favelada. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014.

KERGOAT, Daniele. A relação social de sexo. Da reprodução das relações sociais à sua subversão. **Revista Pró-posições**, Campinas, v. 13, n. 1, p. 47-59, jan./abr. 2002.

KIRSCH, Rosana. **Incubação de empreendimentos da economia solidária e as implicações das relações de reciprocidade.** 2007. 148f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

KRAYCHETE, Gabriel. **Economia dos setores populares: o trabalho para além da norma salarial.** São Leopoldo: Editora Oikos, 2021.

KRUPPA, Sonia Maria Portella; SANCHEZ, Fabio Jose Bechara. **Metodologias de Incubagem:** uma tentativa de problematização. São Paulo: Mimeo, 2001.

LAPA, Thaís de Souza. **O gênero do trabalho operário.** Marília: Lutas Anticapital, 2020.

LEAL, Antonio Cezar *et al.* A reinserção do lixo na sociedade do capital: uma contribuição ao entendimento do trabalho na catação e na reciclagem. **Terra Livre**, São Paulo, v. 18, n. 19, p. 177-190, jul./dez. 2002.

LEITE, Marcia de Paula. A economia solidária e o trabalho associativo: teoria e realidades. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 24, n. 69, p. 31-51, 2009.

LEITE, Marcia de Paula; SOUZA, Silvana Maria. Igualdade de gênero e raça no Brasil: uma discussão sobre a política pública de emprego. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 1, p. 195-231, 2010.

LESSA, Carlos. Os ovos da serpente. In: BURSZTYN, Marcel (org.). **No meio da rua: nômades excluídos e viradores**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000. p. 11-18.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo (org.). **A questão ambiental no pensamento crítico**. Rio de Janeiro: Quartet, 2007.
LÖWY, Michael. A centelha se acende na ação: a autoeducação dos trabalhadores no pensamento de Rosa Luxemburgo. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 28, n. 55, p. 27-38, jan. /jun. 2014.

MACIEL, Fabrício; GRILLO, André. O trabalho que (in)dignifica o homem. In: SOUZA, J. R. **Brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p. 241-277.

MAGERA, Márcio. **Os empresários do lixo: um paradoxo da modernidade**. Campinas: Átomo, 2003.

MAGNI, Ana Amélia Calaça.; GÜNTHER, Wanda Maria Risso. Cooperativas de catadores de materiais recicláveis como alternativa à exclusão social e sua relação com a população de rua. **Saúde Soc.**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 146-156, 2014.

MARCON, Telmo; DARON, Vanderléia Leodete Pulga. Universidade e movimentos sociais. **Espaço Pedagógico**, v. 11, n. 1, p. 62-82, ago. 2018.

MARTINS, Ingrid Gomes *et al.* Reciclando as relações de gênero: a divisão sexual do trabalho em cooperativas de catadoras e catadores, e o papel de lideranças femininas na política pública de resíduos sólidos no Distrito Federal. In: PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto; GOES, Fernanda Lira (org.). **Catadores de Materiais Recicláveis: Um encontro nacional**. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. p. 75-97.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. 19. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MENDES, Auro Aparecido *et al.* A trajetória da Unesp no contexto da economia solidária. **Ciência em Extensão**, v. 10, n. 3, p. 14-40, 2014.

MESCOUTO, Teresinha Rosa de. **Relações de trabalho e de gênero em práticas discursivas do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis**. 2020. 101f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

MORENO, Tica. Feminismo contra o capitalismo. In: MARSTUSCELLI, Danilo Enrico (org.). **Os desafios do feminismo na atualidade**. Chapecó: Coleção marxismo21, 2020. p. 187-197.

MOVIMENTO NACIONAL DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. Disponível em: www.mncr.org.br. Acesso em: 16 set. 2022.

MOVIMENTO NACIONAL DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. **Cartilha de formação**. São Paulo. 2005. 76 p.

MOVIMENTO NACIONAL DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. **Encontro de Mulheres Catadoras promove troca de experiências com outros movimentos sociais**. Brasil. 2015. Disponível em:

<https://www.mncr.org.br/noticias/blog-sudeste/encontro-de-mulheres-catadoras-promove-troca-de-experiencias-com-outros-movimentos-sociais>. Acesso em: 27 set. 2022.

MOVIMENTO NACIONAL DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. **O povo tomou posse: Catadora da coordenação do MNCR passou a faixa presidencial para Lula**. Brasil. 2023. Disponível em: <https://www.mncr.org.br/noticias/o-povo-tomou-posse-catadora-da-coordenacao-do-mncr-passou-a-faixa-presidencial-para-lula>. Acesso em: 14. mar. 2023.

MOVIMENTO NACIONAL DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. **O que é movimento?** Brasil. 2008. Disponível em: <https://www.mncr.org.br/sobre-o-mncr/o-que-e-o-movimento>. Acesso em: 16 set. 2022.

MOVIMENTO NACIONAL DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. **Organização interna**. Brasil. 2014. Disponível em: <https://www.mncr.org.br/sobre-o-mncr/estruturas-regionais>. Acesso em: 16 set. 2022.

MOVIMENTO NACIONAL DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. **Posicionamento do MNCR sobre o Decreto Federal 11.044/22**. Sertãozinho, São Paulo. 2022. Disponível em: <https://www.mncr.org.br/sobre-o-mncr/notas-e-declaracoes/posicionamento-do-mncr-sobre-o-decreto-federal-11-044-22>. Acesso em: 21 out. 2022.

MOVIMENTO NACIONAL DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. **Mulheres da Comissão Nacional mobilizam núcleos de gênero.** Brasil. 2017. Disponível em: <https://www.mncr.org.br/noticias/noticias-regionais/mulheres-da-comissao-nacional-mobilizam-nucleos-de-genero>. Acesso em: 15 set. 2022.

MOVIMENTO NACIONAL DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. **Mulheres são maioria entre catadores de materiais recicláveis.** Brasil. 2014. Disponível em: <http://www.mncr.org.br/noticias/noticias-regionais/mulheres-sao-maioria-entre-catadores-organizados-em-cooperativas>. Acesso em: 16 set. 2022.

MOVIMENTO NACIONAL DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. **SP: Congresso Estadual de Mulheres catadoras fortalece o protagonismo feminino.** Brasil. 2014. Disponível em: <https://www.mncr.org.br/noticias/blog-sudeste/sp-congresso-estadual-de-mulheres-catadoras-fortalece-o-protagonismo-feminino>. Acesso em: 27 set. 2022.

MOVIMENTO NACIONAL DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. **“Uma cooperativa só dá certo se for resultado da consciência das pessoas que a constroem”.** Brasil. 2022. Disponível em: <https://www.mncr.org.br/noticias/201cuma-cooperativa-so-da-certo-se-for-resultado-da-consciencia-das-pessoas-que-a-constroem201d-1>. Acesso em: 10 out. 2022

MOLINA, Wagner de Souza Leite *et al.* A Economia Solidária frente ao contexto de crise COVID-19: trajetória, crise e resistência nos territórios. **Otra Economía**, v. 13, n. 24, p. 170-189, jul./dez. 2020.

MORAES, Reinaldo. **Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai.** São Paulo: Editora SENAC, 2001.

NOBRE, Miriam. Mulheres na economia solidária. In: CATTANI, A. D. **A Outra Economia.** Porto Alegre: Editora Veraz e Unitrabalho, 2003.

NOVAES, Henrique Tahan.; OKUMURA, Julio Hideyshi. **A tragédia educacional brasileira no século XX: diálogos com Florestan Fernandes.** Marília: Lutas anticapital, 2020.

NOVAES, Henrique Tahan (org.). **Mundo do trabalho associado e embriões de educação para além do capital.** Marília: Lutas Anticapital, 2018.

NOVAES, Henrique Tahan. Trabalho como necessidade vital e trabalho alienado: contribuições para o debate da relação trabalho-educação para além do capital. **HISTEDBR On-line**, v. 15, n. 65, p. 42-57, dez. 2015.

OBSERVATÓRIO BRASIL DA IGUALDADE DE GÊNERO. **Homens recebem salários 30% maiores que as mulheres no Brasil.** Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. Brasília, DF. 2015. Disponível em: <http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/noticias/homens-recebem-salarios-30-maiores-que-as-mulheres-no-brasil/>. Acesso em: 08 out. 2022.

OLIVEIRA, Leidiane; SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços. **Katál**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 11-19, jan./jun. 2010.

PAIVA, Camila Capacle. Mulheres catadoras: articulação política e ressignificação social através do trabalho. **Idéias**, Campinas, SP, v. 7, n. 2, p. 151-174, jul./dez. 2016.

PEDROSA, José Geraldo. O capital e a natureza no pensamento crítico. In: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. (org.). **A questão ambiental no pensamento crítico**. Rio de Janeiro: Quartet, 2007.

PEGORARO, Camile. **Autoeducação da classe trabalhadora: limites e possibilidades na formação dos intelectuais na Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB**. 2015. 140f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

PEREIRA, Ana Carolina Lemos; SECCO, Letícia Dal Picolo Dal; CARVALHO, Ana Maria Rodrigues de. A participação das cooperativas de catadores na cadeia produtiva dos materiais recicláveis: perspectivas e desafios. **Psicologia Política**, v. 14, n. 29, p. 171-186, jan./ abr. 2014.

PEREIRA, Maria Cecília Gomes; TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho. A inclusão de catadores em programas de coleta seletiva: da agenda local à nacional. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 895-913, set. 2011.

PESSÔA, Jeniffer Ribeiro. **A formação educacional e a igualdade de gênero no Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)**. 2018. 130f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2018.

PINHEL, Julio Ruffin; ZANIN, Maria; MÔNACO, Graziela Del. Catador de resíduos recicláveis: um perfil profissional em

construção. In: ZANIN, Maria; GUTIERREZ, Rafaela Francisconi (org.). **Cooperativas de catadores**. São Carlos: Claraluz, 2011. p. 53-101.

PURICELLI, Verónica; ARDAYA, Sofía Rodriguez. Mujeres, cooperativas y economía social. Un análisis etnográfico sobre mujeres recuperadoras en el área metropolitana de Buenos Aires, Argentina (AMBA) con perspectiva de género. **SaberEs**, v. 10, n. 1, p. 1-18, 2018.

RED LATINOAMERICANA Y DEL CARIBE DE RECICLADORES. **Red LACRE's Letter to Latin American and Caribbean States**. 2020. Disponível em: <https://globalrec.org/2020/05/25/letter-to-latin-american-and-caribbean-states-redlacre/>. Acesso em: 11 jul. 2022.

REDAÇÃO BRASIL ATUAL. **Economia Solidária movimenta cerca de R\$12 bilhões ao ano no Brasil**. 2019. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/economia/economia-solidaria-movimenta-cerca-de-r-12-bilhoes-ao-ano/>. Acesso em: 12 out. 2022.

QUEIRÓS, Margarida; LEAL, Cezar; FUZZI, Fernanda. Trabalho e empoderamento: mulheres catadoras de materiais recicláveis no estado de São Paulo, Brasil. In: ROSSINI, R. E.; MACHADO, M. R. I. M.; SAMPAIO, M. A. P. **Terra e trabalho: territorialidades e desigualdades**. São Paulo: FFLCH/USP, 2020. p. 210-249.

RIBEIRO, Izaque Machado; NARDI, Henrique Caetano; MACHADO, Paula Sandrine. Catadoras(es) de materiais recicláveis e as possíveis articulações entre trabalho precário e relações de gênero. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 15, n. 2, p. 243-254, 2012.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade.** São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado e violência.** 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SANT'ANA, Diogo de; METELLO, Daniela. Reciclagem e inclusão social no Brasil: balanço e desafios. In: PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto; GOES, Fernanda Lira (org.). **Catadores de Materiais Recicláveis: Um encontro nacional.** Rio de Janeiro: Ipea, 2016. p. 21-44.

SANTOS, Aline Mendonça. Os dilemas da organização popular no movimento da economia solidária no Brasil. **Otra Economía**, v. 8, n. 15, p. 196-209, jul./dez. 2014.

SANTOS, Maria Cecília Loschiavo *et al.* Frames de ação coletiva: uma análise da organização do MNCR. In: SCHERER-WARREN, Ilse; LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn (org.). **Movimentos sociais e participação: abordagens e experiências no Brasil e na América Latina.** Florianópolis: Editora UFSC, 2011. p. 59-94.

SANTOS, Thayene da Costa Campos; PAIXÃO, Thaylla Soares. A mundialização do capital e seus impactos sobre o processo de trabalho e a educação. **HISTEDBR**, Campinas, n. 59, p. 68-84, out. 2014.

SECRETARIA ESTADUAL DE MULHERES CATADORAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. **Assim nasceu a Secretaria das Mulheres Catadoras de Materiais Recicláveis do Estado de São Paulo.** Coopcent ABC, SENAES – MTE. set. 2014.

SECRETARIA ESTADUAL DE MULHERES CATADORAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. **II Congresso Estadual de Mulheres Catadoras de Materiais Recicláveis**. São Paulo. 2017. 4 p.

SCARIOT, Nadia; COSTA, Cassiane da. Mulheres catadoras de materiais recicláveis de Santana do Livramento/RS: trajetórias de luta em busca da emancipação social. **Didáticas Específicas**, n. 20, p. 73-92, 2019.

SCARPINATTI, Mauro. **Trabalhadores do “Lixo”**: A organização das cooperativas de catadores de materiais recicláveis em São Paulo 2000/2005. 2008. 163f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

SCHNEIDER, Élen Cristiane. As potencialidades da economia solidária na redução das desigualdades de gênero. **Protestantismo em Revista**, São Leopoldo, RS, v. 23, p. 11-20, set./dez. 2010.

SCOLESO, Fabiana. Os movimentos sociais na era da mundialização do capital e da precarização do mundo do trabalho: neoliberalismo e transnacionalização. **Revista de Educação Comparada**, Rio de Janeiro, v.11, n.1, p. 195-225, 2017.

SILVA, Carlúcia Maria; MARTINS, Renata Siviero. Memórias e vivências de catadores e catadoras de recicláveis na região metropolitana de Belo Horizonte em suas lutas por trabalho, reconhecimento sociopolítico e cidadania. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, v. 13, n. 1, p. 61-83, 2022.

SILVA, Luciana Codognoto da; MENEGAT, Alzira Salete. Trabalho e vida de mulheres catadoras: (re)construindo novas cartografias existenciais. **Emancipação**, v. 15, n. 2, p. 263-278, 2015.

SILVA, Rosemeire Barboza. O Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis: atores, governação, regulação e questões emergentes no cenário brasileiro. **Interthesis**, Florianópolis: Edufsc, v.3, n.2, jul./dez. 2006.

SILVA, Ronalda. **Estudo acerca da experiência dos catadores de resíduos sólidos na cadeia de reciclagem no Brasil**. Brasília: SGPR/Pnud, 2014. (Documento técnico: Relatório analítico com dados sobre os empreendimentos econômicos solidários atendidos por ações do governo federal e outras cooperativas e associações existentes em outros bancos de dados, com produção de gráfico e geoprocessamento).

SILVA, Sandro Pereira. **A organização coletiva de catadores de material reciclável no Brasil: dilemas e potencialidades sob a ótica da Economia Solidária**. Rio de Janeiro: Ipea, 2017.

SILVA, Viviane Zerlotini da. **Espaços coletivos de trabalho: entre a produção e a reprodução**. 2014. 377f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura e Urbanismo, UFMG, 2014.

SILVA, Zélia Lopes da (org.). **Memória dos catadores de materiais recicláveis de assis (2001-2007)**. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2014.

SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, B. S. (org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 81-130.

SINGER, Paul. Economia solidária versus economia capitalista. **Sociedade e Estado online**, v.16, n.1-2, p. 100-112, 2001.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOPKO, Camila. **As relações de gênero e a divisão sexual do trabalho nas associações de catadores(as) da cidade de Ponta Grossa - PR**. 2019. 166f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2019.

SOUSA, Luana Passos de; GUEDES, Dyeggo Rocha. *A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década*. **Estudos Avançados**, v. 30, n. 87, p. 123- 139, 2016.

SOUZA, André Ricardo de. Os laços entre igreja, governo e economia solidária. São Carlos: Edufscar, 2013.

STRECK, Danilo Romeu. O Fórum Social Mundial e a agenda da educação popular. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 26, p. 58-68, mai./ago. 2004.

TILLMANN, Reinaldo Luiz Xavier. Extensão universitária e mundo do trabalho na atuação da INTECOOP/UCPEL no período de 2000/2004. In: VECHIA, Renato da Silva Della; SANTOS, Aline Mendonça dos; NUNES, Tiago de Garcia (org.). **Autogestão e Extensão Universitária: 20 anos de história**. Marília: Lutas Anticapital, 2019. p. 53-76.

TREIN, Eunice. A contribuição do pensamento marxista à educação ambiental. In: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo (org.). **A questão ambiental no pensamento crítico**. Rio de Janeiro: Quartet, 2007. p. 113-134.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. Contribuições para uma pedagogia crítica na educação ambiental: reflexões teóricas. In: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo (org.). **A questão**

ambiental no pensamento crítico. Rio de Janeiro: Quartet, 2007. p. 177-221.

VASCONCELLOS, Bruna Mendes de. **Politizando o cuidar:** as mulheres do Sul na construção de alternativas sociotécnicas. 2017. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

VIANA, Nildo. Marxismo e cultura. **Práxis Comunal**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 13-31, jan./dez., 2018.

WIRTH, Ioli Gewehr. **As relações de gênero em cooperativas populares do segmento da reciclagem:** um caminho para a construção da autogestão? 2010. 226f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

WIRTH, Ioli Gewehr. Divisão sexual do trabalho em empreendimentos de triagem de resíduos sólidos: um estudo de caso. In: ITCP/UNICAMP. **Coletiva** - reflexões sobre incubação e autogestão. Campinas: Unicamp, Instituto de Economia, 2011, p. 129-138.

WIRTH, Ioli Gewehr; FRAGA, Lais Silveira. Tensões tecnológicas na cadeia produtiva da reciclagem: o interesse do capital e a proposta dos catadores. In: BATISTA, E. L.; NOVAES, H. T.; RODRIGUES, F. C. (org.). **Movimentos sociais, trabalho associado e educação para além do capital.** São Paulo: Outras Expressões, 2012. p. 309-330.

WIRTH, Ioli Gewehr; OLIVEIRA, Cristiano Benites. A Política Nacional de Resíduos Sólidos e os modelos de gestão. In: PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto; GOES, Fernanda Lira (org.).

Catadores de Materiais Recicláveis: Um encontro nacional. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. p. 217-245.

WOMEN IN INFORMAL EMPLOYMENT GLOBALIZING AND ORGANIZING. **Catadores de materiais recicláveis no Brasil:** um perfil estatístico. Resumo Estatístico Nº 9. nov. 2021. 12 p.

WOMEN IN INFORMAL EMPLOYMENT GLOBALIZING AND ORGANIZING. **Mulheres catadoras: discutindo a autonomia das mulheres e transformando as relações com os homens.** Minas Gerais. 2014. 26 p.

SOBRE O LIVRO

Catálogo

André Sávio Craveiro Bueno – CRB 8/8211

Normalização

Kamilla Gonçalves

Diagramação e Capa

Mariana da Rocha Corrêa Silva

Assessoria Técnica

Renato Geraldi

Oficina Universitária Laboratório Editorial

labeditorial.marilia@unesp.br

Formato

16x23cm

Tipologia

Adobe Garamond Pro

Resultado de uma rigorosa pesquisa, Autoeducação, práticas formativas e relações de gênero numa Cooperativa de Catadoras/es de Materiais Recicláveis, de Bruna Oliveira Martins, debruça-se sobre a análise de um setor da classe trabalhadora precarizado, em especial, colocando em perspectiva a formação educacional e as relações de gênero. A submissão das mulheres é prática observada desde os tempos mais remotos, em praticamente todas as sociedades, que cumpre uma função socioeconômica. Ao mesmo tempo também se observa a resistência e a luta das mulheres contra a subordinação e pela igualdade. No caso da Cooperativa, por meio de atividades de autoeducação e de práticas formativas, as/os trabalhadoras/es conseguiram refletir sobre as relações de gênero. As mulheres catadoras passaram a se reconhecer como trabalhadoras iguais aos homens e a questionar o acúmulo de funções destinadas a elas, tanto dentro quanto fora do empreendimento. Convido as pessoas interessadas no debate sobre a temática à leitura desta obra, pois se trata de um estudo significativo e relevante, especialmente no atual cenário político brasileiro.

NEUSA MARIA DAL RI | UNESP Marília

ISBN 978-65-5954-451-6



9 786559 544516